

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Arquivos a Deyaulho

biblioteca



1951/52

Volume 1

*19
18*

VOLUME XVII

AVEIRO

1951

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADALIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

bibRIA

JOÃO AFONSO DE AVEIRO

INTRODUÇÃO A UM ESTUDO SOBRE
O FAMOSO NAVEGADOR AVEIRENSE

O NOME de João Afonso de Aveiro figura, com merecido relevo, na prodigiosa história dos nossos descobrimentos e nos luminosos fastos da literatura portuguesa.

João Afonso foi marinheiro insigne e poeta afamado. Por este começo, haveria de concluir-se que João Afonso de Aveiro, o mesmo João Afonso de Aveiro, se apaixonou pelo mar e se enamorou das musas.

Há, porém, quem pretenda que um era o piloto e outro o escritor.

Contra a opinião corrente, supponho poder demonstrar que, na realidade, de dois se trata.

O Dr. JOAQUIM DE MELO FREITAS referiu-se a João Afonso de Aveiro sem cuidar do problema ⁽¹⁾. Para o ilustre escritor houve um só João Afonso, poeta palaciano e navegador temerário, filho do alcaide da vila de Almoester João Gonçalves e de D. Catarina Garcia da Gama.

Criado de D. Diogo, Duque de Beja e irmão de El-Rei D. Manuel, João Afonso de Aveiro, por virtude da execução do Duque de Bragança, foi obrigado a fugir para as ilhas, e de lá escreveu a Fernão da Silveira, pedindo-lhe que intercedesse por ele. O célebre Coudel-Mor respondeu-lhe em verso, aludindo a este homígio:

Cá depois que vós passastes
a essas ilhas,
sam cá feitas maravilhas
mais do que nunca cuidastes.

(1) JOAQUIM DE MELO FREITAS, *Violetas*, Porto, 1878, págs. 311 e seg.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Como homem de letras, João Afonso escreveu poesias, cujos manuscritos ficaram em poder de um dominicano da capital, e o seu nome figura no catálogo dos poetas portugueses do século xv e no *Cancioneiro* de GARCIA DE RESENDE.

Como homem do mar, João Afonso, pelo correr do ano de 1486 ⁽¹⁾, descobriu o reino e terras de Benim e trouxe a Portugal a pimenta da Guiné; e a sua glória toda está nas informações que, por si e pelo embaixador que veio em sua companhia, deu a D. João II de um rei chamado Ogané, que ao monarca português se afigurou ser o recôndito e decantado Preste João das Índias.

O escritor aveirense reproduz, com poucas alterações, o que indica ter lido em TEÓFILO BRAGA. No estudo deste professor sobre os *Poetas palacianos* encontram-se, de facto, várias referências a João Afonso, que importa registar com precisão ⁽²⁾.

No sumário de um dos capítulos da obra, lê-se o seguinte: «Por ocasião da prisão do Duque de Bragança, o poeta João Afonso de Aveiro retira-se para as ilhas».

Mais além, TEÓFILO BRAGA refere que o Duque de Bragança foi justicado com todas as formalidades aviltantes, ficando o seu corpo, durante uma hora, exposto à contemplação do povo, e logo continua: «A impressão causada por esta catástrofe aparece nas trovas do Courel-Mor: «a João Affonso de Aveiro, que se foi a viver nas Ilhas, e de lá lhe escreveu que fizesse algumas cousas por elle, em que entrou falar a sua dama, e despachar outras com a senhora Ifante e c'o Duque; mas isto veo no tempo da morte do Duque». Este João Afonso de Aveiro, era filho de João Gonçalves, alcaide de Almoester, e de Catarina Garcia da Gama. Era criado do duque Dom Diogo, quarto duque de Beja, irmão de el-rei D. Manuel. Deixou várias poesias manuscritas, em poder de um dominicano de Lisboa. O Courel-Mor, que então se chamava Fernão da Silveira o Bom, para se distinguir do outro Fernão da Silveira comprometido na segunda conspiração, escreve a João Afonso de Aveiro sob a impressão da morte do duque:

Vay cá tempo tam contraíro
com agoagens sobre a terra...».

Numa outra página, diz TEÓFILO BRAGA: «Em 1486, o poeta João Afonso de Aveiro, que fugira para as ilhas por

(1) No estudo do Dr. MELO FREITAS, pág. 314, vem indicado o ano de 1476, evidentemente por lapso.

(2) TEÓFILO BRAGA, *Poetas palacianos*, Porto, 1871, págs. 263, 271, 272, 286 e 369.

ocasião da sentença contra o duque de Bragança, fez a descoberta da terra de Beny, além da Mina no Rio dos escravos, e lá morreu. Daqui veio a primeira pimenta da Guiné».

Finalmente, pondo em relevo que o Coudel-Mor é de todos os poetas do *Cancioneiro* o mais cheio de alusões históricas, ilustra a afirmação com vários exemplos, um dos quais o seguinte: «Em uns versos do Coudel-Mor ao poeta João Afonso de Aveiro, que fugiu para as Ilhas, descrevendo as alterações do reino em 1483, diz ele na rubrica: «mas ysto veo no tempo da morte do Duque».

Por agora, saliento apenas que TEÓFILO BRAGA enfileira ao lado dos que supõem a existência de um só João Afonso de Aveiro.

Parece que o erudito escritor aveirense MARQUES GOMES não manteve sempre a mesma opinião sobre o curioso problema.

Nas *Memórias de Aveiro*, publicadas em 1875 ⁽¹⁾, em *O Districto de Aveiro*, datado de 1877 ⁽²⁾, no catálogo da *Exposição Districtal de Aveiro em 1882*, impresso no ano seguinte ⁽³⁾, e nos *Subsidios para a historia de Aveiro*, de 1889 ⁽⁴⁾, refere-se exclusivamente ao piloto, sem atribuir-lhe o dom da poesia.

Era, assim, lícito concluir que MARQUES GOMES considerava o navegador João Afonso de Aveiro pessoa diversa do poeta seu homónimo.

Todavia, em 1898, o paciente investigador organizou um folheto, muito interessante e hoje raríssimo, com que o *Campeão das Provincias* desejou contribuir para a celebração do centenário da descoberta da Índia. E aí, manifesta-se pela existência de um só João Afonso de Aveiro, arrojado navegador e prendado cultor das musas ⁽⁵⁾.

RANGEL DE QUADROS é de outro parecer ⁽⁶⁾. Para o benemérito investigador, a identidade dos nomes e da época em

(1) JOÃO AUGUSTO MARQUES GOMES, *Memórias de Aveiro*, Aveiro, 1875, pág. 189.

(2) Idem, *O Districto de Aveiro*, Coimbra, 1877, págs. 149 e 150.

(3) Idem, *Exposição Districtal de Aveiro em 1882*, Aveiro, Grémio Moderno, MDCCCLXXXIII, pág. 8.

(4) Idem; *Subsidios para a historia de Aveiro*, Aveiro, 1899, págs. 19, 73 e 74.

(5) Idem, 1498-1898 — *Centenario do Descobrimento do Caminho Maritimo da India — A Vasco da Gama, o Campeão das Provincias*, Aveiro, 1898, op. de 32 págs.

(6) JOSÉ REINALDO RANGEL DE QUADROS OUDINOT, *João Affonso de Aveiro, o poeta, e João Affonso de Aveiro, o marinheiro*, artigos publicados no semanário *O Districto de Aveiro*.

que viveram induziu em erro, levando alguns a admitir que houve um só João Afonso, marinheiro e poeta. A verdade, porém, é que de dois se trata, supondo RANGEL DE QUADROS não haver sequer entre ambos o mínimo parentesco.

A razão, pouco convincente, de que o primeiro se daria melhor com os perigos e aventuras marítimas do que com as musas, acrescenta outras não decisivas mas, sem dúvida, de maior valor.

Por um lado, nem na *Biblioteca Lusitana*, de DIOGO BARBOSA MACHADO, nem no *Cancioneiro Geral*, de GARCIA DE RESENDE, há qualquer indicação de que o poeta João Afonso de Aveiro tenha seguido a vida do mar.

Por outro lado, escritores antigos e modernos — como RUI DE PINA, JOÃO DE BARROS, GARCIA DE RESENDE, PEDRO DE MARIZ, o Padre ANTÔNIO CARVALHO DA COSTA, LUCIANO CORDEIRO, o Cardeal SARAIVA e ALEXANDRE MAGNO DE CASTILHO — falando do piloto João Afonso, não lhe atribuem o dom da poesia nem o apontam como criado do Duque de Beja.

O poeta era filho de João Gonçalves e de D. Catarina da Gama, fidalgos de elevada posição. Pela nobreza da sua ascendência e pelos seus merecimentos pessoais — pois João Afonso tornara-se notável pelo talento, pela erudição e pela agudeza de espírito — o tomou D. Diogo como um dos criados mais dignos da sua consideração.

Além das poesias recolhidas no *Cancioneiro Geral*, João Afonso deixou manuscrito um livro de *Poesias várias*, que se guardava na livraria do Convento de S. Domingos, em Lisboa.

Frei MANUEL HOMEM chama ao ilustre aveirense pessoa insigne nas letras e nas virtudes. E informa, na sua obra *Ressurreição de Portugal e morte fatal de Castella*, que, segundo afirmava um religioso do Convento de S. Domingos, num livro escrito por ordem de D. Manuel, João Afonso compôs ainda, em 1479, a poesia intitulada *Perdição de Castella*.

Quanto ao piloto, RANGEL DE QUADROS supõe que era filho do arrais Afonso Anes Primor e que nasceu à roda de 1443. Não indica, porém, quaisquer razões que fundamentem a suposição.

Creio que RANGEL DE QUADROS se firmou no que precipitadamente leu em MARQUES GOMES. Nos *Subsídios para a história de Aveiro* ⁽¹⁾, recordam-se os nomes de esquecidos marinheiros aveirenses que o autor pacientemente descobriu em documentos da antiquíssima Confraria de Santa

(1) JOÃO AUGUSTO MARQUES GOMES, *Subsídios para a historia de Aveiro*, Aveiro, 1899, pág. 74.

Maria de Sá, achando-se a determinada altura esta indicação: «1440, Janne Annes Falconete, arraes; 1441, Vicente Affonso, idem; 1443, João Affonso, filho Affonso Annes Primor, idem». Sem dúvida, o ano de 1443 é o do documento em que se encontra a referência ou o da inscrição nos livros da Confraria e o nome evocado é o de João Afonso, filho de Afonso Anes Primor.

Não se lhe atribui a categoria de *piloto*, mas a profissão de *arraes*. Nem é de admitir qualquer imprecisão nos termos, pois que na lista aparecem as designações de *arraes*, de *piloto* e de *mestre-piloto*.

De resto, acabada a enumeração, MARQUES GOMES escreve: «A estes nomes e ao de João Afonso, pode talvez acrescentar-se o de Fernão de Oliveira...». Aqui, João Afonso é o famoso piloto dos descobrimentos — outro, portanto, na opinião de MARQUES GOMES, muito diferente do *arraes* João Afonso, filho de Afonso Anes Primor.

Continua, assim, a ignorar-se a filiação e a data do nascimento do afamado marinheiro, não importando, por agora, as copiosas notícias de RANGEL DE QUADROS sobre este — a maior parte delas, aliás, sujeitas a revisão.

Ainda não há muito, ÁLVARO FERNANDES, referindo-se ao piloto João Afonso de Aveiro, esclarecia que, além deste, houve um outro aveirense com o mesmo nome, escritor e poeta. E acrescentava que, «dos dois aveirenses homónimos, o geralmente conhecido é o navegador» (1).

Simples nota a uma referência accidental ao afamado piloto, não menciona as razões em que se estriba para julgá-lo pessoa diversa do poeta.

O senhor Dr. JOSÉ PEREIRA TAVARES, em estudo publicado no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, de que é um dos illustres directores, occupa-se, não do piloto, mas do poeta João Afonso (2).

(1) ÁLVARO FERNANDES, *Recordações de Aveiro*, no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XII, pág. 129, nota.

(2) JOSÉ PEREIRA TAVARES, *Literatos do Distrito — João Afonso de Aveiro*, estudo publicado no *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. V, págs. 9 e segs. No seu estudo, pág. 10, nota 1, o senhor Dr. JOSÉ TAVARES afirma que, antes de MARQUES GOMES, já o illustre escritor aveirense Dr. JOAQUIM DE MELO FREITAS tinha tratado de João Afonso de Aveiro na sua obra *Violentas*, Porto, 1878. A afirmação resulta do facto de MARQUES GOMES ter organizado, em 1898, o folheto sobre João Afonso de Aveiro a que o senhor Dr. JOSÉ TAVARES se refere. Muito antes, porém, já MARQUES GOMES se tinha occupado do piloto João Afonso, pelo menos por duas vezes: nas *Memorias de Aveiro*, em 1875, e no *Distrito de Aveiro*, em 1877.

Considera-os, porém, uma só pessoa, dizendo que João Afonso de Aveiro, poeta palaciano, figura entre os navegadores do século xv que tornaram possíveis as façanhas marítimas de Bartolomeu Dias, Vasco da Gama, Álvares Cabral e outros.

Transcreve os artigos insertos na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* sobre o piloto e o poeta ⁽¹⁾, o primeiro fundado nos historiadores e o segundo na *Biblioteca Lusitana*, de BARBOSA MACHADO. E admitindo a possibilidade de se tratar de dois indivíduos, acrescenta que, no entanto, é para ponderar, a favor da afirmação, corrente até aos nossos dias, de se tratar de um só, a referência que no *Cancioneiro Geral* se faz a «Ioam affonso daueiro», numa poesia do Coudel-Mor, que tem a seguinte introdução: «Trouas do coudel-moor a Ioam affonso daueiro, *que se foy a viuer nas jlhas, & de laa lhe escreueu...*».

Esta exposição resume as diversas atitudes dos escritores que, com maior ou menor desenvolvimento, se têm ocupado de João Afonso de Aveiro.

Uns falam do marinheiro sem lhe atribuírem o dom da poesia e outros escrevem sobre o poeta sem lhe outorgarem a profissão de piloto.

Há os que supõem um só o homem do mar e o homem de letras e os que repartem por dois as glórias do ousado navegador e as do poeta palaciano.

Tudo me leva a crer, como escrevi ao princípio, que a razão está por estes últimos: o navegador é pessoa diversa do poeta.

Ambos nasceram na antiga, nobre e notável vila de Aveiro. Ambos usaram o mesmo nome e apelido. Ambos viveram no último quartel do século xv.

Um serviu o Rei de Portugal e outro foi criado do Duque de Beja. O primeiro dominou as ondas e o segundo cultivou as letras. Aquele descobriu terras e este escreveu poesias.

Procurarei demonstrá-lo, resolvendo, assim o espero, um velho e interessante problema.

É sabido, e os autores afirmam-no sem discrepâncias, que o poeta João Afonso de Aveiro foi criado de D. Diogo,

(1) *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. III, pág. 811. Ver no vol. I, pág. 515, a referência a um outro João Afonso, «navegador e descobridor, natural de Aveiro, que foi um dos mais arrojados do seu tempo, sendo dos primeiros que alcançou a Terra Nova».

3.º Duque de Beja e 4.º Duque de Viseu (1), irmão de El-Rei D. Manuel.

E é ponto assente «que se foy a viuer nas ilhas» e de lá escreveu a Fernão da Silveira, pedindo-lhe «que fizeffe algũas coufas por ele», entre as quais entrou «fallar a fua dama, & despachar outras com a senhora jfante, & co duq», pedido que chegou «no tẽpo da morte do duq» — como tudo se lê na introdução das trovas do Coudel-Mor recolhidas no *Cancioneiro Geral* de GARCIA DE RESENDE (2).

São, porém, lamentavelmente imprecisas e contraditórias as referências dos escritores no que respeita aos pormenores que interessam ao meu estudo.

TEÓFILO BRAGA, afirmando primeiro que João Afonso *se retirou* para as ilhas, declara depois, e por duas vezes, que para ali *fugiu*, o que o Dr. MELO FREITAS repete.

Aquele, ora diz que a fuga se deu *por ocasião da prisão* do Duque de Bragança, ora escreve que teve lugar *por ocasião da sentença* que o condenou; este pretende que João Afonso teve de fugir para as ilhas *em virtude da execução* do Duque de Bragança.

Do que afirma TEÓFILO BRAGA haveria de concluir-se: — que a fuga de João Afonso de Aveiro foi *anterior* à execução do Duque de Bragança, tendo-se verificado pela altura da sua *prisão* ou da *sentença* condenatória; que o Duque a que alude o Coudel-Mor naquela passagem «mas ysto veo no tẽpo da morte do duq», e com o qual, a pedido de João Afonso, teria de «despachar algũas coufas», era o de Bragança; e, finalmente, que os versos de Fernão da Silveira se referem apenas às alterações verificadas no reino em 1483, e não também às posteriores.

Creio não serem de aceitar estas conclusões.

Aqueles dois versos do Coudel-Mor

Paffam ca tãtas mudanças
que não val nẽhuũ terçeyro,

parecem inculcar o entendimento de que João Afonso lhe pedira qualquer *intercessão* junto da Senhora Infanta e do

(1) Os Drs. TEÓFILO BRAGA e MELO FREITAS dizem D. Diogo 4.º Duque de Beja, o que parece engano. D. Diogo foi 3.º Duque de Beja e 4.º e último Duque de Viseu. O 4.º Duque de Beja foi, por morte daquele, seu irmão D. Manuel, mais tarde Rei.

(2) GARCIA DE RESENDE, *Cancioneiro Geral*, Coimbra, Imprensa da Universidade, M.DCCC.X, tom. I, págs. 186 e segs. Reporto-me a esta edição em todas as minhas referências.

Duque, senão também junto do Rei. Mas dela se teria escusado Fernão da Silveira:

Polo qual q̃ não de conta
diffo que me ca mandastes,
perdoae poys esta afronta
temos ca, que não leyxastes.
Ca despoys que v' passastes
heeffas ylhas,
ffam ca feytas marauilhas
mays do que nũca cuydastes.

Não sei de relações do poeta João Afonso com o Duque de Bragança que o autorizassem, não apenas a solicitar o seu valimento, mas a com ele «despachar algũas coufas», ainda que por intermédio de um *terceiro*.

Seja como for, é de todo incompreensível que João Afonso, tendo fugido para as ilhas no conhecimento da *condenação* do Duque de Bragança, e exactamente por virtude dela, se permitisse pedir-lhe qualquer protecção ou o despacho de alguns negócios.

E ainda que a fuga fosse anterior à sentença, apenas motivada pela *prisão* do Duque de Bragança, João Afonso havia de pressentir, como aquele pressentiu e disse a Aires da Silva, que «um homem tal não se prende para soltar»...

Sem considerar mesmo o que o pedido de intercessão teria de comprometedor para o foragido, bem sabia este não poder atendê-lo quem se encontrava a ferros de El-Rei e, possivelmente, já condenado por sentença — aliás desnecessária... — à dura justiça do seu cutelo vingador.

Estas considerações e o que na poesia se lê, em confronto com a introdução, levam-me a concluir que a «senhora infante» era a Infanta D. Beatriz e o «duq̃» seu filho D. Diogo, Duque de Beja e Viseu.

Seria, assim, o homízio de João Afonso de Aveiro consequência da prisão, condenação ou execução do Duque de Bragança e anterior à morte de D. Diogo.

Com este, e não com aquele, teria o Coudel-Mor de despachar o que João Afonso lhe solicitava; mas a sua carta chegou tardiamente, pelo tempo em que sucumbia, crivado de punhaladas, o último Duque de Viseu.

E a poesia de Fernão da Silveira referir-se-ia, portanto, não só às mudanças operadas no reino por virtude da conspiração do Duque de Bragança, que João Afonso em certo modo conhecia, mas ainda às verificadas em consequência da nova conjura — que não seria mais do que o prosseguimento da primeira — e da sua duríssima repressão.

Como compreender, porém, que recusada a intercessão do Coudel-Mor — por impossível quanto a D. Diogo e por

inútil quanto a D. Beatriz — o *poeta* João Afonso de Aveiro tivesse regressado ao reino para mais tarde dele levantar ferro como *navegador*?

Como compreender que D. João II, além de ter-lhe perdoado qualquer intervenção ou cumplicidade nas conjuras da nobreza, lhe houvesse ainda confiado barchas, barinês ou caravelas para um reconhecimento longínquo e particularmente importante?

Não atino com resposta satisfatória para as duas perguntas. E chego a supor impossível encontrá-la, quando considero a perseguição implacável movida pelo Rei aos conjurados e à qual só Álvaro de Ataíde viria a escapar, pode dizer-se que por verdadeiro milagre.

Continuo a supor, como pretendem TEÓFILO BRAGA e o Dr. MELO FREITAS, que o poeta João Afonso de Aveiro foi obrigado a *fugir* por virtude da prisão, da condenação ou da execução do Duque de Bragança.

Estaria, assim, de algum modo comprometido nas conspirações da nobreza contra D. João II. E tal como os irmãos do Duque de Bragança fugiram para Espanha, o Marquês de Montemor para Sevilha, o Duque de Faro para Andaluzia e outros fidalgos para Castela, assim João Afonso teria fugido para as ilhas.

O que desde logo impressiona, é que houvesse passado às ilhas por ter culpas na conspiração, ficando todavia o amo, cujas responsabilidades eram incomparavelmente maiores.

Que pedisse ao Coudel-Mor para *interceder* por ele, causa também certo reparo, dada a situação daquele como regedor das justiças e confidente de D. João II. bem conhecedor, portanto, da firmeza inquebrantável do Rei na perseguição dos conspiradores.

E mais espanta que João Afonso lhe solicite uma intercessão junto do Duque, a quem poderia dirigir-se directamente como a senhor e amigo e que, de resto, bem sabia ser a pessoa menos indicada, pelos seus compromissos, para obter-lhe o indulto do monarca.

Tudo, porém, podia assim ser — pela menor intervenção de João Afonso na conjura, pela amizade que o ligava e pela confiança que depositava no Coudel-Mor, pelo convencimento de que o Rei ignorasse as responsabilidades do Duque de Beja e até pela suposição da impunidade deste.

Pode todavia admitir-se — e talvez mais razoavelmente — que o homizão, longe de ser determinado por qualquer compromisso na conjura, significasse exactamente a recusa formal de João Afonso a aplaudi-la, assim caindo no desagrado do Duque de Beja e por isso se vendo obrigado a sair do reino

— paraßimais tarde, não sem alguma descautela, solicitar os bons oncios do Coudel-Mor junto de D. Diogo e de sua Mãe.

Aida que a carta para Fernão da Silveira fosse um pedido de *intercessão*, é de ponderar que na rubrica da poesia de resposta se não fala, ao menos expressamente, no Rei—único que poderia conceder o desejado perdão, se de um conspirador se tratasse.

Ponho agora em relevo que TEÓFILO BRAGA, ora dizendo que João Afonso fugiu na altura da prisão do Duque de Bragança, ora referindo que fugiu por ocasião da sentença contra ele proferida, uma vez afirma que o poeta *se retirou* para as ilhas.

Ajusta-se melhor esta versão ao que escreveu Fernão da Silveira. Na realidade, dizer que João Afonso *se foy a viuer nas ilhas*, como se exprime o Coudel-Mor, não é o mesmo que afirmar ter sido obrigado a *fugir* para as ilhas.

Notei já que aqueles dois versos de Fernão da Silveira certificando que, em face das mudanças operadas no reino, passou a não valer nenhum *terceiro*, consentem supor que João Afonso lhe pedira para *interceder* por ele.

Esta interpretação poderia querer amparar-se às palavras que encimam a poesia, onde o Coudel-Mor diz que João Afonso lhe escreveu que fizesse algumas coisas *por ele*. Mas, como ali se explica, nessas coisas entrava «fallar a fua dama, & despachar outras com a senhora jfante, & co duq», e não se recusou Fernão da Silveira a satisfazer aquele primeiro pedido:

Mas tornando a senhora
que mandastes que falasse,
nem faley nem vy tal ora
que a vyta me cheguasse.
Mas nã cuydo que me passê,
fe a vyr,
& feraa graça fyntyr
que de vos lhe mays lëbrasse.
Porem tudo o que tyrrar
dela v' farey faber,
vos viuei em esperar,
pois mantem mays q̃ comer.

Se no que João Afonso pedia ao Coudel-Mor para fazer *por ele* se compreendia o assim falar a sua dama, não pode atribuir-se a estas palavras o significado de uma pretendida intercessão, no sentido de obter-lhe indulto para presumíveis responsabilidades em qualquer conjura.

Do que se diz na introdução — «que fyzeffe algũas coufas por ele, em que entrou fallar a fua dama, & despachar outras

com a *senhora jfante*, & co duq̃» — é ousado concluir, como pretende o Dr. MELO FREITAS, que João Afonso de Aveiro, obrigado a fugir para as ilhas por virtude da execução do Duque de Bragança, pedia ao Coudel-Mor que *intercedesse* por ele.

Como arriscado é concluir que, sendo a fuga determinada, não por compromissos do homiziado na conjura, mas exactamente por tê-la repellido, assim caindo no desagrado do Duque de Beja, por isso João Afonso solicitava a intercessão de Fernão da Silveira junto daquele e de sua Mãe.

A verdade é que se desconhecem os assuntos que João Afonso pedia ao Coudel-Mor para *despachar* com a Senhora Infanta e com o Duque.

Afigura-se-me, porém, pelas razões expostas e por mais uma, que não se tratava de quaisquer *coufas* relacionadas com as conspirações da nobreza, de pedido de *intercessão* para obter qualquer indulto do Rei ou do Duque — daquele por estar João Afonso de Aveiro envolvido nas conjuras ou deste por lhes ter recusado o seu apoio.

De facto, o Coudel-Mor, depois de referir as alterações e desconcertos que iam pelo reino e de confessar a sua ignorância do que se passava nas ilhas, afirma o prazer que lhe daria a vizinhança de João Afonso, lá ou cá; e ponderando que por toda a parte se encontram pedaços de mau caminho, propõe-lhe que, sem mais diligências, passem a viver na companhia um do outro:

Eftas coufas fflam de caa,
laa nam fey nem nas deuyinho,
mas querya caa ou laa
teru' fsempre por vezinho.
Se queres, façamos nynho
fem mays arte,
poys fe acha em cada parte
pedaços de mao caminho.

Isto dá a entender que João Afonso podia regressar livremente ao reino, fixar aqui residência «fem mays arte», sem necessidade de qualquer intercessão do Coudel-Mor — evidentemente porque «fe foy a viuer nas jlhas» por motivos de todo alheios às conspirações da nobreza.

Nem é de admitir que a proposta ou convite de Fernão da Silveira fosse uma armadilha para haver às mãos um foragido e entregá-lo à vingança do Rei.

Por um lado, a sua reconhecida integridade de carácter e a grande amizade que revela consagrar a João Afonso não lhe consentiriam o aviltante procedimento.

Por outro lado, D. João II saberia desembaraçar-se de um inimigo homiziado nas ilhas com a maior facilidade, ele que

soube perseguir e aniquilar todos os que se esconderam no reino ou fugiram para longes terras.

O Dr. MELO FREITAS fundou-se apenas em TEÓFILO BRAGA para aventar, excedendo-o nas afirmações, que João Afonso teve que *fugir* para as ilhas, *em virtude da execução do Duque de Bragança*, de lá escrevendo a Fernão da Silveira a pedir-lhe que *intercedesse* por ele.

O fecundo autor dos *Poetas palacianos* baseia-se sòmente na poesia do Coudel-Mor para afirmar, aliás com as imprevisões apontadas, que João Afonso *fugiu* para as ilhas por ocasião da *prisão* ou da *sentença* que condenou a ser públicamente degolado o mais poderoso fidalgo de Portugal.

Esta pretendida fuga é uma acusação de cumplicidade nas conspirações da nobreza contra D. João II. Não a consente a poesia do Coudel-Mor e nem os que a fazem invocam para ela outro fundamento.

Bem limpo o nome do poeta João Afonso de Aveiro da nódoa de conspirador, os versos de Fernão da Silveira, ao contrário do que o senhor Dr. JOSÉ TAVARES inadvertidamente supôs, ajudam ainda a provar que aquele é pessoa diversa do navegador seu homónimo.

O Duque de Bragança foi preso em 30 de Maio e executado em 29 de Junho de 1483 (1).

Apesar de tudo, importa admitir ainda uma vez a hipótese de que, *por essa altura*, teria João Afonso *fugido* para as ilhas.

É geralmente aceite que o piloto João Afonso de Aveiro seguiu com Diogo Cão na sua primeira viagem ao longo da costa ocidental de África.

Teria sido exactamente por virtude das elogiosas referências que Diogo Cão fez a D. João II do seu famoso piloto que o monarca lhe confiou a expedição ao Rio Formoso, da qual haveria de resultar a descoberta do reino e terras de Benim.

Nem o Rei de Portugal cometeria empresa tão arriscada, importante e dispendiosa a quem não tivesse dado provas de possuir qualidades sobejas para levá-la a bom termo (2).

(1) Prof. ANGELO RIBEIRO, *A conspiração dos nobres*, na *História de Portugal*, Barcelos, MCMXXXI, vol. III, págs. 183 e seg. e págs. 186 e seg. Quanto à data da prisão, na altura em que o Duque de Bragança foi ao paço para se despedir de D. João II, o ilustre professor fixa-a em 30 de Maio de 1483, uma sexta-feira, corrigindo o erro de RUI DE PINA e GARCIA DE RESENDE, que dão o facto como ocorrido em 29.

(2) Suponho poder afirmar-se que João Afonso de Aveiro já havia tomado parte na expedição de Diogo de Azambuja à costa da Mina. João

Ora Diogo Cão saiu de Lisboa antes de 31 de Agosto de 1482, só regressando à capital do reino muito próximamente de 8 de Abril de 1484, como se encontra apurado ⁽¹⁾.

Quer dizer: o piloto João Afonso de Aveiro não podia ter fugido para as ilhas por virtude da prisão ou da execução do Duque de Bragança, respectivamente em 30 de Maio e 29 de Junho de 1483, pois andava a sulcar ondas do Atlântico e a descobrir terras de África, em companhia de Diogo Cão, havia cerca de nove ou dez meses, só regressando ao reino uns dez ou onze meses depois de o poderoso fidalgo ter «morrido morte natural», degolado numa praça de Évora.

Se por tal motivo um João Afonso de Aveiro se tivesse visto obrigado a fugir para as ilhas, esse seria o poeta, não podendo de modo algum ser o piloto ⁽²⁾.

DE BARROS, nas *Décadas*, menciona entre os capitães dos navios da frota um João Afonso, «que depois mataram em Arguim sendo capitão daquela fortaleza»; LUCIANO CORDEIRO, no seu estudo sobre *Diogo d'Azambuja*, afirma que no comando dos navios figuram nomes dos mais prestigiosos nas descobertas e aventuras marítimas do tempo e emite o parecer de que o João Afonso que capitaneava uma das caravelas era o arrojado navegador aveirense. Este ponto, que procurarei esclarecer no meu estudo, só interessa ao problema de que agora me ocupo na medida em que possa ter servido a D. João II como índice ou garantia da competência de João Afonso de Aveiro, contribuindo para determinar o monarca a confiar-lhe a expedição ao Rio Formoso. Em nada influi quanto ao resto, pois a frota de Diogo de Azambuja partiu do reino em 11 de Dezembro de 1481 e alcançou a Mina em 19 de Janeiro de 1482 (Cf. ANTÓNIO GALVÃO, *Tratado dos descobrimentos*, na colecção dirigida pelo VISCONDE DE LAGOA, 3.^a ed., pág. 130, nota 1) — muito anteriormente, portanto, à prisão do Duque de Bragança, em 30 Maio de 1483.

(1) Prof. Doutor DAMIÃO PERES, *História dos descobrimentos portugueses*, Porto, 1943, págs. 188 e 190.

(2) Refiro-me no texto à primeira viagem de Diogo Cão, única que para o meu intento importa agora considerar. Entretanto, enuncio desde já o problema de saber se João Afonso de Aveiro teria acompanhado também aquele navegador na sua segunda viagem.

O estudo das inscrições de Ielala parece confirmar a opinião, geralmente seguida, de que João Afonso seguiu com Diogo Cão na sua segunda viagem. Quando da visita deste ao rei do Congo, conforme bem fundamentadamente se supõe, foram gravadas numas rochas da margem esquerda do Zaire, próximo das cataratas de Ielala, inscrições preciosas que ali atestam a presença do ousado navegador e de alguns dos seus companheiros. LUCIANO CORDEIRO, a quem se deve a primeira interpretação correcta das célebres inscrições, traduz uma das siglas como parecendo sugerir a leitura de *Afonso de Aveiro*, embora com a natural reserva do estudioso prudente e de inexcusável escrúpulo (LUCIANO CORDEIRO, *A inscrição de Ielala*, na revista *Portugal-Brasil*, 1901, cit. pelo senhor Prof. Doutor DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, pág. 208).

Examinando a fotografia das inscrições reproduzida pelo ilustre Prof. Doutor DAMIÃO PERES (*ob. cit.*, estampa LX, págs. 208-209) atrevo-me, embora muito timidamente, a lembrar uma interpretação diversa que, aliás,

O facto de se ter passado uma esponja sobre a infundada accusação da fuga, em nada altera a solução do problema.

Se ao ser preso o Duque de Bragança João Afonso de Aveiro *se retirou* para as ilhas, como também diz TEÓFILO BRAGA, ou, como refere o Coudel-Mor, «se foy a viuer nas

confirmaria igualmente a presença de João Afonso de Aveiro naquelas paragens.

A sigla tem a forma de um A com a haste esquerda cortada por um traço rectilíneo, parecendo a LUCIANO CORDEIRO uma redundância daquele, a traduzir o nome de *Afonso de Aveiro*.

É flagrante a semelhança da sigla com as letras iniciais da palavra «Aqui» e do nome «Alvaro» que se encontram na inscrição. A letra da sigla é, sem dúvida alguma, um A, um pouco maior e em tudo o mais igual áquelles.

O traço que corta a haste esquerda, pode muito bem ser um J ou, melhor ainda, um I, formando com o A o monograma de *Joam Affonso* ou, como então ordinariamente se escrevia, *Joam Affonso*.

Uma ou outra interpretação seria novo argumento a provar que João Afonso de Aveiro acompanhou Diogo Cão na *segunda* das suas viagens.

Pelo que se encontra apurado, Diogo Cão partiu novamente para a África *no outono de 1485*; atingiu o Monte Negro ou Cabo Negro, onde assentou um padrão, *em 18 de Janeiro de 1486*, se é verdadeira determinada afirmação de Martin Behaim; seguiu para o sul até ao Cape Cross, onde ergueu outro padrão; e terminou a sua viagem na Serra Parda, a mil milhas do Monte Negro, como se conclui de uma legenda da carta de Martellus, atribuída a 1489 (Cf. Prof. Dr. DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, págs. 196 e 197).

Nada disto colide com a afirmação de GARCIA DE RESENDE de que João Afonso de Aveiro descobriu o reino e terras de Benim *em 1486*. Bem podia o afamado piloto ter voltado ao reino, de regresso daquela segunda viagem, a tempo de partir novamente de Lisboa e chegar ao Rio Formoso ainda no mesmo ano de 1486.

Sem esquecer as confusões e contradições dos cronistas JOÃO DE BARROS, RUI DE PINA, GARCIA DE RESENDE e ANTÓNIO GALVÃO e do cosmógrafo Duarte Pacheco relativamente às datas das viagens de Diogo Cão — contradições e confusões que os historiadores dos nossos descobrimentos, durante muito mais de três séculos, não esclareceram e antes aumentaram — parece geralmente aceite que a descoberta do reino e terras de Benim foi *posterior* à segunda viagem daquele experimentado navegador.

O ilustre Prof. Dr. DAMIÃO PERES, na *História dos descobrimentos portugueses*, diz ter João Afonso de Aveiro realizado a exploração de Benim *entre 1484 e 1486* (pág. 188); num estudo publicado na *História de Portugal*, afirma que «*pela mesma época em que Diogo Cão realizava a sua segunda viagem*, João Afonso de Aveiro explorava o reino de Benim, sobre o golfo da Guiné» (vol. III, pág. 566). «*Pela mesma época*», seria *a partir do outono de 1485 e durante os primeiros meses de 1486*.

A imprecisão destas formas não quererá significar que a segunda viagem de Diogo Cão e a de João Afonso de Aveiro fossem *simultâneas*, nem repele o entendimento de que a deste foi *posterior* à daquele. Tanto mais que o douto Professor nenhuma objecção faz à hipótese, formulada por LUCIANO CORDEIRO, segundo a qual uma das siglas das inscrições de Ielala revelaria ter João Afonso de Aveiro acompanhado Diogo Cão na sua segunda viagem.

Todavia, o Senhor Doutor DAMIÃO PERES, referindo que certos indícios podem levar a crer que Martin Behaim tomou parte na exploração realizada

ilhas», havendo de supor-se que por aquela altura, — a solução terá de ser, claro está, precisamente a mesma.

Só o *poeta* podia então ter saído do reino e escrever das ilhas a Fernão da Silveira, pois o *piloto* abandonara Lisboa muitos meses antes e andava errando por ignorados caminhos da costa ocidental africana.

Interessa supor que João Afonso se tenha retirado para as ilhas *antes* da conspiração do Duque de Bragança.

O Coudel-Mor, dando-lhe conta dos desvairados tempos que iam pelo reino, diz logo a seguir:

Quem quífera fazer guerra
foylhe feyta,
em quem coube auer fofpeita
per fy mefmo fe delterra.

É clara, nos primeiros dois versos transcritos, a alusão à nobreza revoltada contra o Rei e à guerra implacável que este moveu àquela e, nos dois últimos, a revelação do homi-zio de alguns fidalgos que, pela sua cumplicidade, se viram obrigados a abandonar o reino.

A notícia parece impor o entendimento de que João Afonso de Aveiro «fe foy a viuer nas ilhas» por qualquer ignorado motivo de todo estranho às conspirações e que para ali seguiu *antes* destas — aliás não seria para ele novidade o que, como tal, o Coudel-Mor lhe transmite nos seus versos.

Em que precisa época, porém, teria o *poeta* João Afonso saído para as ilhas?

Sem documentos que o esclareçam, é impossível a resposta.

Todavia, se se pretende que o mesmo era o *piloto*, é seguro que João Afonso de Aveiro «fe foy a viuer nas ilhas» *antes de 31 de Agosto de 1482*, data da partida de Diogo Cão.

por João Afonso de Aveiro, acrescenta: «exploração que, como já dissemos, teve lugar *pelos anos de 1484 e 1485*». (Cf. *História dos descobrimentos portugueses*, pág. 206).

É evidente o lapso do ilustre Professor, pois em parte alguma disse que a viagem de João Afonso de Aveiro teve lugar *pelos anos de 1484 e 1485*. Esta última afirmação, desconforme com as anteriormente feitas, sem prejudicar o entendimento de que o audacioso navegador aveirense acompanhou Diogo Cão na sua segunda viagem, obrigaria a concluir que esta foi *posterior* à exploração do reino e terras de Benim.

Tentarei esclarecer o problema, que tem tanto de curioso como de delicado, limitando-me, por agora, a manifestar o meu convencimento de que João Afonso de Aveiro acompanhou Diogo Cão na sua segunda viagem, iniciada nos últimos meses de 1485, só depois de terminada esta — *em 1486*, como diz GARCIA DE RESENDE — realizando a expedição ao Rio Formoso, de que resultou a descoberta do reino e terras de Benim.

Seria, assim, aproximadamente dez meses depois da saída para as ilhas que João Afonso escreveu ao Coudel-Mor e este lhe respondeu.

Até à partida de Diogo Cão para a sua primeira viagem, os portugueses haviam tentado a ocupação de algumas *ilhas*, realizado a de outras e descoberto muitas mais.

O reconhecimento da costa africana não tinha ultrapassado o Cabo de Santa Catarina, que Rui de Sequeira atingira em 25 de Novembro, não se sabe se de 1474 se de 1475.

Para além ficava o desconhecido; e Diogo Cão foi precisamente encarregado de desvendá-lo, seguindo quanto possível para diante, como convinha à realização do projectado plano de alcançar o Oriente.

Não podia o Coudel-Mor, tão achegado a D. João II, ignorar que tal era a incumbência do navegador e, portanto, que João Afonso de Aveiro andava por desconhecidas terras.

Donde escrevia então João Afonso, por quem enviava a sua carta e para que paragens e por que emissário lhe mandaria Fernão da Silveira a resposta?

Do *piloto*, que se foi a descobrir terras ignoradas da costa africana, não sabia o Coudel-Mor o paradeiro; mas conhecia o do *poeta*, que se foi a viver nas ilhas e a quem prometia enviar notícias da sua dama:

Porem tudo o que tyrar
dela v' farey saber.

Como o faria saber àquele João Afonso de Aveiro que andava perdido por terras desconhecidas de África?

É forçoso concluir que o *poeta* que se correspondia com Fernão da Silveira era outro muito diverso do *piloto* que acompanhava Diogo Cão.

Apura-se, a meu ver com segurança, que o *poeta* João Afonso de Aveiro saiu do reino *antes* da morte do Duque de Beja e Viseu, pois pedia ao Coudel-Mor para tratar alguns assuntos com ele — pedido que não podia ser satisfeito porque «veo no tẽpo da morte do duq».

Sabe-se que D. Diogo foi morto pelo próprio D. João II em 28 de Agosto de 1484⁽¹⁾.

Ora o *piloto* João Afonso chegou da primeira viagem com Diogo Cão pouco antes de 8 de Abril de 1484.

Poderia ter partido para a expedição ao Rio Formoso e descoberta do reino e terras de Benim imediatamente depois da sua chegada a Lisboa, à roda de 8 de Abril de 1484, e antes

(1) Prof. ANGELO RIBEIRO, *est. e loc. cit.*, págs. 188 e 189.

da morte do Duque de Beja e Viseu, em 28 de Agosto do mesmo ano?

Afigura-se-me que não lho consentiriam a necessidade de um merecido repouso e os preparativos, evidentemente demorados, da nova viagem — é de notar que Diogo Cão só iniciou a sua segunda viagem no outono de 1485, muitos meses depois de terminada a primeira — além de que se não descobre razão alguma que o imponha ou permita supô-lo.

Se houver de acreditar-se neste ponto o cronista GARCIA DE RESENDE, João Afonso de Aveiro terá descoberto o reino e terras de Benim em 1486 ⁽¹⁾ — e então, e fosse qual fosse a data da sua chegada a África, era seguro haver saído de Lisboa muito depois da morte de D. Diogo.

Os mais modernos e conceituados historiadores dos descobrimentos, têm-se esforçado por corrigir as imprecisões, os erros e as contradições dos cronistas, recolhendo amoravelmente e estudando com superior critério magníficas fontes de carácter epigráfico, cartográfico e diplomático.

Não obstante os extraordinários progressos feitos, as dúvidas esclarecidas, os problemas solucionados, continua a imprecisão relativamente às viagens de João Afonso de Aveiro, ao menos quanto a alguns pormenores de manifesto interesse.

O ilustre Prof. Doutor DAMIÃO PERES, por exemplo, ensina que a exploração do reino de Benim foi realizada pelo famoso descobridor aveirense *entre 1484 e 1486*, mais adiante afirmando que tal exploração teve lugar *pelos anos de 1484 e 1485* ⁽²⁾.

Sem dúvida, esta incerteza não contradiz a afirmação de GARCIA DE RESENDE, adoptada pela generalidade dos autores, nem destrói, pois não colide com elas, as razões invocadas para marcar o início da viagem de João Afonso de Aveiro posteriormente à morte do Duque de Beja e Viseu.

⁽¹⁾ GARCIA DE RESENDE, *Chronica dos valerosos, e insignes feitos Del Rey Dom Ioam II*, Coimbra, na Real Officina da Universidade, Anno de MDCCLXXXVIII, pág. 97.

⁽²⁾ Prof. Doutor DAMIÃO PERES, *ob. cit.*, págs. 188 e 206. O ilustre Professor, na sua *História dos descobrimentos portugueses*, pág. 196, afirma que Diogo Cão partiu para a sua segunda viagem no outono de 1485. No seu estudo *O caminho da Índia: Do Golfo da Guiné ao Cabo da Boa Esperança*, publicado na *História de Portugal*, edição e volume citados, pág. 562, diz semelhantemente que as duas inscrições do padrão de Cape Cross concordam em assinalar como época da partida de Diogo Cão para a sua segunda viagem *os quatro últimos meses de 1485*. Mais adiante, o douto Professor escreve, na pág. 566: «Pela mesma época em que Diogo Cão realizava a sua segunda viagem, João Afonso de Aveiro explorava o reino de Benim, sobre o golfo da Guiné». Isto vem confirmar o que exponho no texto.

E assim, de novo se chegaria a concluir que, não ignorando o *piloto* a morte de D. Diogo, a carta que escreveu ao Coudel-Mor um João Afonso de Aveiro só podia ser do *poeta* seu homónimo.

Quero ainda admitir, contrariando a minha profunda convicção, que João Afonso de Aveiro tenha iniciado a viagem de que resultou a descoberta do reino e terras de Benim *antes* da morte do Duque de Beja e Viseu, entre a sua chegada com Diogo Cão, por volta de 8 de Abril de 1484, e o assassinio de D. Diogo.

Observe, de fugida, que ficariam em tal caso sem sentido, relativamente ao *piloto*, as notícias do Coudel-Mor referentes às transformações operadas no reino por virtude da conspiração do Duque de Bragança.

Mas podia então, evidentemente, o piloto João Afonso escrever ao seu amigo na ignorância da morte do Duque de Beja e Viseu.

De que *ilhas*, porém, escrevia?

Não é natural que por *ilhas* se deva entender, em desacordo com as designações então usuais, qualquer ponto da costa ocidental da África visitado pelo navegador.

De resto, e aceite que o *poeta* saiu do reino por qualquer motivo alheio às conspirações, seria mais razoável supor que escrevia da Ilha da Madeira, da qual o dadivoso D. Afonso v fizera mercê a D. Diogo, com seus portos, rendas, direitos e jurisdições.

Além de tudo, e muito principalmente, a resposta do Coudel-Mor esclarece que João Afonso *se foy a viuer nas ilhas*. Esta maneira de dizer traduz, sem sombra de dúvida, o propósito de João Afonso de Aveiro de *permanecer nas ilhas*, de ali viver *com estabilidade*, de lá *fixar residência*.

Outra muito diversa, como bem sabia Fernão da Silveira, foi a intenção do navegador João Afonso ao sair de Lisboa. Este ia, não a *viver nas ilhas*, mas a cumprir a missão que o Rei lhe confiara e da qual prontamente *regressaria* a dar conta dos resultados obtidos.

Na realidade, João Afonso de Aveiro voltou das terras que descobrira, trazendo em sua companhia um embaixador do rei de Benim. E «entre as muitas cousas que el-rei D. João soube do embaixador del-rei de Beni, e assi de João Afonso de Aveiro, das que lhe contaram os moradores daquelas partes, foi que ao oriente del-rei de Beni, per vinte luas de andadura, que segundo a conta deles, e o pouco caminho que andam, podiam ser até duzentas e cincoenta léguas das nossas, havia um rei, o mais poderoso daquelas partes, a que eles chamavam Ogané, que entre os principes

pagãos das comarcas de Beni era havido em tanta veneração como ácerca de nós os Sumos Pontífices» (1).

Se mais tarde lá veio a morrer, foi porque de novo para ali seguiu com outra missão.

Uma vez mais se chega a concluir que João Afonso de Aveiro, o *poeta* que se foi a viver nas ilhas e de lá escreveu ao Coudel-Mor, era outro muito diferente do *piloto* que andou a descobrir terras africanas.

Relembro agora, por certo já escusadamente, as razões invocadas pelo escritor aveirense RANGEL DE QUADROS.

Não digo apenas que o piloto se daria melhor com os perigos e aventuras marítimas do que com as musas.

Por aqueles tempos remotos, os pilotos — que, «durante mais de três séculos, foram os únicos depositários da ciência náutica a bordo dos navios de Portugal» — eram, por via de regra, pessoas humildes, gente do povo, cheirando a maresia, habituada a afrontar e vencer, serena e heróicamente, as arremetidas traiçoeiras das vagas.

A sua escola era o mar e só na frequência das suas aulas aprendiam a desprezar temores, a enfrentar perigos, a ambicionar triunfos, a compreender a linguagem dos astros, dos ventos, das correntes e das marés e a fixar rumos de glória aos navios das descobertas.

Destes seria o *piloto* João Afonso de Aveiro — tão arraia miúda que nem sequer se lhe conhecem os nomes dos pais — e não, como o *poeta* seu contemporâneo e homónimo, pessoa de qualidade, filho de gente nobre, aluno de outra escola, com diversos programas e compêndios, onde se ensinava a arte de frequentar os salões da fidalguia e se apurava o gosto de fazer versos.

Quanto à lista dos escritores que, ocupando-se do *piloto* João Afonso de Aveiro, lhe não atribuem o dom da poesia nem o apontam como criado do infeliz Duque de Beja, só há a dizer que poderia alongar-se extraordinariamente.

Não conheço mesmo historiador ou estudioso da história dos nossos descobrimentos marítimos, cujo nome agora me ocorra, que confira ao ousado navegador aquela prenda ou lhe outorgue este aristocrático mester.

E de tudo me parece poder concluir-se com segurança que um era o apreciado *poeta* e outro o *piloto* audacioso.

(5) JOÃO DE BARROS, *Ásia*, Década I, liv. III, cap. IV. Não tendo presente a obra de JOÃO DE BARROS, servi-me da transcrição do senhor Prof. Doutor DAMIÃO PERES, *História dos descobrimentos portugueses*, pág. 237 e seg.

O estudo que me proponho e a que este serve de introdução, é exclusivamente sobre o navegador aveirense do século xv—humilde e heróico marinheiro que tanto enobreceu o seu berço.

Amor da terra comum, a outrora vila e hoje cidade sempre «linda, cantante, arejada, que desabrocha como uma fresca flor aquática, como um enorme nenufar branco, de entre as águas que por todos os lados a cingem, a atravessam em canais, a banham, a reflectem, a espelham, lhe erguem um hino claro, fremente, entusiástico, apaixonado»?

Amor dos homens que a serviram, realçando as suas incomparáveis belezas com os encantos das suas virtudes e as maravilhas dos seus heroísmos?

Para além de tudo isso, o meu trabalho pretende ser uma tentativa de reparação, em consciência devida pelos aveirenses a um dos que, andando ousadamente a acender luzeiros pelos negros caminhos do continente africano e de lá trazendo punhados de informações que despertaram o maior interesse e, por felicidade, aumentaram as esperanças da realização de um sonho, mais eficazmente contribuíram para a descoberta do caminho da Índia.

Ao menos por agora, deixo de lado aquele João Afonso de Aveiro que repousadamente escrevia, sobre laudas de papel, lindos versos, para ocupar-me do outro João Afonso de Aveiro que arriscadamente traçava, sobre ondas de mar, luminosas rotas—este bem lavado de qualquer simples suspeita de traição ao Rei de Portugal D. João II, que devotadamente serviu, acrescentando em muito as suas glórias e preparando outras maiores para o seu afortunado sucessor.

ANTÓNIO CHRISTO

TERRAS DO CONCELHO DE ÁGUEDA

NÃO pode pôr-se em dúvida que as lutas da reconquista rarearam muito a população que já vinha sensivelmente diminuída desde as invasões dos bárbaros e suas lutas dentro do território peninsular. Os documentos falam-nos com grande frequência em terras ermas, em regiões desabitadas.

São conhecidos os esforços de Afonso Henriques e sobretudo de Sancho I para repovoar as terras reconquistadas, as atenções, concessões e privilégios dados aos povos do Norte da Europa para se fixarem em Portugal. Sancho I foi, além de um grande guerreiro, um hábil administrador. Depois de 1184 vieram-lhe anos de tranquilidade quer da parte dos mouros quer da de Leão, em que, diz HERCULANO: «parece ter-se dedicado activamente a prover às necessidades internas do País, começando a restaurar desertas ou quase desertas ruínas de antigas povoações ou a fundar novos castelos e vilas»; e ainda: «Sancho cuidou seriamente duma das mais graves necessidades públicas, a repovoação de territórios assolados por guerras que duravam, havia não anos, mas séculos». As ordens de Cavalaria prestaram-lhe valiosíssimo auxílio nesta tarefa. A ela confiou o rei, como já o havia feito largamente seu pai, a defesa de castelos e repovoamento de terras desertas.

Os documentos mostram-nos que nos séculos X-XI e XII a população das terras de Vouga se manteve, embora extremamente diminuída. Creio que tem hoje mais habitantes a vila de Águeda que tinha toda a terra de Vouga nos séculos XI e XII. Os povoados durante os três séculos são sempre os mesmos. No século XIII, desaparecem alguns destes e surgem outros. Assim, nas freguesias de Lamas e Trofa são de 981 as primeiras referências que conheço às vilas de Crastovães, Palatiolo, Paus, Belhe, Lamas e Pedações — (Test. de Gonçalo Mendes — *P. M. Hist.*, doc. CXXXIII e CXXXVI, de 982).

No século XI — Em 1050, no inventário de Gonçalo Viegas deparam-se-nos estas mesmas vilas e outras como Fareganes — Castrello — Arraval — Vallelongum — Faramontanos — Serem — Iafafi — Sagatanes — Belfolar — Faramontanellos — Aurentana — Cedarim — Barriolo — Abciquinis — Ederoni. (*Port. M. Hist.*, doc. CCCLXXVIII).

Destas pertencem à freguesia de Valongo: Fareganes — Castrello — Arraval — Vallelongum — Faramontanos.

Estas mesmas vilas são referidas no inventário de 1077. Em 1101, numa venda de Didago Petriz a João Gondesindiz, surgem-nos as primeiras alusões a Laneses e Melares:

«et de uila Valongo Melares et Laneses quantum portio est nostra inter frater et eredes». (*Doc. Med.* n.º 42). A mulher de João Gondesindiz — Ximena Forjaz — doou estas propriedades à Sé de Coimbra em 1110. E acrescentou à larga doação, tanto ela como o seu marido «nostrum furnum cum sua corte qui est justa illam ecclesiam novam» (*Doc. Med.* n.º 7).

Em 1142 D. Afonso Henriques deu a sua propriedade chamada *Padarcanes* (Pedações) a Maria Fromerigues. Era filha de Fromarigo, que por ordem do rei tinha demarcado a mesma propriedade. Não sei quem era esta senhora. A principal razão da doação foi, diz Afonso Henriques — «maxime pro pudore tue virginitatis». Não sei traduzir estas palavras e bem desejava evitar que o leitor lhes dê significação errada. Ainda nesse ano ou no seguinte casou esta Maria Fromarigues com Paio Alvitis e o rei fez-lhes doação de Serpins. (*Chanc. de Af. H.*, docs. 124 e 131).

É na Inquirição de Afonso II de 1222 que nos aparecem assinaladas outras terras de Valongo: Salgueiro — Canivar — Carualar — Brunido — Aguieira.

Pouco antes, em 1210, num documento particular do Mosteiro de Alpendurada — (*Alguns diplomas dos séculos XI e XIII*, Coimbra, 1942), aparece-nos *Viade*. Paio Afonso e Lourenço Afonso vendem a Afonso Ermiges, para pagamento das dívidas do pai «uno casali qui fuit de patre nostro quam habemus in ualle longo in uilla de biadi ubi moravit dona senior in fundo de uilla». É por este documento que se vê a verdadeira origem da palavra *Viade*. Beadi — Beati — genitivo de posse de Beatus — Villa Beati era a vila de Beato.

Viade de Valongo do Vouga não era a única no onomástico medieval: na Inquirição de Afonso III, pág. 653, lê-se «Hic incipit inquisitio sancte Marie Beadi». E hoje a freguesia de Santa Maria de Viade.

Na Inquirição de D. Dinis de 1282 surge a primeira referência que conheço a Arrancada com o seu ribeiro de Meghavales.

Quererá isto dizer que estes povoados só tiveram o seu nascimento nestas datas, ou devemos atribuir-lhes origem

em maior antiguidade? Sem dúvida são muito anteriores aos documentos que pela primeira vez os referem. Estes já os dão com um desenvolvimento que só no decorrer de longos anos podia ser alcançado. Não creio que tivesse sido grande a população de Valongo em tempo dos romanos e mesmo dos árabes. Não consta que tenham aparecido em alguma das suas actuais aldeias vestígios desses povos. Restos de tégula só os vi no Espinheiro, onde também foi encontrado um lagar e outros objectos. E nada mais. É possível que venha do tempo romano a exploração agrícola de terras em Valongo, Arraval, Cristelo, Fermentões e outras, próximas do *présidio* do Marnel e próximas da estrada que pela margem direita do rio de Beco ia a Viseu, por Doninhas, Bem-feitas e Vouzela. Mas o que hoje chamamos campo e lavours de Brunhido, Paço, Arrancada, Aguieira, Veiga, tudo seria chão maninho, coberto de urze e floresta, onde as feras viviam tranquilas de perseguição dos homens. Estas aldeias, e outras que já morreram, tiveram o seu nascimento quando a paz da reconquista permitiu o repovoamento da terra abandonada. São filhas do século X, XI e XII.

Das terras mortas a que mais cedo desapareceu dos documentos foi *Farelanes*. Onde seria? Diz-no-lo o inventário de Gonçalo Viegas, de 1077 (*P. M. H.*, doc. DXIIX). Ali vem as suas confrontações, que são: Macinhata, Eira Velha, pelo Vouga, — Fermentões — e a várzea que ficava entre o mesmo Farelanes e Castrelo. Era grande o seu termo e talvez não andemos muito longe da verdade se dentro dele lhermos o assento precisamente nas terras secas a Poente da estrada entre Carvalhal e o Campo. Dentro deste termo fica o actual lugar das Cavadas, a que o documento não alude naturalmente porque não existia, como ainda não existiria Carvalhal, aldeias que só surgiram mais tarde. Farelanes não deve ter alcançado o século XIII.

Aguieira. No princípio do século XIII era dos Templários. Como lhes foi passar às mãos? Talvez por doação régia. Esta Aguieira, não é a Aguieira actual, mas, a Velha, que ficava acima do Covão. Hoje só lá há terras de cultura. Nos vestígios de habitação que ainda há poucos anos lá se viam, não havia nenhum elemento luso-romano ou árabe. Era tudo posterior à reconquista. A aldeia actual deve ter-se formado depois do século XIII. Acredita-se que Aguieira vem de *áquila* — águia — e significa lugar de águias. Não penso assim. O nome deve derivar de *água*, como *Águeda*, e relaciona-se com a nascente que há ali e que naquele tempo era mais funda, formando charco. Aguieira, a parte a Poente do rio, foi vila e teve foral de D. Manuel. Vila sem história, sem facto ou acontecimento que lhe marcasse alguma glória ou celebridade no tempo. Há outra Aguieira mencionada

no Foral de Paredes no século XI — Agueira na Inq. de 1258, a pág. 331 e Agueiros na pág. 347, e Agueiras na pág. 732.

Brunhido. Diz a Inquirição de Afonso II que o rei tinha ali reguengo que pagava de quatro o pão e o linho. Andava este reguengo em préstimo nas mãos dos filhos de Fernando *Bruneto*. Foi a primeira vez que vi este nome — *Bruneto*. Não sei mesmo se é nome, se é apelido. Como estamos numa época em que os apelidos são raros, talvez seja nome. Seria então este *Bruneto* pai de Fernando e avô dos prestameiros de Afonso II. Sendo assim está revelada a origem antroponímica de *Brunhido*. *Vila Bruneti*.

Embora o antroponímico *Brunhido* venha de *Bruneto*, este tem a sua etimologia em *prunus* — ameixa — com sufixo *eto*. Assim também se pode ter dado o caso de em vez de ser a terra a tomar o nome do apelido de Fernando, ser este a receber o apelido do nome da terra — *Bruneto*, quer dizer, pomar de abrunheiros. E bom apoio tem esta hipótese, porque diz a Inquirição de Afonso III, na página 662 — Julgado de Cabeceira de Basto: «et in Brunedo jacet allus campus». É outro *Brunhido* e esta derivado de *Pruneto* — *Brunedo*.

Nos documentos medievais não aparece a palavra *prunus* — mas ameixa. Pois também ameixa deu *Amexanete* — topónimo geográfico — registado por CORTESÃO no seu *Onomástico Medieval*.

Mas em *Brunhido* não havia só o reguengo, havia outras terras livres sujeitas apenas ao foro da Cavalaria, como depois se viu no *Rol das Cavalarias do Vouga*. Também no reinado de D. Dinis foi feita uma doação a seu filho bastardo D. Pedro, conde de Barcelos, da quinta de *Brunhido*, por Martim de Spiuca e sua mulher Urraca Esteves. ANTÓNIO CAETANO DE SOUSA, a pág. 158 do Liv. II da *Hist. Genealógica da Casa Real*, refere o facto e o documento, mas não publicou este. Diz-se que D. Pedro vivera ali algum tempo. Como a casa, grande ou pequena, em que poisava o rei ou infante, se chamava Paço, é bem fundada conjectura a que atribui a origem dessa aldeia de Paço a esse facto. A quinta de *Brunhido* seria pois o lugar em que hoje assenta a actual povoação daquele nome.

Arrancada. Durante algum tempo julguei que não seria de todo fora do senso ligar o nome *Arrancada* às expedições contra os mouros, que tinham aquele nome. Pesava no meu espírito a circunstância de ficar perto o Monte Marnel, fortificado de muralhas, onde os mouros terão feito muitas vezes resistência. Mas a verdade é que até hoje não encontrei nenhum fundamento seguro para apoiar esta opinião. E porque também se não encontrou na aldeia nem nas lavouras circundantes nenhuma pedra, telha ou utensílio que deno-

tasse antiguidade mourisca, tenho de procurar outra origem para a palavra, enfileirando-a na classe das *Arrotas* — *Cavadas* e *semelhantes*.

Desde os mais antigos tempos medievais de que temos documentos, os terrenos virgens que foram revolvidos pelo homem, para os adaptar à produção agrícola, chamaram-se terras *ruptas*, *rubtas*, *calvas*, e as de monte maninho, isto é, as que não tinham sido revolvidas, chamavam-se *irruptas*, *dirruptas*, e mais geralmente *bárbaras* ou *bárvaras*. Era assim nos séculos IX-X-XI e ainda no século XII. Estes documentos eram escritos no chamado latim bárbaro, latim dos formulários. E, como os escribas ou notários que tinham o encargo de fazê-los não conheciam geralmente a língua, além da corrupção das fórmulas iam latinizando a seu modo as palavras do *romance*, isto é, da língua falada. Os descuidos nessa adaptação às fórmulas das palavras correntes, deixam-nos ver alguma coisa desse *romance* que mal conhecemos por falta de documentos. É assim que num documento do princípio do século XI se fala em terras *rotas*. (P. M. H., doc. CCXV). O notário descuidou-se e escreveu *rotas* que era naturalmente como o povo lhes chamava então e como lhes continuou a chamar nos séculos seguintes. E ainda hoje se lhes chamam *Rotas* e *Arrotas*.

Vem o *ruptas* do verbo latino *rumpere* e o *inruptas* do mesmo verbo com o prefixo negativo *in*. No documento CCCCLXXXII de P. M. H. definiu-se o que eram estas terras dizendo: «pre arrumpere» por romper, como nós dizemos hoje.

Arrancar é tirar alguma coisa do seu lugar pela força. Assim se diz arrancar árvores quando estas são derrubadas, escavando as suas raízes ou puxando-as à superfície pela força. E chamou-se *arrancada* à operação e também ao terreno que por ela foi preparado para a agricultura.

Parece que este verbo *arrancar* vem do verbo latino *aruncare*. Não descobri, porém, em que época do povo romano este verbo foi usado nem em que parte do império. Não o encontrei até agora nos clássicos nem em documentos de outras épocas, mas bem pode existir nuns e noutros. Também o não encontrei em documentos dos séculos IX a XI, e aí foi mais larga a minha pesquisa. No código visigótico usa-se o verbo *evellere*: «De vinia incisa, vel *avulsa* sive *concremata*».

A primeira vez que encontrei o verbo *arrancar* foi no foral de Seia, de 1136 «et homine de ille caualeiro arrancado fuerit que sereiati...» (*Leges*, Fasc. III, pág 37). Depois no foral de Freixo de 1152 (*Leges*, Fasc. III, pág 379): «Per totum furtum qui fuerit arracado per lide vel per ferre...». A seguir, numa carta de Afonso VIII de Castela, de 1168,

«Item quicumque furabitur, vel arrancabit aliquam arboram...» (cit. por DUCANGE — sub. *arrancare*).

Nas inquirições de Afonso III — 1258 — Julgado de Penafiel, Vila Boa de Queires (*Inquisitiones*, vol. 1.º, pág. 595) lê-se esta passagem, delimitando um reguengo: «...et incipitur in flumine de Zameiro; deinde ad rigun quod vadit ad *Arrancadam*: deinde ad marcum quod partit cum domo Laurencio deinde ad montem de Arrancada; deinde ad fluminem de Zameiro».

Foi sobretudo esta passagem das Inquirições de Afonso III que fortaleceu no meu espírito a opinião de que o topónimo Arrancada não deriva duma modalidade guerreira, mas de um processo agrícola, de aproveitamento da terra.

Disse e repito que não encontrei nos clássicos o verbo *eruncare* donde parece derivar *arrancar*. Alguns dicionários não o registam. Presumo por isso, que aquele verbo pertença ao latim medieval e represente um frequentativo do verbo *eruer*. A circunstância deste verbo não aparecer nos documentos dos séculos IX, X e XI, não significa que ele não existisse, mas apenas talvez o seu pequeno uso. As florestas eram poucas, muito poucas. As terras de cultura eram de sobra para a população, rarefeita pelas guerras e fome. Muitas haviam sido abandonadas. O homem não tinha, portanto, necessidade de arrancar florestas para aproveitar a terra no cultivo do pão. Não vi num só documento daqueles séculos mencionada a operação de arrancar árvores nem a necessidade de usar o verbo *eruncare* ou outro.

Foi nos séculos XI e XII que o desenvolvimento da população, quer pelo aumento dos naturais, quer pela fixação de estrangeiros, determinou a necessidade de alargar as áreas de cultura pelo aproveitamento de terrenos antes cultivados e abandonados e doutros onde a floresta denunciava fertilidade.

E os primeiros reis Afonso Henriques, Sancho I e Afonso II puseram tão grande cuidado no aumento e defesa do reino, como no povoamento da terra conquistada. São numerosas as referências das Inquirições a doações de terras feitas por Afonso I e Sancho I para povoamento. Muitas eram honradas, isto é, isentas de todos os impostos. A terra onde hoje está Arrancada deve ter sido doada por Afonso Henriques ou Sancho I a algum ou alguns para arrancarem a floresta e fazer terra de pão, para a «povoarem, plantarem e edificarem» como então se dizia. E foi certamente honrada, pois só assim se explica que a Inquirição de Afonso II de 1222, não mencione ali direitos de rei.

Na Inquirição de D. Dinis, de 1282, sessenta anos posterior àquela, já Arrancada nos aparece como terra de alguma população. As testemunhas inquiridas nesta mostram-se

TERRAS DO CONCELHO DE ÁGUEDA

hesitantes, falando em uma Cavalaria, outra num reguengo no Ribeiro de Meghavales. Ora no *Rol das Cavalarias do Vouga* não foi confirmada a Cavalaria de Arrancada, nem depois houve referências ao tal reguengo. É possível que houvesse no testamento (escritura de doação) algum encargo militar que se perdeu, deixando vaga tradição. Isto sucedeu muitas vezes.

Arrancada deve ter tido a sua origem nos séculos XI ou XII, mais possivelmente neste. Darei os agradecimentos a quem mostrar ser Arrancada mais antiga. Todas as terras procuram na história algum facto que as notabilize. Eu costumava dizer que Arrancada é notável precisamente por não ter nada que a celebre. Entretanto sou bairrista.

Arrancada cresceu. Agregada às terras do Julgado de Vouga, sempre pertenceu a este. Não teve foral. Não obstante, era a principal aldeia do Julgado, nesta se processava a maior parte do movimento forense. Lá viviam advogados, juizes, escrivães e todos os mais funcionários que governam sua vida a proteger órfãos e viúvas. No princípio do séc. XIII, diz o padre CARVALHO, tinha onze sacerdotes. Hoje tem duas capelas reconstruídas e nenhum padre.

bibRIA
AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

O JAZIGO DA CASA DOS MAIAS, DE AVEIRO

A CASA dos Maias, de Aveiro, teve o seu jazigo nas duas capelas laterais da igreja do convento de carmelitas descalços de Aveiro, por mercê de D. Brites de Lara e Meneses, padroeira deste convento e senhora das ditas capelas ⁽¹⁾.

Esta igreja era e ainda é hoje da invocação de Nossa Senhora do Carmo.

O contrato referente ao padroado e capelas foi feito por esta ilustre senhora com os frades por escritura de 25 de Agosto de 1626, lavrada pelo tabelião Belchior Correia de Vasconcelos e trasladada pelo tabelião Domingos Gomes Pimentel, sendo João da Maia de Araújo procurador de D. Brites de Lara e Meneses.

Esta, quando veio residir para Aveiro, era já viúva de D. Pedro de Medicis, irmão do Grão-duque da Toscana, e do seu matrimónio não tinha tido filhos. Aqui passou a viver como numa pequena corte, tendo tomado para sua camareira-mor D. Maria Dias de Araújo, casada com António da Maia, ambos naturais da próxima vila de Esgueira.

Vamos ver como as duas referidas capelas entraram na posse dos Maias.

João da Maia Araújo ou simplesmente João da Maia, filho destes, veio a ser veador de D. Brites de Lara e Meneses, a qual, mais tarde, para o honrar e recompensar pelos muitos serviços que já lhe tinha prestado, fez-lhe doação da capela da parte do Evangelho, em 9 de Julho de 1635, para si e seus herdeiros e suas sepulturas e de seus parentes. A esta capela foi dada a invocação de Nossa Senhora do Pilar.

A sua segunda camareira-mor, D. Inês da Silveira, que então a servia, doou, em data não distante da precedente,

(1) Veja-se *Genealogia dos Maias*, em *Arq. do Dist. de Aveiro*, vol. VI, pág. 47.

a outra capela da parte da Epístola, para si e seus herdeiros, e para suas sepulturas. Esta capela teve a invocação de S. Sebastião, e mais tarde, a de Santo Cristo.

Estas doações foram confirmadas por D. Brites de Lara e Meneses no seu testamento feito em 13 de Maio de 1647 por mão de frei Manuel de S. Jacinto, pregador geral da Ordem dos Pregadores e morador no convento de S. Domingos de Aveiro.

Este testamento foi aprovado no dia 22 do dito mês e ano pelo escrivão Baltasar Pais Coelho, da vila de Aveiro, e aberto em 4 de Junho de 1648. dia do falecimento da testadora, pelo Dr. Simão Rodrigues Taborda, juiz de fora de Aveiro; foi em seguida lançado no maço primeiro da provedoria da comarca de Aveiro, desde folha 9 verso até folha 15 verso, e no livro de notas de Baltasar Pais Coelho desde folha 46 até folha 60.

A referida D. Inês da Silveira faleceu em 9 de Fevereiro de 1637, sem geração, e ainda em vida de D. Brites de Lara. No seu testamento pedia a esta que ficasse administradora da capela que lhe havia doado ou que para ela nomeasse administrador.

D. Brites de Lara e Meneses nomeou então administrador desta capela ao dito João da Maia e depois dele a seus herdeiros. Assim ficou este na posse das duas capelas, a qual se transmitiu a seus descendentes durante cerca de um século. Nestas capelas foram sepultados os seus administradores e outros membros da família dos Maia, até à extinção da Casa.

Para esclarecimento do que fica dito, transcrevemos de um manuscrito do século XVIII os passos do testamento de D. Brites de Lara e Meneses referentes às doações das capelas a D. Inês da Silveira e a João da Maia.

«Ignez da Sylveira m.^a camareira mor me servio 46 annos com tanta liald.^e e amor como a todos hé notório pelo q̃. eu lhe fiz m.^{ce} de hũa capella em o meu con.^{to} de N. Sn.^{ra} do Carmo desta villa por hũa carta m.^a aqual está escrita em pergaminho, firmada por m.^a mão; e selada com o selo de m.^{as} armas em cera vermelha com fita azul pendente na qual capella q̃. hé da parte da Epistolia está sepultada, quero, e mando, q̃ se guarde esta carta de m.^{ce} da d.^a capella assim e da maneira q̃. nella se contém com missa cotidiana perpetua, que se comessou a dizer desde o dia do seu falecim.^{to} com o q̃. lhe fasso m.^{ce} e pago seus servissos.»

«João da Maya cavalr.^o da ordem de Christo fid.^o de m.^a caza meu veador me servio m.^{tos} annos como fiel, verdadeiro, e lial creado, por lhe fazer m.^{ce} e pagar servissos lhe passei hũa carta em q̃ lhe fiz m.^{ce} da capella

da p.^{te} do Evang.^o do meu Conv.^{to} de N. Sn.^{ra} do Carmo em q̄ está sepultado, a qual carta está em pergaminho escrita firmada com o sinete de m.^{as} armas impressas em cera vermelha asinada por m.^a mão com fita vermelha pendente na qual capella tem missa cotidiana perpetua q̄ comessou a se dizer desde o dia do seu falecim.^{to} com juro perpétuo de vinte mil reis cada hum anno como a de Ignez da Silveira em q̄ eu digo q̄ eu quero e mando, q̄ se pague, e dê aos Rilig.^{os} do d.^o meu conv.^{to} do Carmo, e assim mando se guardem todas as clauzulas das d.^{as} cartas q̄ são passadas na forma da escritura q̄ com os d.^{os} Rilig.^{os} celebrei q.^{do} me institui padroeira.

João da Maya cavalr.^o da ordem de Christo fid.^a de m.^a caza e meu veador ficou por herdeiro de Ignez da Sylveira m.^a camareira mór, a qual me pedio em seu testam.^{to} foce administradora da sua capella de q̄ lhe fiz m.^{ce}, ou nomiaçe administrador q.^m me parecece: Logo então q̄ D.^s a levou p.^a si, nomiei administrador na forma do testam.^{to} a João da Maya, e depois d'elle nomiei administradores a seus herdeiros pello q̄ eu decláro o q̄ hei feito, e se hé necessário aqui de novo fasso nova nomiação de administradores aos herdeiros de João da Maya assim da maneira q̄ conforme o testam.^{to} e direito devo fazer.»

D. Brites de Lara e Meneses exarou ainda no seu testamento o seguinte:

«Em caso q̄ se existem algúas deimandas, ou dúvidas sobre a execussão deste meu testam.^{to} e comprim.^{to} da escritura q̄ fiz sobre o meu conv.^{to} de N. Sn.^{ra} do Carmo, ou Provisoens das duas capellas de João da Maya meu veador q̄ foi e de Ignez da Silveira m.^a camareira mór q̄ foi, mando q̄ o que agenciar as tais demandas, e impugnar por execussão deste meu testam.^{to}, escritura, e provizoens se lhe dê pór dia tanto quanto parcer a meus testamenteiros o q̄ efectivam.^{te} se pagará.»

A carta que D. Brites de Lara e Meneses mandou passar a João da Maia em 1635 é do seguinte teor, conforme o referido manuscrito:

«D. Brites de Lara, e Menezes, f.^a dos Ex.^{mas} Duques de Vila Real viuva de D. Pedro de Médicis meu sn.^r filho dos sereniss.^{os} Grão Duque da Toscana, etc.

Havendo resp.^{to} aos m.^{tos} annos q̄ João da Maya caval.^o do habito de Christo meu veador e fid.^o de m.^a caza tem continuado em meu servisso, e ao grande zelo, e satis-

fação com q̄ sempre procedeu nelle, e por desejar de lhe fazer m.^{co} hei por de lhe dár hũa capella no meu Mostr.^o de N. Sr.^a do Carmo de Rilig.^o descalsos desta villa de Aveyro q̄ hé a q̄ fica logo abaixo do altar colateral do cruzeiro da parte do Evangelho da qual lhe fasso m.^{co} de hoje p.^a sempre p.^a elle e seus herdr.^o, e poderá nella mandar fazer sepultura ou sepulturas p.^a se interrar elle e seus sucessores e parentes, e mais pessoas q̄ elle, ou q.^m dipois delle possuir a d.^a capella ordenarem, de maneira q̄ seja seu interro proprio, e ao diante o será dos seus na forma q̄ elle quizer, e outro sy poderá nela instituir a obrigação de missas e mais sufragios q̄ lhe parecer, e no retabolo do altar pôr as imagens a q̄ tiver mais devoção; de modo q̄ a d.^a capella tenha a invocação q̄ elle escolher, e em tudo a ordene, e disponha como couza sua q̄ hé, e p.^a isso poderá logo tomár posse della com authorid.^e de justiça, ou sem ella, e mandar pôr o escudo das suas armas no arco, ou fronteespicio, e nas mais partes q̄ quizer, e fazer todos os mais actos de verdadeiro sn.^r, e possuidor da d.^a capella, a qual elle e seus descendentes, e herdr.^o possuirão sempre livre sem incargo algum de a ornar, ou fabricar, porq̄ pello contrato q̄ tenho feito com os Rilig.^o do d.^o meu Mostr.^o tem elles obrigação de fabricar, e ornar os cinco altares, q̄ são meus, e na forma em q̄ a d.^a cap.^a era minha, e a possuir se não fizera m.^{co} della, com a mesma liberdade, e izenção será do d.^o João da Maya a q.^m a dou, e ao R.^{do} Prior e mais Rilig.^o encomendo lhe deem a posse da d.^a capella, e o reconheção por s.^r della; e porq̄ assim me apraz todo o sobred.^o lhe mandei passar p.^a seu titulo esta carta de m.^{co} e doação por mim assinada e selada com o meu sinete. Dada em Aveyro aos 9 dias do mez de Julho Thome de Pinho a fez por mandato de S. Ex.^a de 1635.

D. Brites de Lara e Menezes».

O dito João da Maia, comendador da Ordem de Cristo, da igreja de S. Salvador de Tangil, faleceu solteiro e sem geração, em 22 de Dezembro de 1646, ainda em vida de D. Brites de Lara e Meneses e foi sepultado na sua capela de Nossa Senhora do Pilar. A ele succedeu seu irmão António da Maia de Araújo que tomou posse das duas capelas em 12 de Março de 1647, e faleceu em 16 de Agosto de 1667, tendo sido sepultado também na referida capela.

Nesta foram também sepultadas sua mulher D. Maria Ana de Andrade da Gama e sua irmã D. Branca da Maia Araújo, que depois do falecimento de seu marido, Jacinto da Rocha Pimentel, foi também camareira-mor de D. Brites de Lara e Meneses e faleceu em 5 de Maio de 1674.

António da Maia Araújo casou-se com D. Maria Ana de Andrade da Gama em 9 de Abril de 1628 e dela teve doze filhos, dos quais o mais velho foi João da Maia da Gama.

Este era ainda de menor idade quando D. Brites de Lara e Meneses fez o seu testamento, mas nele lhe legou um juro perpétuo de cinquenta mil reis. Assim, declarou:

«A João da Maya da Gama criei, e por amor q̃ lhe tenho lhe deixo e quero fazer m.^{ce} pello q̃ ao d.^o João da Maya da Gama deixo sincoenta mil reis de juro perpetuo de q̃ se pôde tirar padrão com tal condição q̃ elle os não poderá vender, dár, alienar, trocar, descambar, hipotecar, senão q̃ delles e nelle se fará hũa forma de morgado perpetuo o qual se chamará com o nome de Maya, porq̃ assim sejam sempre vivas as memórias da m.^{ce} q̃ lhe fiz, e servissos q̃ me fizêrão; e sendo D.^s servido q̃ o d.^o João da Maya morra antes de haver este juro, e sem ter filhos legitimos de legitimo matrimonio substituição no d.^o juro seus irmaons e os filhos descendentes de seus irmaons por suas antiguidades, precedendo sempre os varoens ás femeas.»

João da Maia da Gama, por morte de seu pai, entrou na posse das sobreditas capelas. Foi cavaleiro da Ordem de Cristo, ajudante da cavalaria do Minho na guerra da aclamação e juiz da alfândega de Aveiro.

Casou quatro vezes, e da sua quarta mulher, D. Ana Correia do Amaral, teve dois filhos: Luís da Maia da Gama de Abreu e Pedro da Gama da Maia; e três filhas: D. Francisca da Gama, D. Maria de Nazaré e D. Margarida Micaela, tendo as duas últimas sido freiras no convento de Jesus de Aveiro.

João da Maia da Gama faleceu em 1 de Outubro de 1688 e foi sepultado na capela de Nossa Senhora do Pilar; sua quarta mulher, D. Ana, faleceu em 21 de Março de 1688, e foi sepultada na capela do Santo Cristo.

Luís da Maia da Gama de Abreu, filho primeiro de João da Maia da Gama foi administrador das duas capelas com o juro perpétuo de cinquenta mil reis impostos no almoxarifado do ducado de Aveiro. Faleceu solteiro e sem geração em 30 de Agosto de 1697 e foi sepultado na sua capela de Nossa Senhora do Pilar.

Seu irmão Pedro da Gama da Maia, baptizado em 19 de Outubro de 1686, succedeu-lhe na administração das ditas capelas e juro. Não se casou e faleceu em 14 de Junho de 1712, com vinte e seis anos de idade. Também foi sepultado na capela de Nossa Senhora do Pilar. Com ele se extinguiu a Casa dos Maiaes.

Nos padroados e juro das duas capelas sucedeu a Pedro da Gama da Maia sua irmã D. Maria de Nazaré, freira no convento de Jesus, onde professara no ano de 1705. A esta sucedeu sua irmã D. Margarida Micaela da Gama, também freira no mesmo convento onde professara em 1714. Nenhuma das duas foi sepultada nas capelas da igreja do convento do Carmo.

Como se vê, a capela de Nossa Senhora do Pilar foi reservada especialmente para as sepulturas dos administradores; a capela do Santo Cristo serviu para as sepulturas de outras pessoas da família, e assim, nesta foi sepultado em 1 de Maio de 1714 Carlos Luís da Gama da Maia, filho terceiro de Manuel da Maia da Gama, irmão de João da Maia da Gama; em 17 de Fevereiro de 1722, Carlos Ribeiro da Maia da Gama.

Em alguma das duas capelas, mas que não podemos indicar com segurança, foram ainda sepultados: em 14 de Junho de 1729, Manuel da Maia da Gama de Abreu, irmão de João da Maia da Gama; em 18 de Abril de 1716, D. Serafina da Graça, filha de Manuel da Maia da Gama; em 8 de Julho de 1716, D. Luísa da Gama de Andrade e Abreu, filha de António da Maia Araújo.

Tendo-se extinguido a Casa dos Maias, os frades não consentiram em mais nenhum enterramento de pessoas desta família nas referidas capelas, depois do ano de 1729. Com efeito, Luís da Maia Ribeiro da Gama, que foi arcipreste de Guimarães e morreu em Aveiro em 29 de Janeiro de 1731, foi sepultado por depósito na igreja de S. Miguel, até se resolver a demanda com os religiosos do Carmo, a qual deve ter sido favorável a estes.

Actualmente, como recordação dos Maias, apenas existe um brasão de pedra com as armas dos Gamas e Maias, suspenso no arco da capela de Nossa Senhora do Pilar. Tal brasão deve ter sido feito por volta do ano de 1711, em vida do Pedro da Gama da Maia. Esta é a data que figura no muro do adro da igreja, cujo portal tem ornatos idênticos aos que cercam o mencionado brasão. Devemos notar que numa das paredes da capela do Santo Cristo existe uma lápide sepulcral com um brasão em lisonja, mas com as armas picadas.

Aveiro, Novembro de 1950.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

O CONVENTO DA FEIRA, PELO PADRE JORGE DE SÃO PAULO

(Continuado do vol. XVI, pág. 270)

CONCLUSÃO

(Na folha 36) Costumes que temos com o cura clérigos e fregueses, e câmara.

(Tem os seguintes sub-títulos:)
Cura, clérigos, confrarias, abusos que tirei. (Vai da folha 36 ao verso da 38, sem grande interesse.)

(Na folha 42) Lembrança do primeiro reitor (emendado por outra letra para:) «Administrador» deste convento e mais sucessores dele.

§ 1.º O religioso que governa este convento não tem ainda verdadeiro título de reitor porquanto não é nem nunca foi casa colegiada, somente lhe deram título de administrador das obras; posto que sempre se intitula reitor da Feira, é eleito em capítulo geral pelos votos da definição, tem mesa travessa como qualquer outro prelado das mais casas.

§ 2.º No ano de 1566 aos 30 de Abril fizeram os homens nobres desta vila petição ao capítulo em que pediam se elegesse reitor para que governasse esta igreja, porquanto des a concessão e união das igrejas de S. Nicolau e Travanca a este convento que foi no ano de 1550, era a dita igreja governada por curas sem residência de abade, somente o reitor do Porto de quando em quando acudia às obras do mosteiro; alegando juntamente na petição que o rendimento do curado sem a renda do convento bastava para sustentar ao reitor e seu companheiro e outras coisas que se podem ver na petição que está na gaveta 4.ª n.º 10.º

§ 3.º Na sobredita petição não está despacho algum do capítulo, porém achei que quando se fez o contrato com os fregueses que foi em 17 de Dezembro de 1566 acerca de se mudar a freguesia para o convento, se nomeia no contrato o padre João de Santa Maria por reitor desta casa (1566-67) e procurador da congregação para celebrar o contrato: e a petição dos fregueses foi a 30 de Abril do mesmo ano de 1566. De modo que combinadas as eras, foi eleito no capítulo em que se apresentou a petição o padre João de Santa Maria por reitor deste convento assim que foi o primeiro reitor dele e começou no dito ano de 1566.

(No verso da folha 42) E adverti que este mesmo padre João de Santa Maria no mesmo capítulo que foi eleito por reitor desta casa, tinha acabado de reitor do Porto; (à margem por outra letra:) «Quem o dispensou» o que colijo do dia e ano em que tomou posse da igreja de Travanca que foi aos 17 de Dezembro de 1565 como consta do instrumento da posse que está na gaveta 1.ª n.º 11.º e acabou de reitor do Porto no capítulo que se fez daí a cinco meses que foi em Maio de 1566 no qual foi eleito porque em Dezembro da mesma era se nomeia reitor no contrato dos fregueses que está na gaveta 4.ª n.º 8.º e no livro 10 fol. 7 se nomeia também por reitor desta casa. (À margem e por outra letra:) «se nomeia e quem o fez».

Primeiro reitor começou no ano de 1566

(À margem por letra diversa:)

«Primeiro Presidente ou aliás» (liga com as palavras: «Administrador 2.º» que vão notadas abaixo)

	Anos	
	1566	} o p.º João de Santa Maria
	1567	
Adm. dor 2.º	1568	} o p.º Francisco de Sam Tiago
	1569	
3.º	1570	} o p.º Miguel de Santa Maria
	1571	
	1572	
4.º	1573	} o p.º António de Cristo
	1574	
	1575	
5.º	1576	} o p.º Gaspar de Cristo
	1577	

- | | | | |
|------|----------------------|---|---|
| 6.º | 1578
1579
1580 | } | o p.º Manuel do Salvador |
| 7.º | 1581
1582
1583 | | |
| | | | |
| 8.º | 1584
1585 | } | o p.º António da Cruz o Velho |
| 9.º | 1586
1587
1588 | | |
| | | | |
| 10.º | 1589
1590
1591 | } | o p.º Pero da Assunção que foi geral três vezes |
| 11.º | 1592
1593
1594 | | |
| | | | |
| 12.º | 1595
1596
1597 | } | o p.º A'lvares de Santa Maria |
| 13.º | 1598
1599
1600 | | |
| | | | |
| 14.º | 1601
1602
1603 | } | o p.º António da Cruz da Marante |
| 15.º | 1604
1605
1606 | | |
| | | | |

(Na folha 43) Por letra do reitor Manuel da Purificação Magalhães:)

- | | | | |
|----|--|---|-----------------------------------|
| 16 | 1607
1608 | } | o P. Manuel da Cruz que foi geral |
| | | | |
| | 1609
1610
1611
1612
1613
1614 | } | o P. Paulo da Conceição |
| 17 | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

O CONVENTO DA FEIRA

- 18 1615 } o P. Manuel da Conceição Botelho
1616 }
1617 }
- 19 1618 } o P.º João de S. Paulo
1619 }
1620 }
- 20 1621 } o P.º Miguel do Espírito Santo que foi geral
1622 }
1623 }
1624 }
1625 }
1626 }
1627 }
1628 }
1629 }
- 21 1630 } o P.º Manuel da Cruz 2.ª vez
1631 }
1632 }
- 22 1633 } o P.º João de S. Miguel
1634 }
1635 }
- 23 1636 } o P.º M.º Jorge de S. Paulo
1637 }
1638 }
- 24 1639 } o P. Pantaleão de S. Tiago
1640 }
1641 }
- 25 1642 } o P.º Manuel da Cruz
1643 }
1644 }
- 26 1645 } o P.º Teodósio de S. João
1646 }
1647 }
- 27 1648 } o P.º António da Anunciação Barreto
1649 }
- 28 1650 } o P.º Teodósio de S. João 2.ª vez (*Por outra*
1651 } *letra:*) «Neste acabou a Administração
1652 } das obras».

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

1653 } o P.^o Paulo da Trindade 1.^o reitor eleito
1654 } por votos de toda a religião.
1655 }

1656 } o P.^o Gaspar de Santa Maria Cabral: 2.^o reitor
1657 }
1658 }

1659 } o P.^o Inácio da Assunção
1660 } 3.^o reitor
1661 }

1662 } o P.^o António da Madre de Deus Chichorro
1663 } 4.^o reitor
1664 }

1665 } o P.^o João dos Mártires
1666 } 5.^o reitor
1667 }

(No verso da folha 43)

1668 } O P.^o Manuel da Purificação Magalhães
1669 } 6.^o
1670 }

1671 } O P.^o Jacinto da Conceição
1672 } 7.^o
1673 }

1674 } O P.^o João do Evangelista que foi geral
1675 } 8.^o
1676 }

1677 } O P.^o António de Santa Margarida
1678 } 9.^o
1679 }

1680 } (*Riscado: «o P.^o Bento da Esperança»*)
1681 } O P.^o Bento da Esperança
1682 } 10

(Por diversas letras:)

1683 } O P.^o Francisco das Chagas
1684 } 11
1685 }

1686 } O P.^o M.^o Silvestre de Santo Isidoro
1687 } 12
1688 }

O CONVENTO DA FEIRA

1689 }
1690 } O P.º Francisco do Espírito Santo Sintra
1691 } 13

1692 }
1693 } O P.º João da Graça
1694 } 14

1695 }
1696 } O P.º Manuel de Santo Agostinho
1697 } 15

1698 }
1699 } O P.º Manuel Jerónimo da Anunciação
1700 } 16

1701 }
1702 } O P.º Francisco do Evangelista
1703 } 17

1704 }
1705 }
1706 } O P.º Manuel da Anunciação do Porto
1707 } 18
1708 }

1709 }
1710 } O P.º António da Esperança do Porto
1711 } 19

1712 }
1713 } O P.º Brás da Purificação
1714 } 20

1715 }
1716 } o C. Manuel dos Anjos
1717 } 21

(*Por letra do reitor Crispiniano:*) «Vai continuando esta sucessão a fl. 66»

(*Na folha 66*) (*Por letra do reitor Crispiniano:*) «Continua a sucessão dos reitores»

(*Por letra do padre Jorge de S. Paulo, mas riscado depois:*) Tabuada de todos os caseiros que pagam a este convento.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

(*Por letra do reitor Crispiniano:*) Continua-se a sucção dos reitores que começa a fl. 42

1718 }
1719 } O P.^o Preg. Diogo da Anunciação
1720 }

1721 }
1722 } O P.^o Preg. Jerónimo de S. Bernardo
1723 }

1724 } O M. R.^{do} cónego preg. geral Crispim da
1725 } Madre de Deus Crispiniano
1726 }

(*Com outra tinta e talvez por outra letra:*)

1727 No primeiro ano o P.^o P. António de S. Bento
de Braga. Este renunciou: e se fez vigário reitor o P. Manuel dos Anjos de
1728 S. Varão, o qual também renunciou no
3.^o ano, e foi eleito 2.^o vigário reitor o
1729 P. P. Sebastião de S. António natural
de Anadia que acabou o triénio.

(*Por outras letras:*)

{ 1730 O P.^o João de S. Bernardo natural de Gui-
1731 marães
1732 }

{ 1733 O P.^o P. Domingos da Esperança natural
1734 de Matosinhos o qual na 3.^a visita do
1735 seu triénio foi para o Porto e ficou
seu vice reitor governando mais um
1736 ano que houve suptutoria por se furtar
a arca dos votos e (*riscado:*) «só veio
fazer comp.^o»

{ 1737 o P. P. José da Anunciação Evangelista
1738 natural da cidade do Porto.
1739 }

(*No verso da folha 66*)

{ 1740 o R.^{do} P.^o Simão de Santa Teresa de Jesus,
1741 que renunciou no 1.^o ano e se elegeu
1742 vigário reitor no 2.^o ano o R.^{do} P.^o José
de Santo António até o fim.

O CONVENTO DA FEIRA

- { 1743 o R.^{do} cónego Manuel da Visitação que
 1744 reunciou e acabou o triénio o P.^e Sebas-
 1745 tião de Santa Ana Torres.
- 1746 o R. P. Tomás de Santa Maria de Braga
- { 1747
 1748
 1749
 50-51 o R. C. Paulo da Assunção do Alentejo
- 52-53 e 54 o R. C. Egidio de Santa (*nome que não
 leio*) de Soure
- 55-56 e 57 o R. C. Pedro de S. Joaquim de (*nome que
 não leio*) de Soure
- 58 até 67 o R. C. M.^o Manuel de Santo António de
 Lamego
- 68 até 8bro de
 71 o R. C. Manuel de Santo Albino do Porto
- de Dezembro de
 71 até 8bro de 75 o R. C. José de Santo António Leigal do
 Porto
- des 15 de 8bro até
 11 de Julho de 76 o R. C. vice reitor Teodoro de Santa Clara
 de Lisboa
- 1776 entrou o R. C. R.^o Domingos da Santa
 Rosa de Encourados
- 1777 até 1780 o P.^e M.^e Vicente de S. Carlos Lisboa, de
 Lisboa
- 2 de Janeiro
 de 1780 até 1786 o R. C. Joaquim José Lopes da Costa do
 Porto
- de 1786 até
 de 1789 até 1790 o R. C. Gregório Luís Frutuoso do Porto
 o R. C. José da Madre de Deus Barreto do
 Douro
- de 1790 a 92 o R. C. António de Pádua Correia de
 Sousa do
- { 1792
 1793
 1794 o R. P. M.^e Alexandre Carlos de Magalhães
 de Lisboa
- 1795 }
 1796 } o R. C. José Camelo Cotrim
 1797 }
- 1798 }
 1799 } Joaquim José Loureiro, de Braga
 1800 }

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

(Na folha 67)

1801 } o R. C. Custódio José de Araujo e Silva,
1802 } da Póvoa de Lanhoso
1803 }

1804 } o R. C. Joaquim Feliciano de Abreu do
1805 } Pico de Regalados
1806 }

1807 } o R. C. Joaquim de Azevedo dos Arcos
1808 } de Ponte de Lima
1809 }

1810 } o R. C. José Duarte Coelho, de Vila do
1811 } Conde
1812 }

1813 } o R. C. António Rodrigues de Sousa Vale
1814 } de Valongo do Porto
1815 }

1816 } o R. C. José Duarte Coelho de Amorim,
1817 } de Vila do Conde
1818 }

1819 } o R. C. Tomás de Aquino Pereira de Sá
1820 } Farinha da freguesia do Barreiro do pé
1821 } do Porto

1822 } o R. C. João Paulo Carneiro de Sá Bar-
1823 } bosa Bezerra de Vila do Conde
1824 }

(No verso da folha 67)

1825 } o R. C. Manuel da Silva Cerqueira, de
1826 } Braga
1827 }

1828 } o R. C. João Nunes de Matos, do Porto
1829 }
1830 }

(Falta nesta lista o último reitor, António Baptista da Silva, de Braga, que serviu de 1831 até à extinção dos conventos.)

O CONVENTO DA FEIRA

(Na folha 44) Lembrança para os arrendamentos das três igrejas e do que se gasta em sua arrecadação.

(Tem os subtítulos: S. Nicolau, Travanca e Nogueira. Vai até o verso da folha 46, onde há um acrescento da letra do reitor Indício da Assunção, 1659-61.)

(Na folha 47) Os encargos e ordinários que se pagam de todas estas três igrejas.

(Tem os subtítulos: Sam Nicolau encargos velhos, Encargos novos, Igreja de Travanca encargos velhos, Encargos novos, Igreja de Nogueira encargos velhos e Encargos novos. Vai até à folha 48 cujo verso está em branco).

(No folha 49) Inventário das igrejas de Nogueira e Travanca.

(Ocupa a folha 49 e o verso. Tem no baixo da folha 49 a seguinte nota:) «Até a visitação de 1638 estão cumpridos todos os mandados de visitação João da Costa Borges.»

(No folha 50) Inventário da sacristia deste convento. (Vai até à folha 51)

(No verso da folha 51 estão colados dois pedaços de papel evidentemente cortados de outro livro. Diz o primeiro:)

«Está nesta nossa casa um calix grande de prata com sua patena, uns castiçais de prata, umas galhetas de prata, com sua salva também de prata, tudo metido numa caixa de coiro preto que o snr. D. António Pereira mandou fazer para Nossa Senhora do Castelo, e eu o mandei fazer vivendo no Porto por mo ele encomendar o quisesse mandar fazer, e para que se saiba que não é deste mosteiro esta prata senão de Nossa Senhora do Castelo deixei esta lembrança neste livro visitando esta casa hoje 27 de Abril de 1616

P.º da Assunção, reitor geral» (reitor da Feira 1589-91).

(Nota de outra letra antes da assinatura:) «Já tudo foi para o Castelo».

(*Diã o segundo papel:*)

«Deu a senhora condessa (*entrelinhado:*) = D. Maria de Gusmão = para esta igreja e a esta casa um alampadário grande de prata, e outro mais pequeno, deu mais uns castiçais de prata grandes, e outros mais pequenos (*três palavras riscadas*) com condição que sirva esta prata toda nas confrarias dela. e que sendo o caso que este mosteiro em algum tempo se mudar daqui fique sempre a prata para serviço da igreja, e assim me pediu (*ilegível*) em lembrança posto para que sempre (*ilegível*) dessa tenção o que fiz hoje 27 de Abril de 1616.

P.^o da Assunção, reitor geral» (*reitor da Feira 1589-91*).

(*Na folha 52*) Inventário da prata desta casa e de quem nola deu

Três alampadários de prata para os três altares do cruzeiro com suas cobertas de bertangil.

Oito castiçais de prata em que entram dois pequenos (*entrelinhado por outra letra:*) «estes foram para o Castelo que eram da ermida» e dois pequeninos para pivetes. (*Entrelinhado por outra letra:*) «estes se encorporaram nos cálices novos por serem tão pequenos que não cabiam neles os pivetes».

Uma cruz grande de prata com suas campainhas.

Um turíbulo; uma naveta com sua colher tudo de prata.

Umas galhetas com seu prato tudo de prata (*por outra letra:*) «estas foram para o Castelo».

Outras galhetas mais pequenas com seu prato, tudo de prata.

Dois cálices dourados com suas patenas tudo de prata (*à margem por outra letra:*) «um foi para o Castelo».

(*Riscado:*) «Outros dois cálices sem serem dourados com suas patenas prata».

Outro cálix com o pé de latão que foi o que nos deram os fregueses que fizeram o contrato da mudança da freguesia (*à margem:*) «está em Campos».

Uma cruz com as aspas de prata e o pé de cobre que é da freguesia.

Uma caldeira nova com seu trissope tudo de prata.

Um cofre de prata que está no caixão (*por outra letra:*) «que é de prata de guadamecim está na arca».

Outro cofre de tartaruga que está no sacrário.

Um vaso de prata dourado (*em entrelinha de outra letra:*) «por dentro» que serve da comunhão (*à margem por*

outra letra:) «tem cobertura que lhe fez o padre reitor Manuel da Purificação (1668-70)

Uma custódia formosíssima de duas peças (*por outra letra:*) «Na sua correição vide infra nesta mesma página*»

Um relicário de muito preço que tem o Santo Lenho.

Uma alcatifa tecida de oiro que serve para a adoração da sexta feira: e uma almofada de veludo preto para o mesmo ministério.

Tudo isto está na casa da prata onde estão o túmulo de veludo preto bronzeado. e a tumba de sexta feira. Estão mais dois caixões em que está a prata e outras coisas.

Nesta casa está também a livraria, o cartório em os armários: Alguns livros ficam na cela do padre reitor e outros estão na cela do padre Manuel da Cruz (*reitor 1607-08 e 1630-32 e depois geral*).

(*No fim da folha 52 por outras letras:*) («*A respeito da custódia grande vide a fls. 288.»

«E também fs. 55 § 8.

Cunha»

(*A meio do verso da folha 52*).

§ 2.º Na mesma fol. 51 verso está outra lembrança do mesmo padre geral (*Pere da Assunção, reitor da Feira 1589-91*) que a senhora condessa D. Maria de Gusmão que hoje vive e viva muitos anos, deu a esta casa dois alampadários de prata um grande outro meão e os quatro castiçais dois grandes e outros mais pequenos (*palavras apagadas*) com as condições ibi ditas: Isto é o que deu da prata.

§ 3.º Deu mais uma alcatifa de oiro e seda, e a almofada de veludo preto, e o pano preto de damasco, e os dois pavilhões do sacrário; e a toalha de pontas formosíssimas, e o veu de ombros de setim branco golpeado, toalhas para os altares, corporais, guardas, sanguinhos: reformou a ermida de São Francisco e estofou o mesmo santo que custou tudo alguns doze mil réis: deu também para esta casa os moinhos de Pombos que custaram mais de 100\$000 com o descâmbio com a capela de Fernão de Magalhães como adiante diremos no titulo da fazenda. Deu também o cofre de prata que está no caixão e o de tartaruga que está no sacrário. Deu mais a renda para as três alampadas como dissemos a fol. 32 e outras muitas coisas que erat longum recensere.

(§§ 4.º e 5.º já transcritos) (*Na folha 53*)

§ 6.º A caldeira e hissope de prata se deu de esmola a esta casa sendo eu reitor dela (1636-38) e custou com feitio vinte e sete mil e tantos reis.

(Por outra letra:)

«No ano de 1638 o padre Miguel do Espirito Santo (reitor 1621-29 e depois geral) a deu.»

§ 7.º Gaspar Lopes, de Campos que morreu na Índia mandou quarenta mil reis para que a senhora condeça os gastasse em alguma obra da ermida de Nossa Senhora de Campos: destes 40\$000 reis se fizeram dois castiçais compridos lisos, e um cálix pequeno de prata com sua patena e as galhetas de prata pequenas com seu prato, e um frontal de chamalote de lã, e uma vestimenta de catalufa sem alva nem amicto. Tudo isto se deu no meu último ano que foi 1638.

§ 8.º A custódia, cruz grande, dois cálices, turíbulo, naveta, vaso da comunhão, tudo se comprou com o dinheiro do convento. (À margem:.) «Da renda da casa».

§ 9.º O frontal de tela se deu de esmola a esta casa no meu segundo ano e custou quarenta mil reis. O veu de ombros também deu a snr.ª condessa no meu segundo ano e custou sete mil e tantos reis: 1637 anos.

§ 10.º Da ermida de S. Francisco e do santo custou a reparação mais de dez mil reis; e reformou-se no meu 3.º ano de 1638, (à margem e por outra letra:.) «à custa da senhora condessa.»

§ 11.º O conde de Santa Cruz havia muitos anos que devia para as obras desta casa trezentos e dez mil reis: teve espírito de os pagar no meu 3.º ano de 1638 (nota no fim do período em duas linhas de outra letra:.) «foi pelas diligências que este padre fez para isso; e pelo que aponta abaixo».

§ 2.º Ganhamos na renda que arrecadamos com o que se gastava em casa alguns quarenta mil reis. E entendo que nos fes Deus estas mercês pelo muito que se tratou neste triénio do culto divino, e a muita esmola que se fez à portaria e pessoas honradas.

A caldeira e hissope	27\$000
frontal	40\$000
de Gaspar Lopes	40\$000
na ermida	10\$000
	117\$000
o veu de ombros	007\$000
do conde de Santa Cruz	310\$000
gasto da renda	040\$000
	307\$000
	117\$000
Soma o que veio este triénio	
a esta casa sem se esperar	474\$000

(No fim da folha houve uma linha escrita com outra tinta mais preta, mas foi cortada com tesoura.)

(No verso da folha 53) (Por letra do reitor Manuel da Purificação Magalhães, 1668-70)

O P.^o Manuel da Purificação sendo reitor desta casa no 2.^o ano que foi o de 1669 achou dois cálices de prata na sacristia, um que era de Nossa Senhora de Campos muito pequeno e quebrado por quatro partes na copa e outro pouco maior e muito delgado que parecia de folha de Flandres, e um vaso do Snr. sem cobertura. Achou por mais acertado fundir esta prata e mandou fazer três cálices que não pôde doirar por lhe faltar dinheiro e fez a cobertura do vaso do Snr. de uma patena que não tinha serventia e o mandou doirar: e fez um vaso grande de lavatório para a comunhão. para quinta feira maior quando andavam dando lavatório por um púcaro de barro. Passou toda esta obra de uns setenta e sete e tantos mil reis e deixou esta memória para os vindouros para que não imaginem que se alienaram os cálices velhos. Também fundiu o sino pequeno que havia 20 anos que estava quebrado e fez o frontal do altar mor de damasco branco por não haver nenhum na igreja e ser tão necessário para as festas de Nossa Senhora e domingos do Senhor. Quem lhe suceder no lugar espera ele de seu bom zelo que doire estes cálices acima, porque o merecem por serem bem feitos e grossos, feitos para esse feito.

(Não há folha 54. Na folha 55) Inventário dos dois dormitórios (*riscado:*) «e livraria»
Dormitório do padre reitor.

(Por outra letra:) — Cella do padre reitor:

Uma barra.
dois colchões.
um cobertor de papa.
chumaço de travesseiro.
cadeiras, de coiro três.
uma banca.
Estantes, duas.
— Cella do padre Teodósio de S. João (*reitor 1645-47*)
uma barra. um colchão, e um enxergão. um cobertor de papa. Chumaço de travesseiro e almofada. Uma cadeira de pau. Uma mesa de pau pequena. Uma estante.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

— Cella do padre Francisco das Chagas. Uma barra. um colchão e um enxergão, um cobertor de papa; chumaço de travesseiro e almofada. Cadeiras duas, uma delas de coiro, outra de pau. Uma estante.

(No verso da folha 55) — Cella do padre procurador. um leito; um colchão, e um enxergão. um cobertor de papa. Chumaço de travesseiro. Cadeiras três, de pau. uma mesa de pé, pequena.

— Dormitório grande:

— Cella do padre Manuel da Cruz (*reitor 1607-08 e 1630-32*). Uma barra; um colchão e um enxergão. Um cobertor de papa. Cadeiras duas. uma banca, uma estante; um escabelo.

— Uma cela para hospedes. Com um leito, digo barra, colchão e enxergão, e dois cobertores, Chumaço de travesseiro.

— Outra cela com uma barra. e uma cadeira.

— Outra cela, com uma barra, e uma banca; um colchão, um enxergão, dois cobertores de papa, velhos, e mais um leito velho.

— Cella de André da Glória, um colchão, e um enxergão, chumaço de travesseiro. Um cobertor de papa, e duas cobertas velhas. Uma banca. Um leito. Um banco.

Pantaleão de S. Tiago, reitor (*1639-41*)

Teodoro de S. João (*reitor 1645-47 e 1650-52*).

(Na folha 56) Lembrança das terras que se meteram no sítio deste convento e na cerca.

§ 1.º Em S. Martinho de Argoncilhe junto às Vendas de Grijó tinha esta igreja um casal de Aldris em que morava João Fernandes e tinha praso dele: pagava dez alqueires de trigo: dez de meado e duas galinhas como consta do tombo velho folhas 26 e pagava de lutuosa outro tanto: de modo que pela renda que pagava valia este casal mais de sessenta mil reis, e hoje valerá muito mais. Este casal (*palavras apagadas, talvés*: descambiou João Lopes) no ano de 1559 pelo padre reitor do Porto Diogo da Purificação e seus deputados a quem estavam cometidos os negócios deste novo convento: e foi o descâmbio com Amador Nunes morador na sua quinta da Boa Vista junto à Feira, e sua mulher Violante Caldeira a quem deram o dito casal por troca de um terreiro que estava defronte da porta do Espírito Santo com sua laranjeira, e de um campo que estava assim da dita ermida e de uns campos das calçadas que eram herdades e dízimo a dinheiro

O CONVENTO DA FEIRA

a Deus o que consta da escritura do descâmbio que está na gaveta 4.^a n.^o 13.^o

§ 2.^o No ano de 1608, sendo reitor o padre Manuel da Cruz (1607-08 e 1630-32) fundou a torre deste convento tomando um pedaço da estrada com licença da câmara: e por este mesmo lugar vinha o cano da água para o chafariz da vila; quando a câmara lhe concedeu esta licença foi com condição que fizesse outro cano, (*apagado:*) ada para a serventia e caminho do povo para Arrifana: foi necessário ao dito padre reitor comprar a António Fernandes e a Gaspar Correia terra bastante para tudo isto o que me disse o mesmo padre reitor que lhe parece custou alguns dez mil reis: O contrato deste caminho está nã gaveta 4.^a n.^o 14.^o

§ 3.^o No ano de 1583 fizemos contrato com o licenciado Cristóvão Coelho como consta do livro primeiro fol. 83 pelo qual nos dava o sítio em que morava e o quintal e as casas em que morava Manuel de Oliveira e Grácia Álvares sua mulher e era praso do dito licenciado com condição de lhe darmos 60 alqueires de pão em sua vida a saber dez de trigo e cinquenta meados e uma obrigação de missas como se verá as fol. 23 deste livro. (*No verso da folha 56*) O sítio deste licenciado (que morreu vinte anos depois do contrato) começa des o canto da horta que está defronte de Bartolomeu Pinto e vai correndo toda a horta até a porta do carro. Considera-se agora quanto valem duzentos alqueires de trigo e mil alqueires de pão meado que montariam nos vinte anos; o trigo a dois tostões e a segunda a tostão são cento e quarenta mil reis além da obrigação de missas, como se verá no lugar apontado, (*por outra letra:*) «que quer dizer esta consideração?»

§ 4.^o No ano de 1574 se contratou António Rodrigues com o padre reitor Miguel de Santa Maria (1570 72) de nos dar o seu campo (que é o que vai da porta do carro até à eira) com uma certa obrigação de missas e enquanto ele vivesse lhe dariamos trinta alqueires de pão: e lhe fariamos uma capela a nossa custa; o que se pode ver das fol. 28 deste livro: de modo que comeu trinta alqueires alguns seis anos que a tostão são dezoito mil reis: e nos obrigamos a fazer-lhe uma capela perfeita de ratábulo e tudo de mais porte que deve custar bom dinheiro: e o campo confessa ele na escritura que valia sessenta e cinco cruzados que são vinte e seis mil reis. Veja-se o § 12.^o

§ 5.^o Des a terra da eira até parte do bacelo venderam ao padre reitor Bartolomeu da Conceição (1581-83) António de Aguiar e sua mulher Madalena Soares por vinte e cinco mil reis livres e com os mais gastos montou alguns vinte e sete mil reis. Este António de Aguiar morava em Fijô,

e foi pai de Estêvão de Aguiar que curou esta igreja muitos anos.

§ 6.º Des a parte do bacelo e pomar novo, indo correndo pelo pomar velho até a vinha que entesta com a porta do pinhal nos deram o conde D. Diogo fundador e a condessa D. Ana de Meneses; com a obrigação que está apontada neste livro às fol. 18.

§ 7.º No tombo velho fol. 10 v.º se diz que Gonçalo Anes alfaiate trazia um pequeno (de) chão desta igreja de que pagava um frangão e diz à margem: este chão está agora metido na cerca; e no livro décimo a fol. 50 se diz que Agostinho Martins largara aos padres um campo da igreja, que devia ser este chão do tombo velho.

(Na folha 57)

§ 8.º Des a porta do pinheiro para baixo estão uns campos de Baptista de Almeida, e de António Jorge e de João Alvares que tudo se vendeu em tempo do padre reitor João de Santa Maria (1566-67) e custou nove mil e quinhentos reis o que consta do livro 1.º fol. 7.

§ 9.º Também no livro 10.º fol. 50 se diz que vendera Agostinho Martins uma terra que se meteu dentro na cerca por dois mil e quinhentos reis.

§ 10.º No princípio da calçada que vai para o adro onde estava antigamente uma cruz vivia Vicente João alfaiate em umas casas suas com um enchido, foram necessárias as casas para fazerem o caminho mais largo e desimpedido, e por isso as comprou o padre reitor António da Cruz (*de Amarante, 1601-04*) no ano de 1602 por quatorze mil reis o que consta do livro 7.º fol. 1.º

§ 11.º Esta casa pagava um alqueire de milho e uma galinha a João Carvalho de uma terra que trazíamos na cerca: o dito João Carvalho vendeu este foro por dois mil reis ao padre reitor Manuel da Conceição Couto (1598-1600) no ano de 1599. Consta do livro 5.º fol. 51.º

§ 12.º No campo que nos deu António Rodrigues para a cerca tinha parte nele a confraria de Nossa Senhora de Campos e se pagava de foro à dita confraria meio tostão. No ano de 1568 comprou o padre reitor Francisco de Sam Tiago (1568-69) este foro à dita confraria por dois mil e quinhentos reis, o que consta do livro 6.º fol. 30.

(Na folha 58) Lembrança das propriedades que este mosteiro tem por prazos de vidas.

(Ocupa esta folha, o verso e a folha 59)

O CONVENTO DA FEIRA

(Na folha 60) Lembrança da terra que esta casa tem por arrendamento

(Ocupa esta folha 60 e o verso.)

(Na folha 61) Lembrança dos foros que este mosteiro tem obrigação de pagar

(Ocupa esta folha 61 e poucas linhas do verso).

(Na folha 62) Lembrança dos moinhos de Travanca e da Azenha de junto a Picalhos e de quem no-la deu.

(Ocupa esta folha 62, o verso e metade da folha 63.)

(A meio da folha 63) (Por letra do reitor António da Anunciação Barreto, 1648-49:)

Lembrança dos oficiais e criados.

Estando súbdito nesta casa não havia partido de médico por se lhe haver levantado por respeitos particulares de quem governava sem outra causa; achei agora no livro da despesa (sem haver outro assento) que se lhe deram estes anos trinta alqueires de segunda, e queixando-se o médico que não era partido conveniente, o propus aos padres que assentaram se lhe dessem quarenta alqueires, visto que nos sangra quando há necessidade, porque o barbeiro António Gomes que despedi por não querer fazer as barbas aos hóspedes do hábito e ser muito mau sangrador por haver dado (No verso da folha 63) nas artérias a duas pessoas não convinha que nos servisse, e como o que tomei de Milheirós de Poiães ficava longe para as pressas, pareceu conveniente dar ao médico os 40 alqueires de partido, visto o sangrar-nos; comecei-lhos a dar em 5 de Maio de 1649. (Entrelinhado por letra do reitor Inácio da Assunção, 1659-61:) «Entrou em Fevereiro de 660 o médico da vila Calheiros com o mesmo partido de 40 alqueires de terçado.»

(Continua letra do reitor Barreto:) Barbeiro

O barbeiro António Gomes que despedi por não querer fazer a barba aos hóspedes do hábito na rasoura, e querer que por isso se lhe acrescentasse o partido, é também muito mau sangrador, por haver dado nas artérias a algumas pessoas, como foi Manuel Ferreira que morreu disso; por esta razão tomei com o mesmo partido (que são vinte alqueires de pão meado) a António Borges

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

de Milheirós de Poiares, que começou a servir em Janeiro de 1649. Fez-se-lhe a primeira paga em Janeiro de 1650.

(Por letra do reitor Inácio da Assunção, 1659-61.)

«Entrou a servir o barbeiro pelo S. João Baptista de 659 com o partido de vinte alqueires João Rodrigues desta vila.»

(Por letra do reitor António da Madre de Deus Chichorro, 1662-64.) «Ao licenciado Lopo Soares d'Albergaria aceitamos por letrado nesse ano de 662 por ser muito necessário e com conselho dos deputados e lhe prometemos de partido vinte alqueires de segunda terçado que se lhe hão de começar a dar no S. Miguel seguinte de 662. Quando tive uma causa com a condessa (*D. Joana*) se pôs contra nós declarado inimigo pelo que o tirei e advirta-se que a condessa não tem dado o que é obrigada, para ornato da capela porque lhe tira puxando pelos testamentos para este fim e pa'a a obrigar ao mais que nos deve parou com a causa e o certo é que nos mesmos (entrelinhado:) «pes» pelos particulares de cada um são os de que a casa fazemos o pior dado, os reverendos padres reitores o conhecerão.»

(Na folha 64) Rol em suma de toda a renda deste convento até o ano de 1639

(Ocupa toda a folha)

(No verso da folha 64 duas linhas da letra do reitor Anunciação Barreto, 1659-61.)

(Na folha 65) Taboada das freguesias e lugares onde nos pagam a renda

(Ocupa toda a folha)

(As folhas 68 a 78 estão em branco.)

(De folhas 79 a 256 seguem apontamentos de foros com algumas notas de reitores posteriores ao padre Jorge de São Paulo, 1636-38. Só tem interesse os que seguem.)

(Na folha 103) (Por letra do reitor Crispiniano, 1724-26)

«Lembrança para os nossos vindoiros:

Em tempo que foi reitor desta casa o padre mestre Manuel dos Aujos (1715-17 e 1728) que demandou a Sebastião Leitão Coelho (*irmão de D. Ana de Viveiros Freire, mãe dos bastardos do último conde da Feira D. Fernando*) filho que ficou de Feliciano Leitão e a sua mulher D. Teresa por rendas decursas a este convento de que fez assinado do importe delas, e juntamente fez reconhe-

cimento ao tombo do mesmo convento da renda que era obrigado a pagar assim das terras do Farinheiro, como do Sobreiro e leira da Cruz a qual está ao canto da cerca deste convento aonde está uma cruz e a dita leira fica da parte de cima do caminho para a parte de cima a qual leira está embebida nas terras do dito Sebastião Leitão no mesmo sítio da estrada para cima por informação que deu Pascoal Tri da Piedade, e outros, e o assento que foi de Manuel Gomes está onde antigamente estava uma porta na estrada que vai para Justas junto de uma fonte pertencente ao mesmo Sebastião Leitão que fica contígua às casas donde mora o dito Sebastião Leitão tudo defronte da nossa cerca; e no praso que se fez ao dito Feliciano Leitão na era de mil seiscentos setenta e oito o qual se achará no livro de porta intitulado livro dos prazos e arrendamentos feito no último ano do padre Jorge de S. Paulo (*reitor 1636-38*) a fol. 147 e fol. 151 se verá a hipoteca que o sobredito fez da venda de 10 a 40 alqueires de trigo a saber na leira da Cruz e mais terras e assento que foi de Manuel Gomes o que tudo Sebastião Leitão e sua mulher D. Teresa reconheceu como consta da sentença apensa ao tombo tirada do processado nas notas de João de Oliveira Magalhães no ano de 1717.»

(*Na folha 257*) Lembrança das coisas perdidas para o tombo.

(*Segue por letra do reitor Crispiniano, 1724-26:*) «No ano de 1705, sendo reitor deste convento o padre pregador geral Manuel da Anunciação (*1704-08*) se fez o tombo, que hoje se acha no cartório; porém é de advertir: que o padre João dos Anjos de Melres foi o que assistiu às medições, e demarcações dele. E sobre ter para isso pouca inteligência morreu antes de assinar os autos das ditas medições, por cujo respeito vindo do colégio de Coimbra para este convento o padre pregador Crispim da Madre de Deus (*reitor 1724-26*) o dito padre reitor o obrigou a que assinasse os ditos autos de apegção para o juiz do tombo os haver de sentenciar: como de facto assim se fez. Sendo que

Vindo para este mesmo convento o mesmo padre pregador geral Crispim da Madre de Deus para reitor dela no ano de 1724, achou que o tombo apegado pelo dito padre João dos Anjos estava mui diminuto nas medições nele conteúdas; e assim se adverte, que quando suceda haver alguma dúvida, que primeiro se governem pelos títulos antigos; e pelas suas confrontações; por

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

quanto os caseiros pela sua renitência foram muito diminutos nas ditas medições. Mais *(No verso da folha 257)* se adverte que a maior parte dos caseiros deste convento repugnavam a dar as terras à medição por quererem ser obrigados ordinariamente: muitos deles já foram convencidos: cujas sentenças se acham no cartório; e agora é necessário tombarem-se as terras: e reformarem-se; as que estão tombadas: levando consigo o procurador do tombo os títulos delas: para que na forma das suas confrontações se possam medir: porque os títulos antigos não tem medição: a cujo defeito se deve atender com se governarem pelas confrontações.»

(Na folha 258) (Por letra do reitor Manuel dos Anjos de São Varão, 1715-17 e 1728:) «Lembrança de um officio de nove lições com sua missa cantada».

(Sem interesse)

(A folha 259 em branco. Na folha 260) Lembrança do legado de Gaspar Lopes.

Gaspar Lopes, de Campos, morreu nas partes da Índia, era filho de Pero Lopes, de Campos, deixou em seu testamento que se comprasse fazenda para todos os sábados se dizer uma missa em Nossa Senhora de Campos pelas almas de seus pais e avós e por sua tenção, o que consta de seu testamento que está em poder da senhora condessa D. Maria de Gusmão. Este legado ainda não está aceito em capítulo, nem em visitação.

(Na folha 261) Lembrança do legado de Domingos Godinho

Domingos Godinho marido de Isabel do Carvalhal instituiu uma capela e morgado com obrigação de mandarem os herdeiros desta capela dizer neste convento todos os anos cinquenta missas pagas a tostão: a qual obrigação se porá em execução por morte da dita Isabel do Carvalhal sua mulher: Deste legado não há nenhum traslado neste convento, nem eu soube disto senão acaso nestes últimos dias: procure-se a verba de seu testamento e a instituição do morgado.

(Segue uma explicação escrita e assinada pelo reitor João Evangelista, 1674-76 e uma nota à margem de outra letra. Sem interesse.

(Na folha 263) Formas das procurações quando se tratarem negócios da casa.

O CONVENTO DA FEIRA

(O resto da folha em branco. No verso fórmula de apresentação de vigário por outra letra).

(Na folha 264) Forma da expedição e apresentação dos curas.

(Segue por outras letras. Sem interesse.

(Na folha 265) Cartório desta casa por livros, forais, e gavetas.

(Por letra do reitor António da Anunciação Barreto, 1648-49:)

O P.^o Mestre Jorge de Sam Paulo (*reitor 1636-38*), a quem a religião deve muito pelas memórias que deixou nas casas em que foi reitor, deixou posto este título e o cartório na forma dele; por descuido se devia perder tudo, porque quando entrei nesta casa por reitor, nem cartório havia, nem gavetas; assim andei ajuntando os papeis que pude achar, e mandei fazer o cartório que pus na cela dos reitores, e fazendo inventário dos papeis os meti nas 4 gavetas primeiras, e os distribuí na forma que abaixo vão. Advirta quem buscar papeis pelas alegações deste livro que se variaram, pelo descuido de quem quer que deixou perder o cartório, que eu não digo que seria o reitor, por me não porem outras cotas tão discretas como as que se veem neste livro, mais por imitar (se homem pudera) que por notar, e se não achar neste meu alfabeto o papel que buscar, creia que se perdeu, com muitos que faltam. (*Nota por letra do reitor Indício da Assunção, 1659-61:*) «em outra repartição fica em 8 de Março de 662.»

Gaveta primeira

N.^o 1.^o — O juramento que deu a magestade del rei D. João o 4.^o no ano de 1648 sobre o milagre que fez o nosso venerando padre António da Conceição na saúde do sr. infante D. Afonso.

N.^o 2.^o — Uma carta do cabido do Porto com o traslado de outra de sua magestade para lhe mandarmos o cômputo das rendas deste mosteiro.

(No verso da folha 265)

N.^o 3.^o — Bulas da pensão de Roge; segundas bulas e um traslado da mesma com o mesmo n.^o 3.^o

N.^o 4.^o — Uma executorial das bulas da anexação da nossa igreja de Nogueira da Regedeira.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

N.º 5.º — Bulas da união da igreja de Nogueira da Regedreira.

N.º 6.º — Bulas de Carregosa.

N.º 7.º — Bula e executorial da erecção desta igreja em mosteiro, segunda e 3.ª bula do mesmo com o dito n.º 7.º

N.º 8.º — Bula da pensão de Arrifana com um traslado da mesma, com o mesmo n.º 8.º

N.º 9 — Bula de Travanca anexa a este mosteiro.

N.º 10 — Executorial sobre a igreja de Travanca.

N.º 11 — Executorial para que a igreja de Sam Nicolau desta vila com sua anexa Travanca, sejam erectas em mosteiro colegiado.

N.º 12 — Bula executorial da união de Travanca por uma vez em vida do abade Tristão Pinto.

N.º 13 — Bula da confraria do Rosário.

N.º 14 — Indulgências para o dia de Sam Nicolau nesta igreja, e de Sam Sebastião na misericórdia desta vila.

N.º 15 — Outra bula de indulgências para esta igreja de Sam Nicolau.

N.º 16 — Letras da terça parte dos frutos que tivemos na igreja de Carregosa.

N.º 17 — Indulgência da confraria do nome de Jesus.

(Na folha 266)

N.º 18 — Altar privilegiado.

N.º 19 — Recibos de quindénios.

N.º 20 — Indulgências que houve nesta igreja em dia de S. Policarpo e Santa Maria Salomé.

N.º 21 — Súplica que se fez ao papa Nicolau 3.º (1274-81. É evidente engano. Foi o papa Júlio 3.º, 1550-53, que pôs o fiat a 15 de Setembro de 1553.) sobre a erecção deste mosteiro com o fiat de sua santidade.

N.º 22 — Registo do cartório da sé do Porto sobre a igreja de Nogueira da Regedreira.

(Na folha 267) Gaveta segunda

N.º 1.º — Padrão de vinte mil reis de juro da capela de D. João Pereira.

N.º 2.º — Padrão de vinte (entrelinha de outra letra:) «e cinco» mil reis de juro da capela de D. Margarida da Silva.

N.º 3.º — Licença del rei para esta casa poder comprar mil cruzados de fazenda. Segunda provisão com o mesmo n.º 3.º

O CONVENTO DA FEIRA

N.º 4.º — Autos das demandas que houve com o abade de Arrifana e prior de Roge.

N.º 5.º — Instrumento do contrato de D. Margarida da Silva com esta casa.

N.º 6.º — Despedida dos curas que tem esta casa.

N.º 7.º — Traslado dos privilégios que temos registados na câmara desta vila.

N.º 8.º — Três provisões para se comprar madeira para as obras desta casa pelos preços ordinários sem se poderem alterar.

N.º 9.º — Provisão para se não alterarem os preços da telha.

N.º 10.º — Uma sentença que se houve neste juízo contra João Lopes de 13\$ reis que devia.

N.º 11.º — Quatro instrumentos de posse da igreja de Travanca.

N.º 12.º — Um contrato que se fez com os oficiais que fizeram a capela mor de empreitada.

N.º 13.º — Dois instrumentos de posse da igreja de Nogueira da Regedoirá.

N.º 14.º — Sentença de levantamento do embargo que se fez por ordem del rei, no casal de Espargo que nos deixou Luís Tavares.

(No verso da folha 267)

N.º 15.º — Uma sentença que houvemos contra Luís Vilão da freguesia de Nogueira da Regedoirá que se levantava com os 12 alqueires de trigo da obração. Outra em Travanca com o mesmo n.º 15.º

N.º 16.º — Papel antigo em que o capítulo geral mandou quitar a Nuno Carvalho abade que foi em Nogueira da Regedoirá 45\$ reis no ano de 1567.

N.º 17.º — Auto de posse de Carregosa.

N.º 18.º — Uma procuração acerca da igreja de Espargo.

N.º 19.º — Um monitório contra o prior de Roge.

N.º 20.º — Um instrumento de continuação de posse desta igreja de Sam Nicolau.

N.º 21.º — Um precatório por parte do legado do inquisidor D. Manuel Pereira.

N.º 22.º — Desistimento do direito que o mestre das obras tinha nas pedreiras que nos ficaram livres.

N.º 23.º — Duas licenças que deu a câmara desta vila para nos taparmos com o muro do rossio.

N.º 24.º — Uma procuração de D. António Pereira para se cobrar o juro da capela de sua irmã D. Margarida da Silva.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

N.º 25.º — Uma lembrança de como a água dos passais da igreja de Travanca se dá algumas vezes por empréstimo.

N.º 26 — Um assinado em que o cura de Nogueira se obriga a curar pelo ordenado da constituição do bispado e não mais.

N.º 27 — Notificação de António André para que não entre no nosso casal de Campos.

N.º 28 — Um papelinho de letra do P.º Teodósio de Sam João (*reitor 1645-47*) em que diz que Álvaro de Moura houve sentença contra Diogo de Moura sobre lhe fazer bom o seu dote (*Por outra letra quase apagada:*) «da mesma letra acima e no mesmo papelinho estava a sentença... a dita sentença, o papelinho se não viu...»

(Na folha 268)

N.º 29. — Um mandado desta câmara para se não impedir a corrente da água da banda da igreja.

N.º 30. — Um conhecimento de Manuel Pereira de Aguiar sobre a ermida que se há de fazer na igreja velha.

N.º 31 — Uma paga de como André Vaz cura de Travanca está pago do seu salário.

N.º 32 — Um parecer sobre as covas do adro e obras da igreja.

N.º 33 — Uma escritura que os moradores de Travanca fizeram na colocação do Santíssimo Sacramento na igreja da freguesia.

(Na folha 269) Gaveta terceira

N.º 1.º — Isenção das nossas casas para com os ordinários que não possam visitar mais que os fregueses onde tivermos igrejas curadas; e mais papeis tocantes às visitas nesta casa.

N.º 2.º — Sentença e mais papeis tocantes à demanda que trouxemos com o comendador de Riomeão sobre a nossa igreja de Nogueira da Regedreira.

N.º 3.º — Sentença que houvemos contra Pero Afonso para pagar dízimos dos moinhos de dez um.

N.º 4.º — Sentença que se houve contra um rendeiro de Ovar que queria dízimo dos enxames de Travanca por pastarem as abelhas na freguesia de Ovar.

N.º 5.º — Autos que correram com Francisco Fernandes de Baião quando agravou do nosso conservador para o juiz da coroa.

O CONVENTO DA FEIRA

N.º 6.º — Sentença contra Bartolomeu Gonçalves de Canedo sobre o foro que não queria pagar.

N.º 7.º — Arrendamento de Nogueira e Travanca e Sam Nicolau.

N.º 8.º — Pergaminho com a licença que el rei nos deu para se nos dar o casal de Espargo.

N.º 9 — O traslado e testamento de D. Brites de Castro.

N.º 10 — Último testamento de Alvaro de Moura Coutinho.

N.º 11 — Testamento de Graça de Prado em que nos deixa umas casas nesta vila.

N.º 12 — Escritura de Alvaro de Moura Coutinho das suas casas desta vila.

(No verso da folha 269)

N.º 13.º — Uma quitação de doze mil reis que pagou Alvaro de Moura Coutinho.

N.º 14.º — Um assinado de Simão de Aguiar que importa quatro medidas de trigo.

N.º 15.º — Sentença contra um recebedor de D. António Pereira que não queria pagar uns duzentos mil reis.

N.º 16.º — Arrendamento que fez João Lopes do casal de Campos.

N.º 17.º — Traslado da conservatória dos frades de S. Jerónimo de que usamos.

N.º 18.º — Sentenças sobre a terça parte dos frutos que tínhamos na igreja de Carregosa, revogadas em Lisboa.

N.º 19.º — Sentença contra Simão Cerveira que queria um legado da fazenda de D. Brites de Castro.

N.º 20 — Uma sentença antiga sobre certos dizimos.

N.º 21.º — Um arrendamento antigo de Arrifaninha.

N.º 22.º — Sentença contra Maria Antónia sobre o campo da Arrifaninha.

N.º 23.º — Sentença contra Manuel Dias o Novo de Degarei que se levantava com a renda que nos pagava.

N.º 24.º — Uma provisão del rei para se avocar a Lamego a causa que trazemos com Francisco de Moura sobre as casas que nesta vila deixou Alvaro de Moura Coutinho.

N.º 25.º — O traslado do breve por onde podemos tomar conservador.

N.º 26 — Um assinado do concerto que se fez com o desembargador do Porto sobre os caixões que estão na sacristia.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

(Na folha 270)

N.º 27 — Livro do capítulo geral que se fez no ano de 1639 que durou 9 anos.

(Na folha 271) Gaveta quarta

Livro 1.º Estão em este livro algumas compras antigas, e alguns prazos, e outras compras modernas, e o descâmbio que se fez com a capela de Fernão de Magalhães, de tudo tem índice.

Livro 2.º Estão em este livro muitos prazos, e compras deste mosteiro, de todos tem índice.

Livro 3.º Estão as cartas de compra que fez Álvaro de Moura da fazenda que nos deixou pela sua capela, todas estão rotuladas. Nota livro 11.

Livro 4.º Estão as cartas das medidas que a sr.ª condessa D. Maria de Gusmão nos deixou, com obrigação das três alâmpadas, e o contrato que com a dita senhora fizemos nesta matéria. Nota n.º 16.

Livro 5.º Este livro está dividido em três partes, a primeira parte contém a sentença que houve contra Pero Lopes, e mais papeis pertencentes ao casal de Campos. A 2.ª parte, contém algumas cartas de venda e prazos, todos rotulados. A 3.ª parte, contém prazos e escrituras pertencentes a este mosteiro como se vê do índice.

Livro 6.º Estão neste livro muitas cartas de compra, e prazos pertencentes a esta casa, todos rotulados em o fim pelo padre mestre Jorge de S. Paulo (*reitor 1636-38*) que se pôde cansar a lê-los.

(No verso da folha 271)

Livro 7.º Fez-se este livro de novo para se lançarem todos os prazos, e aforamentos que se fizerem de novo, e já estão nele muitos como se vê no índice.

Livro 8.º Neste livro estão algumas pagas antigas.

Livro 9.º Tem algumas cartas de venda feitas a este mosteiro, e outras pertencentes ao que vendeu Estêvão de Aguiar, tem rótulos.

Livro 10.º Tem este livro alguns prazos que se veem em o índice que tem deles.

Livro 11. Contém este livro, por maior, todas as compras que fez Álvaro de Moura que pertencem à sua capela. Nota livro 3.º

Livro 12. Contém este livro uma memória das rendas, foros, e casais que tem este mosteiro, e o tombo da igreja de Nogueira da Regedreira.

O CONVENTO DA FEIRA

- N.º 13. Praso dos passais desta igreja feito a Aires Ferreira do Carvalhal.
N.º 14. Papeis do assento de Carregosa.
N.º 15. Arrematação que se fez do campo do Ramal.
N.º 16. Um maço de papeis pertencentes a rendas das alâmpadas. Nota livro 4.º
N.º 17. Pagas das censúrias e direitos das visitações.
N.º 18. Algumas pagas das porções dos curas.
N.º 19. Quitações da cotação dos fregueses.

(Na folha 272)

- N.º 20. Dois arrendamentos, um dos moinhos da Azenha, outro do campo dos Castanheiros.
N.º 21. Quatro pagas antigas várias.
N.º 22. Concerto com Francisco Fernandes de Baião.
N.º 23. Doação de Diogo Marques e Isabel Mascarenhas.
N.º 24. Descâmbio do assento deste mosteiro pelo casal que esta igreja tinha em Aldris.
N.º 25. Contrato que esta casa fez acerca do caminho que tomou para a torre.
N.º 26. Contrato do desistimento que fez Cristóvão Coelho das três missas perpétuas e auto da posse que se tomou por sua morte.
N.º 27. Contrato de umas missas que se não dizem porque se não paga o que se deixou para elas.
N.º 28. Uma carta de venda de dois alqueires de trigo que os padres compraram a Domingos António de Degarei freguesia de Válega.
N.º 29. Traslado de uma carta de venda que fez aos padres António Álvares da freguesia de Sam Martinho da Gândara, de seis alqueires de trigo e onze de segunda.
N.º 30. Carta de venda de (Nota n.º 46) seis alqueires de trigo e seis de centeio, e duas galinhas que os padres compraram a Manuel de Almeida e António Tavares e Francisco de Pina em Degarei.
N.º 31. Traslado de uma carta de venda que fez aos padres António Lopes da freguesia de Sam Martinho da Gândara de seis alqueires de trigo.

(No verso da folha 272)

- N.º 32. Carta de venda de dois alqueires de trigo que os padres compraram a Mateus Rodrigues da Regedreira freguesia de Válega.
N.º 34. *(Não há 33.)* Traslado de uma carta de venda que fez aos padres Gaspar Caldeira da Rifana de

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

dois alqueires de trigo, um frango e a metade do terço de um carneiro.

N.º 35. Contrato entre os fregueses e o mosteiro.

N.º 36. Uma petição antiga dos fregueses desta igreja em que pediam assistência dos reitores.

N.º 37. Uns embargos de D. Inês de Castro sobre certos legados com os condes da Feira.

N.º 38. Compra antiga de três alqueires de pão meado que fez Mateus Pires de Degareí sendo reitor o o padre Álvaro de Santa Maria (1595-97).

N.º 39. Uma lembrança do padre Miguel do Espírito Santo (*reitor 1621-29*) sobre a porção dos curas desta igreja.

N.º 40. Uma memória antiga do padre Álvaro de Santa Maria (*reitor 1595-97*) do modo com que os curas desta igreja se haviam de haver em algumas coisas. Nota.

N.º 41. Uma minuta acerca do testamento de D. João.

N.º 42. Um as lembranças que se deram ao snr. D. João conde da Feira para favorecer esta casa.

N.º 43. Um arrendamento feito a Manuel Ribeiro desta vila do casal que está arriba do pinhal por três anos.

N.º 44. Regimento para as covas da igreja este papel de ordinário anda dentro neste livro.

N.º 45. Um livro que é o foral do Castelo serve para se ver nele se são terras reguengas quando fizermos alguma compra.

(*Na folha 273*)

N.º 46. Uma procuração de Antónia de Pina para se poderem vender as terras que ficam atrás n.º 30 nesta gaveta.

(*Na folha 274*) (*Por outra letra:*) Merceeiras

(*Por letra do reitor Manuel dos Anjos, 1715-17:*) Para lembrança dos meus sucessores.

Em o último de Janeiro de mil e setecentos e dezasete sendo reitor deste convento o padre pregador Manuel dos Anjos, natural de São Varão despediu, a Antónia Lopes, de ser merceeira neste convento, do legado de D. Inês de Castro, por não concorrerem nela ao presente os requisitos deste mister etc. e por muitas faltas que tinha na sua assistência, de que resultou fazer petição à mesa da Misericórdia na forma seguinte: (*Segue sem interesse até o verso da folha 275.*)

O CONVENTO DA FEIRA

(Na folha 276) (Por letra do reitor Manuel Albino de Sousa, 1768-71, seguindo até o verso:) «Declaração do legado de D. Inês de Castro.»

(Redução do juro. Sem interesse.)

(Na folha 277) (Por letra de Manuel da Cunha Teixeira e Andrade que assina:) «Lembrança a respeito das árvores do adro da Senhora de Campos» (Sem interesse) (A folha 278 em branco)

(Na folha 279) Quinta da Arrifaninha e seu princípio

O casal da Arrifaninha foi de Guiomar Nunes dona viuva e de seu genro António de Brito Cação casado com sua filha Violante da Costa moradores em Santarém, os quais fizeram procuração a Gaspar Caldeira morador na Rifana para venderem o dito casal e assim o venderam a Aníbal Cerniche prior de Cedofeita por 48\$600 reis o qual casal trazia Aleixo Gonçalves e rendia naquele tempo vinte alqueires de pão, a saber doze de trigo e oito de meado, um carro de lenha e duas galinhas, consta do liv. 6.º fol. 223.

Depois do ano de 1599 o dito prior fez doação deste casal a Manuel Cerniche seu filho morador junto a Aveiro para si e seus sucessores como consta do liv. 2.º fol. 128 verso.

No ano de 1605 sendo reitor o padre Lopo das Chagas (1604-06) lhe venderam Manuel Cerniche e sua mulher Maria Ferreira este casal da Arrifaninha e a quebrada de Macieira por preço de cinquenta mil reis como consta do mesmo liv. 2.º fol. 129 e as fol. 153 está a posse.

Aleixo Gonçalves foi continuando com a renda até o ano de 608 em que largou o casal pelo não poder beneficiar; e o padre reitor Manuel da Cruz (1607-08 e 1630-32) semeou nele uns poucos de pinheiros que se deram bem por ser terra mais capaz deles que de pão. Depois des o ano de 1609 se arrendou o dito casal a Gonçalo Fernandes de Milheirós por dois alqueires de milho e com obrigação de trazer com seu carro e bois todo o mato necessário para o forno.

Sucedeu no ano de 1621 sendo reitor o padre Miguel do Espírito Santo (1621-29) por malícia ou descuido de António de Azevedo o Aguço que então lavrava o casal do Ameal, pôr o fogo ao pinheiral que tinha semeado o padre reitor Manuel da Cruz (1607-08 e 1630-32): vendo isto o padre António de S. Bartolomeu, confessor da senhora condessa D. Maria de Gusmão, pediu licença ao padre reitor para (No verso da folha 279) de suas caridades valar e semear de pinheiral todo o dito casal, o que fez com tanto zelo como

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

é notório a todos, e depois se foi continuando com se semearem pinhões e hoje é fazenda que todos dizem valer dois mil cruzados e valerá mais pelo tempo adiante. A carta de compra está no liv. segundo fol. 131 verso («segundo» e «13 verso» emendas de outra letra.)

(Nota por letra de Manuel da Cunha Teixeira e Andrade que a assina:) «No ano de 1793 forá do Portal de Arrifaninha e pela estrada acima que vem para Santo André se mandou tapar de valado uma porção de terra, que a câmara nos consignou em ocasião, que repartia as circunferências com outros interessados. Da parte do nascente confronta com tapada de Feliciano Maria viúva que ficou do chamado Diogo vizinho da quinta, e da parte do Norte com outra tapada de João Gomes Ferreira Souto desta vila.

Manuel da Cunha Teixeira e Andrade»

(Do verso da folha 279 em diante não torna a encontrar-se letra do padre Jorge de São Paulo.)

(No verso da folha 290) (Por letra diversa:) Acabou-se a obra das escadas, entradas da igreja, e portaria, e também se acabou de fazer parte da torre do antecoro tudo no ano de 1743 (pode ser 5, mas parece mais 3) foi toda esta obra feita com o real desta vila que pedimos a sua magestade o snr. D. João quinto e o concedeu por várias provisões até o fim da obra &.

Pela cópia

VAZ FERREIRA

CONSTITUIÇÕES QUE NO SÉCULO XV REGERAM O MOSTEIRO DE JESUS, DE AVEIRO, DA ORDEM DE SÃO DOMINGOS

(Continuado do vol. XVI, pág. 316)

A ORDEM dos Frades Pregadores, instituída ainda sob a promessa de patrocínio por parte de Inocêncio III, só em 1216 veio a receber confirmação solene; Inocêncio III falecera em 1215, e foi o sucessor, Honório III, quem definitivamente aprovou o Instituto novo.

A *Regra* era a de Santo Agostinho; o *canon III* do quarto concílio de Latrão era explícito e decretava a proibição de novas *Regras*: «Ne nimia religionum diversitas gravem in Ecclesia Dei confusionem inducat, firmiter prohibemus, ne quis de cetero novam religionem inveniat, sed quicumque voluerit ad religionem converti, unam de approbatis assumat»; mas logo de início os Dominicanos acrescentaram ao estabelecido por Santo Agostinho, esclarece CONSTANTINO DE ORVIETO ⁽¹⁾, «algumas prácticas de vida más rigurosa, que se impusieron en forma de constituciones».

Liber consuetudinum é o título pelo qual a primeira legislação dominicana é conhecida, e os biógrafos de São Domingos consideram-no a sua obra fundamental; compreende uma *prima distinctio*, elaborada em 1216, e a *secunda*, de 1220.

(1) *Santo Domingo de Guzmán visto por sus contemporáneos*; Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1947, págs. 407, 818 e segs.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Por elas se distribuem as rubricas regulamentares, da forma seguinte:

Prima distinctio:

- 1 — *De matutinis*
- 2 — *De mulieribus non intromittendis*
- 3 — *De horis et de modo dicendi*
- 4 — *De refectioe*
- 5 — *De ieiunio*
- 6 — *De prandio*
- 7 — *De pulmentis*
- 8 — *De collatione et completorio*
- 9 — *De lectis*
- 10 — *De infirmis*
- 11 — *De minutione*
- 12 — *De magistro novitiorum*
- 13 — *De recipiendis*
- 14 — *De tempore probationis*
- 15 — *De modo faciendi professionem*
- 16 — *De silentio*
- 17 — *De scandalo fratrum*
- 18 — *De vestibus*
- 19 — *De rasura*
- 20 — *De levioribus culpis*
- 21 — *De gravi culpa*
- 22 — *De graviori culpa*
- 23 — *De fratre qui apostataverit*
- 24 — *De gravissima culpa*

Secunda distinctio:

- 1 — *De capitulo generali*
- 2 — *De visitatoribus*
- 3 — *De idoneis ad praedicandum*
- 4 — *De quaestionibus*
- 5 — *De conventu mittendo*
- 6 — *De magistro studentium*
- 7 — *De praedicatoribus*
- 8 — *De itinerantibus fratribus*
- 9 — *De aedificiis*

Anteriormente ainda à aprovação definitiva da *Ordem*, havia São Domingos redigido umas *Constitutiones*, destinadas às monjas de Nossa Senhora de Prulla; datam de 1212-1213, mas só depois da fundação do Mosteiro de S. Xisto, em Roma, elas receberam confirmação pontifícia (de Inocêncio IV, pela Bula *Ex parte vestra*, de 18 de Agosto de 1248);

CONSTITUIÇÕES DO MOSTEIRO DE JESUS

são conhecidas oficialmente pelo título de *Constitutiones monialium Sancti Sixti de Urbe*, e articulam-se desta maneira:

- 1 — *De vita et disciplina communibus*
- 2 — *De votis in genere et de clausura*
- 3 — *De ieiuniis et de silentio et lectione in refectorio*
- 4 — *De infirmis*
- 5 — *De collatione*
- 6 — *De puellis non recipiendis*
- 7 — *De silentio*
- 8 — *De vestibus, lectis et tonsura*
- 9 — *De levioribus culpis*
- 10 — *De media culpa*
- 11 — *De gravi culpa*
- 12 — *De graviori culpa*
- 13 — *De gravissima culpa*
- 14 — *De moniali quae apostataverit*
- 15 — *De clausura*
- 16 — *De alienationibus*
- 17 — *De labore, et divino officio*

Procurando integrar nalgum dos citados textos dominicanos, originaes, as *Constituições* do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, demos preferência, que se nos afigurava lógica, visto tratar-se de dois textos expressamente escritos para monjas, às *Constitutiones monialium* referidas, e com elas fizemos em primeiro lugar o cotejo do texto aveirense.

Em breve, porém, reconhecemos o nosso engano; unicamente em três pequenas passagens se nos deparou redacção que podemos considerar versão directa daquele texto latino (capítulos 4.º e 13.º, no princípio, e, talvez, uma breve passagem do cap. 17.º, no final). O original das *Constituições* de Aveiro não eram, pois, as *Constitutiones* das monjas de Nossa Senhora de Prulla, redigidas por São Domingos.

Cotejámos-las seguidamente com o *liber consuetudinum*, a obra mestra do grande Prêgador; o resultado foi totalmente diferente, logo a partir do prólogo; merece a pena acompanhar a redacção desta peça preliminar num lado e noutro, já que não podemos reestampar os dois textos por inteiro, lado a lado:

Nas Constituições de Aveiro

Por quanto per preceyto da Regra nos he mandado que ajamos huū Coracam e húa alma ē ho Sñor: he Justa

No Liber consuetudinum

Quoniam ex precepto regule iubemur habere cor unum, et animam unam in domino, iustum est ut qui

cousa . que ssejamos achadas conformes na obseruancia da ssagrada Religiam . aquellas que viuemos sso hũa Reg^a e voto de hũa profissã . ã tall maneyra q̃ a vnjformjdade guardada nos costumes de fora . Represente e crye a vnjdade que sse deue guardar dentro nos coracooês.

A quall cousa certo . tão mays competente e Jnteyramête sse podera g^adar: sse aquellas cousas q̃ sse ham de fazer forem postas em scrypto; sse por testimunho desta sc̃ptura sseja claro a todas em que forma deua viuer . sse for guardado como cousa muỹ cõuenjente que ñnguem enhada ou m̃jgue per ssua prop^a voõtade . ou mude algo a Jsto que screuemos: porq̃ quem menosprezar as pequenas cousas . pouco e pouco sc̃rregara e cayra.

Perõo pera estas cousas teera poder a prellada no sseu cõuento de despensar cõ as Jrmaãs q^ando allgũa Vez lhe parecer que comvem.

.....
E porq̃ proueiamos aa paz e vnjdade Das Jrmaãs . com mujta dilligẽcia screuemos este lyuro que chamamos das constitucooês...

Salvo nuns breves parágrafos finais, omitidos no texto aveirense, o prólogo das *Constituições* é tradução literal do prólogo do *liber consuetudinum*.

Para diante verificam-se grandes interpolações, mas o *liber consuetudinum* esteve presente, sem dúvida alguma, ao redactor do protótipo das constituições aveirenses, pois de onde a onde os dois textos sobrepõem-se. Assim, por exemplo:

Capítulo 2.º das Constituições — Desde o princípio até mais de meio, onde diz *E assy facam a todas as horas,*

sub una regula, et unius professionis voto vivimus, uniformes in observantia canonice religionis inveniamur, quatinus unitatem que interiorius servanda est in cordibus, foveat et representet uniformitas exteriorius servata in moribus.

Quod profecto eo competentius, et plenius poterit observari et memoriter retineri; si ea que agenda sunt scripto fuerint commendata . Si omnibus qualiter sit vivendum scriptura teste innotescat . Si mutare, vel addere, vel minuere nulli quicquam propria voluntate liceat, ne si minima negligimus: paulatim defluamus.

Ad hec tamen in conventu suo prelati dispensandi cum fratribus habeat potestatem, cum sibi aliquando videbitur expedire.

.....
Eapropter ut unitati et paci totius ordinis providemus, librum istum quem librum consuetudinum appellamus, distincte conscripsimus...

CONSTITUIÇÕES DO MOSTEIRO DE JESUS

coincide com o capítulo 1.º do *liber consuetudinum*, bem como no final.

Capítulo 4.º — Coincide com o cap. 5.º do *liber* quase por completo, embora o começo acuse igualmente influência do cap. 3.º das *Constitutiones monialium*, bem como o parágrafo penúltimo.

Capítulo 5.º — Até mais de meio segue o cap. 6.º do *liber*; e no final, o 7.º

Capítulo 6.º — É do 8.º do *liber*, salvo as duas últimas linhas, que são do 7.º

Capítulo 7.º — É o 10.º do *liber*, até aos dois últimos parágrafos, que foram traduzidos do 6.º dele.

Capítulo 8.º — Tradução do cap. 11.º do *liber*.

Capítulo 9.º — Tem umas linhas do cap. 9.º do *liber*.

Capítulo 10.º — Influenciado directamente pelo final do 18.º do *liber*.

Capítulo 13.º — Segue de perto, a princípio, o cap. 16.º do *liber* e algum tanto o 7.º das *Constitutiones monialium*, mas logo no 4.º parágrafo se decalca uma passagem do cap. 16.º do *liber*; traduz, pouco adiante, outro parágrafo ainda do mesmo 16.º, bem como no final.

Capítulo 14.º — Foi grandemente decalcado no cap. 13.º do *liber* e um pouco no 14.º

Capítulo 15.º — Na 1.ª metade acompanha o cap. 12.º do *liber*, que volta, adiante, a fornecer matéria para umas breves linhas.

Capítulo 16.º — Revela, no começo, influência do cap. 15.º do *liber*.

Capítulo 17.º — A princípio segue o cap. 20.º do *liber*, que volta a encontrar-se adiante. No final dele, pode reconhecer-se a presença do texto das *Constitutiones monialium*, cap. 9.º

Capítulo 18.º — É feito, em grande parte, à custa da segunda metade do cap. 20.º do *liber*.

Capítulo 19.º — Uma passagem ou outra corresponde a disposições do cap. 21.º do *liber*.

Capítulo 20.º — Tem bastantes períodos do cap. 22.º do *liber*, salvo nos 7 parágrafos finais.

Capítulo 21.º — Uma frase do começo lembra o texto do cap. 24.º do *liber*, mas quase todo o capítulo lhe é estranho.

Capítulo 22.º — Encontra-se, a meio, uma ressalva que corresponde, no espírito, a disposição aproximada, do cap. 23.º do *liber*, mas é, talvez, tudo.

Daí por diante os dois textos afastam-se definitivamente, pois só no capítulo 28.º encontro, na disposição relativa à *humildade* dos edifícios, concordância, meramente doutrinária, com o cap. 9.º da *secunda distinctio* do *liber*, que já

prescrevia, igualmente, que *mediocres domos et humilis habeant fratres nostri*.

Não é de estranhar que ao acima apontado se limite a concordância imediata, de versão directa, entre as *Constituições* aveirenses e a *Regra* monástica tal como do punho de São Domingos saiu, se tivermos presentes as seguintes considerações elementares:

Constituições são o conjunto das determinações elaboradas quer pelos capítulos gerais, quer pelas próprias Congregações das Ordens religiosas, a fim de serem observadas pelos respectivos professos, e são absolutamente passíveis de modificação, segundo as diversas condições de Lugar e Época e sempre que a Santa Sé o sancione.

Já outro tanto, porém, não acontece com a *Regra*; esta emana unicamente do próprio instituidor da Ordem e é, por natureza, imutável. Além disso, ministrando as linhas gerais orientadoras da vida da Comunidade, não particulariza tanto como as *Constituições*, que, por assim dizer, têm por objectivo adaptar a vida local do Instituto à *Regra* geral.

A fonte *imediate* do texto aveirense ter-se-á, pois, de buscar nas *Constituições* doutro instituto análogo, de fundação anterior, que, por sua vez, tenha adaptado, como vimos, a *Regra* de São Domingos, a não ser que pela primeira vez se tivesse procedido a tal adaptação quando se tratou de regulamentar o Mosteiro de Jesus, o que não parece muito de admitir, dada a existência, anterior, de quatro casas de Dominicanas em Portugal.

A dificuldade está precisamente em encontrar o texto de outras *Constituições* anteriores, e até ao presente nenhuma se nos deparou ainda.

Que o texto aveirense não foi especialmente preparado para o seu Mosteiro e deve ser tradução, ou cópia, dum padrão comum às Dominicanas portuguesas, bem se depreende do seu teor. Não só se não encontra a menor alusão a Aveiro, ou, sequer, ao próprio Convento de Jesus, como várias passagens há que estabelecem doutrina duma forma geral, para se aplicar nas casas em que as circunstâncias o aconselhem; assim, por exemplo, o capítulo ix, tratando *Das Leytos*, determina: ... Durmam com saya . e veeo . e cubertura da cabeça e cingidas; e ajnda cõ calcas: *nas terras onde as mulheres costumã trazel las*.

O capítulo xiv, *Das que sse ham de Receber*, prescreve: Convijsa tambem Receber algũas Jrmaãs dentro pera freyras cõuerssas . *onde isto parecer cõuenjete*.

Tratando *Da Eleycam da Prioressa*, lê-se no capítulo xxiii: Ho meestre da ordem ou prior proujncjal . proueera de prioressa . *onde ates ora for tal custume*.

CONSTITUIÇÕES DO MOSTEIRO DE JESUS

O capítulo xxviii, *Dos Hedificjos*, permite que *onde hy nom ouuer este locutorio* . poderam falar na freesta da Igreja com os leygos.

No capítulo xxix, *Do Entrar E ssayr das Casas*, estabelece-se que A estas pessoas cõvijra entrar nos moesteyros das freyras: *onde ates agora foy assy de custume . El Rey . ou Raynha . arcebispo . bispo do meesmo bispado . ou legado . ou cardeal . ou papa . ou padroeyro . ou padroeyra; sse lhes for assy outorgado do comeco da fudacom.*

No final das Amoestacoões declara-se *Acaban sse As Constituçoës Das freyras do bem auëturado nosso Padre Sam Domingo* . Da Ordem dos PreegadoreS*, e nenhuma alusão se faz ao Mosteiro de Jesus, como seria natural; também na epígrafe que encabeça o prólogo se omitiu qualquer referência local.

A seguir àquele encerramento, e dispondo acerca *Do modo de emleger a prioressa nos moesteyros da ordem dos preegadores a ella sujeitos*, estipula-se que *Hos comventos das freyras* deuem escolher e comffyar, etc.

Da mesma forma, na *maneyra de screuer ao proujncjall por confirmacam das prioressas*, se nota a generalização do preceituado: *Soror N. Supioressa do moestey* de tall lugar... Etc.*

Parece, pois, que um texto geral deve ter existido, comum às diferentes casas de monjas dominicanas, obrigatoriamente lido duas ou mais vezes por ano em linguagem corrente: «As constituçoẽ* E amoestacoões que stam scriptas; declaren sse e lean sse hũa vez . ou duas . ou mais no ano *em linguagem*: porque per Jnorancja . nom se faca outra cousa contrayra do que sta scripto.»

Esse texto, contudo, não terá vindo logo de início para a casa de Aveiro; percorre-se a *Crónica*, acompanhando, por por ela, o nascimento e subsequente evolução do Mosteiro, e verifica-se que ainda em 1466 a Madre Beatriz Leitoa apenas «Regia esta Casa ã tanta Relligiã e virtuosos costumes. que *nã sabẽdo cõstitucã nẽ Regra* nõ errava nẽhũa cousa nella mãdado.» (pág. 42 da nossa ed.).

No ano imediato, Frei João de Guimarães, já então vigário provincial da Ordem, orientador seguro da fundadora desde os dias ainda hesitantes da quinta de Ouca (págs. 9, 10, 25, 37, 40, 41, 42, 48, 50, 59, etc.), «cõfirmou a madre ã prioressa . per via Canonycã . *segundo forma da cõstitucã.*»

É lícito, porém, perguntar: constituição do Mosteiro de Jesus, ou constituição geral da Ordem, pelo poder da qual Fr. João de Guimarães a investiu no priorado?

Afigura-se-nos mais aceitável a segunda hipótese; a própria *Crónica* regista, após a investidura da Prioressa, a intervenção de Frei João de Guimarães, uma vez mais, na orga-

nização interna da vida do Mosteiro (pág. 50), facto esse a que as *Constituições*, se existissem, não dariam, evidentemente, lugar, pois a tudo providenciariam.

Ganha, entretanto, corpo, no espírito da Infanta Dona Joana, a ideia de ingressar no Mosteiro aveirense e fazer vida religiosa a par da Madre Beatriz Leitoa; o confessor desta, Frei Antão de Santa Maria, dominicano também do convento da Misericórdia de Aveiro, é o medianoiro escolhido para informar acerca do teor de vida no recolhimento aveirense; a confidente da Princesa, D. Leonor de Meneses, sua prima, é convidada a «saber e aver per scripto a maneyra do mosteiro e ordẽ que tal era. E assy que Regra e Constituições . e muỹ secretamente lho mãdasse» (págs. 90/91).

D. Leonor de Meneses professa então no próprio Convento de Jesus; e diz a cronista (pág. 100): «Como a dita dona Lyanor de meneses. Recebeo ho avyto da Religiã. E vyo e experimentou per sy a maneyra e modo da guarda da ordẽ. E perfeyta observãcia e syngullar Regimẽto da virtuosa madre prioressa brityz Leytoa. screvia tudo ãteyramente muỹ ameude aa Senhora Ifante . A quall a tiinha mãdada Como yculca e spiiã.»

É de presumir, pois, que já então houvesse no Mosteiro algum exemplar das *Constituições* e que para satisfação do pedido da Infante ele fosse copiado e remetido a Lisboa.

Memorando a proveitosa companhia que as Irmãs a Princesa fazia, não esquece a cronista de registar (pág. 170) que «A ella como a fonte de Clara sciẽcia do Senhor deus . e allumiada per elle se Recorriam ã todas duvidas dos secretos de suas cõciencias . E da Regra . *Constituições* . scriptura dyvina . a ella muỹ seguramẽte pidiiã Conselho»...

Existia, pois, um texto de *Constituições* do Mosteiro ao tempo da estada da Princesa nele, e este se nos afigura um ponto de referência a reter.

A Infanta faleceu em 1490, a 12 de Maio, como é sabido.

Outra dúvida, de mais difícil solução, ocorre ainda: no final da compilação de textos conventuais donde extraímos as *Constituições*, como acima explicámos, lê-se a preciosa declaração de que «Este lyuro da Regra E constitucoens. E estorya de noffo padre Sõ agostinho . he do moesteyro de Jhũ. Efcreueo a irmãa Marguarida pinheyra frey* do dito Conuento 2 moesit.*»; tal como em 1939 fizemos, a respeito da crónica da fundação e memorial da Infanta, ocorre perguntar qual a participação de MARGARIDA PINHEIRA na apresentação do códice: caligrafou-o apenas, copiando-o de algures, ou pertencer-lhe-á a autoria da versão?

CONSTITUIÇÕES DO MOSTEIRO DE JESUS

Simple copista e mera escrivã, ou tradutora duma provável forma latina, original, das *Constituições*?

MARGARIDA PINHEIRA, sobrinha, justamente, de Fr. João de Guimarães⁽¹⁾, deve ter sido a autora do *Memorial da Infanta*, pelo menos, e duma boa parte da Crónica do Mosteiro, embora elaborada sobre elementos fornecidos pelo tio. Para essa autoria nos inclinámos em 1939, tanto quanto a falta de declaração expressa o permitia. Mantemos, hoje ainda, a opinião, com as mesmas prudentes reservas. O problema externo da autoria do códice — determinação de quem o caligrafou — fica definitivamente resolvido perante o registo final exarado na compilação donde extraímos as *Constituições*: a letra dos dois códices deve provir do mesmo punho, salvo, evidentemente, os acrescentos e interpolações verificados na Crónica; quanto ao problema interno, o da autoria da redacção dos textos, esse mantém-se como até aqui; as *Constituições* não fornecem elementos novos, decisivos, para sabermos quem escreveu, de facto, a *Crónica e o Memorial*, e nem sequer nos indicam o nome do tradutor das *Constituições*, da *Regra de S.^{to} Agostinho*, da *vida do Patriarca*, etc. Dizer que a ilustração de MARGARIDA PINHEIRA, revelada no *Memorial*, permite aceitar o seu nome como possível tradutora, não basta; seria necessário apoiar a atribuição em elementos que, na verdade, se não conhecem ainda. Oxalá um dia apareçam. O problema das traduções para português, de capital importância para a formação e evolução da língua, domina inteiramente o panorama literário nacional durante toda a Idade-Média.

Para enviar à Infanta, não seria necessário verter para português o provável texto latino, original, das *Constituições*; conhecia ela o latim (*Entedia muito bẽ laty* — pág. 119 da Crón.) e dava, mesmo, preferência aos textos nessa língua redigidos (*Trabalhou esta virtuosa Senhora por aver e mǎdar cõprar muitos lyvros e sermonayros de s̃yngular doctryna assy de latym que a dita Senhora bem sabia e entendia. Como de l̃yguagẽ. Mas os demais eram de Laty. porque delle gostava mais.* — Cron., 140/141).

Mas como acima vimos, as *Amoestacoões* prescreviam expressamente que as *Constituições* se lessem «hũa vez ou

(1) Fr. João de Guimarães, cujo nome atravessa, do principio ao fim, a *Crónica* do Mosteiro e o *Memorial da Infanta*, vivia ainda em 1472 e era então Vigário provincial da Ordem (Fr. Luis de Sousa, op. cit., II, 203). É possível que em 1479, quando da peste que obrigou a Infanta a sair de Aveiro, tivesse falecido já, pois a Madre Beatriz Leitoa despediu-se de Catarina Pinheira em termos que o permitem supor: «Filha . sobrinha daquelle padre que ẽ todos meus trabalhos e fadigas spirituaes e Corporaes . E no fundamẽto e fabrica desta Casa de nosso Senhor . s̃ẽpre foy ẽ meu cõselho ajuda e descãso . E muito fiel e spiritual amigo . Encomẽdo te a deus»...

duas ou mais no ano *em linguagem*»; era preciso, por consequência, uma tradução.

Quem a terá feito? Que participação poderá MARGARIDA PINHEIRA, sua escrivã, ter tido nessa versão?

Não se nos deparam elementos suficientes para aventarmos resposta, e preferível é aguardar novos textos e novos estudos, se eles puderem aparecer ainda.

Certas semelhanças de estilo e de construção gramatical, aliás, escassas, que entre o texto da *Crónica* e o das *Constituições* se deparam ao leitor, podem provir apenas de ligeiro retoque introduzido pela Irmã MARGARIDA PINHEIRA quando trasladou para *leitura nova* um primitivo livro das *Constituições*, já *em linguagem*, que bem poderá ter existido.

Vimos em 1939 que o livro da *Crónica* e *Memorial* presentemente existente não deve, também, ser o original, mas sim cópia definitiva duma primitiva forma, cuja existência logicamente se infere. Com as *Constituições* acontece outro tanto; MARGARIDA PINHEIRA teve, evidentemente, diante de si outro escrito (qualquer que ele tenha sido) que passou a a limpo para este códice; três palavras indevidamente escritas se podem ainda hoje verificar no texto, cortadas a vermelho quando o códice foi iluminado, que apenas têm explicação como casos de *lapsus calami* de quem estivesse copiando (no prólogo, e nos capítulos 14 e 28).

Teremos de voltar, ainda, ao assunto quando fizermos a publicação da *estória do bem aueturado famoso doctor da Jgia de d's E padre sancto Agostinho*, outra das peças de que se compõe o códice, como a princípio explicámos; aí o estudaremos em conjunto, e talvez entretanto algum novo elemento surja.

Não terminaremos, já agora, este breve comentário que podia, e talvez devesse, desenvolver-se muito mais, sem discretamente lembrarmos ao curioso de Filologia e de velhos textos algumas singularidades de interesse na linguagem das *Constituições*. Não as apontamos, evidentemente, ao profissional, que poderia levar a nossa lembrança bem intencionada à conta de impertinência por chamarmos a atenção para particularidades que de outros textos são há muito conhecidas, embora uma confirmação seja sempre de utilidade, até mesmo (senão sobretudo...) na apreciação de fenómenos de linguística.

Destacaremos, em primeiro lugar, as terminações vocabulares ainda em -om que se nos deparam, a par de muitas outras em -ão: *acusacom, collacom, comunhom, condicom, cõjuracom, coracom, deliberacõ, derom, desperacom, despenssacom, emlleycom, entom, entrarom, escomunhom, examjnacõ, fudacom, licom, nom, ordenacom, preegacom,*

CONSTITUIÇÕES DO MOSTEIRO DE JESUS

profissom, purificacom, senom, sobegidoem, ssymõ, razom, som (e ssom).

Damos, a seguir, os casos de *S impuro* ocorrentes:

Scapulayros, scolher, scorregara, screuemos, screuer, scrypto, scⁱptura, scrutatores, sculdrjnhadores, spaco, special, specam, sperâtes, sperem, stabellecjdo, stam, statuya, statuydo, statujmos, stolla, studem.

Casos de género uniforme:

As cercadores, a escarnecedor, a leedor, a procurador, a serujdor, as serujdores, as zeladores, a zombador.

Notámos em 1939, na *Crónica* (pág. xxxviii), alguns casos menos vulgares de reforço adverbial em construções deste tipo: *cõpassadamente e distinta*, verificado agora uma vez apenas nas *Constituições* (cap. 1.^o); MARGARIDA PINHEIRA revela manifesta predilecção por essa modalidade da adverbiação; em doze lugares da *Crónica*, pelo menos, isso se documenta; nas *Constituições*, talvez por ter sido menor a sua intervenção directa, e por se tratar duma tradução muito cingida ao latim, encontro a apenas na passagem acima apontada; fora disso, — *breue e cerceadamente, comuõ e formalmente, confusa e desordenadamẽte, competente e Inteyramẽte, firme e diligentemẽte, firme e direjtamente, pura e discretamẽte, religiosa e honestamente*, etc.

Por fim, talvez mereça a pena o leitor deter-se um momento perante os vocábulos seguintes, de manifesto interesse lexical e gramatical e que lhe darão uma breve imagem do vocabulário das *Constituições*; adiante de cada um vai a indicação do capítulo onde podem ser verificados e estudada a sua posição no discurso.

— A —		atees, ates, 1. ^o , 2. ^o , 3. ^o , 4. ^o	cercadeyras índice
abasta	15. ^o	auctos 21. ^o	cercadores (as) 25. ^o
abastâte	31. ^o	avento 3. ^o , 4. ^o	cerceadamente 29. ^o
acerceem amoest.		aujse sse 13. ^o , 30. ^o , amoest.	çerçjlhos 12. ^o
acontecer de 6. ^o			cinbalo 6. ^o
acusacom 20. ^o			cinbam 5. ^o
aljpamento 29. ^o			cijnta 22. ^o
altosos (olhos) 15. ^o		— B —	cijntemẽte 19. ^o
ante 5. ^o , 14. ^o		beenzymento 16. ^o	cocedra 6. ^o , 9. ^o
antiffaam 2. ^o , 17. ^o		brytar 19. ^o	cocos 10. ^o
antre 2. ^o , 10. ^o			coymam 4. ^o , 5. ^o , 7. ^o , 8. ^o
antreditos 15. ^o		— C —	collacom 17. ^o
ao ante do derra- deyro verso 2. ^o		cameras 15. ^o	comunhom amoest.
aprehendam 15. ^o		canpaã 5. ^o	condicom modo de enleg.
aprehendendo 15. ^o		caydura 29. ^o	cõJuracom 20. ^o
asynha 6. ^o		cauylacooens 23. ^o	conto 13. ^o , 14. ^o

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

cõijnhauei	1.°, 5.°	escarnecedor(a)	19.°	leyxam	ind., 16.°, 18.°, 22.°, 30.°
coracom	18.°	escolheyta	14.°	leyxadas	17.°
correycam	30.°	escomunhom	29.°	leyxado	11.°, 18.°
— D —		esculdrjnhadores		leyxar	18.°, 30.°
		man. de esc.		leyxẽ	15.°
deliberacõ	13.°	estem	21.°, 29.°	leyxou	22.°
departydo	prolog.	estonces	man. de	letera	11.°
derom	amoest.	esc.		licom	17.°, 18.°
des 2.°, 3.°, 4.°, 20.°		examjnacõ	13.°	— M —	
desy	6.°	expecã	15.°		
despenssacom	13.°	— F —		madura	1.°, 17.°, 26.°, 29.°
despenssatiuamẽte	4.°	fazer os çerçjhos		mesurada	29.°
desperacom	20.°	12.°		— N —	
desuayradas	28.°	feriaaes (dias)	2.°		
desuestjdo, a	21.°, 22.°	ficar ho olho	19.°	— O —	
desuestindo	14.°, 20.°, 21.°	fũdacom	29.°	nom	15.°, 18.°, 20.°, 21.°, 28.°, 29.°, 30.°, 31., amoest.
dicam	13.°	fugimento	21.°	ordenacom	modo
dyonjs	3.°	— G —		de enleg.	
dobramẽto	28.°	giolhos	2.°	ouciosas	17.°
dobre	4.°	golpes	5.°	ouuyda (de)	30.°
domaayra	1.°, 6.°, 30.°	gujsa	2.°, 16.°, 20.°, 28.°, 29.°	— P —	
— E —		— H —		passo	15.°
elleycom	mod. de	hy	11.°, 13.°, 18.°, 28.°	pellica	10.°
enl.		humanall	15.°	pendenca	15.°, 20.°, 22.°, 31.°
ẽfraquẽte	6.°	humjldosamente	2.°	perdam	30.°
enhada	prol., 5.°	— I —		peroo	prol., 13.°, 14.°, 20.°, 22.°, 28.°, 29.°
enhalhear	26.°	jnsynanca	indice	perssoa	amoest.
emleger	mod. de	e 15.°		poeram	11.°
enl.		jntentas	25.°	possissoes	26.°
emlegedoras	man. de	— J —		preegacom	17.°, 19.°, amoest.
de esc.		Jacobo	4.°	presente a	1.°
enlego	man. de	jentar	5.°, 13.°, 20.°	presẽte todas	13.°
emlleycom	mod.	— L —		procuradas (seer)	7.°, 8.°
de enl.		leedor (a)	6.°, 30.°		
emleyta	man. de				
esc.					
entom	29.°				
entonce	14.°				
entonces	30.°				
entrarom	29.°				

CONSTITUIÇÕES DO MOSTEIRO DE JESUS

procuradeyra	26. ^o	sc'pto em tauoas ou	ssymõ	4. ^o	
procurador (a)	26. ^o	cera	11. ^o	suffragias	índice
profissom	15. ^o	scrutatores	man.		
psalteryro	3. ^o	de escrev.		— T —	
purificacom	3. ^o	ssee Junto	5. ^o		
		sseem	20. ^o	tanto doente	29. ^o
— Q —		sculdrjnhadores		tenor	man. escr.
		man. escr.		tentadamente	17. ^o
quebramento	13. ^o	semelhauel	17. ^o	tocamento	28. ^o
quebrantar sillen-		semelhauemente		tomamêto	23. ^o
cjo	amoest.	4. ^o		trautar	amoest.
		semidobre	4. ^o	trazeram	10. ^o
— R —		senom	amoest.	tryganca	1. ^o , 17. ^o
		serujdor (a)	5. ^o		
Razoada (causa)	13. ^o	serujdores (as)	5. ^o	— V —	
Razom	28. ^o , amoest.	so, sso	13. ^o , 29. ^o , 31. ^o		
refuse	19. ^o , 20. ^o	sobegidoem	28. ^o	vagarem	1. ^o
rreuezes (a)	2. ^o	soberuosamente		vestiduras	10. ^o ,
Rezamento	30. ^o	19. ^o , 20. ^o		14. ^o , 16. ^o	
Rijr	17. ^o , 18. ^o	slota ho capitullo		vĩjr	29. ^o
		30. ^o		voltas	2. ^o
— S —		som, ssom	amoest.		
		sospeycam	30. ^o	— Z —	
sabendas (a)	31. ^o	specam	amoest.		
sagraaes	14. ^o	sperâtes	man.	zeladores (as)	25. ^o
samcristã	5. ^o , 6. ^o	de escrev.		zonbador (a)	19. ^o

Não sendo intenção nossa ultrapassar o limite lógico até onde a paciência do leitor se estende, aqui pomos ponto às considerações que entendemos juntar às páginas austeras que governaram, durante séculos, as atribuladas monjas de Jesus, do mosteiro aveirense.

Muito havia a dizer ainda sobre cada um dos pontos que ligeiramente, apenas, aflorámos; e deliberadamente nos abstermos de glosar o teor de vida e a aspereza do recolhimento onde a *misericórdia de Deus* e a da *Madre Superiora* constituíam a invocação suprema daquelas que, presas da maior comção, sobre si viam cerrar-se, para toda a vida, as pesadas portas da mansão do Senhor.

Compreendemos hoje melhor, no entanto, o que resta ainda das velhas paredes do mosteiro quatrocentista, após o conhecimento destas primitivas *Constituições*; é outra a linguagem que daquelas ogivas singelíssimas se desprende; outro o eco distante auscultado junto das campas rasas das fundadoras...

BIBLIOGRAFIA

O *ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congéneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Arquivos de Angola — 2.^a série, vol. VII, n.ºs 27 a 29. Luanda, 1950.

Biblos — Vol. XXVI. Coimbra, 1950.

Boletim de Trabalhos Históricos — Vol. XI, n.ºs 1-4; vol. XIII, n.ºs 1-2. Guimarães.

Labor — Revista de Ensino Liceal — n.ºs 111 a 113. Aveiro, 1951.

Mensário das Casas do Povo — N.º 54 a 56. Lisboa.

Portucale — 2.^a série, n.ºs 28 a 30. Porto.

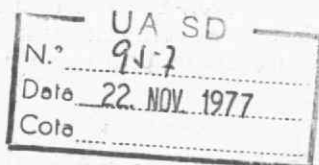
Revista de Ensino — N.º 2. Repartição Central dos Serviços de Instrução. Luanda, 1950.

Revista de Guimarães — Vol. LX, n.ºs 3-4. Guimarães.

Revista de História — N.º 5. São Paulo — Brasil. 1951.

ERCÍLIA PINTO — *Crónicas do meu tempo*, 1. Coimbra, MCML.

MANUEL DA COSTA LOBO CARDOSO — *São Paulo da Assumpção de Luanda* (apontamentos para a sua história). Edição do Museu de Angola. Luanda, 1951.





DUAS INSCRIÇÕES ANTIGAS

HÁ duas inscrições no nosso distrito que precisam de ser estudadas. Está uma na igreja de S. Lourenço do Bairro e outra na igreja de Lamas.

Da primeira tratou ANTÓNIO DE VASCONCELOS, neste *Arquivo de Aveiro*, vol. VII, págs. 55 a 57.

Já me referi à segunda no volume XIII, no meu artigo «Santa Maria de Lamas». Estas inscrições são conhecidas há muito tempo, sobretudo a da igreja de Lamas.

Da de S. Lourenço do Bairro diz ANTÓNIO DE VASCONCELOS: «Foi desenhada e aberta pelo lapicida numa placa de calcário das pedreiras de Ançã, em belas letras capitais, umas redondas outras angulares, misturadas com algumas unciais, todas elas de formas bem conhecidas por serem vulgares em títulos de livros ou capítulos nos códices caligráficos dos séculos XI e XII, assim como nas melhores inscrições da época. Tem muitas letras conjuntas, outras inclusas, algumas suprimidas com indicação de sinais braquigráficos, mas tão distintamente desenhadas e tão nitidamente gravadas que a sua leitura não oferece embaraços a quem não seja inteiramente analfabeto em epigrafia.»

Também a inscrição de Lamas foi desenhada e aberta numa pedra de Ançã, mas nesta as letras são quase todas alemãs maiúsculas. Dou em seguida a leitura das duas e respectivas traduções, seguindo quanto à de Lamas o *Santuário Mariano*, que na forma ortográfica diverge um pouco da inscrição, como pode ver-se pela fotografia.

S. Lourenço do Bairro

Sub honore sancti Laurencii
pelagiolus presbiter hanc edifi
cavit ecclesiam quam cero

perfectam Vermudus conimbr
ane ecclesie religionis dedicavit
Episcopus VIII calendas novembris
era MaCCXVIII

Em honra de S. Lourenço, o presbítero
pelagiolo edificou esta igreja
a qual concluída tardiamente, foi sa-
grada

por Bermudo, religioso bispo da igreja
Coimbra, no dia 8 antes das Calendas
de novembro da era de 1219.

Santa Maria de Lamas

Dedicata fuit haec ecclesia de Santa Maria de Lamas ab Episcopo Dom Michaelo Colimbriensi et per manus Veremundi ecclesiae Presbyteri, sub era 1208 sexto idus Maii, in festivitate sanctorum Gordiani Epimachi, in honorem sanctae Mariae Virginis, anno ab Incarnatione Dei 1170 regnante apud Portugale Alfonso comitis Henrici et Reginae Theresiae filio, multorum sanctorum Reliquiae in praefactas ecclesiae altaribus habentur de sepulchro B. Mariae Virginis, et reliquiae Sanctorem Felicissimi et Agapiti, S. Sebastiani, et sanctae Marinae et de Sepulchro Domini, et qui scripsit vivat in aeternum.

Esta igreja de Santa Maria de Lamas foi consagrada pelo bispo de Coimbra D. Miguel por mãos de Veremundo presbítero da igreja, na era de 1208, dez de Maio dia dos santos Gordiano e Epimaco, em nome de Santa Maria Virgem, ano da Encarnação do Senhor de 1170, reinando em Portugal Afonso, filho do Conde D. Henrique e da Rainha Teresa. Há nos altares desta igreja reliquias de muitos santos do sepulcro da Virgem Maria de S. Felicissimo e Agapito S. Sebastião e Santa Marinha e do sepulcro do Senhor. Tenha vida eterna quem escreveu isto.

Haverá entre estas duas inscrições alguma outra relação além da contemporaneidade? Penso que sim. Já por várias vezes, em artigos anteriores, me referi às invasões de Almanzor, no fim do século x, e como elas foram, sobretudo a de 998, a ruína dos povos da beira-mar, com a destruição de suas riquezas e templos. A reconstrução destes, sem exceptuar mesmo as Sés do Porto e Braga, só se fez, vagarosamente, no correr dos dois séculos imediatos.

S. Lourenço do Bairro e Santa Maria de Lamas, vilas agrícolas, a que se referem os documentos antigos, vêm certamente dos tempos romanos, atravessando as dominações goda e árabe, na sua função produtora, respeitada por todos. Tiveram seus templos, que Almanzor não poupou, pois lhe ficavam à beira da estrada de Lisboa ao Porto, por onde seguiam as suas tropas vitoriosas. E como estas, muitas outras. Não sei como à roda da Igreja de Santa Maria de Lamas se formou a lenda de que ela era a mais antiga de toda a região. Já disse e tenho elementos para dizer que esta lenda não tem fundamento. Outras igrejas se reconstruíram muito antes de Santa Maria. A de Valongo, já em 1110, isto é, 60 anos antes, estava reconstruída. Por circunstâncias desconhecidas, aqueles dois templos de Santa Maria de Lamas e de S. Lourenço do Bairro só nos aparecem reconstruídos em 1170 e 1181. A de Lamas foi sagrada em tempo do bispo Miguel, por mão de Bermudo, a de S. Lourenço foi sagrada pelo bispo Bermudo. No meu artigo *Santa Maria*

DUAS INSCRIÇÕES ANTIGAS

de Lamas sugeri que o Bermudo por cujas mãos foi sagrada a igreja de Lamas era o mesmo Bermudo que depois foi bispo, isto é, aquele que em 1181 vem a sagrar a igreja de S. Lourenço do Bairro. Desta maneira, os dois templos foram sagrados pelo mesmo sacerdote.

Não temos conhecimento de outras lápides comemorativas da sagração dos templos em terras do Vouga. Acredito que outros existiram e foram perdidos em novas reconstruções. É que essas inscrições lapidares não se destinavam só a perpetuar a memória de um acontecimento importante, eram também e sobretudo documento necessário à prova dos direitos jurisdicionais do bispo perante o rei e perante o mosteiro de Santa Cruz.

O mundo cristão é obra dos apóstolos, e desde o seu tempo vem abrindo os braços por todas as partes da Terra. O mundo católico romano é sonho de Gregório VII, realização sua e dos seus imediatos sucessores com a cooperação do mosteiro de Cluny. No ocidente peninsular, especialmente no condado portugalense, os bispos não só não obedecem a Roma, como ainda tinham um ritual e leis canónicas sobre o casamento e família que divergiam muito dos romanos. Gregório VII ainda tentou mandar um emissário a entender-se com Sisenando e D. Paterno, primeiro bispo de Coimbra depois da reconquista. Mas este morreu no caminho e Gregório VII pouco lhe sobreviveu. Pode dizer-se que a romanização eclesiástica do condado só começou com D. Henrique e os bispos que com ele ou em seu tempo vieram — monges de Cluny — Geraldo de Braga, Maurício de Coimbra. O processo foi longo e fez-se por dois modos: — o da subordinação directa dos bispos ao papa, e o da isenção dos mosteiros da jurisdição dos bispos para os colocar na sujeição immediata de Roma. Quer dizer, a par da hierarquia eclesiástica que punha na cabeça o papa, este criava-se com os mosteiros um poder paralelo e de algum modo inimigo dos bispos com que se assegurava da obediência destes. Este último caminho foi o mais demorado.

Há no alvorecer da história portuguesa gigantes adormecidos que precisam despertar na nossa consideração e respeito: o santo Arcebispo Geraldo; o diabólico arcebispo Gelmires de Compostela; o hábil político João Peculiar, também arcebispo de Braga. É sobretudo ao compostelano que Portugal deve a sua existência; é ao último que deve a plenitude da sua independência política. Sem a protecção e amizade de Diogo Gelmires, D. Teresa não podia sustentar-se na doação de seu pai, depois da morte do conde Henrique; sem a cooperação inteligente e eficaz de João Peculiar, Afonso Henriques não se teria libertado tão facilmente da vassalagem ao Imperador de Leão e Castela.

O bispo D. Gonçalo de Coimbra morreu em 1128. D. Teresa e seu marido ou amante, Fernando Peres de Trastâmara, tinham resolvido entronizar a D. Telo, Arcediago, mas a revolução que deu o governo a Afonso Henriques, não lho permitiu. Afonso Henriques entronizou Bernardo, por não ter confiança em D. Telo. Este fora companheiro do falecido bispo D. Gonçalo, amigo do metropolitano de Compostela. Afonso Henriques queria a independência política de Portugal e a restauração da igreja portuguesa em Braga.

Pouco tempo depois, porém, Afonso Henriques estava nas melhores relações com D. Telo.

Este D. Telo foi o fundador do mosteiro de Santa Cruz. D. Afonso Henriques também se intitula seu fundador. D. Telo foi o executor; Afonso Henriques o grande protector; a luz que orientou os passos dos dois foi sem dúvida a inteligência e astúcia de João Peculiar, monge de Cluny, e mestre escola da Sé de Coimbra. Este Homem, forte em acção e espírito, procurava realizar dois interesses que já vinham combinados desde os primeiros tempos do conde D. Henrique; o religioso, de subordinação dos bispos a Roma e criação de mosteiros livres da jurisdição dos bispos e na obediência directa ao papa; o político, da criação da igreja portuguesa servindo a Portugal independente.

É minha opinião que, durante os governos do conde D. Henrique e de D. Teresa, os movimentos dos bispos portugueses obedeceram sempre ao ritmo do interesse dos governantes. Não é este o lugar próprio para tratar deste assunto, nem o comporta o programa do *Arquivo*. Basta-nos por agora dizer que a rejeição de D. Telo, a eleição de Bernardo e a fundação da Santa Cruz, parecem obedecer ainda ao mesmo pensamento, isto é, ao interesse político do governante.

Criado o mosteiro dos Cónegos regrantes de Santo Agostinho, logo as desinteligências surgiram entre ele e o bispo. Este entendeu tê-lo sob a sua jurisdição imediata e obrigou os cónegos a actos de humilhação afirmativa desta obediência. Dirigiram-se a Roma D. Telo e João Peculiar a solicitar do papa Inocência II a isenção para o seu mosteiro. E o papa concedeu-lha pelo breve de 20 de Maio de 1135. Quer dizer, o mosteiro e todas as terras que tinham sido doadas e aquelas que de futuro por qualquer título lhe viessem a pertencer, ficaram isentas da jurisdição do bispo e sujeitas ao mosteiro. Um bispado dentro do bispado. A guerra entre a Sé e o mosteiro durou séculos. Estudou-a ROCHA MADAHIL no seu valioso e fecundo trabalho «*O Privilégio do Isento de Santa Cruz de Coimbra*». É para este estudo admirável e sem dúvida o mais completo sobre o assunto, que remeto o leitor.

DUAS INSCRIÇÕES ANTIGAS

O bispo D. Miguel Salomão governou o bispado de 1162 a 1176. Durante o seu tempo o mosteiro triunfou largamente. O bispo fez-lhe largas concessões, reconheceu o Isento obrigando os cônegos pela força a assinarem, no que era apoiado por Afonso Henriques. As liberalidades deste bispo deram origem a alguns dos lances mais violentos de luta entre o mosteiro e a Sé. Miguel fora cônego de Santa Cruz e daí a razão das liberalidades. Bermudo sucedeu a este bispo. E foi ele que sagrou a igreja de S. Lourenço em 1181, como na qualidade de presbítero da igreja de Coimbra, e como representante de D. Miguel, tinha sagrado a de Lamas em 1170.

Salvo o devido respeito, parece-me que as palavras «*quam cero perfectam*» da inscrição de S. Lourenço assim traduzidas: «a qual concluída tardiamente» podem levar a supor que o bispo quis com elas fazer uma espécie de recriminação por aquela obra ser feita tão tarde, como quem lembra que era obrigação ter-se feito antes. Creio que é bem diferente o real significado delas: o presbítero Plagiolus tinha construído aquele templo mas não o tinha concluído. Este trabalho de conclusão só foi feito muito mais tarde. Isto aconteceu lá como aconteceu noutros lugares, em todos os tempos. Os templos raramente são feitos de uma assentada, são algumas vezes cuidado de várias gerações. Foi o que aconteceu com a actual igreja de Lamas, que levou cem anos a construir.

Na lápide de S. Lourenço chama-se Bermudo *religiosus episcopus*. Deve ter sido amigo e partidário de Miguel. A menos, não consta que tivesse tomado alguma atitude contra o mosteiro, para desfazer os erros de Miguel, como fizeram os seus immediatos sucessores. Esta circunstância e o ele chamar-se *religiosus* levam-me a crer que também Bermudo fosse um cônego de Santa Cruz e, portanto, um continuador e respeitador da obra de Miguel, isto é, um respeitador do *isento*. Reconhecer o isento era reconhecer a circunscrição territorial na qual se exercitava a jurisdição de Santa Cruz, ao lado da circunscrição onde chegava o poder do bispo. As lápides são assim uma demonstração de que as duas igrejas pertenciam à jurisdição episcopal e indirectamente o reconhecimento da outra jurisdição, o que nenhum outro *bispo*, nem antes nem depois, fez.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

CRENDICES E MAUS OLHADOS —BRUXAS E LOBISOMENS —SUPERSTIÇÕES E MÊZINHAS...

QUE ANDAM NAS VIDAS DAS GENTES
SIMPLES DA REGIÃO DE VOUGA, COMO
JÁ ANDARAM NAS DOS SEUS AVÓS

(do livro a publicar *Nossa Terra e Nossa Gente*)

bibRIA
C REDO, tesconjuro! Abrenúncio! Em nome do Padre
e do Filho e do Espírito Santo; avé-Maria e salvè-
-Rainha.

MENINO «TOCADO»

Menino ou menina, já se vê.

Quando as mulheres andam grávidas, se alguém lhes *toca* com intenção de *mal fazer*, logo a mulher *tocada*, se disso tiver pressentimento, deve devolver o *toque* a quem lhe *tocou*, com uma forte pancada, dizendo a acompanhar: — «eu te devolvo, alma danada, toque de mau agouro».

Mas se a mulher grávida ignora esse segredo do mal ou se, tendo dele conhecimento, não devolver o *toque*, o recém-nascido fica sempre «*acanhadinho*», enfêzadinho, sem crescer... Então, não há dúvida, é «menino tocado».

Que faz a mãe?

Leva o seu menino e vai procurar certa mulher de virtude que já *destocou* outros meninos.

Entram as duas mulheres e a criança *tocada* para um quarto e ali se fecham por dentro, a meia luz. A mãe com o filho ao colo e nuzinho; e a mulher de virtude com um

crucifixo pequeno na mão esquerda, e, na direita, um raminho de murta, arruda e alecrim.

Benze que benze o menino, e a acompanhar umas palavrinhas que muito podem:

«Mão que tocaste este menino e o deixaste acanhadinho, desacanha-o, inimigo malfeitor, que assim o quer Nosso Senhor, e a Virgem Maria, e todos os santos da corte do céu.»

Diz-se isto três vezes. E depois de outras palavras idênticas, sempre a benzer, com o raminho na mão direita e o crucifixo na esquerda, as duas mulheres ajoelham e rezam três avé-marias, três padre-nossos e três salvê-rainhas.

A seguir, a mulher que benzeu queima o raminho, junta as cinzas e, com a mãe e o menino, dirigem-se para onde haja água corrente. E de costas viradas para onde corre a água, a mulher de virtude atira as cinzas para a corrente, dizendo:

*«Quem te tocou que te destoque,
quem te acanhou que te desacane,
porco sujo, dianho mau,
deixa este menino em paz
que a mão que lhe tocou foi a mão
de Satanaz.»*

*«Bicho sujo, t'esconjuro
p'rá água te afogar.
Vai p'ra longe, porco sujo,
p'ra onde a água te levar.»*

Daí em diante o menino principia a crescer e a «lograr» saúde que até dá gosto vê-lo, louvado seja Deus e a Virgem Santíssima.

As vezes, durante os trabalhos da lavoura, alguns homens trazem a fralda da camisa por fora das calças... É por causa das bruxas e dos maus olhados. Já também assim procediam os seus pais e avós.

Depois de uma mulher destes sítios ter tido a sua *boahorinha*, e enquanto a criança recém-nascida não é baptizada, sempre, de noite, no quarto onde dorme a criança, não pode deixar de haver uma luz acesa. E só se deixa de acender

depois de ter sido baptizada, porque senão os «estafermos das bruxas» vêm e chupam todo o sangue do inocentinho, credo! Esta velha credence vem de séculos atrás, talvez tão antiga como a ignorância. Mas isto não quer dizer que não haja muitas excepções à regra, mesmo nas localidades rurais.

— E então o que aconteceu ao Manel do Coito! Aquilo é que foi! Até é de se arripiarem os cabelos a uma pessoa!...

Pois é!: — Vinha o pobre rapaz da noitada da Senhora das Febres, muito descansadinho da sua vida, noite alta... quando de repente lhe aparecem numa encruzilhada, perto dum pinhal, dois leitões a pular diante dele e dois homens que tinham a forma de grandes lobos.

Abrenúncio! Abrenúncio!...

Não, que nem se sabe como o pobre do Manel não ficou p'rá-li morto de susto, tranzidinho de todo... Uma coisa daquelas! Uma avantesma assim!...

Pois não senhores! Até custa a acreditar!...

Levantou o cajado no ar e quando ia para descarregar nos leitões, estes pareciam cabritos a pular e principiam a ladrar como cães. E logo os homens-lobos desapareceram e os leitões deitam a fugir, a fugir, aos pulos... sempre a ladrar e a pular, e uma luzinha a segui-los, a segui-los...

Depois quando a luzinha chegou àquelas «alminhas» que estão à entrada da povoação, ouviu-se um grande estouro e a luz desapareceu!

— «Não, que ele há coisas, há, digam lá o que disserem» resmungavam, tolhidinhas de todo, a ti Filomena e a ti Engrácia, quando lhes contaram aquilo.

Eram, não há dúvida! bruxas e lobisomens.

AS SEMENTES DA SORTE

Na noite de S. João, quem procurar por cômaros ou à beira de valados uma espécie de feto que seca no inverno e reverdece na primavera, talvez não perca o seu tempo — assim diz a credence popular — porque, se calhar, grandes benefícios pode conseguir. É o caso que a referida planta, depois de reverdecer, dá umas sementes. E quem, em noite de S. João, à meia noite, se avizinhar dessa planta para colher as sementes, lá vê aparecer também um vulto negro com olhos de gato, à semelhança de um lobisomem, mas que deve ser o Diabo.

Então, o Senhor dos Infernos, com imensa calma e respeitável superioridade, assim diz na sua voz de tragédia, a ecoar dentro da noite:

— «Ou levas tu ou levo eu» — (refere-se às sementes da tal planta).

Ora, se a pessoa que vai para colher as sementes tiver medo do Diabo, deita a correr e vai-se embora espavorido. Mas se não recear o diabólico Senhor, põe as mãos às sementes e colhe-as, gritando na mesma ocasião:

— «T'esconjuro, porco sujo! Em nome do Padre e do Filho e do Espírito Santo; avê-Maria e salvê-Rainha.»

Neste caso, é o tal vulto negro com olhar de gato que deita a fugir. E então, sim, a pessoa que colheu as sementes será para sempre ditosa e tudo conseguirá: mulheres prenhas, amores fáceis e difíceis, sorte ao jogo, amigos, boa disposição... tudo, enfim! Mas enquanto trouxe consigo as tais sementes; porque se as perder... adeus, minhas encomendas!

Como é sabido, a imaginação dos *simples* dos meios rurais vê, com facilidade, a horas mortas da noite, bruxas, lobisomens e almas penadas, a vaguear como duendes. E quando não vê, ouve contar e acredita, com arrepios de medo, que é assim a alma crendeira do povo.

*
Cão a uivar!... Mau, mau. P'ra longe vá o agouro.

*
Galo a cantar de noite fora de horas!... Ai, credo, não é coisa boa, isso não.

*
Azeite derramado, espelho quebrado, prato ou copo partidos!... Grande desgosto está p'ra vir. É um aviso. Que se benza logo a quem isso aconteceu.

*
A porca dos leitõezinhos está doente e não lhe entra nada na boca há três dias? O bezerro da vaca turina não quer mamar? O vinho estragou-se sem haver trovoadas? Morreram quatro pintos, já grandinhos, daquela ninhada de

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Janeiro? Deu uma *coisa* à Rosa da ti Rita e aquela alminha do Senhor não dá acordo de si?

«Tudo desgraças, abrenúncio, t'arrenego, dianho mau!»

É a casa que está enguiçada. São invejas e maus olhados; manda-se benzer. E com um raminho de alecrim, murta e arruda, cosida a boca de um sapo com as orelhas de um morcego, juntando-se-lhe alguns fios de cabelo de defunto viúvo que morresse de morte natural, e depois umas palavrinhas que certa mulher (a bruxa) sabe dizer, com uns padre-nossos e umas avé-marias, tudo murmurado em grande mistério pelos cantos da casa... logo a porca fica boa, o bezerro já mama bem, não morrem mais os pintos, a Rosa da ti-Rita ficou sãzinha e escorreita e tudo agora corre às mil maravilhas, com a graça de Deus e da Virgem Maria.

COMENTÁRIO DO MEU VIZINHO AMBRÓSIO

«Não se desmancham ninhos de andorinhas, que acontece coisa má... Não se matam andorinhas, que é sinal de maus instintos, «malvadeza», falta de sensibilidade... Mas mandam-se afogar gatinhos fechados dentro de um saco, no sítio mais fundo do rio e ainda com uma pedra dentro do saco para os bichinhos não terem probabilidade de escapar e morrerem asfixiados. E isto já são *bons instintos*, já não é «malvadeza»! É muito coerente e justa a sensível Humanidade... toda a Humanidade!...»

— E o meu vizinho Ambrósio revoltava-se e atirava um palavrão que ia direitinho à cara da Humanidade. Mas não era por mal.

PARA NÃO ACONTECER MAL AO PORCO

Por esta região há uma remota superstição entre muita gente, que consiste nisto:

Quando comprem na feira um porco ou porca e quando o bicho chega a casa, ao meterem-no no curral pela primeira vez, fazem, não sem dificuldade, com que o bicho entre a recuar, isto é, a cabeça do porco entra por último.

Feito isto, pode-se dormir tranquilo, porque nem mais são necessários os «responsos» a Santo António, de grande utilidade em casos graves de porcos ou de porcas. E está averiguado, diz a sabedoria do povo.

MENINO SEM FALA

Quando assim é ou quando a criança está «atrazadinha» na fala, as mães fazem o seguinte:

Agarram o seu menino e vão com ele a uma procissão onde vá o andor de S. Luís, o que foi rei de França. E passando com o menino por baixo do andor, três vezes a seguir, não esquecendo de bater com a moleirinha do pequerrucho no fundo do andor, dizem, em súplica, algumas vezes, isto:

*«Meu São Luís rei de França
Dai fala a esta criança.»*

E a criança se não falar é porque é muda. E disso não tem culpa o real santo.

AO DAR DO MEIO DIA

Em certas localidades da região, ao dar do meio dia, mães que tenham os filhos pequenos ao colo ou perto de si, rezam-lhe aos ouvidos, num desejo de boa sorte:

«Meu menino, Deus te reparta bem por esse mundo além.»

PARA CURAR TERÇOL

Pessoa que tenha um terçol, para o fazer desaparecer, deve passar por casa de uma mulher grávida e bater-lhe três pancadinhas na porta... Assim diz a superstição das gentes.

MENINO «RENDIDO»

Coitadinho! Parece que nasceu assim. Mas, em noite de S. João, precisamente à meia noite, procura-se pequena árvore de carvalho (ainda pouco desenvolvida) e racha-se ao meio a referida árvore, de alto a baixo. Depois arranjam-se um rapaz e uma rapariga com os nomes de João e Maria, e o João coloca-se de um lado da árvore rachada e a Maria do lado oposto. E das mãos do João para as de Maria, e assim várias vezes das mãos de um para as do outro,

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

passam o menino «rendido» por entre as duas metades do carvalhinho rachado, dizendo:

— «Toma lá, Maria».
— «Que me dás, João?»
— «Dou-te um menino doente
E tu has-de m'o dar são.»

TALHAR A ERISIPELA

Chamusca-se alho e ferve-se com azeite. Bezunta-se, com isso, o sítio do corpo atacado. Depois, entra em cena a benzedura, bem feitinha, fazendo cruces com uma faca sobre o sítio molestado, sempre a benzer, sempre a benzer... e lá se foi a erisipela.

Contudo, se a coisa é «*erisipelão*» não é mulher mas sim um homem que deve talhar *aquilo*... porque é «*erisipelão*»!

TALHAR O SOL

Há certas dorzinhas de cabeça que não são de quebranto, mas sim efeitos do Sol. E neste caso, talha-se assim:

A pessoa que tem as dores senta-se numa cadeira, à hora do meio dia, voltada para o Sol e de maneira a que lhe bata na cabeça.

Depois enche-se um copo com água, coloca-se sobre o copo um guardanapo dobrado em quatro e, a seguir, virando-se o copo com a boca para baixo, ficando assim a água sobre o guardanapo, põe-se isso sobre a cabeça do doente.

Benze que benze, reza que reza, a água principia a mexer e a fervilhar e foram-se as dores de cabeça. Foi um ar que lhe deu!...

ESPINHELA CAÍDA

Um processo de tratamento: Senta-se o doente numa cadeira, e a pessoa que entende daquilo coloca-se diante do enfermo, abre-lhe os braços esticando-os muito e assim esticados segura com as suas as mãos do doente. E dessa maneira vai, lentamente, levantando os braços do doente até as mãos se juntarem ao alto da cabeça. E se, juntas as mãos, um dos braços do padecente estiver mais curto, não pode haver dúvida: «É doente de espinhela caída». Então, para endi-

CRENDICES E MAUS OLHADOS

reitar a espinhela o «sabedor» ou «sabedora» do tratamento daquilo estica tantas vezes os braços do doente, abaixo e acima, quantas as vezes necessárias para que os braços fiquem do mesmo tamanho. E assim que ficam, está a espinhela direitinha.

QUEBRANTO

Isto de «quebranto» quando é do mau, mesmo do mausinho... diz-se pessoa sabedora que dura dezoito dias e dezoito noites. É verdade! Dá assim com umas dorzinhas de cabeça, fortzezinhas, e a boca a abrir-se muitas vezes. Mau olhado... invejas... já se vê!

Mas para se ter a certeza se a coisa é, de facto, «quebranto», faz-se isto:

Enche-se uma tijela com água, arranjam-se umas brasas em fogo, e vai-se pondo na água uma, e outra, e mais brasas. Se forem ao fundo, não é quebranto, pode-se estar tranquilo; mas se não forem, então é, sim senhores.

Neste caso, a mulherzinha que está com o «quebranto» (via de regra é mulher, por várias razões), de cada vez que põe na água uma brasa, diz com solenidade:

*«Deus me gerou, Deus me criou,
Deus me tire este mal que no meu corpo entrou.
Jesus, Maria, José,
De onde este mal veio ele para lá torne»*

Feito isto deve cuspir três vezes para o lado esquerdo e dizer:

— *«A Senhora do Quebranto me tire este quebranto».*
E, logo a seguir, rezar três padre-nossos, três avé-marias e três salvé-rainhas. E pronto, foi-se a coisa má, arre com ela!

«SAPINHOS» NA BOCA DAS CRIANÇAS

Esta doença tratam-na, algumas destas gentes, metendo na boca das crianças chaves de sacrários. Contudo, elucida-me culto eclesiástico que talvez antigamente isso desse resultado, por serem, habitualmente, as chaves de prata. Mas, hoje...

CARNE DE GATO PRETO

Gato preto, bem cozidinho, e a carne bem mastigadinha e bem engulida pelo enfermo (às veses até em doenças más)

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

logo o dito enfermo fica curadinho. E quem não encontrar gato preto também pode servir, para remediar (mas já não é remédio tão seguro) uma galinha preta, mesmo do vizinho...

TERRA DE SEPULTURA

«Cura também graves doenças» — dizem certas mulheres de virtude — «e às vezes até a tuberculose» — afirmam ousadamente. Como? Assim:

O doente, ao dar da meia noite, vai ao cemitério e traz, de uma sepultura, um pouco de terra. Ao chegar a casa dissolve a terra num pouco de água e bebe *aquilo*. «Fica bom», dizem as tais mulheres ousadamente; e o povinho crê, piedosamente.

PARA CURAR MAUS OLHADOS

Uns fiozinhos da estola de um padre (fios de duas cores) e o pó da raspagem de pedra ara (de altar), estas coisinhas metidas e cosidas num saquinho e dependurado este ao pescoço... e todas as sextas-feiras de manhãzinha e em jejum beber azeite de lâmpada de Igreja com água benta e cinza de alecrim, tudo misturado, não há mau olhado que resista. Abrenúncio!... E está provado.

POMBO NEGRO

Em certa doença muito grave diz-me pessoa *douta* nestes assuntos que se busca um pombo negro e, mesmo com penas e tudo, abre-se o bichinho ao meio. Assim rachado ao meio coloca-se sobre o peito do doente a carne quente do pombo negro e liga-se com uma ligadura, para que fique bem unida ao peito da pessoa doente, e então logo a referida pessoa fica *sâzinha* do grave mal de que foi acometida, talvez por artes de mau olhado. «Mas deve ser pombo (macho) e não pomba» — diz-me o douto informador.

PÉ OU BRAÇO ABERTO

Ferve-se água num panêlo de barro preto e quando a água estiver a ferver vira-se o panêlo de boca para baixo

CRENDICES E MAUS OLHADOS

dentro de uma escudela de madeira. E no fundo do panêlo, que está voltado para cima, põe-se um punhado de sal, e em cima do sal coloca-se o braço ou pé aberto, que deve, como é natural, estar inchado, dizendo então:

*«Eu te coso, pé aberto ou desmanchado
fio destorço ou escalvado,
Deus te ponha no teu estado
com o poder de Jesus Cristo e da Virgem
padre nosso e avè-maria.»*

Repete-se isto três vezes e muito a sério. E se o pé ou braço inchado estiver, de facto, «aberto», toda a água que estiver na escudela entra outra vez no panêlo. Dizem-me que é garantido.

«UNHEIRO»

Unheiro, por algumas localidades da região, esclarece-me pessoa entendida que é vista inflamada. Chama-se então a curandeira. Vem a mulher, mastiga alho cru e atira o bafo para a vista que está inflamada dizendo, na ocasião, uma reza especial muito complicada. Isto durante nove dias seguidos e em jejum, para produzir efeito.

Contudo parece-me que *aquilo* da reza é para complicar e dar um cunho de misticismo à cura, aproximando-a do Céu.

TALHAR O BICHO

O «bicho», neste caso, tanto pode ser uma espécie de brotoejas como coisa pior, que adrega de aparecer no corpo das gentes e até dos outros animais... aqueles a que, por graça, chamamos irracionais. Enfim, é uma coisa má. Bicheza. E o que se faz então?

Benze-se, em jejum, durante três dias seguidos o sítio do corpo atacado e dizem-se estas palavrinhas:

*«Eu te talho, bicho bichão,
aranha aranhão,
bicho de toda a nação;
em louvor de S. Silvestre,
tudo quanto faço tudo preste.»*

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Isto dito três vezes seguidas, durante três dias, em jejum, sem faltar nenhuma palavrinha, e no final de cada três vezes rezar uma avê-Maria e uma salvê-Rainha.

Mas também há quem talhe o «bicho» da seguinte maneira:

Diante da pessoa doente fazem-se nove montinhos de sal, tendo cada montinho *seis* pedrinhas. Então a reza é dita *nove* vezes e ao fim de cada reza atira-se ao doente um dos montinhos com as *seis* pedrinhas de sal. E talhou-se a bicheza!

A RASPAGEM DO S. MAMEDE

Em certa igreja de uma freguesia da região de Vouga, ali para o lado da serra, havia um S. Mamede de madeira e de regular tamanho.

Ora, acontecia que as mulheres da localidade e dos lugares da redondeza, quando estavam para «dar à luz» iam à igreja onde estava a imagem exposta no seu altar, abeiravam-se do santo como podiam e raspavam a madeira de que a imagem era feita, guardando o pó raspado... porque, assim procedendo e segundo velha credence, os seus seios teriam leite para amamentar os filhos.

S. Mamede... mama... amamentar — deduziam elas, que as suas avós já também assim deduziam. E porque em virtude de tanto raspar a imagem ia esta acabando aos poucos, resolveu por bem o pároco esconder o santo, de contrário era uma vez um S. Mamede!

O que sobre o assunto — mézinhas e benzeduras — aqui fica publicado, é só uma amostra, porque a tal respeito há muita coisa mais, que daria para grosso volume.

Era assim, por tais processos, que as gentes de antanho se tratavam. E é assim que ainda hoje, por todas as aldeias de Portugal, com mézinhas e benzeduras idênticas, se tratam muitos dos seus habitantes... louvado seja Nosso Senhor Jesus Cristo.

Aveiro, Junho, 1951

LAUDELINO DE MIRANDA MELO

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTÁTUA DE TIPO ARCAICO EXISTENTE NO MUSEU DE AVEIRO

DATAM de 1911 as primeiras e bem orientadas diligências para a instalação, no edifício do antigo Convento de Jesus, de Aveiro, do precioso Museu que tão legítimo título de ufania para a cidade e para o distrito constitui⁽¹⁾; e é desde então que num gracioso ângulo do seu delicado e feminino claustro, como local a essa data mais apropriado, discretamente ficou colocada uma gigantesca estátua de pedra, de 2^m,90 de altura, de rude factura quase toda ela, e de estranho simbolismo.

Apesar das sucessivas reformas sofridas pela instalação das colecções, como é natural, originadas quer no seu próprio desenvolvimento quer na evolução da técnica museológica, que muito tem progredido, a referida escultura ainda presentemente ali se conserva; a sua existência na cidade também facilmente se pode acompanhar, e com inteira segurança, desde o último quartel do século XVII.

O significado do impressionante monólito é que, todavia, constitui perturbante enigma, e não apenas para o visitante comum, pois nem mesmo entre os estudiosos se fixou ainda doutrina a seu respeito; certa identificação erudita, enunciada numa publicação de 1911, embora meramente ocasional e desacompanhada de justificação de qualquer espécie, merecia absolutamente que se lhe dedicasse atenção cuidadosa e estudo

(1) MELO FREITAS, *Feixe de motivos por que na parte nobre do convento de Jesus, d'Aveiro, se deve instalar um museu distrital ou municipal*. Aveiro, Tip. do «Campeão das Províncias», 1911; 22 págs.

exaustivo, o que não implica; de forma alguma, obrigatoriedade de concordância com a interpretação que ela envolve do simbolismo adoptado pelo escultor; a verdade, porém, é que já quarenta anos sobre esse escrito decorreram e não se tem procurado esclarecer o assunto.

Na mais recente publicação, com responsabilidades de opinião, que ao Museu se refere, e de que tenhamos conhecimento — *Guia de Portugal*, 3.º vol., 1944 — regista o Sr. Dr. ALBERTO SOUTO, ilustre Director da casa, e seu distinto reorganizador, aquela mesma atribuição de 1911, que não rejeita, sem, contudo, se pronunciar abertamente por ela, em aceitação declarada.

O delicado problema tem-se mantido, assim, inalterável.

Reunir, portanto, o que a propósito desse monumental exemplar de estatuária arcaica se tem aventado, e dedicar à interpretação do seu simbolismo algumas considerações, quis-nos parecer trabalho de alguma utilidade, que pode transcender, até, o mero interesse local, se considerarmos a integração da peça no reduzido conjunto de imaginária arcaica existente no País.

Com esse espírito, pois, se organizaram as breves páginas que vão seguir-se. Enquanto o estudo exaustivo que acima solicitamos para o importante problema não surge, baseado em mais amplo confronto do exemplar aveirense com colecções dos Museus e monumentos do velho mundo clássico, trabalho esse que dificilmente um arqueólogo nacional poderá realizar, sirvam ao menos de bem intencionado incentivo as nossas presentes considerações, que à futura apreciação de quem disponha de melhores conhecimentos — não apenas colhidos em bibliografia e nas reduzidas colecções portuguesas, como nós — desde já submetemos.

A descrição, por assim dizer — integral, da estátua, no seu aspecto e características originais, é possível hoje ainda; por felicidade, ela não se encontra grandemente mutilada, nem foi desfigurada, tampouco, com retoques ulteriores, como tantas vezes acontece em casos análogos. Além duma ligeira mutilação na asa esquerda do nariz, e de outra no polegar da mão direita, falta-lhe apenas, ao que é lícito presumir, um acessório que muito possivelmente terá sido volante, e apresenta, como é natural, aquele relativo desgaste que a acção do Tempo nela havia fatalmente de determinar, mas que, em todo o caso, a não corroeu demasiado.

Posto isto, vejamos então como se caracteriza, no essencial, a veneranda peça arqueológica, simultaneamente obra de Arte, pois duma qualidade e doutra ela participa.



Fig. 1

*A estátua do Museu de Aveiro
(Perspectiva frontal)*

Integrado em tosca base grosseiramente pentagonal, de 0^m,22 acima do solo, ergue-se em 2^m,68 de altura, perfazendo, por conseguinte, o total de 2^m,90, um corpo de gigante cuja nudez unicamente é atenuada por ligeiro calção — espécie de manajas — que lhe desce da cinta até à parte média da coxa. Veneranda cabeça a que não falta majestade, de fartos cabelos ⁽¹⁾ e barba tratados muito ao gosto clássico, remata superiormente o corpo (todo ele em atitude de grande mas serena firmeza, sem arrogância alguma), e mede 0^m,50 do topo dos cabelos à extremidade da barba, que o Artista ondeou e partiu a meio (fig. 1).

Nos olhos, o pormenor importante das pupilas gravadas.

No pescoço, o osso hyoide em acentuada saliência.

O antebraço direito flete sobre o braço, normalmente colocado, em posição de quem empunhasse bastão de comando, insígnia, ou utensílio que poderia ou não vir apoiar-se no solo, mas actualmente desaparecido e sem ter deixado vestígio de encaixe ou ligação de carácter permanente com o bloco lapidar.

A orientação da mão direita, contudo, não se afigura muito favorável à hipótese de nela se integrar qualquer acessório (necessariamente volante, demais a mais) que descesse até baixo. Parece muito mais provável tratar-se de emblema de vulto reduzido; há, no entanto, que considerar essas duas hipóteses para a interpretação do simbolismo do conjunto.

Adiante voltaremos a este ponto.

A mão esquerda, pendido o braço respectivo com inteira naturalidade ao longo do corpo, segura pela cabeça uma vigorosa serpente de 2^m,50 de comprimento.

A modelação dos dedos e das unhas, consideradas as dimensões da peça e a época remota em que este trabalho terá sido executado, é um verdadeiro primor de expressão e de movimento, em tudo digno de nota.

O réptil, que descreve graciosa curva por detrás da figura, enlaça-lhe a perna direita, a meia altura, volta a passar por detrás da perna esquerda, e acaba por ondear em bem lançados movimentos até afilar em cauda ao lado do pé esquerdo, na mesma base em que o gigante se apoia.

O conjunto, duma só peça, talhado em magnífico bloco de calcário duro que, tendo permitido ao lapicida o difícil recorte dos braços na posição acima referida, tem resistido aos tombos que pelos séculos fora a estátua terá levado até

(1) Cortados, atrás, por altura das orelhas, deixando a nuca a descoberto.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTÁTUA

aportar ao remanso bonançoso do claustro dominicano de Jesus, em Aveiro ⁽¹⁾, mede, de ombro a ombro, 0^m,60 de largura, o que torna a figura excessivamente esguia para a altura que tem; é na base do tórax que mais se acentua essa desproporção anatómica.

A serpente e a perna esquerda, bem como a parte inferior do calção, encostam, pelo lado de trás, a uma espécie de plinto rusticado, imitando amontoado de pedras, e igualmente integrado na base geral (figs. 2 e 3).

Nenhuma sigla, data, ou inscrição se descobre, que ajudem a identificar o trabalho; não é, porém, de excluir em absoluto a hipótese de qualquer indício aproveitável aparecer, um dia em que a estátua venha a ser afastada do conjunto arquitectónico do claustro a que se encosta, e se possa mais comodamente examinar por todos os lados.

Se do aspecto geral da figura passarmos agora ao exame mais pormenorizado da sua execução artística, um verdadeiro antagonismo nos surpreende logo e fica sem explicação imediata: por um lado, a inegável majestade e nobreza que daquela venerável cabeça irradiam, toda ela tratada ao gosto clássico; a contrastar, porém, com a cabeça, a anatomia rudimentar do corpo, esculpido à maneira arcaizante, quase um intencional *xoanon*, e acrescido, ainda, daquela estranha e reduzida indumentária que lhe reveste a parte média, de que em estatuária do território que é hoje Portugal não conhecemos outro exemplar.

O calção, que à primeira vista faz aflorar a ideia dum saio lusitano, documentado já em certo número de estátuas dos nossos Museus, quando examinado detidamente, e em toda a volta, verifica-se que é constituído por duas perneiras, bem cingidas ao corpo, apertado na cinta por um cordão que passa dentro duma bainha e que vem atar à frente, ao centro, em laçada de duas voltas e outras tantas pontas.

De forma alguma se pode pois falar em saio lusitano a seu respeito.

Houve, até, a intenção de lhe marcar o franzido provocado pelo aperto do atilho, aliás com certa naturalidade, e ondear-lhe em baixo a fímbria, em volta das coxas, pormenores esses que num saio lusitano se não verificam, nem, pelo próprio corte e espessura de tal peça de vestuário, poderiam existir. É hipótese, portanto, que fica definitivamente afastada.

(1) Do exame atento da pedra parece poder concluir-se que a cabeça foi já colada no corpo; se, de facto, o foi, já assim deu entrada no Museu, não sendo fácil de determinar em que época tal colagem, que é perfeita, se terá realizado.



Fig. 2

A estátua do Museu de Aveiro
(Perspectiva lateral)

Adiante daremos a nossa interpretação da curiosa peça de vestuário.

O corpo, propriamente dito, do gigante é sumariamente tratado: as costelas meramente riscadas, os membros demasiado hirtos (fig. 2), de grosseira anatomia, e fraco revestimento muscular por todo ele.

A coluna vertebral, também simplesmente marcada por um sulco. Umbigo, mamilos e clavículas, da mesma forma, sumariamente marcados.

Em quatro pontos apenas o lapicida parece ter procurado esmerar-se: na *cabeça da escultura*, no *calção*, na *serpente*, e na *mão* que a domina, como se aí desejasse consubstanciar todo o simbolismo da obra de Arte que à sua técnica foi confiada.

Nesses quatro pontos residirá, pois, a explicação do mistério que envolve a estranha figuração.

*

Apresentado assim o problema, registemos agora as referências que pelos séculos fora se lhe deparam, tanto quanto o nosso conhecimento alcança, bem entendido, pois sabido é que em bibliografia jamais se consegue esgotar um assunto; alguma coisa escapa sempre, artigo de jornal ou

de revista, às mais bem orientadas pesquisas, para arrelia eterna de quem tudo deseja conhecer e referir.

Dissemos acima que desde o último quartel do século XVII se pode acompanhar com segurança a existência desta escultura em Aveiro.

Assim é, de facto.

Falando do magnífico palácio do marquês de Arronches, escreve, em seguida, o licenciado CRISTÓVÃO DE PINHO QUEIMADO na sua *Memória sobre Aveiro*, de 27 de Janeiro de 1687⁽¹⁾:

«Mas ainda melhores casas pelo sitio sobre a porta da Ribeira são as dos nobres Tavares, senhores da villa de Mira, e n'esta moradores, pois egualando com abobadas, muros, e ladeiras sobre a rua, á qual deram o seu appellido de Tavares, se entra em côche até á primeira sala: sobre outra abo-



Fig. 3

*A estátua do Museu de Aveiro
(outra perspectiva lateral)*

(1) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, III, 96.

bada junto da porta da Ribeira, e por cima d'esta a olhar para o esteiro, e praça tem um jardim com flores, e plantas, onde está também uma grandiosa estatua de pedra de figura humana com uma serpente enroscada em uma das pernas, a qual é antiquissima e ha quem diga que é do tempo dos romanos, mas isto é tradição que me parece sem fundamento.»

Esta, a mais antiga referência à estátua que ao nosso conhecimento tenha vindo. Já então (em 1687) se perdera a memória da sua proveniência e data de execução, bem como do que significava tudo aquilo.

Era contudo tradição que provinha «do tempo dos romanos»; a PINHO QUEIMADO, isso parecia sem fundamento (porque lhe não compreendia o perdido simbolismo), mas a verdade é que nem declara que fosse obra de execução recente nem tampouco lhe acrescenta explicação de sua lavra, ou de inventiva popular, o que só depõe a favor da sua honestidade de historiôgrafo.

É evidente que se o monumento tivesse a sua origem em época posterior à da edificação do palácio ou para ele tivesse sido expressamente feito, como adorno de jardim, PINHO QUEIMADO não desconhecera o facto e facilmente se informaria visto que registou a versão corrente a respeito da «grandiosa estatua de pedra de figura humana», como ele diz, e não aludiria nesse caso à sua grande antiguidade.

Além disso, o historiador era de Aveiro, e não estaria, evidentemente, na idade juvenil quando escreveu a sua descrição da vila.

Da vinda da família Tavares para Aveiro escreveu, não há muitos anos, um ilustre descendente seu ⁽¹⁾, fixando datas:

«Foi aproximadamente pelo venturoso ano de 1500 que radicou em Aveiro a nobilíssima família dos Tavares.

Nesta formosa vila, sobre as portas da Ribeira, edificou Gonçalo de Tavares sua morada para o que lhe deu El Rei D. Manuel, em 24 de Março de 1503, uma torre da muralha que a circundava...

Junto a essa torre cresceu o edificio que em 1687 o beneficiado CRISTÓVÃO DE PINHO QUEIMADO descreveu»...

Parece pois, como deixámos dito, que não se conseguiram levar além do último quartel do século XVII, com o memorialista PINHO QUEIMADO, as referências escritas ao gigante do jardim dos Tavares, embora devamos reportá-las muitos anos atrás, até onde, pelo menos, a memória dos homens de então alcançava.

(1) D. FERNANDO DE TAVARES E TÁVORA, *Senhores de Mira*. Coimbra, 1939 (separata do vol. IV do *Arquivo do Distrito de Aveiro*).

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTATUA

Vejamos agora as que se lhe seguem.

Aveiro, habitada então por gente de boa nobreza do Reino, e contando, dentro de seus muros, notáveis palácios e grandiosas residências, decai entretanto na sua fortuna. Os séculos XVII e XVIII são-lhe particularmente dolorosos, consequência do estado de ruína a que a barra chegara, paralisando não só o tráfego marítimo, como o próprio comércio interno. As condições sanitárias da vila, tornadas péssimas, completaram os motivos de deserção de grande número de famílias, que a outros pontos se transferiram, e o consequente abandono de palácios e vivendas de maior vulto.

No palácio dos Tavares não se falou mais, e os historiadores e corógrafos do século XVIII, como os P.^{os} CARVALHO DA COSTA e LUÍS CARDOSO, limitam-se a reeditar PINHO QUEIMADO se têm necessidade de se lhe referir, ou omitem pormenores, que é o mais geral, como neste caso da estátua, sem interesse para os seus pontos de vista.

Surge entretanto, com a política do Marquês de Pombal, a criação do Bispado de Aveiro, solicitada a Clemente XIV, a 28 de Setembro de 1773, e dele obtida pelo breve: *Militantis Ecclesiae Gubernacula*, de 12 de Abril do ano imediato⁽¹⁾. O palácio dos Tavares, desabitado, ao que parece, pela extinção da linha primogénita da família, em consequência de haver «falecido Manuel de Sousa Tavares, filho de Bernardino de Sousa Tavares, senhor de Mira, comissário de Cavalaria no Alentejo durante a guerra da Independência, e governador de Mazagão, sem deixar fiança»... «passando em seguida todos os seus haveres para a coroa»⁽²⁾, foi então designado para residência episcopal⁽³⁾, tendo sido beneficiado com obras importantes pelos três prelados que na Diocese se sucederam: D. António Freire Gameiro de Sousa (1774-1779), D. António José Cordeiro (1802-1813) e D. Manuel Pacheco de Resende (1816-1837).

A estátua, porém, continuou no jardim, incompreendida num simbolismo que já nada dizia àquelas gerações; a sua época tinha passado havia muito, e ela volvera-se, de imagem falante que outrora fora, em muda esfinge cujo segredo já nem sequer interessava os eruditos locais.

A estabilidade do novo Bispado não era grande, e o século XIX trouxe à Sociedade política e administrativa as alterações profundas que a História regista. Com o falecimento do 3.^o prelado aveirense, D. Manuel Pacheco de

(1) SANTOS ABRANCHES, *Summa do bullario portuguez*, pág. 214.

(2) MARQUES GOMES, *Memórias de Aveiro*, pág. 123.

(3) RANGEL DE QUADROS, *O Episcopado e o governo de Portugal*, pág. 89.

Resende, em 1837 (27 de Março), e a decadência do Bispado, que se acentuou a partir de então, o palácio suscitou, logicamente, a cobiça dos novos serviços públicos, sempre mal instalados, e, em 1846, o Governo Civil e outras Repartições distritais ocuparam o que até então fora Paço episcopal.

As necessidades de expansão da cidade, e o pouco interesse pelas relíquias do seu passado histórico, levaram em 26 de Março de 1855 ⁽¹⁾ ao início da lamentável demolição do lanço oriental das muralhas com que o Regente D. Pedro dotara a terra; desapareceu o arco que constituía a entrada pela Rua dos Tavares, e a muralha sobre a qual assentava o famoso jardim do palácio, onde, como sabemos, se encontrava o gigante de pedra com a serpente, objecto destes ligeiros apontamentos.

A estátua teve de ser retirada, e muito de admirar é que não sofresse logo sumária destruição; passou então para o quintal duma casa não muito distante, contígua ao Liceu, antiga moradia dos Marqueses de Arronches, onde habitava o escrivão de Fazenda Manuel Ferreira Correia de Sousa ⁽²⁾; aí a conhecemos nós depois de 1900, salva de maiores ultrajes pelos cuidados do Rev. Manuel Ferreira (Pinto de Sousa), pároco da Vera-Cruz e filho daquele funcionário de Finanças.

Foi deste local que em 1911 ela transitou para o incipiente Museu, donde não mais saiu.

Chamava-lhe o povo, certamente desde remoto tempo, o *Menino-Jardim* ⁽³⁾, e com a sua evocação temerosa facilmente costumavam as mães soffrear os impetos mais rebeldes das crianças irrequietas...

É de 1852, e encontra-se no semanário aveirense *Campeão do Vouga*, uma carta em verso em que justamente o *Menino-Jardim* fazia o comentário jocoso aos costumes académicos da época:

Eu, estatua colossal,
Menino Jardim chamado,
Na varanda collocado
D'este Paço episcopal,

(1) RANGEL DE QUADROS, *Muralhas de Aveiro* (artigo incluído na obra *Subsidios para a história de Aveiro*, de MARQUES GOMES, para a qual expressamente foi escrito (de págs. 262 a 322).

(2) *Ibid.*, pág. 280.

(3) Registe-se, a propósito, a designação idêntica dada também pelo povo a quatro estátuas de gigantes, empunhando lanças, que rematam o frontão da igreja do Convento de Nossa Senhora da Graça, em Évora (Renascença final): são os *Meninos da Graça*.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTÁTUA

Ao ver-vos surgir assim,
Do que fui, ora não sou,
Negra *serpe me deixou*
E já sou senhor de mim (1)
.

Já então assim era popularmente conhecida, e não é indiferente registá-lo, porque a própria designação documenta, bem como a poesia, a continuidade da sua permanência no local onde em 1687 fora assinalada por PINHO QUEIMADO.

De 1894 (15 de Junho) data RANGEL DE QUADROS o seu artigo sobre as *Muralhas de Aveiro*, que vimos extractando (2), e de quanto ao *Menino-Jardim* aí se encontra anotaremos ainda o seguinte, que importa ao melhor conhecimento do problema:

[A estátua] *«É extremamente corpulenta. Tem uma corôa de louros (3) na cabeça e da cinta até aos joelhos é coberto de uma especie de tanga. O resto do corpo é completamente nú. Com a mão esquerda parece querer esmagar a cabeça de uma serpente, que se lhe enrosca nas pernas. A mão direita está erguida até quasi á altura da cabeça.»*

«Sendo eu ainda muito creança, ouvi contar, esta lenda: Um antigo senhor da mesma casa tivera um creado ou escravo preto, que muito estimava. O Côjo (será corrupção de Fôjo?) era então um logar pantanoso, um verdadeiro charco. Aparecera ali uma enorme serpente, que trazia atterrados os moradores de Aveiro e especialmente os que ficavam mais proximos d'aquelle local. Ninguém se atrevia a atacar animal tão formidavel. Uma bella manhã sahiu o fidalgo a passeio para aquelles lados, acompanhado do seu escravo, que era um valente, agigantado. A serpente apparece de subito e vae atacar o fidalgo. O seu dedicado serviçal tratou logo de prostrar o animal, que se lhe enrosca nas pernas. Trava-se lucta. O preto não desanimou e podendo conseguir apertar com uma das mãos o reptil, de modo que este não pudesse respirar, assim acaba com elle. No entanto, o preto soffrera muito com

(1) Transcrita, parcialmente, no art. cit. de RANGEL DE QUADROS, *op. cit.*, de MARQUES GOMES, pág. 282, donde a transcrevemos, pois nos não foi possível encontrar o referido jornal.

(2) *Ibid.*, pág. 322.

(3) A coroa de louros é manifesto lapso de RANGEL DE QUADROS; não só não existe semelhante pormenor escultórico, mas nem sequer se vislumbra possibilidade de ter existido, quer fixo, quer volante. A confusão provirá, certamente, dos cabelos ondedados do gigante vistos á distância a que a sua altura obriga, e bem assim da má colocação da estátua no local onde RANGEL DE QUADROS a viu — o quintal do Prior da Vera-Cruz. Em mais nenhum memorialista se encontra referência á suposta coroa de louros.

o enroscamento da serpente e ficou tão ferido, que dentro de poucos dias perdeu a vida.

O fidalgo, para perpetuar a memoria do feito e por gratidão áquelle verdadeiro amigo, que assim por elle se sacrificára, mandou erigir essa estatua, figurando o seu servo em lucta com a serpente e mandou collocar a mesma estatua no terraço e de modo que por muita gente podesse ser visto.

O povo, querendo chamar, á estatua, Menino do Jardim, chamava-lhe por abreviatura = Menino Jardim = e servia-se d'esta expressão, quando queria dar uma resposta pouco delicada a qualquer dito inconveniente ou a qualquer proposta pouco accetavel.

Uma outra versão acerca do Menino Jardim, affirmava, que o preto não morrera na lucta, mas d'esta saíra incolume.»

«Diversas pessoas tem feito indagações acerca d'esta estatua. Creio, porém, que nada tem conseguido e nada mais poderam saber, além do que ahi fica exposto.» (Op. cit., págs. 280-282).

Já do século presente — 9 de Novembro de 1908 — são as curiosas memórias de Aveiro, da autoria do conselheiro JOSÉ FERREIRA DA CUNHA E SOUSA, postumamente publicadas no *Arquivo do Distrito de Aveiro* (vol. VI, págs. 198 e segs.).

Uma breve referência á versão popular que tentava explicar a escultura, e que passamos igualmente a registar, mantém a continuidade de informações trazida desde o século XVII, o que é deveras importante.

Diz o conselheiro FERREIRA DA CUNHA:

«Sobre o jardim, no ângulo nordeste, havia uma estátua de pedra, tosca, representando um homem lutando com uma serpente; acha-se hoje no quintal do sr. Prior da Vera Cruz. Dizia-se então que fôra ali mandada colocar por um dos senhores antigos do palácio em memória de um criado, única pessoa que se atreveu a ir matar uma grande cobra existente no Ilhote, e que fazia o terror de toda a população, criado que uns diziam ter sido morto por ela, ou que, segundo outros, conseguiu matá-la, sendo mais provável esta segunda versão em vista do monumento que lhe foi consagrado».

Interpretação meramente popular, tal como a lenda anteriormente registada, forjada *ad-hoc*, e documentando não só que a primitiva proveniência do monumento se perdera por completo, mas que até a tradição da sua grande e insofismável antiguidade, latente ainda no tempo do memorialista PINHO QUEIMADO, se obliterara também. Ninguém mais pensara a sério no caso.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTATUA

Chegou-se deste modo a Outubro de 1910.

Implantação do regime republicano e confisco mais ou menos declarado dos bens das igrejas e congregações religiosas, adaptados, por vezes, às necessidades da nova organização social.

Para o Convento de Jesus, de Aveiro, de nobres e gloriosas tradições, visionou-se logo, e muito bem, visto que a sua função específica cessara, a instalação dum Museu regional.

O historiador aveirense MARQUES GOMES, que viria a ser o primeiro director da preconizada instituição e que foi o seu esforçado organizador, iniciou no semanário local *Campeão das Províncias*, a partir de Novembro de 1910, uma série de 56 artigos visando o futuro Museu; com base neles, o Dr. JOAQUIM DE MELO FREITAS, homem de relevo na sociedade aveirense, republicano culto e conhecedor de muita coisa do passado da sua terra, dirige então ao Ministro da Justiça, Afonso Costa, com data de 6 de Fevereiro de 1911, uma exposição que imprimiu, com o título de *Feixe de motivos por que na parte nobre do convento de Jesus d'Aveiro se deve instalar um museu districtal ou municipal* ⁽¹⁾, consubstanciando assim o que em grande parte constituía a opinião pública local, dominante na época.

Relacionando aí o que ele entendia por «*objectos que desde já podiam integrar-se no Museu*», cita, pela primeira vez, ao que parece, pois não encontro em data anterior semelhante designação em parte alguma, «*o Esculapio do jardim dos Tavares*» (pág. 19, *op. cit.*), que outra coisa não era senão designação nova, erudita, do velho *Menino-Jardim* do apelido popular, e da *grandiosa estátua de pedra de figura humana, antiquíssima*, do memorialista PINHO QUEIMADO, de 1687.

Em que fundava MELO FREITAS a sua classificação não o diz o escritor, nem creio que alguém lho perguntasse ou com tal se importasse. As preocupações do momento eram outras.

O Museu constituiu-se, a estátua lá se arrumou discretamente no próprio ângulo do claustinho onde ainda hoje se encontra, e nela se não falou nunca deliberadamente; apenas por incidente tem sido lembrada.

Em 1921 inicia MARQUES GOMES nova série de artigos no *Campeão das Províncias*, com destino à História do Museu ⁽²⁾ e, tendo de referir-se ao *Menino-Jardim*, já escreve também,

(1) Aveiro, tip. do «Campeão das Províncias», 1911; 22 págs.

(2) Destes artigos projectava seu autor uma separata de 100 exemplares; interrompidas porém, uma e outra publicação, em consequência da

embora não totalmente convencido, como se depreende da reserva adverbial que condiciona a frase: «No angulo N. L. encostada á colunata uma estatua de tamanho maior do que o natural, talvez um Esculapio. Fazia parte dos jardins do antigo palacio dos Tavares, que occupavam toda a actual praça de Luiz Cypriano, e que o beneficiado Christovão de Pinho Queimada (sic) descreveu assim em 1687»... etc. (págs. 52 e 53 da separata).

Na *Noticia sumariissima* [do] *Museu de Aveiro*, de 1926, já do seu novo Director, não encontro qualquer notícia da estátua.

Mas em 1944, descrevendo as colecções do Museu no 3.º volume do *Guia de Portugal*, regista o Sr. Dr. ALBERTO SOUTO a existência da notabilíssima peça arqueológica, a ela se referindo nestes precisos termos: «A um canto do claustro, onde ainda valem momentos de atenção os azulejos que o decoram e que remontam aos séculos XVI e XVII, vê-se uma estátua giganteia de bárbaro cinzelado: é o *Menino-Jardim*, na nomeada popular; talvez um *Esculápio*, como lhe chamava o Dr. MELO FREITAS, proveniente do jardim dos Tavares, senhores notáveis, cuja casa com seus resquícios dos séculos XVII e XVIII, é hoje pertença do liceu.»⁽¹⁾ (págs. 486-487).

Percorrido assim o sector bibliográfico do problema, embora uma ou outra referência mais possa ter escapado à nossa inquirição, oculta em coluna de velho jornal ou em memória que não tenhamos conseguido conhecer, é oportuno resumir, e discutir depois, as hipóteses de identificação

doença que acometeu o malogrado Historiador, ficou a separata em folhas, que não ultrapassam 60 páginas e nunca foram distribuídas.

Por distinto obsequio do Senhor Capitão Fernão Marques Gomes, posuimos uma colecção, de que esperamos occupar-nos no *Arquivo do Distrito de Aveiro* com o pormenor que ela merece.

(1) Se o distinto Director do Museu, Sr. Dr. Alberto Souto, me permite esclarecer o que considero mero lapso, de ocasião, eu direi que em verdadeiro rigor histórico não é, propriamente, a *casa dos Tavares* que hoje constitui pertença do liceu. A *casa dos Tavares*, depois das vicissitudes acima registadas, ardeu, em 1864, quando o Governo Civil ali se achava instalado, e acabou por ser demolida.

O prédio que veio a ser incorporado no liceu era a residência dos Marqueses de Arronches, onde viveu, na 2.ª metade do século XIX, o Rev. Manuel Ferreira, e em cujo pátio o *Menino-Jardim* foi recolhido até dar entrada no Museu em 1911.

É certo que os Marqueses de Arronches eram igualmente Tavares (*Sousa Tavares*); mas as residências eram perfeitamente independentes e não pertencia ao palácio destes últimos o famoso *jardim dos Tavares*, cla-

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTATUA

apresentadas, que se podem reduzir a duas, correspondendo respectivamente à explicação popular e à interpretação erudita da estátua:

Dum lado — a lenda do escravo negro que defende o patrão do ataque da cobra, com a variante apresentada, mais tarde, por FERREIRA DA CUNHA.

Do outro — a declaração expressa de PINHO QUEIMADO, do séc. XVII, de que a estátua é antiquíssima, considerada, naquela época, por alguns, como romana, a que pode somar-se a identificação de 1911, de MELO FREITAS, classificando-a de Esculápio (divindade greco-romana tutelar da Medicina, como é sabido).

a) *A lenda popular*, digamos assim, não resiste à mais ligeira análise.

É mais do que problemática uma exteriorisação destas da gratidão patronal, em época, demais a mais, tão anterior ao século XVII que no tempo de PINHO QUEIMADO já nem sequer recordada seria, pois a não menciona, *preocupando-se, aliás, com a origem da estátua*. O significado desta não lhe foi, de maneira nenhuma, indiferente, como vimos, e é bem de crer que se tenha procurado informar junto da família proprietária, pois mostrou bem, em quanto escreveu, conhecer a terra, que era a sua, e a sociedade local.

E quando, mesmo, o absurdo de tal historieta se pretendesse admitir, que explicação aceitável se poderia apresentar para o flagrante decalque duma *cabeça da estatuária grega* praticado pelo escultor dum monumento destinado — na hipótese — a memorar a dedicação (ou o sacrifício, mesmo) do escravo duma família que se fixou em Aveiro *por volta de 1500*? Tudo o que se alegasse, seria, necessariamente, forçado, e não faz sentido.

Compatível com as condições duma figuração adaptável ao caso, haveria apenas, em todo o conjunto, *se quiséssemos contemporizar com a simples aparência* (desprezando o seu significado histórico), o pormenor das *manaias*, ou *calção*.

Compatível, mas não exclusivo, e à primeira vista apenas; pois tal indumentária, antiquíssima, coaduna-se igualmente, como veremos, com a época apropriada à hipótese de interpretação erudita que para o monumento nos parece preferível propor.

ramente identificado na topografia citadina dos séculos passados. O próprio CRISTOVÃO DE PINHO QUEIMADO diferencia os palácios das duas famílias — Marqueses de Arronches, e Tavares Senhores de Mira, dando primazia à casa destes últimos, como vimos acima. MARQUES GOMES, que ainda conheceu os jardins, esclarece, por seu turno, que eles ocupavam a actual praça Luís Cipriano, como acima ficou transcrito.

Não é possível, de resto, inserir na lenda do escravo que matou a cobra no Cojo a atitude majestática, de divindade, que daquela veneranda cabeça manifestamente irradia, nem a posição, clássica e convencional, do braço direito, mais própria, sem dúvida alguma, a insígnia solene ou bastão simbólico, do que a varapau de criado.

O braço esquerdo e a mão que segura a serpente, pendem com inteira naturalidade, como se se tratasse dum animal familiar, e não em luta com o homem.

A fábula de que RANGEL DE QUADROS e FERREIRA DA CUNHA se fizeram eco é de invenção tardia, e inteiramente popular, sem consistência alguma, no género das etimologias populares toponímicas que por todo o país o século XIX (principalmente) espalhou, julgadas já hoje, definitivamente, pela Filologia consciente.

A própria região de Aveiro, delas foi, igualmente, vítima.

Será necessário recordar a lenda da *terra de muitas aves*, invocada para justificar o nome de *Aveiro*, ou a do *caçador de aves da ria*, assim apelidado também?

E a famosa *ilha boa*, proposta para étimo de *Ílhavo*, com a variante, ainda, da história do rapaz que dizia para a velha: — vamos à *ilha, avó*, e que, de tanto o dizer, deu nome à terra?

São fenómenos locais idênticos, em origem e processo.

b) Merecerão porém maior consideração as declarações de PINHO QUEIMADO, de 1687, de que a estátua era, já então, *antiquíssima* e que alguns a consideravam de origem *romana*?

Inteiramente os cremos, e desde já, sem rodeios nem reservas, aceitamos qualquer dos dois pontos que a narrativa do memorialista envolve:

— 1.º — *antiquíssima* — A menos que estejamos em presença duma também antiga falsificação, — e coisa alguma, por enquanto, nos autoriza a supô-lo — o arcaísmo da estátua é, por si, evidente, fugindo o seu módulo, inteiramente, à figuração da estatuária renascentista, da manuelina, da gótica, ou, sequer, da românica.

Como a princípio notámos já, a par duma venerável cabeça, toda tratada ao gosto clássico, irradiando majestade e nobreza ainda hoje reconhecíveis, e da primorosa execução do réptil, cheio de vida e de movimento, apesar das suas dimensões, o corpo do gigante é de modelação verdadeiramente bárbara, rudimentar, até, se considerarmos a expressão de determinados pormenores anatómicos.

Procurando na estatuária portuguesa, levada, mesmo, à época pré-românica, nada se nos depara que explique uma execução daquelas, nem, principalmente, tal concepção simbólica.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTÁTUA

Forçoso se torna subir à antiguidade clássica e procurar na galeria dos deuses e dos heróis do paganismo explicação aceitável para aquela cabeça e para a simbólica do conjunto, bem como justificação social—ambiente, digamos—para uma obra desta natureza.

Não esqueçamos, também, que toda a memória de PINHO QUEIMADO revela profundo conhecimento da terra, escrúpulo de informação, e absoluta integração do autor no meio social; não lhe teria sido difícil colher notícia mais pormenorizada acerca das origens da estátua, se os proprietários dela, ou alguém da vila, estivessem em condições de satisfazer a sua curiosidade e de responder à sua indagação.

O próprio facto do memorialista registar que *«ha quem diga que é do tempo dos romanos, mas isto é tradição que me parece sem fundamento»*, documenta que ele procurou informar-se e que ponderou as opiniões recolhidas.

Documenta mais que nos proprietários do palácio se obliterara já a lembrança da origem da estátua, *tão antiga era na casa*, ou então, que provinha deles, exactamente, a tradição de ser obra *«do tempo dos romanos»*.

Seja como for, à história pessoal dos Tavares em Aveiro não andava a estátua ligada; os seus descendentes não podiam ter esquecido um facto acontecido com antepassados seus há muito menos de duzentos anos (visto que vieram para Aveiro por 1500 e em 1503 lhes doou D. Manuel a torre que serviria de base ao palácio) e a que se teria querido, *na hipótese*, dar tamanho relevo e representação material tão perdurável, *única no género*, até. O memorialista não seria também, positivamente, já acima o notámos, de idade juvenil quando escreveu a sua descrição da vila, e havia necessariamente de ter falado, desde novo, com gente de mais idade.

É, pois, sem dúvida alguma, *antiquíssima* a estátua, como diz a memória de 1687.

— 2.º — *origem romana* — A PINHO QUEIMADO repugnou a tradição, naturalmente porque a execução da estátua se afastava, por falta de indumentária solene, do tipo romano que ele tinha em mente, e porque se havia esquecido por completo já o significado do seu estranho simbolismo. No século XVII tudo aquilo nada significava em especial; era uma simples curiosidade de pedra, *de tempos muito remotos*, que dava realce e certo carácter de antiguidade, sempre estimados por gente de tratamento, ao jardim duns senhores faustos e de bom gosto.

Cremos, porém, que já a dúvida não teria surgido ao escritor se, por exemplo, ampla túnica baixasse dos ombros do gigante, em cadenciadas pregas, como ostenta a maioria das estátuas do panteão greco-romano, ou as representações plásticas imperiais, mais conhecidas entre nós; ou, ainda, se

nudez integral, por igual venerável, sugerisse a PINHO QUEIMADO a presença dalgum respeitável Deus baixado do Olimpo distante, em rude effigie, a remoto santuário da Lusitânia...

Foram, sem dúvida, as *manaias* (aquele plebeíssimo *calção*) que desorientaram o bom do memorialista e o encheram de escrúpulos para aceitar a tradição da origem romana endossada à «grandiosa estatua de pedra de figura humana», que ele, não obstante, classifica de *antiquíssima*.

Ora as *manaias* constituem, afinal, o mais seguro elemento para documentarmos a antiguidade e a origem romana do monumento.

Em 1.º lugar, aquela invulgar indumentária não se apresentaria, nunca, ligada a tão solene peça escultórica por mero acaso e se não tivesse significado próprio; é absolutamente incompreensível e indefensável a hipótese de um simples capricho, ou fantasia, do Artista.

Depois, é possível apresentar, não em Portugal mas em Espanha, pelo menos uma escultura da época romana não só de relativas afinidades simbólicas com a estátua do Museu de Aveiro, mas vestida de indumentária equivalente (o que *não quer dizer, de forma alguma, que o significado das duas estátuas seja o mesmo*, diga-se desde já, e frize-se devidamente). É o *Cronos leontocéfal* do Museu de Mérida, achado nesta cidade em 1902, e de significação definida.

Tronco inteiramente nú, e simples *calção* cingido à cinta por cordão idêntico (apenas mais volumoso) ao das *manaias* do *Menino-Jardim*. Notável, até, a semelhança do enrugamento desta peça de vestuário numa e noutra estátua. Uma serpente, também, se integra no conjunto, envolvendo por completo o corpo do deus, infelizmente bem mais mutilado do que o do Museu de Aveiro, ao passo que, no exemplar que estamos estudando, o réptil enlaça unicamente a sua perna direita.

Identificada, pelo menos, desde 1912 pelos arqueólogos GOMES-MORENO e J. PIJOAN no *cuaderno primero* dos *Materiales de Arqueología Española* (1), como *representación*

(1) Publicação da «Junta para ampliación de estudios e investigaciones científicas — Centro de estudios históricos»; Madrid, 1912. Lám. xxxi, fig. 36; no Museu Arqueológico de Mérida, a estátua tem o n.º 87. Em Portugal, foi a referida escultura de Mérida divulgada em 1913 por LEITE DE VASCONCELOS, a pág. 339 do vol. III da sua obra *Religiões da Lusitânia*.

O eminente arqueólogo espanhol, ANTONIO GARCIA Y BELLIDO, inclui igualmente o Cronos leontocéfal na sua monumental colectânea de *Esculturas romanas de España y Portugal* (Madrid, 1950), attribuindo-lhe a data de «pleno siglo II», e referenciando-o com a seguinte bibliografia:

GÓMEZ-MORENO y PIJOÁN, *Materiales*, n. 36. — LEITE DE VASCONCELOS, *RL*. III fig. 150. — MÉLIDA, *BRAH*. LXIV (1914) 450 n. 8 lám. v. — PARÍS, *Bull. Hisp.* XVI (1914) 294. PARÍS, *RA*. 1914 II 6 n. 6 fig. 3. — LANTIER,

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTATUA

principal del culto mitriaco, esse cuerpo de varón bragado, envuelto por una serpiente, ... «puede atribuirse al siglo II después de Cristo» (fig. 4).

As *bragas* (o tal *calção*, espécie de *manaias*, do *Menino-Jardim*), como o barrete frígio, eram indumentária característica dos soldados persas, que trouxeram consigo, para Roma, o culto de Mitra, espalhado, depois, pelo Império com as expedições militares romanas.

O *cerro de San Albin*, junto a Mérida, parece ter sido, justamente, um santuário importante da religião mitraica, e o Museu daquela cidade espanhola conserva outros exemplares escultóricos documentadores daquele culto, em dois dos quais podemos ver as *bragas*, embora não constituam, como no *Cronos leontocéfalo* e no *Menino-Jardim*, a indumentária única da estátua.

À parte da Lusitânia, integrada, hoje, em Portugal, também o culto de Mitra chegou, localizando-se, mesmo, um *Mithraeum* em Tróia, junto a Setúbal, à beira-mar, onde se encontrou um baixo-relevo notabilíssimo, alusivo ao culto de Mitra, e no qual figuram personagens *bragadas* e uma serpente, peças



Fig. 4

O Cronos leontocéfalo do Museu de Mérida, desenterrado em 1902

n. 13 fig. 13. — MÉLIDA, *CM Badajoz*, I 304 n. 1.084 fig. 140. — MÉLIDA, *HE*. (Espasa-Calpe) II fig. 251 (con las alas). — GARCIA Y BELLIDO, *BRAH*, CXXII (1948) 326 s. figs. 7 y 24.

É a estampa n.º 119 do seu álbum de reproduções,

importantes do simbolismo daquela religião⁽¹⁾. Em Olisipo igualmente se documenta a existência do referido culto.

O Rev. EUGÉNIO JALHAY dedica ao baixo-relevo de Tróia sábias considerações no fasc. 5.º do vol. XLVI da revista *Broteria* (1948), terminando o seu relato com as seguintes interrogações:

«Finalmente, notemos também a circunstância de o *Mithraeum* de Tróia estar situado numa feitoria ou entreposto de embarques, que outra coisa não parece ter sido essa antiga povoação. No grande porto de Óstia, que então e ainda hoje é o porto marítimo de que se serve Roma, havia nada menos que cinco⁽²⁾. Seria o deus Mitra um protector especial dos viajantes? Teria vindo de Óstia, através do Mediterrâneo e do Atlântico, o baixo-relevo de Tróia⁽³⁾?»

VERGÍLIO CORREIA (*O domínio romano*) reproduzira também o referido baixo-relevo no 1.º vol. da *História de Portugal*, de Barcelos, fazendo dele um breve relato (págs. 251 e 257). GARCIA Y BELLIDO (*op. cit.*) reproduz igualmente, e descreve, a figuração mitraica de Tróia.

Adiante voltaremos ao assunto, frizando apenas, por agora, que o pormenor das *manaias* do *Menino-Jardim*, longe de afastar a hipótese de a estátua datar da época luso-romana, parece, antes, contribuir poderosamente para dar razão àqueles contemporâneos de PINHO QUEIMADO que assim a consideravam («ha quem diga que é do tempo dos romanos»)...

Ao característico vestuário consagra o conhecido *Dictionnaire des Antiquités grécques et romaines d'après les textes et les monuments*, de DAREMBERG et SAGLIO, a seguinte nota:

«Bracae ou Braccae — *Les braies ou pantalons ont été, presque jusqu'à la fin des temps anciens, considérés par les Grecs et les Romains comme un vêtement caractéristique des Barbares*¹. Tandis que tous les peuples qu'ils qualifiaient ainsi (au moins en Europe et en Asie) se défendaient contre les intempéries de climats très-inégaux, en s'enveloppant les jambes et les cuisses de pantalons tantôt larges et flottants, et comparables à des sacs, que les Grecs appelaient pour ce motif *Θύλακοι*², tantôt étroitement ajustés, aucune pièce du costume ne leur

(1) Além das *bragas*, as personagens referidas envergavam outro vestuário, como, aliás, o apresenta igualmente uma outra estátua de Cronos leontocéfalo, existente no Museu de Florença.

(2) Pietro Tacchi Venturi, *Storia delle Religioni*, I, Torino, 1939, pág. 716.

(3) O culto de Mitra, de origem persa, «propagou-se no orbe romano no tempo dos Flávios (séc. 1), e desenvolveu-se no dos Antoninos e Severos (séc. 1-111), mas talvez já contasse fiéis em Roma desde os fins da República, após as expedições de Pompeio ao Oriente». Cfr. J. Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitânia*, Lisboa, 1913, pág. 334.»

paraissait à eux-mêmes plus étrangère et n'était plus en dehors de leurs habitudes. Elle est très-fréquemment représentée dans les œuvres d'art, où elle sert toujours à faire reconnaître des personnages ou des divinités barbares [BARBARI]³.

Cependant il vint un temps où des Romains qui habitaient ou faisaient la guerre dans les pays des Barbares, obéirent à leur tour à la nécessité qui avait forcé ceux-ci à se couvrir les jambes.

Dans les bas-reliefs de la colonne de Trajan, où sont représentées les campagnes de cet empereur dans les contrées voisines du Danube au commencement du II.^e siècle, on voit un très grand nombre de Romains, soldats et officiers, portant des chausses étroites qui descendent un peu plus bas que le genou. La figure 873, détachée d'un de ces bas-reliefs,⁴ permet d'examiner cette partie du costume, en quelque sorte séparément; car le soldat qui la porte a le reste du corps nu. On voit que la culotte était serrée autour de la taille, probablement à l'aide d'une ceinture (περσέωρα)⁵ pareille à celle des braies gauloises. Dans les figures voisines, et dans celles qu'on peut observer sur d'autres monuments, la cuirasse ou la cotte couvrant les hanches ne permet pas de saisir ce détail.



Fig. 5

Guerreiro bárbaro, a que o Dicionário de DAREMBERG E SAGLIO se refere. Apresenta, por única indumentária também, as bragas

.....
1 HEROD. V, 49; VII, 61; EURIP. Cycl. 182; CIC. Ad fam. IX, 15, 2: «braccatae nationes»; cf. In Pison. 23; VIRG. Aen. XI, 777: «barbara tegmina crurum»; TAC. Hist. II, 20: «braccae barbarorum tegmina»; OVID. Trist. V, 7, 49: «laxis arcent male frigora braccis»; cf. IV, 6, 47; V, 10, 34; et JUV. VIII, 254; HYGIN. Poet. astr. I, 8.

2 ARISTOPH. Vesp. 1087; Schol. EURIP. Cycl. 482; Hesych.

3 Voy. les exemples reproduits aux articles BARBARI, AMAZONES, AUXILIA, SCYTHAE, PARIS, MITHRAS, etc.

4 FROEHNER, Col. Trajane, pl. LXIX et XX.

5 VARR. ap. J. Lyd. De magistr. II, 13. Cette ceinture est visible dans les bas-reliefs de l'arc d'Orange (Caristie, Monum. d'Orange, pl. XVI), où des braies sont figurées parmi les dépouilles des Gaulois; Comp. les braies trouvées dans les tourbières du Jutland (ENGELHARDT, Thorsbjerg Mosefund). Voy. aussi de Longpérier, Bull. de l'Athenaeum français. 1856, p. 42.»

Só dentro da figuração habitual ao culto de Mitra ou então nas representações iconográficas de *barbari*, que os romanos empregavam em seus monumentos, aquela peça de vestuário

tem explicação e se encontra. Ora a religião mitraica espalhou-se no mundo latino por virtude, principalmente, das expedições militares dos romanos. E passado o período da dominação romana, uma estátua destas não fazia sentido nem a civilização cristã a admitia ou justificava.



Fig. 6

Prisioneiro bárbaro esculpido em baixo-relevo numa das metopas do monumento triunfal de Adamclissi, na Dobrogea, todo ele consagrado à memória das lutas dos Romanos contra os bárbaros.

(Da obra *Vestiges romains en Roumanie*, imp. em Bucarest, s. a. n. d.)

Temos, pois, como verdadeira a tradição de que PINHO QUEIMADO duvidava.

Assim, a estátua pertence (quanto a nós, bem entendido) à época luso-romana, quer represente uma figura do panteão de Mitra, quer um *bárbaro* da estatuária decorativa romana.

Na fig. 6 reproduzimos o baixo-relevo do monumento de Adamclissi, na Dobrogea, que representa justamente um

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTATUA

bárbaro prisioneiro dos romanos, vestido com as características bragas, como a estátua do Museu de Aveiro; e comunica-me o Prof. ALEXANDRE PHILADELPHUS, antigo director do Museu nacional de Atenas, que outros prisioneiros bárbaros, idênticos, se encontram esculpidos num arco triunfal em Saint-Rémy (França); e na Grécia, em Corinto, a porta triunfal do *Agora* apresenta, ligadas a quatro colunas da ordem coríntia, outras tantas colossais estátuas de cativos bárbaros, no género da figura em causa.

Na Bulgária e na Roménia, outras se conhecem também, segundo aquele eminente arqueólogo, meu distinto amigo.

Desejariamos extratar as obras de LABORDE e ESPÉRANDIEU a propósito de prisioneiros gauleses do império romano, e bem assim as de BEMIDORF e NIEMANN, mas a bibliografia de que em Portugal se dispõe é muito limitada e com isso nos temos de conformar.

Declarámos acima que às palavras de PINHO QUEIMADO associávamos, para a constituição global da interpretação *erudita* da estátua, a atribuição de MELO FREITAS, embora por ele indocumentada.

Estamos, segundo o escritor aveirense, em presença dum *Esculápio*. Sem reticências ou reservas de espécie alguma ele o afirma; não lança sequer a ideia a título de hipótese; escreve = o *Esculápio do Jardim dos Tavares* = (loc. cit.), como se se tratasse de identificação há muito assente e incontestável, não obstante debalde a termos nós procurado por toda a bibliografia aveirense.

Vimos ainda a simpatia condicionada — talvez um Esculápio — com que MARQUES GOMES e, por último, o Sr. Dr. ALBERTO SOUTO, acolheram essa identificação ⁽¹⁾.

Analisada, tanto quanto nos foi possível, a composição escultórica, e fixados alguns pontos que se nos afiguram suficientemente comprovados, é oportuno, agora, perguntar se

(1) Duma ficha arquivada em 1931, no regresso duma visita ao Museu do Louvre, e que o Sr. Dr. ALBERTO SOUTO teve a bondade de me comunicar, por mais duma vez, consta a semelhança fisionómica do «Menino-Jardim» com uma estátua daquele Museu, representando Esculápio, que tem, no entanto, apenas o dorso a descoberto, revestindo-se o resto do corpo com o clássico *himation*: «serpente e cajado, dorso nú, manto abaixo da cinta vindo dos ombros, barbado, cabeleira anelada e encaracolada; exclamei ao vê-lo: — é o Menino-Jardim, de Aveiro».

É também tradição no Museu, que o Prof. de História de Farmácia, da Universidade de Madrid, Dr. Rafael Folch, afirmara em 1943, na visita que fez a Aveiro, que o *Menino-Jardim* seria um Esculápio, semelhante em tudo a outros existentes em Espanha.

Em correspondência que posteriormente troquei com o referido Professor não logrei, contudo, obter confirmação daquela sua afirmativa.

aquela estranha composição poderá, de facto, ser uma estátua de Esculápio, e se, na realidade, o será.

Esculápio, o *Asclépios* da mitologia grega, deixou suficiente registo nos mais consagrados escritores do velho Mundo; referem-lhe os divinos predicados HOMERO, HESÍODO, PÍNDARO, PAUSANIAS, GALIENO, ESTRABÃO, e outros mais. As suas substanciais narrativas tem ido historiadores e biógrafos de todos os tempos buscar a base de quanto, a seu respeito, povoa as mitologias, as enciclopédias, e os dicionários da Fábula.

A descoberta, já no século presente, de magnífico material arqueológico exumado de variadíssimos santuários ⁽¹⁾, e a atenção que a esse remoto período da história da Medicina tem sido prestada por eminentes Professores da especialidade, como os italianos ADALBERTO PAZZINI e PIETRO CAPPARONI, e, em França, JULES GUIART e LOUIS LENOURY, permite-nos trazer ao perturbante problema o confronto, sempre vantajoso, de elementos muito para ponderar e que se afiguram fundamentais.

Não só a título informativo, como, ainda, para fixarmos ideias necessárias, caracterizaremos Esculápio utilizando para isso as páginas a ele consagradas pelo grande historiador da Medicina, na Universidade de Lyon, Prof. JULES GUIART, seguramente um dos mais recentes e cuidadosos estudos que o assunto tem merecido:

«ESCULAPE. — ASKLÉPIOS ou ESCULAPE paraît avoir vécu au XIII.^e s. av. J. C. HOMÈRE n'en fait nullement un dieu, mais il parle de lui comme du plus grand médecin de l'époque. Il était prince de Tricca et d'Ithome, villes de Thessalie situées au pied de la chaîne de Pinde. Il passe pour avoir inventé un remède souverain contre les hémorroïdes, une sonde pour explorer les plaies, l'art de panser celles-ci avec des bandelettes et des ligatures, l'art enfin de réduire les fractures et les luxations. Quant à ses remèdes, ils consistaient principalement en racines et en infusions de plantes, dont CHIRON lui avait enseigné les vertus. Il mêlait aussi les charmes et les enchantements à la pratique médicale et croyait, comme ORPHÉE et CHIRON, aux effets salu-

(1) Já no século XIX se realizaram escavações notáveis, pelos seus resultados, no santuário de Epidauros, de 1881 a 1887, que era o mais importante de quantos a Esculápio foram consagrados. Ver, a propósito, CH. DIEHL, *Excursions archéologiques en Grèce*, e bibliografia aduzida no cap. IX (*Les fouilles d'Epidaure*); e também JULES GUIART, *La médecine n'est pas née dans les temples d'Esculape*; Paris, 1927. As explorações locais tem continuado até ao presente, encontrando-se reconstituídos idealmente os principais edifícios do conjunto, que era vastíssimo: rotunda com a fonte milagrosa, santuário com a estátua de Esculápio, de marfim e ouro, templo da deusa Ártemis, cripta ou casa forte, teatro para 14.000 espectadores, estádio, dormitórios para peregrinos, bosque sagrado, etc.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTATUA

taires et à l'action calmante de la musique. Si l'on en croit GALIEN, on lui doit aussi d'avoir jeté les premiers fondements de l'hygiène: pour vivre vieux et bien portant il conseillait en effet la sobriété, jointe aux exercices du corps, tels que la gymnastique, les courses à pied et l'équitation. Avec le temps son caractère humain disparut et la reconnaissance des hommes l'ayant divinisé, il prit place dans l'Olympe grec, comme fils d'APOLLON et comme dieu de la médecine.

Voici maintenant sa légende telle que la racontent les poètes. Plusieurs fables courent sur sa naissance, toute fois, d'après la plus répandue, il serait le fils de la nymphe CORONIS et d'APOLLON. La nymphe, déjà enceinte des œuvres du dieu, l'aurait trompé avec un simple mortel. ARTEMIS, pour venger son frère, tua l'infidèle d'une de ses flèches. Mais APOLLON, voulant sauver l'enfant, ouvrit le ventre de la mère aussitôt après sa mort et c'est ainsi qu'ESCULAPE naquit par opération césarienne. C'était la seconde, la première ayant été pratiquée par MERCURE sur SÉMÉLÉ, pour donner le jour à Dionysos.

L'éducation d'ESCULAPE fut alors confiée à CHIRON, qui lui apprit le traitement des blessures et les vertus des simples, ce qui constituait toute la chirurgie et toute la médecine de l'époque. Plus tard il prit part, en qualité de médecin, à la fameuse expédition des Argonautes, où il se rencontra avec HERCULE et ORPHÉE. Les princes grecs, qui l'accompagnaient, furent tous atteints de maladies diverses, dont il les guérit, aussi revint-il en Grèce avec une renommée considérable. Dès lors il accomplit des guérisons tellement merveilleuses que PLUTON s'en émut et, craignant de voir les Enfers se dépeupler, le fit foudroyer par JUPITER. Dès qu'il fut mort on lui rendit les honneurs divins.

ESCULAPE est généralement représenté sous les traits d'un homme mûr, barbu, portant une chevelure assez longue que ceint parfois un bandeau; son visage doux et grave rappelle celui de JUPITER. Il est généralement drapé dans un manteau ramené sur le bras gauche, de manière à envelopper les jambes, mais en laissant le bras droit et la poitrine à découvert; les pieds sont chaussés de sandales. Il s'appuie toujours sur un bâton autour duquel s'enroule un serpent. On raconte que se trouvant un jour dans la maison d'un de ses malades ESCULAPE vit venir à lui un serpent, la gueule menaçante; instinctivement il tendit son bâton et la bête s'y enroula. Telle serait l'origine du fameux «bâton serpentaire», dont on a fait l'attribut de la médecine, mais que l'on confond presque toujours avec le caducée de MERCURE, symbole des messagers et des marchands n'ayant rien à voir avec la médecine. Aux pieds du dieu on voit parfois l'omphalos de Delphes, la pierre sacrée d'APOLLON. C'est qu'en effet le culte d'ESCULAPE est né de celui d'APOLLON, le père ayant simplement délégué ses pouvoirs à son fils pour écouter

les prières des malades et les guérir. Nous verrons du reste qu'à Epidauré, si ESCULAPE est à la peine, APOLLON du moins partage avec lui les honneurs.

Les serpents jouaient un grand rôle dans le culte d'ESCULAPE; c'étaient en somme les animaux qui lui étaient consacrés. Le Serpent, divinité chthonienne est en effet le symbole de l'inspiration prophétique, comme il est aussi l'emblème de la santé, car il se rajeunit sans cesse en quittant sa vieille peau. Les prêtres égyptiens les entouraient déjà d'un véritable culte, mais, en Grèce, le redoutable Cobra se transforme en une inoffensive couleuvre, que les prêtres d'ESCULAPE dresseront, comme nous le verrons plus tard, à différentes supercheres médicales». (La Médecine Grecque aux temps heroïques de Minos à Homère; 1925, pags. 32-35).

Os clássicos DAREMBERG et SAGLIO, por sua vez, caracterizam Esculápio nestes precisos termos (op. cit.):

Presque toujours Esculape est figuré vêtu d'un manteau qui, laissant le bras droit et une partie du buste découverts, est ramené sur le bras gauche et enveloppe les jambes à peu près entièrement. Il tient ordinairement le bâton du voyageur, autour duquel s'enroule un serpent, symbole de divination chez les Grecs et qui est l'acolyte de toutes les divinités médicales. Ses autres attributs les plus ordinaires sont une coupe, un rouleau ou une tablette pour écrire, l'omphalos de Delphes, le globe du monde.

Outre le serpent, qui manque rarement à côté de l'image d'Esculape, le chien lui était consacré, en mémoire de celui qui l'avait découvert sur le mont Titthéion, et la chèvre en souvenir de celle qui l'avait nourri; mais, à cause de ce souvenir même, on s'abstenait en beaucoup de lieux de la sacrifier. On offrait au dieu communément un coq.

As descrições da figuração escultórica de Esculápio assemelham-se na generalidade dos arqueólogos, razão pela qual não acumularemos muitos mais depoimentos; transcreveremos unicamente MAXIME COLLIGNON, e CAGNAT et CHAPOT; diz o primeiro destes autores:

L'art archaïque le représente jeune et imberbe. Dans la statue chryséléphantine exécutée pour Sicyone, Kalamis avait encore suivi cette tradition, et représenté le dieu imberbe, appuyé sur un sceptre, tenant en main une pomme de pin. A quelle date s'introduit dans l'art le type plus âgé qui finit par prévaloir, et que reproduisent la plupart des statues conservées? Otfried Müller attribue cette innovation à un artiste de l'école pergaménienne, Phryomakhos, auteur d'une statue d'Asclépios consacrée dans le Niképhorion de Pergame. Mais avant cette date, l'art industriel du IV.^e siècle connaissait déjà le type classique du dieu-médecin; les ex-voto trouvés sur l'emplacement

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTATUA

de l'Asclépiion d'Athènes ne permettent pas d'en douter. L'école de Phidias, en créant l'idéal de Zeus, a sans doute aussi mis en faveur ce nouveau type d'Asclépios, qui offre avec celui de Zeus les plus grandes analogies.

« Dans l'art, le dieu de la médecine est une sorte de Zeus, aux traits adoucis; l'expression du visage, quelquefois imberbe, est clémente et sereine; sa large poitrine est à découvert, et l'himation jeté sur l'épaule drapé le bas du corps. Il s'appuie sur un sceptre, ou sur un bâton noueux; un serpent s'enroule à ses pieds. C'est le type que reproduisent les monnaies de Pergame, dans le groupe où il est associé à Hygie et à Télesphoros, et la statue de Florence qui est peut-être inspirée par l'œuvre de Phryomakhos; (op. cit., pag. 314) — fig. 7.

Esculape ⁽¹⁾, (Aesculapius), resumem os consagrados CAGNAT e CHAPOT no clássico Manuel d'Archéologie romaine (T. I, 1917, pag. 421), romain n'est autre chose que l'Asklépios des grecs. C'est d'ailleurs d'Epidaure que, pendant la terrible peste de 290 avant J. — C., on avait fait venir un des serpents familiers du dieu de la médecine, qui, à l'arrivée devant Rome, avait quitté son navire et gagné l'île du Tibre. Les rites du culte restèrent en Italie ce qu'ils étaient, de même que l'image du dieu. C'est celle d'un homme mûr, à longue barbe, les cheveux parfois ceints d'un bandeau; il porte presque



Fig. 7

Esculápio imberbe, do primeiro tipo clássico — Museu de Nápoles

(Grav. extraída de MAX COLLIGNON, op. cit.)

(1) THRAMEYER, au mot Asklepios, dans ROSCHER, *Lexikon*, et dans PAULY-WISSOWA, *Real-Encycl.*; F. ROBIOU, au mot Aesculapius, dans SAGLIO, op. cit.

toujours un manteau qui laisse découverts le bras droit et une partie du buste, et ramené sur le bras gauche, mais qui enveloppe à peu près complètement les jambes. Son attribut spécifique est le bâton du médecin en tournée, bâton nouveau, fait sans doute d'un bois à lui consacré et autour duquel le serpent s'enroule. Généralement Esculape est debout; tantôt il a le bâton appuyé au creux de l'aisselle droite, la main gauche dissimulée dans les replis du manteau; à ses pieds l'omphalos, pour une raison qui nous échappe⁽¹⁾; tantôt il manie un bâton plus court, n'atteignant qu'à mi-corps⁽²⁾, et il place la main libre sur la hanche; ou il présente une patère⁽³⁾, ou il tient un volumen⁽⁴⁾, voire un bouquet de pavots⁽⁵⁾. Plusieurs animaux lui sont consacrés: le chien, en souvenir de celui qui l'avait découvert enfant, exposé sur une montagne; la chèvre, en mémoire de celle qui l'avait nourri; le coq, qu'on avait coutume de lui sacrifier.

Esculape n'apparaît guère couché ou assis que dans les bas-reliefs⁽⁶⁾ et alors accosté d'habitude de sa fille Hygie déesse de la santé, dont les Romains ont conservé le nom, traduit à l'occasion par Salus ou Valetudo. Le type de celle-ci est moins fixe que celui d'Esculape.

Através das transcrições que acima ficam, já o leitor a quem o assunto interessa pode fixar ideias acerca do tipo escultórico usual representativo de Esculápio (fig. 8); propositadamente sacrificámos a brevidade da exposição, transcrevendo por extenso aqueles descritivos, porque por experiência própria conhecemos como será difícil compulsar a bibliografia da especialidade, mormente a quem viva longe das grandes bibliotecas; espécies houve, que desejaríamos consultar, e que, não obstante toda a diligência empregada, não lográmos encontrar não só em Coimbra como nas bibliotecas de Lisboa; e as que citamos não são, também, vulgares.

Fixou-se, como dizemos, o tipo clássico de Esculápio.

Mas as variantes, de pormenor, nos acessórios próprios, são numerosas. Se DAREMBERG et SAGLIO registam, por exemplo, que «un certain nombre de statues qui ont été conservées, concordant avec les médailles, nous montrent Esculape sous les traits d'un homme mûr, barbu, portant

(1) Statues du Latran (S. REINACH, *Statuaire*, II, p. 32, 1); de Berlin (p. 32, 7); de Naples (I, p. 289, 7); du Vatican (p. 289, 4); cette dernière montre, par exception, un Esculape jeune, imberbe.

(2) REINACH, *ibid.*, I, p. 287, 3; 288, 3-4; 289, 2-3, 8; II, p. 31, 4; 32, 2, 8; 33, I, 4.

(3) *Ibid.*, II, p. 33, 8.

(4) BABELON-BLANCHET, *Bronzes de la Bibl. Nat.*, p. 250, n.º 598.

(5) *Ibid.*, p. 251, n.º 599.

(6) S. REINACH, *Reliefs*, II, p. 13, 4; 163, 4; III, p. 180, 3.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTATUA

une chevelure abondante que ceint un bandeau», LOUIS LENOURY, por sua vez, que dedicou magnífica dissertação à história do caduceu ⁽¹⁾, não há muitos anos, frisa bem expressamente que «dans les statues d'Esculape, le serpent n'est pas toujours enroulé autour du bâton. Il est tantôt libre, tantôt enroulé autour du bras ou autour du corps»...

Dans le sanctuaire d'Epidaure, Esculape avait une statue d'or et d'ivoire, œuvre du sculpteur Trasymides, de Paros. Il était représenté assis sur un trône, la main gauche appuyée sur le bâton traditionnel, mais le serpent se tenait libre à la droite du dieu qu'en effleurait la tête du bout des doigts. Cette statue nous est connue par les monnaies d'Epidaure et par la description donnée par Pausanias » (pág. 41).

No Esculápio de Ampúrias, por exemplo, existente no Museu de Arte e Arqueologia de Barcelona, e reproduzido por GERHART RODENWALDT no volume consagrado a *Arte Clásico (Grecia y Roma)* ⁽²⁾ e também em

⁽¹⁾ *Le caducée au cours des Ages. Symbolisme religieux. Types divers de cet emblème.* (Thèse pour le doctorat en Médecine) Paris, Jouve & C.^{ie}, 1925.

⁽²⁾ Madrid, Editorial Labor, 1931, págs. 324-325.



Fig. 8

Esculápio clássico, do segundo tipo, que se vulgarizou mais

(Museu do Louvre)

ANTONIO GARCÍA Y BELLIDO, *Hispania Graeca*, III, láminas LVII a LX, e descrito no vol. II, págs. 130 e segs., que discute a proveniência daquela obra de arte, a serpente não se enrolava no bastão: «le faltan los antebrazos y el baston rústico característico; pero se conserva, como *pieza aparte*, la serpiente enroscada».

Exemplos de bastões volantes, por vezes de bronze, não escasseiam também, conquanto a interpretação outorgada por LENOURY a esta peça seja a de que se não trata dum bastão mas dum autêntico tronco de árvore, alusão, justamente, à *Árvore da Vida*.

A história e interpretação moderna desses dois símbolos — bastão e serpente — reunidos tanto no caduceu de Mercúrio como na figuração de Esculápio, são curiosíssimas e encontram-se traçadas com superior erudição na obra de LENOURY e em MARCEL BAUDOUIN, *Préhistoire du Caducée*; não as reeditaremos aqui porque nos afastariam do objectivo limitado das nossas considerações, conquanto intimamente com ele se relacionem, fácil nos sendo, por consequência, a articulação respectiva se necessário fosse ou se pretendêssemos alongar-nos.

Não nos embrenharemos, também, na discussão do mito de Esculápio e sua relação com o culto solar, nem tampouco na explanação da tese da ofiolatria⁽¹⁾, pois, embora tudo aqui pudesse encontrar cabimento, considerado o nosso especial ponto de partida, a verdade é que não só não temos interesse de qualquer natureza em alongar estas breves notas, como inteiramente reconhecemos nada poder acrescentar de novo, neste momento, para o debate dessas conhecidas teses, interessantíssimas, aliás.

Diremos apenas que a Lusitânia conheceu e praticou o culto de Esculápio. LEITE DE VASCONCELOS (*Rel. da Lusit.*, III, 263) regista inscrições dedicadas ao deus em S. Tiago de Cacém, em Lisboa, em Vizela e em Braga.

HUBNER (*Notícias arqueológicas de Portugal*) cita e transcreve duas provenientes das termas da Rua dos Retroseiros, de Lisboa, e nos *Elementos para a História do Município de Lisboa*, vols. I, III e VIII, o templo consagrado a Esculápio é igualmente referido, bem como na *Revista Archeologica* (pág. 33 do vol. III) em artigo de BORGES DE FIGUEIREDO.

Acrescentaremos, por nossa vez, que no Museu de Beja se encontra uma estátua daquela divindade, revestida de himation, à qual falta já a cabeça.

(1) J. BETENCOURT FERREIRA, *O ofidismo no seu aspecto histórico e actual*; Lisboa, 1935.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTÁTUA

Da fixidez dos tipos escultóricos clássicos dão-nos conta PERROT et CHIPIEZ, notando que, ao contrário do que no fetichismo acontece, pois lhe é indiferente a forma.

... «Il en est tout autrement des dieux du polytheisme. L'artiste est appelé à les distinguer par le choix et par la combinaison des formes dont il se sert pour créer des types dont chacun doit être la traduction sensible d'une idée générale.

..... Tel est le principe que la statuaire grecque s'est efforcée d'appliquer, et un plein succès a couronné son effort. Devant un fragment de torse viril, l'archéologue saura dire si c'est celui d'un Zeus, d'un Hermès, d'un Apollon ou d'un Bacchus.

Suivant que le sculpteur se sera proposé de représenter tel ou tel de ces dieux, il aura donné plus ou moins de largeur aux épaules, et plus ou moins de fermeté aux chairs de son marbre. Là ce seront des muscles puissants, signes d'une force adulte qui bat son plein; ici on sentira la vigueur sèche et nerveuse de l'éphèbe rompu aux exercices de la palestra; ailleurs le contour sera plus souple: il ira même parfois jusqu'à rappeler les rondeurs du corps de la femme et à rendre le sexe presque douteux. Que si l'on vient ensuite à retrouver la tête qui complète la statue, tout y sera en rapport avec le caractère du buste, tout, jusqu'au moindre détail de la face, la fraîcheur d'une peau lisse et tendue ou les rides qui sillonnent le front, la chevelure assemblée en grandes masses qui donnent à l'ensemble un air de majesté, ou courte et dure comme un fin gazon, ou bien encore relevée en chignon sur le sommet du crâne et répandue sur le cou en boucles molles et tombantes, la barbe enfin, qui est ample et fournie chez un Zeus, un Poseidon ou un Esculape, tandis qu'il n'y en a pas trace sur le menton de ceux des immortels, Apollon et Bacchus, que l'imagination a voulu parer des grâces d'une jeunesse éternelle.» (Histoire de l'Art dans l'Antiquité, pág. 21 do vol. VII).

Observaremos contudo que nos períodos mais adiantados já da estatuária greco-romana e, principalmente, fora dos países de origem, onde as oficinas dispunham de modelos de inteira pureza e a tradição se mantinha ainda viva, a confusão é, por vezes, possível, e o arqueólogo encontra-se, não raro, em dificuldades, quando o emblema diferenciador desapareceu por mutilação ou porque constituísse acessório volante, que se juntava à estátua.

Exemplo curioso da dificuldade que a falta dum atributo decisivo faz, encontra-se em PIERRE PARIS, *Le Musée archéologique National de Madrid* (1936); descrevendo bronzes hispânicos, reproduz (Pl. XLII) uma figura barbada, tronco nú, descalça, *himation* envolvendo o corpo da cinta para baixo e traçado sobre o braço esquerdo, mão direita não se percebe bem como, e escreve: «un Esculape (?) ou simplement

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

un orateur dont une heureuse patine noire fait valoir par un habile jeu de lumière et d'ombre la noble tête phidiesque, le vigoureux torse nu et la draperie largement plissée qui enveloppe la taille et les jambes. C'est, dans la série nombreuse et trop souvent banale des images du dieu debout, présentant sa coupe à remèdes, une des plus vivantes et du style le plus dégagé.

É fundamental, portanto, a peça característica de cada tipo de divindade, e o seu desaparecimento pode induzir o arqueólogo em erro, ou levá-lo, prudentemente, a reservar uma classificação definitiva da peça em discussão.

Será este último o caso da estátua do Museu de Aveiro, pelo desconhecimento irreparável que há do emblema por ela exibido, outrora, na mão direita.

Percorrendo a coleção que a antiguidade nos legou, de figuras de deuses e de heróis, várias cabeças encontramos absolutamente idênticas à da estátua aveirense, representando, por exemplo, Júpiter, Neptuno, Hermes, Díónysos, Esculápio, Hércules.

Por esse lado, portanto, a atribuição lançada por MELO FREITAS em 1911 podia aceitar-se, embora outras lhe pudessem igualmente caber se considerássemos apenas a cabeça.

A posição da serpente também não impede a sua aceitação pois sabemos já que muito variou através dos tempos; além disso, articulando a sua presença com o módulo clássico da cabeça do gigante, a hipótese de se tratar dum Esculápio justifica-se. Não sei, mesmo, se tal associação se não deverá considerar decisiva para a identificação, pois a não se tratar dum Cronos mitraico — o que não poderá nunca ser, visto faltar a cabeça de leão, colocada, ao menos, em miniatura, sobre o peito, e não se encontrarem vestígios de asas, mesmo postiças, de encaixar — a serpente não poderá constituir característica *fundamental* senão de Esculápio, dentro, evidentemente, dos tipos clássicos, impostos à nossa consideração pelo módulo grego da cabeça e pela época luso-romana que supomos dever assinalar-se à feitura da estátua, visto excluirmos, por enquanto, a hipótese de se tratar duma falsificação, inábil, do século xvi, que o pormenor das bragas, e as invulgares dimensões da estátua nos levam a rejeitar, sem que mais fortes razões se invoquem para essa cómoda solução.

Com um tridente na mão e um golfinho ao lado (ou mesmo sem ele) poderíamos pensar num Neptuno (fig. 9); com um tronco de árvore, ou massa, na mão, e com uma pele de leão, seria Hércules. Etc.

A serpente, porém, enroscada na estátua, faz pender grandemente o prato da balança a favor de Esculápio, se, evidentemente, excluirmos a hipótese dum emblema na mão

direita, hoje desaparecido, incompatível com Esculápio e decisivo a favor doutro; essa particularidade dificilmente virá a obter solução; só pelo aparecimento doutra estátua, idêntica e completa, a poderia ter.

Percorrendo a copiosa relação dos principais atributos das divindades, cuidadosamente organizada pelos arqueólogos franceses R. CAGNAT e V. CHAPOT (*Manuel d'Archéologie romaine*, 1, 467 e segs.), encontramos a serpente a condicionar a simbólica de *Aesculapius*, *Apollo*, *Bacchus*, *Bonus Eventus*, *Ceres*, *Cybele*, *Genius*, *Genius Mithriacus*, *Hecate*, *Hercules (infans)*, *Hygia*, *Isis*, *Mithra*, *Nantosvelta*, *Pluto*, *Rosmerta*, *Sabazius*, *Salus*; excluindo, da lista, as oito divindades femininas aí relacionadas, a figuração das dez restantes, masculinas, só no caso de *Esculápio* coloca em posição primordial, que pode chegar até excluir por completo qualquer outro atributo, a *serpente*.

Mas o pormenor das *bragas*, como resolvê-lo?

A presença de tal peça de indumentária, de características e proveniência definidas, significaria então, muito simplesmente, que a estátua proviria da oficina dum centro mitraico, e teríamos assim perante nós um caso interessante de adaptação dum velho mito a uma ideologia diferente; sobreposição de civilizações: diríamos, *por exemplo*, um Esculápio mitraico; em vez do clássico *himation*, que aparece em quase todas as figurações do deus da Medicina, as *bragas* características dos adeptos de Mitra, que assim teriam englobado no seu panteão aquela divindade grega, de culto muito espalhado em todo o mundo clássico.



Fig. 9

Poseidon ou Neptune,
com insignia volante.
Museu de Nápoles

(Grav. extraída de MAX COLLIGNON,
op. cit.)

Exemplos de adaptações dessas fornece-nos em abundância a história das religiões de todos os tempos, sem exclusão, sequer, do cristianismo.

FRANZ CUMONT, o historiador máximo do mitraísmo, regista, com exemplos vários, que o mazdeísmo sofreu alterações de adaptação em contacto com os cultos indígenas; «certains rapprochements entre les conceptions religieuses des deux races durent fatalement se produire» (*Les Mystères de Mithra*, pág. 16, 2.^a ed.).

E mais adiante:

«Un certain nombre de figures ont été empruntées telles quelles aux types traditionnels de l'art gréco-romain. Ahura-Mazda, détruisant les monstres soulevés contre lui, est un Zeus hellénique foudroyant les géants; Verethraghna est transformé en un Hercule; Hélios est l'éphèbe à longue chevelure monté sur son quadrigue habituel, Neptune, Vénus, Diane, Mercure, Mars, Pluton, Saturne se présentent à nous sous leur aspect ordinaire avec les vêtements et les attributs que nous leur connaissons de longue date. De même les Vents, les Saisons, les Planètes avaient été personnifiés avant la propagation du mithriacisme, et celui-ci n'a fait que reproduire dans ses temples des modèles depuis longtemps vulgarisés.» (pág. 184).

... «comme le judaïsme alexandrin, le mazdeïsme en Asie-Mineure s'était humanisé sous l'influence de la civilisation hellénique. Transporté dans un monde étranger, il dut se plier aux usages et aux idées qui y régnaient, et la faveur avec laquelle il fut accueilli, l'encouragea à persévérer dans sa politique conciliante. Les dieux iraniens, qui escortèrent Mithra dans ses pérégrinations, furent adorés en Occident, sous des noms grecs et latins; les yazatas avestiques y revêtirent l'apparence des immortels siégeant dans l'Olympe, et ces faits suffisent à montrer que, loin de témoigner de l'hostilité aux vieilles croyances gréco-romaines, la religion asiatique cherche à s'y accommoder, du moins en apparence. Un myste pieux pouvait, sans renier sa foi, consacrer une dédicace à la triade capitoline Jupiter, Junon et Minerve; il prenait seulement ces appellations divines dans un sens différent de leur acception ordinaire.» (págs. 149-150).

No próprio *mithraeum* de Mérida (segundo PIERRE PARIS, citado por VERGÍLIO CORREIA na *História de Portugal*, ed. de Barcelos, vol. 1, pág. 249) apareceu uma estátua de Esculápio, «de tronco nú, teatral e vulgar» ⁽¹⁾, o que favorece a coexis-

(1) VERGÍLIO CORREIA não identifica a obra do arqueólogo francês que cita; mas a estátua referida encontrava-se já reproduzida na figura 15 da obra de GOMÉZ-MORENO y J. PIJOAN acima citada, *Materiales de Arqueo-*

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTÁTUA

tência, de resto evidente, do culto de Esculápio na sede de tão importante *mithraeum* como foi Mérida.

Uma oficina daí ou dalgures terá lançado a simbiose dum Esculápio, ou do deus de que na verdade se trate, envergando as *bragas* de Mitra, deus supremo da ocasião. Demais a mais, Mitra era venerado como sendo o deus que distribui a saúde à Humanidade.

Mera hipótese, é claro, e natural desejo de encontrar explicação racional para o estranho simbolismo da estátua aveirense.

Como quer que seja, verifica-se que a oficina donde a estátua provém deve ter sido inteiramente distante de Roma, e muito reduzidas as possibilidades artísticas do escultor; a cabeça, tê-la-á copiado duma moeda ou dum *ex-voto*, tudo isso perfeitamente acessível; ainda conseguiu dar vida ao réptil e à mão que o domina, mas já lhe não foi possível vencer as dificuldades do material e das dimensões da estátua no resto do corpo, que lhe saíu como se vê ⁽¹⁾, caso se não devam considerar retoques, já do tempo dos Tavares, certos pormenores anatómicos mais estranhos, como os vincos das costelas e da espinha dorsal.

Em resumo, portanto: para a estátua arcaica do Museu de Aveiro poder representar um *Esculápio*, como queria MELO FREITAS em 1911, teremos de o aceitar então influenciado pela iconografia mitraica; assim condicionada, poderá ser, de facto, o deus da Medicina; doutra forma, não. Mas decidir, agora, se, na verdade, aquele velho gigante pretendeu, ou não, interpretar a figura de Esculápio, é resposta que dificilmente, no estado actual dos nossos conhecimentos, se poderá dar; pelo menos, enquanto o desconhecimento do emblema da mão direita subsistir.

Doutras estátuas arcaicas, assim incompletas, dizia avisadamente PIERRE PARIS (*op. cit.*, pág. 106): *Pour la plupart*

logia Española, 1912. À estátua faltava já a cabeça, parte dos braços, os pés, o bastão e a serpente; mesmo assim, os arqueólogos espanhóis identificam-a com Esculápio de tipo clássico, deixando o *himation* apenas o tronco a descoberto, como de costume.

(1) Não será, possivelmente, descabida a observação de FRANZ CUMONT, que dizia: ...*«il faut reconnaître que la grande masse des monuments mithriaques est d'une désolante médiocrité. Les praticiens ou tailleurs de pierre — ils ne méritent pas d'autre nom — auxquels les ouvrages sont dus, se contentaient souvent d'esquisser en quelques coups de ciseau la scène qu'ils prétendaient reproduire»* (*op. cit.*, pág. 180).

E mais adiante (págs. 184-185): *«Si l'on voulait critiquer les détails de tous ces ouvrages, il serait aisé d'y reprendre la disproportion de quelques figures, la gaucherie de certains mouvements, et parfois la raideur des attitudes et des vêtements, mais ces faiblesses ne doivent faire oublier ni la délicatesse du travail dans une matière friable, ni surtout le succès louable avec lequel a été réalisée une conception d'une véritable grandeur»*.

nous devons nous contenter de les désigner comme gréco-romaines, car elles manquent de ces traits particuliers qui classent les écoles.

Escrevendo da conhecida estátua de efebo da *Villa Albani*, assinada por Stéphanos, discípulo de Pasitelès, e que é do tipo de Argos, do tempo de Agélaidas, MICHEL FOLMAN (*Introduction à l'étude de la Sculpture archaïsante — grè-que et gréco-romaine*; Paris, 1935, pág. 18) anota: «La structure du corps, les épaules larges et saillantes, la forme de la tête, l'agencement des cheveux, l'attitude raide, le geste conventionnel, sont pris d'un modèle archaïque».

Lá como cá... e mais não acrescentaremos.

*

Outro problema a considerar é, ainda, o da presença da desconunal estátua em Aveiro, qualquer que seja a interpretação que venha a ser atribuída ao colosso:

Donde terá ela vindo?

Trabalho de oficina local não é; Aveiro propriamente dita não se documenta na época luso-romana; duma cabeça de Jano que há poucos anos ainda se dizia ter sido encontrada na cerca do próprio convento de Jesus, depois Museu, foi esclarecida pelo Sr. Dr. FERREIRA NEVES (*Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. xi, de 1945, pág. 48) a proveniência: veio de Portalegre, trazida pelo Engenheiro-Director das Obras Públicas, João Honorato da Fonseca Regala. A esse esclarecimento posso acrescentar — e nunca é de mais insistir no restabelecimento da verdade — que o próprio organizador do Museu a que ela foi doada — JOÃO AUGUSTO MARQUES GOMES — deixou registada aquela mesma declaração de proveniência na história do Museu de Aveiro que iniciou no *Campeão das Províncias*, em 1921, como acima dizemos⁽¹⁾; e por igual forma LEITE DE VASCONCELOS se lhe refere no artigo que em defesa de MARQUES GOMES publicou no *Diário de Notícias*, em 24 de Novembro do mesmo ano⁽²⁾; temos presente qualquer das duas peças bibliográficas.

(1) «De épocas mais remotas, além do meio busto lusitano-romano, *Janus-Bifrons*, encontrado numas escavações nas proximidades de Portalegre e oferecido ao Museu pelo distinto engenheiro sr. João Honorato da Fonseca Regala»... (pág. 4, e 51 também, da separata citada).

(2) «*Galeria de escultura no rés-do-chão* — Tem algumas estatuetas e fragmentos de retábulos de pedra dos fins do século xvi, brasões de armas, entre eles os dos duques de Aveiro, picados, em virtude da sentença da Inconfidência, e também uma cabeça bifronte, dos arredores de Portalegre, romana.»

CONSIDERAÇÕES ACERRA DE UMA ESTATUA

Dos arredores de Aveiro não faltam estações romanas, como é sabido; nenhum santuário, porém, se registou ainda no qual a estátua de Aveiro pudesse estar integrada, o que, aliás, não quer dizer que não venha a encontrar-se.

Há, portanto, o problema do transporte para Aveiro, quer referido ao tempo dos Tavares (1503) quer antes, visto que podia o gigante ter sido trazido anteriormente já para a vila, por outra família de tratamento e curiosidade.

Consideradas as dimensões e peso do monólito, os deficientes meios de transporte e os caminhos da época, só uma hipótese é plausível: a estátua deve ter vindo embarcada; doutro modo não chegaria inteira ao seu destino. E se não foi esculpida na própria sede do santuário donde os Tavares (ou quem a trouxe para Aveiro) a recolheram, há ainda a considerar o primitivo transporte da oficina para o santuário; pelas mesmas razões acima apresentadas, esse transporte tinha de ser por mar; e assim, parece legítimo concluir que tanto a oficina como o santuário que primeiro recebeu a *imagem* terão de ser, necessariamente, procurados em locais confinantes com o mar ou cursos de água.

A análise laboratorial do calcáreo em que ela foi talhada é elemento científico de primeira ordem que não pode ser dispensado no estudo definitivo do problema, que apenas enunciamos e cuja complexidade invulgar absolutamente reconhecemos.

Já acima vimos, aliás, que o porto de Ostia, na Itália, foi apontado por EUGÉNIO JALHAY como possível proveniência do baixo-relevo mitraico de Setúbal (Troia), donde teria vindo «através do Mediterrâneo e do Atlântico».

E FRANZ CUMONT declara, em consequência do especial estudo a que dedicou a sua vida inteira:

«Nous avons des preuves nombreuses qu'une bonne partie des sculptures destinées aux cités provinciales était, sous l'empire, exécutée à Rome. C'est probablement le cas pour quelques-uns de nos monuments trouvés en Gaule, et même pour ceux qui ornaient un mithræum de Londres.» (op. cit., pág. 182).

«Néanmoins la majorité de nos monuments a sans aucun doute été exécutée sur place. ... la certitude d'une fabrication indigène ressort pour beaucoup d'autres encore de la nature de la pierre employée.» (pág. 193).

O jardim dos Tavares, em Aveiro, ficava, como é sabido, sobranceiro ao esteiro; as condições de desembarque não podiam ser mais favoráveis.

E que o transporte do pesadíssimo bloco se fez sem prejuízo do seu recorte escultórico, a integridade da estátua, ainda hoje verificável, o demonstra.

Que concluir então?

Que estamos em presença duma figuração que não cabe nos moldes definidos até ao presente?

Esteticamente, já acima o frizámos, a serena magestade daquela veneranda cabeça impede-nos de aceitar que a figura seja a dum *prisioneiro bárbaro*; do mesmo modo a posição solene, convencional, do braço direito, e a serpente, contrariam a hipótese, pois tudo isso ficava sem explicação plausível; apenas o problema das *bragas* receberia solução aceitável.

Quanto a data, logo de princípio registámos que os olhos do gigante apresentam pupilas gravadas, circunstância essa que nos leva a colocar o trabalho para aquém do século II depois de Cristo, de acordo com a cronologia fixada para outras estátuas romanas da Península por GARCÍA Y BELLIDO (*op. cit.*) e por outros arqueólogos bem documentados.

Tenho, pois, para mim, e enquanto demonstração convincente se me não fizer do contrário, que a estátua do Museu de Aveiro é obra da arte romana provincial do séc. III e que representa uma figura mitológica do panteão greco-romano (deus, semi-deus, génio ou herói), a que a ideologia mitraica não é estranha.

O século IV afigura-se avançado demais para uma obra desta natureza, atenta a transformação social de então, iniciada com o Cristianismo.

Em *Materiales de Arqueología española*, notam com justeza os arqueólogos GOMES-MORENO e PIJOAN que se encontram «*hoy, pasados ya los tiempos heroicos de WINCKELMANN, que fijó los tipos de los Inmortales*»; novos horizontes se apresentam e novas hipóteses surgem; «*a WINCKELMANN, para sus investigaciones, eran suficientes los mármoles de las colecciones romanas; hoy es necesario inventariar todo lo que se encuentre de esculturas clásicas, hasta los pequeños bronce y tierras cocidas, donde muchas veces se descubren rasgos de los modelos perdidos.*»

Chamando, pois, a atenção dos arqueólogos nacionais e estrangeiros para a escultura arcaica do Museu de Aveiro, e divulgando, pela gravura e pela transcrição da bibliografia respectiva, a sua existência multi-secular, limitamo-nos, por agora, a enunciar os votos seguintes:

- 1.º — que a veneranda estátua possa, muito em breve, ser retirada do local onde provisoriamente se encontra desde 1911, com prejuízo da sua conservação (pois sobre ela descarregam as águas duma conduta dos telhados), e que seja recolhida onde se possa examinar e estudar convenientemente.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DE UMA ESTATUA

- 2.º — que se promova largo debate crítico acerca do seu simbolismo e data, a fim de tudo ser definido com a possível segurança e de harmonia com o excepcional interesse que este raro exemplar de estatuária arcaica — único em colecções portuguesas — indiscutivelmente apresenta.

Ao distinto Director do Museu — Senhor Dr. Alberto Souto — a quem a história de Aveiro e dos seus tesouros culturais sempre mereceu inteligente e carinhosa atenção, confiadamente entrego o apelo aqui formulado para que a intenção que o ditou não venha a ser inteiramente perdida e possa receber, por seu prestigioso intermédio, o apoio oficial de que necessita.

Será mais um serviço, e valioso, a somar aos muitos que à cidade de Aveiro e à Arqueologia nacional dedicadamente tem prestado e que todos os estudiosos lhe reconhecem, tributando-lhe a elevada gratidão de que, por seu muito merecimento, se tornou credor.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

bibRIA

NOTAS SOBRE ESMORIZ

ORAÇÕES POPULARES

RIMADAS

LEGOU-NOS o passado documentos etnográficos que, a pouco e pouco, se vão delindo da alma popular e que importa, quanto antes, recolher; doutro modo, daqui por cinquenta anos, pouco restará. Refiro-me às orações populares rimadas. Sabiam-nas os nossos avós. Outro tanto quase já não acontece com nossos pais, que, ou não as aprenderam, ou, depressa as foram esquecendo. Diversas causas concorreram para tanto. Apontarei algumas.

Se, noutros tempos que ainda não vão longe, o analfabetismo contava maior percentagem no sexo feminino e se, por outro lado, era, talvez, a mulher a que melhor transmitia, pela sua sensibilidade e por outros factores que ora não me cumpre enumerar, o facho da tradição, hoje, que ela já lê, começou de rezar por cartilhas e devocionários, com menosprezo das orações populares rimadas.

Acontece, ainda, que tendo crescido, *assustadoramente*, há alguns anos, a praga da taberna e relaxado a disciplina familiar, a ceia, dantes tomada em comum e ponto de reunião de toda a família, deixou de o ser, o mesmo acontecendo com a acção de graças, após a refeição, e com a recitação do teiço e outras orações.

Não deixou de ter também alguma influência na sensibilidade do povo a nova fisionomia que Esmoriz tomou com o incremento da indústria. Começaram a escassear braços para a lavoura que, até aí, tinha mantido o homem em contacto com a natureza e, mediante ela, com Deus. O homem era, então, mais humilde, mais religioso e mais poeta. Era pela natureza, filha de Deus e fonte de poesia, que a Ele se unia, esperando a benção fecundadora para o seu suor.

Com a indústria, o homem materializou-se, tornando-se escravo das suas invenções, fontes de dinheiro. E, com a bolsa cheia de oiro, acreditou que tinha na mão a felicidade e pensou em dispensar Deus. E as canções dos campos foram abafadas pelo martelar das fábricas e oficinas, e da sua alma, fria e orgulhosa, deixou de subir ao céu o incenso da oração.

O novo *clima* criado pela indústria não deixou de fazer-se sentir, embora em pequena escala, na sensibilidade e na alma do povo de Esmoriz.

As orações que vão seguir-se e nas quais, por vezes, a superstição se caldeia com a fé, foram recolhidas aí por 1942. Na transcrição, apenas uma ou outra vez aponto a pronúncia popular. Confio na generosidade dos mestres que me será relevado este defeito para o meu primeiro trabalho etnográfico. Aqui o deixo, respeitoso e grato, perante a memória das almas simples e bondosas das minhas informadoras, que já não pertencem ao número dos vivos. Como o povo, também eu digo: *que Deus lhes fale na alma*.

1) *Orações da manhã:*

Bendita seja a luz do dia,
Bendito seja o Senhor que a cria,
Bendito o Filho da Virgem Maria
E bendito seja o Santo e a Santinha
Que governa neste dia.
Em seu louvor, um Padre-Nosso com uma Ave-Maria.

Eu me encomendo à luz
E à Santa Bela ⁽¹⁾ Cruz
E à Senhora da Verdade
E à Santíssima Trindade
E à Santa Verónica
Que está em Jerusalém
E ao milagroso S. Bernardo
Que em Roma está enterrado.
O Senhor me livre de *maiores*
Baptizados e por baptizar. Amen.

Eu me encomendo à luz
E à Santa Bela ⁽¹⁾ Cruz
E à Senhora da Verdade
E à Santíssima Trindade.
Ó meu Senhor Jesus Cristo,

(¹) Vera.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Deus e Homem verdadeiro,
O meu corpo está inteiro.
Assubistes ao Céu,
Perdoastes ao Ladrão,
Perdoai-me a mim, Senhor,
Botai-me a Vossa divina absolvição.

Quem esta oração disser,
Três vezes ao dia,
De má morte não *morreria*,
As portas do Céu se lhe abririam,
As do inferno se fechariam.
Em seu louvor, um Padre-Nosso com uma Ave-Maria.

Ó meu Santo Antoninho,
Que em Lisboa fostes nado
E em Roma fostes coroado,
Pelos livros que rezastes,
Pelo hábito que tomastes,
Nosso Senhor encontrastes.
O Senhor vos perguntou:
— Antoninho, vós para onde ides?
— Senhor, quero ir convosco.
— Vós comigo não vireis,
Vós na terra ficareis,
Quantas coisas se perderem,
Quantas vós achareis.

Quem esta oração disser,
Três vezes ao dia, etc.

Padre nosso amoroso,
Triste, desconsolado,
Ó meu Deus, ó meu Senhor,
Perdoai-me os meus pecados,
Perdoai-me que eu errei,
Confessai-me que eu pequei.
Confessa-te, ó pecador,
Emenda a tua vida,
Que a morte te anda buscando,
Quer de noite, quer de dia,
Que não caias no pecado,
Quer na calma, quer na geada.
Ó coração que és da terra,
Considera que hás-de morrer,
Que hás-de dar contas a Deus
Do teu bom e mau viver.

Quem esta oração disser,
Um ano continuamente,
O Senhor lhe aparecerá,
Quinze dias *òdiente* ⁽²⁾.

(2) Adiante.

ORAÇÕES POPULARES RIMADAS

Quem na sabe não na diz,
Quem na ouve não na aprende,
Lá no dia do Juízo
Verá como se arrepende ⁽³⁾.

Padre-Nosso e Ave-Maria.

Padre nosso de S. Gregório,
Já lá fui ao *salvatório* (?),
Já lá fui e já lá tornei,
Duas almas *imparei* ⁽⁴⁾:
Uma era Santa Ana,
A outra Santa Madalena.
Prometi de andar descalço,
Vestidinho de burel,
Para alcançar as Cinco Chagas
Do divino Manuel.
Manuel está na Cruz.
Para sempre, âmen, Jesus.

Padre nosso virtuoso,
Meu Senhor todo poderoso,
Peço-Vos, Filho da Virgem Maria,
Uma alma que me destes
Não na deixeis andar triste;
Vós na terra ma criastes,
Vós no Céu ma apresentastes.

Quem esta oração disser,
Três vezes ao dia, etc.

Padre nosso pequenino,
Quando Deus era menino,
Que andava pelo mar,
Sete livros a rezar,
Sete candeias a alumiar,
O Senhor é meu padrinho,
A Senhora é minha madrinha
Que me fez a cruz na testa,
Onde o demo não impeça,
Nem de noite, nem de dia,
Nem ao pino do meio-dia.
Já os galos cantam, cantam,
Já os sinos ⁽⁵⁾ se alevantam,
Já o Senhor subiu à Cruz
Para sempre, âmen, Jesus.

(3) Esta oração foi recolhida, a meu pedido, pelo Rev.^{do} P.^e Alexandre Francisco de Sousa, meu conterrâneo e bom amigo.

(4) Amparei (?).

(5) Anjos, segundo outras variantes.

Padre nosso pequenino,
Quando Deus era menino,
Que andava pelo mar,
Pelo mar e pela terra,
As três Marias viram estar
Todas três no seu altar
Uma era Leonor,
Outra era Santa Clara,
Onde as andorinhas iam nadar.
Senhora mestra que aqui estais,
Na glória nos vejais,
Pois a mim primeiramente,
Filha do Omnipotente,
S. José andou descalço pelo mar,
Vestidinho de burel,
A receber as Chagas
Do divino Manuel.
Manuel está no berço,
Embanando S. José,
Os anjinhos estão cantando:
«Glória tibi, *Dominé*» (6).

bibRIA

Anjo da Guarda bendito,
Companheiro do Senhor,
Que no Céu fostes criado
Pelo nosso Redentor,
Pelo poder de ir-te embora,
Não me deixeis nem uma hora.
Deixou Nosso Senhor dito
Que dormisses e velasses,
Com poder e alegria.
Um Padre-Nosso com uma Ave-Maria
Ao Anjinho da minha guarda
E ao Santinho deste dia (6).
O Anjo da minha guarda,
Minha amada companhia,
De noite e de dia.
E ao pino do meio-dia.
Em seu louvor, um Padre-Nosso e uma Ave-Maria.

Salve Rainha pequenina,
Rosa divina,
Cravo de amor,
Mãe do Senhor,
Dai-nos luz e entendimento
Para receber o Santíssimo Sacramento.

(6) Ver nota 3.

ORAÇÕES POPULARES RIMADAS

2) Na Igreja:

a) Tomando água benta:

Nesta casa vou entrando,
Água benta vou tomando;
Água benta, me lavais,
Jesus Cristo, me salvais.
Se a minha alma está em penas,
Jesus Cristo, despenai-mas.

b) Ao ajoelhar:

Deus te salve, Cruz bendita,
Que na terra estais escrita,
E no Céu representada.
Rogai por nós, que nós rogaremos por vós.

c) Ao começar a Missa:

Lá vai o Padre dizer Missa,
Ajoelhai-vos, ó povo,
Que nasceu um Deus Menino,
Redentor do mundo todo (7).

Bendita seja a hora
Que saíste pela porta de Jerusalém fora,
E Jesus Cristo comigo aqui nesta hora.
Começai a Santa Missa,
Sacerdote do Senhor,
Que eu hei-de assistir a ela,
Com vossa honra e louvor.

d) A «Sanctus»:

Santos, santos, santos do Céu,
Vinde ao meu coração,
Recebei a minha alma,
Ponde-a da vossa mão.

(7) Ver nota 3.

e) *À elevação da Hóstia:*

Vinde, meu Jesus, vinde,
Que eu por Vós estou a esperar.
Bendito e louvado seja
O Santíssimo Sacramento do Altar.

Sacramento de Divindade,
Olhos de manso Cordeiro,
Que estais no Vosso altar,
Como no Céu verdadeiro.
Eu queria, meu Jesus,
Ir para o Vosso Reino.

f) *À comunhão dos fiéis:*

Já está o Sacrário aberto,
Já se vê quem lá está dentro.
Bendito e louvado seja
O Santíssimo Sacramento.

A essa mesa de Divindade
Venho ajoelhar,
Para receber tal manjar,
Manjar tão delicado,
Que se tira do Sacrário
Dá-se a todo o pecador.
Quem não receber em graça
Dele tirará o favor;
Acompanhado será de anjos,
Quando deste mundo for.
Ainda os meus pecados
Não nos disse ao confessor.
A quem nos direi agora?
A Vós, Senhor,
Que sabeis quantos eles são,
Para me dar a Comunhão
E também na absolvição,
Para que a minha alma não peque,
Nem caia em má tenção (8).

Uma variante:

A esta mesa divina e divindade
Me venho, Senhor, ajoelhar,
Para tomar tal manjar,
Por ser um manjar tão excelente,
Que vem das mãos de Nosso Senhor.

(8) Ver nota (3).

ORAÇÕES POPULARES RIMADAS

Os meus pecados esquecidos
Não nos disse ao confessor,
Mas digo-os a Vós, Senhor,
Que sabeis quantos eles são,
Que mos haveis de perdoar
À mesa da Comunhão.
Alegra-te, ó minha alma,
Alegra-te, ó meu espírito,
Que estais para receber
O Corpo de Nosso Senhor Jesus Cristo.
Vinde, meu Jesus, vinde,
O Corpo glorioso de Cristo Nosso Senhor,
Quem não receber em graça
De Deus terá o louvor.
Vinde, meu Jesus, vinde,
Fazei da minha boca sacrário,
Fazei da minha garganta escadas,
Fazei do meu coração assento.
Bendito e louvado seja
O Santíssimo Sacramento.

Sacramento de Divindade,
Olhos de manso Cordeiro, etc.

g) *Depois da Comunhão:*

Eu estou todo convosco
E Vós estais todo comigo
E os Anjinhos estão de roda de mim
A adorar o seu Senhor.

h) *No fim da Missa:*

Fechou-se o santo Missal,
Fechou-se a flor do campo,
Fechou-se a minha alma
Com o divino Espírito Santo.

i) *Ao sair da igreja:*

Adeus, meu Senhor e minha Senhora,
Que eu vou-me embora.
Isto não é para sempre,
Mas é só para agora.
Se eu cá fizer mingua,
Mandai-me chamar
Pelo Anjo da Guarda
Que me vá buscar.

*

3) *Quando troveja:*

S. Jerónimo, Santa Bárbara Virgem!
Santa Bárbara se levantou,
Seu sapatinho calçou,
Seu bordão na mão tomou,
A Senhora encontrou
E ela lhe perguntou:
— Onde vais, Bárbara, onde vais?
— Senhora, vou aos altos céus
Abrandar tanta trovoadas.
Como ela lá anda armada!?...
— Ora vai, Bárbara, ora vai,
Impõe-na para monte *marinho* ⁽⁹⁾
Onde não haja boi, nem vaca,
Nem bafinho de menino ⁽¹⁰⁾.

*

4) *Benção da massa do pão:*

O Senhor te levede,
O Senhor te acrescente,
Assim como Nosso Senhor
Acrescentou no mundo a gente.

*

Uma variante:

S. Berto te levede,
S. Bento ⁽¹¹⁾ te acrescente,
S. João te faça pão,
O Senhor te cubra de *benção*.

*

5) *Após as refeições:*

Graças Vos dou, meu Deus,
Que me deste de comer,
Sem no eu merecer,
Dai-me o Céu quando eu morrer ⁽¹²⁾

⁽⁹⁾ Maninho.

⁽¹⁰⁾ A informadora desta «oração» era natural de Maceda (Ovar).
Após o casamento veio residir para Esmoriz, onde viveu largos anos.

⁽¹¹⁾ Segundo outra variante, S. Crescente.

⁽¹²⁾ Ver a nota ⁽³⁾.

6) *Depois do terço:*

Este terço que rezámos
 À Virgem Nossa Senhora ofereçamos
 E ao Padre Santo António
 Que nos livre do demónio
 E da sua má companhia.
 As contas do meu Rosário
 São peças de artilharia,
 Que combate nos infernos,
 Dizendo a Ave-Maria.
 Maria seja conosco,
 Na morte e mais na vida,
 Para que sempre louvemos
 Nossa Mãe na companhia.
 Se ela não viera ao mundo.
 Ai do mundo que seria!...
 Senhor, dai-nos auxílio,
 Para que digamos todos:
 Senhor Deus, misericórdia!
 Misericórdia Vos pede
 Este grande pecador,
 Pelas Vossas Cinco Chagas
 E Vosso divino amor.

Também vós sereis louvada,
 Mãe de Deus, Virgem pura,
 Que dos Anjos sois louvada
 E de toda a criatura.

Também vós sereis louvada,
 Ó Virgem da Conceição.
 Que também vós fostes desterrada
 De Belém e de Nazaré,
 Pelas montanhas do Egipto,
 Com Jesus e S. José.

Desterrai do nosso peito
 Tudo o que da culpa é;
 Levai-nos à eterna da vossa glória,
 Jesus, Maria, José.

Nós, ó Virgem,
 Vos oferecemos esta oração,
 Seja para vossa honra e glória
 E para nossa salvação,
 Seja pelas benditas almas
 Que no Purgatório estão. Amen⁽¹³⁾.

(13) Ver nota (3). Após esta oração, recita-se a Ladinha de Nossa Senhora.

7) *Após a Salvé-Rainha:*

Assim como estamos
A benção de Deus beijamos.
E Jesus, nome de Jesus,
Façamos o sinal da Cruz,
Para afugentar o demónio.
Santo Nome de Jesus
Que nos guarde e nos assista
Na vida e na morte e sempre.

8) *Orações da noite:*

Nesta cama me venho deitar,
Para dormir e descansar.
Se o Senhor me vier buscar,
Hei-de-me apegar aos Cravos,
Hei-de-me abraçar à Cruz,
Para que me lembre
Do Santíssimo Nome de Jesus.
Santíssimo Nome de Jesus seja comigo,
Na minha companhia,
Em seu louvor, um Padre-nosso e uma Ave-Maria.

Valham-me as Onze Mil Virgens ⁽¹⁴⁾,
Agora que vou para a cama,
Também os onze apóstolos
Me acompanhem a minha alma
À beleza das Onze Mil Virgens
Era a Senhora Santa Ana,
S. Pedro era o chaveiro,
S. Miguel pesava as almas.
Isto são cinco palavras,
É grande serviço de alma.
O meu Deus, quem as disser
Tanto se lhe arranca a alma,
Ama a Deus com todo o tempo.
Prometei, Senhor, que eu não morra,
Sem receber o Santíssimo Sacramento.

Sacramento de Divindade,
Olhos de manso Cordeiro, etc.

(14) Alude-se aqui à devoção das Onze Mil Virgens. No Museu de Chantilly (França), há um calendário manuscrito com iluminuras do século xv, em que aparece a festa das Onze Mil Virgens. Cfr. Matoso, *História Medieval, Moderna e Contemporânea*, 1.^a ed., pág. 122.

ORAÇÕES POPULARES RIMADAS

Com Deus me deito,
Com Deus me alevanto,
Com a graça do Senhor
E do divino Espírito Santo.
Nosso Senhor me cubra
Com o seu divino manto.
Se eu bem coberta for,
Não terei medo, nem temor,
Nem de coisa que má for,
Senão de Vos, meu Senhor.
Se eu adormecer, acordai-me
Se eu morrer, alumiai-me,
Vestida de branco
E da Santíssima Trindade,
Para que o meu corpo se não perca,
Nem a minha alma perdida.
Em seu louvor, um Padre-Nosso e uma Ave-Maria.

Uma variante:

Com Deus me deito,
Com Deus me levanto,
Com a graça de Deus
E do Divino Espírito Santo.
Cubra-me, Senhora,
Com o seu manto.
Se eu bem coberta for,
Não haverá medo, nem temor,
Nem de coisa que má for.

Tangem os sinos à hora,
Os Anjos *adora* (15),
Ditosa da alma que se deita à hora.
Indo eu para me deitar
Sete Anjos achei na cama,
Três aos pés e quatro à cabeceira
E o Senhor na dianteira.
Ele me disse: dorme e repousa,
Que eu te livrarei de má cousa.

Ó Anjo da minha guarda,
Semelhança do Senhor,
Acompanhai-me a minha alma,
Quando eu deste mundo for.

Ó Anjo da minha guarda,
Amorável companhia,
Não me desacompanheis a minha alma,
Nem de noite, nem de dia.

(15) Adoram.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Ave, Menino,
Cordeiro na Cruz,
Custódia divina,
Salvai-me, Jesus.

Jesus é meu,
Eu vou com Jesus,
Jesus vai comigo,
Que é o Senhor da Cruz.

Ó meu rico Senhor Crucificado,
Deite-se aqui ao meu lado,
Livre-me a minha alma de penas
E o corpo de pecados.

Ó meu rico Senhor do Conforto,
Fostes preso e fostes morto,
Perdoai-me a vossa morte,
Por ser tão cruel e tão forte.

Perdoai-me os meus pecados,
Que são tão compridos e tão largos
Que eu nem nos vejo confessados,
Nem aos vossos pés beijados,
Mas esta terra beijarei,
Para que o Senhor me livre do Inferno. Amen (16).

Grças a Deus que já me deitei,
Sete Anjinhos encontrei,
Três aos pés, quatro à cabeceira
E Jesus Cristo na dianteira.

Botei os olhos ao Céu,
O pensamento à glória (17),
Jesus Cristo adora.
Ditosa da alma
Que se deita nesta hora.

O' meu Anjo da Guarda
A quem me Deus entregou,
Não Lhe entregueis a minha alma,
Que não sei para onde vou.

Ó meu Anjo da Guarda,
Semelhança do Senhor,
Para mim foste criado,
Para meu pai guardador.

Peço-yos, Anjos benditos,
Com a graça e poder,
Das penas do inferno
Me ajudeis a defender (18).

(16) Ver a nota 1.

(17) Glória.

(18) Ver a nota (3).

ORAÇÕES POPULARES RIMADAS

Alerta, alerta, cristão,
Que mandam dizer as almas
Que no outro mundo estão,
Que lhe havemos de bater
As portas do coração.

Ó que chamas *acendiças*,
Cada vez se acendem mais! ...
Gritam os pais pelos filhos
E os filhos pelos pais
E as mães pela mesma sorte.

Ai, Jesus, que dor tão forte,
Tão seguida de meus ais,
Que repete para nós,
Que repete para vós,
Toda a noite e todo o dia.

Sempre estais em agonia,
Só em ver que não rezais,
Sequer uma Ave-Maria.
Uma Ave-Maria que rezeis
Grande esmola nos fazeis.

Gritam pelos seus herdeiros,
Pelos seus testamenteiros;
E vós que nos descarregais
Dos bens que lá deixais,
Mandai rezar uma Missa
No cabo do ano.

Dai-lhe essa consolação,
Dai-lhe as novinhas e ricas
E as almas benditas,
Que à porta das almas santas
Bate Deus a toda a hora.

As almas santas disseram-Lhe:
— Meu Deus, que quereis agora?
— Quero que venhais comigo
Para a eterna *gloria* (19).

Vinde, pequenos e grandes,
Todos neste auditório,
É bem que nos lembremos
Nós havemos de morrer,
Sabe Deus para onde iremos.

Atormentada com dores,
Também a Virgem Maria,
A Virgem Nossa Senhora,
Vai na nossa companhia.
Pelas almas do Purgatório, Padre-Nosso e Ave-Maria.

(19) Glória.

Pecador adormecido,
Que vives muito esquecido,
Confessa-te, ó pecador,
Que tens a alma perdida.

Tu perdeste a tua alma,
Tu foste o causador,
Fugiste para o pecado,
Deixaste Nosso Senhor.

Deixaste quem te criou,
Quem te podia dar a Glória
Mas trazes sempre, ó pecador,
Este caso na memória.

Deita-te ⁽²⁰⁾ na cama branda,
Dá ⁽²¹⁾ descanso ao teu corpo,
Já não fazes penitência,
Só se for depois de morto.

Levanta-te, ó pecador,
Anda fazer penitência,
Olha que no Céu não entra
Quem não faz a diligência.

Levanta-te, ó pecador,
Não te deites em pecado,
Que podes amanhecer,
No inferno condenado.

A oração já foi dita,
Ela já se acabou,
Quem na sabe não na diz,
Quem na ouve não na aprende,
Lá no dia do Juízo
Verá como se arrepende ⁽²²⁾.

*

Lá numa noite de inverno,
Numa triste noite escura,
Morreu uma criatura,
Sem receber os Sacramentos.

Com culpa dos seus pecados
E com grande arrependimento,
Chegou às portas do Céu
Para entrar para dentro.

⁽²⁰⁾ Deitas-te.

⁽²¹⁾ Dás.

⁽²²⁾ Ver a nota (10).

ORAÇÕES POPULARES RIMADAS

O Senhor lhe respondeu:
— Lá vos *deixeis de suprinas* ⁽²³⁾,
Amor tinhas ao teu corpo.
Lá vos *deixeis* ⁽²⁴⁾ os Calvários,
Por eles passavas correndo.

Quando ias para a Missa,
Sempre ias com desatino;
Entre o Cálix e a Hóstia,
Sempre te achavas dormindo.

Onde irás agora ter?
As profundas do inferno.

Vem S. Miguel o Anjo
Para lhe pesar os pecados,
E eles eram tantos,
Que a balança ia ao chão.

Nossa Senhora, então,
Na sua touquinha pegou
E na balança a lançou.
Pelo poder de Maria
Ficam os pesos salientes.

Devotos das almas santas,
Rezaí os vossos Rosários,
Não nos tragais pelo chão,
Que a Virgem é piedosa
De vós terá compaixão. Amen ⁽²⁵⁾.

(23) Deixei as disciplinas.

(24) Deixei.

(25) Encontrei em Moselos (Vila da Feira) a variante seguinte:

Lá numa noite de inverno,
Numa triste noite escura,
Morreu uma criatura
Sem receber Sacramentos.
Tinha culpas e pecados
Volta a Deus teus pensamentos.

Botou os olhos ao Céu e disse:
— Ó meu Senhor Jesus Cristo,
Eu visitar-Vos venho,
Que eu sou uma ovelha perdida
Ao vosso rebanho venho.

E o Senhor lhe disse:
— Escuta, minha alma zelosa,
Que eu sempre te escutei:

Deixei-te no outro mundo,
Nunca me foste de proveito.

Ensinei-te a benzer,
Não quiseste aprender.

Ensinei-te a rezar,
Não quiseste tomar.

Aprendeste a soberba,
Soberba não entra no Céu.

Deixei-te os meus jejuns,
Sempre te achava comendo.

Salvador do mundo
Que a todos salvais,
Salvai a minha alma,
Bendito sejais.

Bendito sejais
No meu coração,
Não me deis a morte
Sem na confissão.

Sem na confissão
Não hei-de morrer,
Que a Virgem Santissima
Nos há-de valer.

Ó excelente aurora,
O sol e o dia,
Estrela que guia
Pela eterna via.

Ditosos os pobres
Que nos aqui têm,
Bastante convosco
Não queira mais bem.

Quem no aqui busca
Piedade alcança;
Vosso quero ser,
O Mãe da Esperança (26).

Senhor, que o céu e a terra fizestes,
Corpo e alma nos destes,
Vosso Sangue verdadeiro
E Corpo prometestes.

Foram os traidores
Que arrastaram Jesus;
Arrastaram-nO

E levaram-nO
A casa de Pilatos,
Pilatos não estava aí.

Onde esperas ir parar?
As profundas do inferno.

Nossa Senhora disse:
— Ó meu Filho tão querido,
Ó meu Filho tão amado,
Pelo leite que mamaste
Nestes meus sagrados peitos,
Peço-te que esta alma vá para o Céu.

(26) Ver nota (3).

ORAÇÕES POPULARES RIMADAS

Levaram-nO a casa de *Barónecas* (27),
Barónecas não estava aí.

Vinde, agora, santos varões,
Que sentença Lhe mandais dar?

Cento e cincoenta espinhos
Lhe mandaram dar

Sua Sagrada Cabeça
Mandaram pregar (28).

Uma lancetada
No Seu Santo braço direito (29),
Lhe mandaram dar:

O Sangue que dele correr
Se fará em pão e vinho
Para manter Cristandade.
Ô que lindo subscrito!...

A Senhora deixou dito:

As portas do Céu
São brancas e floridas
E as do inferno
Negras, denegridas.

Vem cá, Pedro, vem cá, meu filho,
Lembra-te daquela alma
Que foi para mau juízo.

— Deixai, minha Mãe,
Ela bem no tem merecido,
Nunca o mundo fora nado,
Nado e aparecido (30).

Lá vão três meninas,
Três meninas abonadas.

O sol é para de dia,
A lua é para de noite.

As estrelinhas quando luzem,
Luzem de água carregadas,
Para regar as suas vessadas.

Ao sábado pentear o seu cabelo,
Arrumar a sua casa (31),
E ao domingo ouvir Missa inteira
Na casa de Deus. Amen (32).

(27) Verónica.

(28) *Vid.* a outra variante neste ponto.

(29) Deve tratar-se aqui da Chaga do Lado.

(30) Alude-se aqui, embora obscuramente, às palavras de Jesus referentes a Judas: «Melhor lhe fora não ter jamais nascido». Mat. 26, 24.

(31) Pentear o cabelo e arrumar a casa eram trabalhos que se faziam ao sábado e não ao domingo, cujo descanso se observava rigoristamente.

(32) Ver a nota 3. Recita-se na Quaresma.

Uma variante:

Senhor, que o céu e a terra fizestes,
Corpo e alma nos destes,
Vosso sangue verdadeiro
Que no *Corpo lho metestes* (33).

Com a vara de Pilatos
Grande castigo mereceste.
Hei-de ver o cruxifixo
Pregado na bela (34) Cruz.

Ó meu Deus, ó meu Jesus,
Bem deveras de cuidar
Os que estão por confessar
Não fizeram mal nenhum
Esses foram os traidores
Que arrastaram a Jesus.

Arrastaram e levaram,
Levaram a casa de Pilatos,
Pilatos não estava aí.

Vinde agora, Verónica,
Que sentença mandais dar?
Cento e cinquenta espinhos
Na Sua Santa Cabeça.
Lhe mandaram pregar.

Uma lança no Seu braço direito (35)
Lhe mandei dar:
O Sangue que dele botar
Se fará em pão e vinho
Para manter a Cristandade.
Ó que lindo subscrito! ..

A Senhora deixou dito:
As portas do Céu,
Branças e floridas,
As do inferno,
Negras e denegridas.

Vem cá, Pedro, ó meu filho,
Lembra-te daquela alma
Que vai para mau juízo.

— Deixá-la ir, minha amada,
Que ela bem no tem merecido.
Nunca o mundo fosse nada
Nada, nem aparecido.

(33) *Vid.* a outra variante.

(34) Vera.

(35) Ver a nota II.

ORAÇÕES POPULARES RIMADAS

Lá lhe mandam três *boninas* ⁽³⁶⁾,
Três *boninas* degoladas.
O sol é para de dia
E a lua para de noite.

As estrelas, quando *rojam*,
Rojam de água carregadas,
Para regar suas vessadas.

Ao sábado pentear o cabelo.
Arrumar a sua casa,
No domingo ouvir Missa inteira,
Na casa de Deus nosso Senhor Jesus Cristo,
Assim como é costumado.

Quem esta oração disser
E consigo a trazer,
Quarenta dias de quarentena
Tirárá quatro almas de pena:

A primeira será sua
E a segunda de seu pai
E a terceira de sua mãe
E a quarta de quem mais bem
Lhe quiser. Amen ⁽³⁷⁾.

As quadras seguintes eram cantadas por um mendigo,
antes de receber a esmola. Pelo seu conteúdo religioso,
passaram a fazer parte das orações da noite.

Repenica no Calvário,
Madalena, que seria?
— Crucificaram a Cristo,
Filho da Virgem Maria.

Chorai, olhos, chorai, olhos,
Que o chorar não é desprezo,
Que a Virgem também chorou,
Quando viu seu Filho preso.

Já lá vai o Senhor preso,
Ó que tão cruel prisão!
Vai preso e amarrado,
Vai preso sem ser ladrão.

Vai preso sem ser ladrão
Aquele manso Cordeiro;
Deixou as ruas regadas
Com Seu Sangue verdadeiro.

(36) Meninas (?).

(37) Ver a nota 1. Recita-se na Quaresma.

Quando derdes a esmola ao pobre,
Reparai como lha dais;
Lá tendes no outro mundo
Vossas mães e vossos pais,

Chorando em altos gritos,
Toda a noite e todo o dia,
Por ver que lhe não rezais,
Sequer uma Ave-Maria.

Ave-Maria, Senhora,
Cofre do ventre sagrado,
Representa ao bom Jesus,
Para sempre sejais louvado (38).

9) No dia da Invenção da Santa Cruz (3 de Maio):

No dia da *Bela* (39) Cruz,
Diz-se mil vezes: Jesus, Jesus.

Neste dia rezam-se vinte terços da forma seguinte: em lugar da *Ave-Maria*, diz-se a jaculatória «Jesus», e em vez da *Glória-Patri*, «Maria, José». E assim, se diz mil vezes Jesus.

10) No dia da Imaculada Conceição (8 de Dezembro):

Rezam-se neste dia três terços, assim: em vez da *Ave-Maria*, diz-se: «Senhora da Conceição, valei-me»; e em lugar da *Glória-Patri*, o seguinte:

A Senhora da Conceição deixou dito
Quem se lembrasse dela
Cento e cinquenta vezes no seu dia,
As portas do Céu lhe abriria
E as do inferno fecharia.

Aqui deixo algumas «orações» do bom e laborioso povo de Esmoriz. Nem todas terão o mesmo valor e nem todas chegarão a ser orações, mas o povo simples não olha a tanto e tudo isto pronuncia em fervorosa prece.

(38) Ver a nota (3).

(39) Vera.

ORAÇÕES POPULARES RIMADAS

Há também palavras que na tradição oral se foram estropiando e cuja significação nem sempre se torna perceptível. Por vezes, pedia explicações às minhas pacientes e bondosas informadoras, mas nada adiantava, pois sempre me respondiam *idem per idem*.

Há ainda amontoados de palavras que nada dizem. Quando outras terras trouxeram o seu contributo para este capítulo da etnografia, talvez se possa, então, achar uma forma mais clara e luminosa e talvez possam os etnólogos dizer-nos alguma coisa sobre as fontes das orações populares rimadas.

Dezembro de 1950.

P.^o AIRES AMORIM

bibRIA

BIBLIOGRAFIA

O *ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congêneres, fará também algum comentário critico aos livros de que receba dois exemplares.

Boletim da Associação da Filosofia Natural, n.ºs 16 a 18. Porto.

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, n.º 8. Angra do Heroísmo.

Boletim, vol. LII. Lisboa.

Casa de Portugal, n.ºs 37-39. Porto Alegre (Brasil).

Douro Litoral, IV Série, n.ºs 1-11. Porto.

Mensário das Casas do Povo, n.ºs 57 a 60. Lisboa.

Museu, vol. VI, n.ºs 15 e 16. Porto.

O Tripeiro, n.ºs 1 e 2, V série, ano VII. Porto.

Prometeu, vol. III, n.ºs 5 e 6. Porto

GRANDE ENCICLOPÉDIA PORTUGUESA E BRASILEIRA

Iniciou o vol. XXIV, alcançando já a letra R, esta notabilíssima publicação que aos estudiosos presta os mais relevantes serviços, e cuja utilidade dia a dia mais se acentua, tornando-se de imprescindível consulta.

A sua colaboração, principalmente a de natureza científica, constitui, por vezes, actualização perfeita dos conhecimentos humanos na matéria versada, atingindo alguns dos artigos a categoria de verdadeiras monografias.

Concluído que seja, o monumental dicionário português não desmerecerá, pela vastidão dos seus ensinamentos e pela seriedade da sua organização, das publicações congêneres dos restantes países, honrando Portugal e a geração que tornou realidade uma publicação desta natureza.

R. M.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR CARDOSO — *Guia do visitante do Castelo da Feira, onde nasceu Portugal*. Segunda edição actualizada por VAZ FERREIRA. Feira, 1950.

Trata-se de um opúsculo de trinta e seis páginas, ilustrado, em que os autores descrevem sumariamente o antigo e notável Castelo da Feira e nos dão notícia da sua reconstrução em 1448 e 1467, dos cuidados que com ele teve a *Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira* desde 1909 até 1935, e do seu restauro feito pela Direcção dos Monumentos Nacionais desde 1935 até 1945. No referido *Guia* também se mencionam os senhores do Castelo, antigamente chamado Castelo de Santa Maria.

Diz o sr. Dr. VAZ FERREIRA no mencionado opúsculo que foi no *Castelo da Feira onde nasceu Portugal* em virtude de o conde Ermígio Moniz, senhor deste Castelo, se ter revoltado no ano de 1128 a favor de D. Afonso Henriques, contra a rainha D. Teresa, sua mãe, do que resultou a independência de Portugal. O sr. Dr. VAZ FERREIRA, ilustre investigador do nosso distrito, merece louvores pela publicação da interessante obra a que nos estamos referindo.

F. F. N.

FILÍPE GASTÃO DE ALMEIDA DE EÇA — *De Degredado a Governador — Episódios e subsídios inéditos para a história de Moçambique*; Lisboa, 1950, 75 págs. + 3 insums.

Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne, natural de Oliveira de Azeméis, onde nasceu em 1784, é o herói desta extraordinária narrativa, perfeitamente documentada e primorosamente contada, mercê dum íntimo conhecimento local, pelo distinto colonialista e escritor, o Senhor FILÍPE GASTÃO DE ALMEIDA DE EÇA, de ascendência aveirense também.

Não sendo, como não é, uma biografia romanceada, visto que a narrativa se apoia, constantemente, em documentos oficiais, que extrata no essencial, o curioso livrinho empolga, contudo, inteiramente o leitor, dominado, até à última página, pela estranha aventura do rapazola estroina que foi degredado para a Índia a requerimento do próprio Pai, naufragou à vista de Moçambique, foi militar nesta colónia, com alternativas de postos elevados e castigos infamantes, foi governador de Vila Porto e Quelimane e chegou a ser proposto para governador e capitão-general de Moçambique, a própria terra onde naufragara a caminho do degredo. Era então tenente-coronel de Infantaria, e cavaleiro-professo da Ordem de São Bento de Avis, esquecidas já as cinquenta pranchadas que lhe haviam sido, anos passados, aplicadas por insubordinação militar, quando furriel.

Morreu em Tete, em 1832; contava então 48 anos de idade apenas, tendo prestado bons serviços à colónia. Dele se conserva uma instrutiva *Memória sobre a Província de Moçambique*.

«Oliveira de Azeméis pode orgulhar-se de ter sido o berço de Manuel Joaquim Mendes de Vasconcelos e Cirne, e deveria inscrever este nome

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

no livro de ouro dos seus varões ilustres», conclui ALMEIDA DE EÇA, que assim remata as páginas da sua narrativa histórica de grande sensação e fino recorte literário, a cada passo realçada com reflexões de boa observação e sadio bom humor: «...caiu de pé, no seu posto, servindo sempre, sempre trabalhando pelo engrandecimento de Moçambique e pela maior glória de Portugal!

Morreu o degredado, finou-se o governador...

Mas revive a memória de Alguém!»

Na literatura colonial portuguesa, que ALMEIDA DE EÇA tem subsidiado já com outros expressivos contributos ⁽¹⁾, as páginas consagradas à memória do que foi *degredado* e *governador* merecem absolutamente a leitura e a meditação de quantos pelos problemas sociais do continente e do ultramar português patrioticamente se interessam.

R. M.

UASD
957
23. NOV. 1979
bibRIA

(1) *Mosaico Moçambicano*, 1943.

Achegas para a bibliografia de Moçambique, 1949.

Gamito (1806-1866), 1950.

Lacerda e Almeida, cientista e explorador das selvas, 1950.

A IGREJA DE ÁGUEDA

A PARTE o respeito que devemos ao templo onde fomos baptizados — como ali o haviam sido já nossos Pais e Avós — e em que repousam, no chão sagrado, tantas e tantas gerações de gente da nossa terra que lá foram a enterrar no decorrer dos séculos, a Igreja de Santa Eulália de Águeda merece-nos ainda um carinhoso e especial interesse pela íntima ligação que tem com o estabelecimento do aglomerado populacional que à sua sombra se criou e depois, tão notavelmente, se desenvolveu. Mas, além disso, ela representa também hoje, para nós, quase que o único centro evocador dum Passado já remoto e que ali atinge bem eloquente expressão, reflectindo muito do que tivemos outrora, e de que ainda se mantém parte, como parcela dum património rico de tradições e práticas religiosas, tão arraigadas e sentidamente vividas na alma do nosso povo, que foi sempre sincera e profundamente crente ⁽¹⁾.

Devemos ainda salientar que a nossa Igreja constitui um considerável agrupamento de coisas de arte, espécie de pequenino museu, onde se reúne o que nos resta dos tempos antigos e que, não sendo muito, é contudo o bastante para, de forma honrosa, poder representar as várias modalidades artísticas que caracterizam os diferentes estilos, abrangendo um período que não deve andar muito longe de cinco séculos. Qualquer dos motivos apontados recomendaria e justificaria amplamente este estudo: o concurso de todos, porém, impô-lo à minha consideração logo que comecei a coligir os elementos com que organizei há anos a monografia de Águeda ⁽²⁾.

A volta da Igreja, na verdade, muitos factos da vida da nossa gente se passaram, dia a dia: quantos ali não foram,

(1) Pode ver-se com mais desenvolvimento o meu trabalho «As Antigas Procissões de Águeda», 1948.

(2) Vid. *Águeda Antiga*, crónicas que publiquei na «Soberania do Povo», 1919 1920.

logo no alvorecer da vida, a tomar o banho litúrgico do Baptismo, na antiquíssima Pia Baptismal, curioso exemplar arqueológico, de resaiço gótico, que pode ser admirado no pequeno baptistério? Depois, mais tarde, outros ali se enca-minharam também, a unir-se pelos laços do matrimónio, enquanto, de todos, uma boa parte lá ficou ainda a dormir o sono derradeiro... E depois, pela vida fora, quantas coisas mais por ali se passaram e que a nossa memória poderá recordar?... Festas alegres, Procissões coloridas e vistosas, enterros... E assim — bem certo estou disso — poucos haverá que não encontrem nestas folhas — numa página, numa linha, numa entrelinha, qualquer coisa que lhes desperte uma íntima lembrança, uma recordação grata, uma saudade...

Foi preso desta ideia que este trabalho ordenei e escrevi.

* * *

O estudo da Igreja de Águeda, tendo em vista o papel que ela representou como elemento proximamente ligado às origens da povoação, foi já feito há anos, e por mão de Mestre ⁽¹⁾; as notas que apresento agora respeitam principalmente à antiguidade e reformas principais do templo, obras de arte que encerra, seu aspecto actual, à enumeração dos Párcos e Curas que nela exerceram a sua autoridade eclesiástica e a dirigiram a partir do século xvi, e ainda ao direito de Padroado, de que era titular a Casa Ducal de Aveiro.

Não se sabe desde quando se ergue aí, a coroar o outeiro em que assenta, e dominando o povoado que foi acolher-se a sua sombra bemfazeja, a vetusta igreja de Santa Eulália. Que é de fundação muito antiga, revela-o, entre outras coisas, o facto de, em 1320, ela concorrer com uma soma considerável de rendimento para ajuda da guerra contra os Mouros, em que andava então empenhado o nosso rei D. Diniz; mas já muito antes existia, e o templo deveria ser então de reduzidas proporções; de uma maneira geral, assim terá permanecido até fins do século xvi. É dos meados deste século o belo retábulo de pedra de Ançã, estilo Renascença, que hoje pode ver-se na capela do Santíssimo, mas que estaria primeiramente na capela-mor, servindo-lhe de tribuna. Trata-se de uma peça de grande valor artístico,

(1) Vid. o magnífico estudo *Águeda*, da autoria do saudoso e erudito escritor nosso conterrâneo, CONDE DA BORRALHA, in *Soberania do Povo*, 1943.

pois tanto a última Ceia de Cristo, rodeado dos seus doze Apóstolos, que se vê na parte superior, como o Sacrário, que ocupa a parte central, ladeado por anjos músicos, que tocam diferentes instrumentos, são composições de harmoniosas e suaves linhas, devidas à mão de experimentados e bons lavrantes, e, sem dúvida, do que melhor pode apontar-se saído da irradiação da escola do Renascimento coimbrão. É um trabalho congénere de vários retábulos da época, vasos dos nos moldes clássicos então adoptados, em que as figuras de anjos, ou somente as cabeças aladas, destes, envolviam ou acompanhavam lateralmente os sacrários, que lembram pequeninas torres acasteladas ⁽¹⁾.

A igreja não teria, por essa altura, mais que três altares: o altar mór, rematado pelo referido retábulo de pedra e os dois colaterais, um dedicado a N.^a Senhora do Rosário e o outro a S. Luzia; anteriormente ao século XVII, não encontrei referência a quaisquer outros santos, nem ao seu culto ou capelas.

Tomei nota de alguns legados pios feitos com a imposição de se dizerem missas e de acenderem lâmpadas naqueles altares, tendo o Prior João Rodrigues, ao tomar posse da igreja no ano de 1601, tido o cuidado de registar essas obrigações. Já do século XVII, vi um assento de óbito, referente a Pedro Fernandes, da Póvoa de Rio Covo, falecido no ano de 1622, onde também se diz que ele deixou «hū alq.^o de pam ao S.^{mo} Sacram.^o outro a virgē do Rosário ou.^o a S.^a lucia per su alma».

Da primitiva edificação é que nada deve existir hoje, e do seu recheio e ornatos transitaram a bela Pia Baptismal a que já nos referimos, e a imagem da Padroeira Santa Eulália, também em pedra de Ançã, de marcado talho gótico, que ainda hoje se vê no nicho sobre a porta principal. A rematar esta, ficava um alpendre que já no ano de 1620 lá se encontrava ⁽²⁾, aí se conservando ainda em 1700, pois na visita Pastoral deste ano se lhe faz referência.

(1) Julgo que este retábulo terá que atribuir-se aos Mestres que trabalharam na Igreja da Trofa cuja obra AARÃO DE LACERDA considera do melhor que saiu daquela Escola: Vid. *Panteon dos Lemos*, ed. 1928. É muito plausível a ideia de que o retábulo central da capela do S.S. de Águeda, como opinava o CONDE DA BORRALHA, fosse da antiga capela-mor; assim sucedia com a velha igreja de Manhouce, actual Arrifana de Santa Maria, que era rematada por um retábulo Renascença, do mesmo género.

(2) Fez-se um enterramento junto dele em Novembro daquele ano.

Assim estiveram as coisas por algum tempo, até que começou a notar-se, em face do progressivo desenvolvimento da terra, que a igreja era pequena e não correspondia às necessidades espirituais e categoria da povoação; classifica-se de urgente a obra de a restaurar, ou fazer de novo, e vemos que a partir de 1669 não cessa o clamor feito neste sentido pelos visitantes que ali apareciam com frequência. Na visita Pastoral deste ano, dizia-se que era necessário restaurar a igreja, pois ela, em parte, não estava em bom estado, aliviando-se também que se fizesse igreja nova ou se acrescentasse a que estava. Em face da documentação consultada, convenço-me de que a insistência dos visitantes a propósito da remodelação da igreja era determinada mais pelas suas acanhadas proporções, do que pròpriamente pelo seu estado de ruína, que, a meu ver, exageravam; além disso, parece que a igreja nem uma torre tinha, pois naquele referido ano de 1669 falava-se na sua construção, de onde resulta que, decerto, como se observa ainda hoje nos templos de reduzida architectura, um simples campanário haveria; e a confirmar isso, há uma disposição expressa no auto da visita de 1665, em que se manda fazer «uma porta para o sino», único decerto, ao tempo. No ano de 1666, também foi ordenado que se concertassem as lages do pavimento da igreja e que se fizessem de novo os degraus das escadas que davam acesso ao altar-mor, que estavam gastos a tal ponto que era perigoso subir por eles. De tudo isto resulta que em diferentes épocas se fizeram reformas do templo, e que foram aproveitando de umas para outras certas partes de construção e materiais das anteriores. Teremos que retroceder alguns anos para, depois do que atrás deixamos dito, acompanhar melhor a evolução das obras de restauro e ampliação da igreja, que decorreram desde o primeiro terço do século XVII até meados do seguinte.

Parece que, na verdade, a igreja ameaçava ruína (pelo menos em parte), a partir do século XVII, acentuando-se mais esse estado nos princípios do imediato; mas, não cremos que se possa entender assim, de forma geral, e já salientámos que o aspecto ruinoso do templo provinha, em parte, do aproveitamento do que era velho para novas reconstruções: isto, aliado ao mau estado dos telhados e do forro, a que encontramos também algumas alusões desse tempo, deve ter causado a má impressão reflectida nos autos das visitas Pastorais. Vamos então ver o que se fez de novo e qual a parte que apenas sofreu beneficiações, aliás de cuidado arranjo.

Do que aí vemos hoje, julgo que, em matéria de construção, tudo se deve aos séculos XVII e XVIII. Assim, pertence ao primeiro terço daquele a instituição das Capelas particulares de Nossa Senhora da Esperança (1624)⁽¹⁾ e do Menino Jesus (1625)⁽²⁾; e ainda as do Senhor Jesus (1628) e de S. Francisco, esta fundada em data que não pude precisar, mas aproximada destas, e anterior a 1639, año em que Mateus Fernandes, falecido a 12 de Outubro deste ano, vinculou vários bens à obrigação de se dizerem missas no altar desta capela⁽³⁾. A primeira foi fundada pelo Cônego Simão Pinto, da Sé de Coimbra, onde faleceu a 12 de Janeiro de 1628, sendo sepultado nesta capela, que ficou sendo pertença da família. A segunda, que vulgarmente é designada por Capela de S. João, foi mandada edificar por Pedro Fernandes Chicre e mulher Brites João, por instrumento de obrigação de 11 de Abril de 1623⁽⁴⁾.

Com a edificação destas quatro capelas se terá ampliado o corpo da Igreja fechando com as duas paredes que dela's se continuavam até encontrar a fachada principal, o que deu ao templo um aspecto novo e maiores proporções no sentido da largura, pois creio que, tanto a capela-mor e o arco cruzeiro, assim como a fachada e alpendre que a rematava para o lado do Poente, não sofreram alteração nesta época. Mas chega finalmente o século XVIII, e pelas visitas Pastorais nós podemos acompanhar com mais precisão o que se passou quanto às obras levadas a cabo na Igreja, e que foram muito importantes, como se verá. A autoridade diocesana tomou o caso a peito e não descansou enquanto o não viu resolvido, embora tudo isso se arrastasse ainda por bastantes anos. E bem merecedores são de grata lembrança todos quantos se esforçaram, ou de qualquer forma deram o seu auxílio, para ultimar tal empreza: por isso aqui trarei os seus nomes, para que, gravados nestas páginas, deles fique duradoira memória.

(1) Ali se vê ainda hoje uma lápide com a seguinte inscrição, encimada pelas armas dos Pintos e Pinhos, que diz:

ESTA CAPELA HE DE AYRES DE PINHO E SUA
MOLHER VIOLANTE PINTA E SEUS F.^{OS} A QUAL
TÊ DOTADA CÔ MISA COTIDIANA. 1624

(2) Serviu, como a anterior, de jazida a muitas pessoas das respectivas famílias instituidoras.

(3) Em 1721, ainda existia uma lápide na capela de S. Francisco de onde tudo isso constava. Vid. *Memórias Paroquiais*, ROCHA MADAHIL, em *Arquivo de Aveiro*, n.º 18.

(4) Muito graciosa a imagem do Menino Jesus, escultura do século XVIII, que ali preside no retábulo de madeira, ladeada pelas imagens de S. João e S. Domingos.

No ano de 1700 vem a Águeda fazer a visita Pastoral, em nome da autoridade diocesana, e por comissão da mesma, o ilustrado e virtuoso Prior de Recardães, ao tempo Arce-diago do Vouga — Dr. Diogo Gomes, muito conhecido pelo seu zelo religioso, e por ter sido ele o reformador daquela igreja ⁽¹⁾.

O referido visitador estranhou o estado em que se achava a igreja de Águeda, exteriorizando a sua mágua por verificar que ela denunciava certo estado de ruína, ainda que a reputava insuficiente para uma terra tão importante e populosa. Ouçamos o que a tal respeito disse:

«He muito para extranhar que sendo este povo tão antigo, nobre e pio, esteja com uma igreja tão pouco asseada e desproporcionada à grandeza da terra; e como seja preciso mandar-se forrar parecia conveniente que assim o R.º Prior como os Fregueses se unissem e com grande fervor procurassem à imitação de outros povos circunsvizinhos, menos nobres e poderosos fazer uma igreja para lustre do povo e honra dos freguezes e sobre tudo para gloria e zelo de Nosso Senhor» ⁽²⁾.

Insiste-se na ideia de fazer uma igreja nova, alvitran-do-se que fosse pedido o auxilio régio e o concurso do povo, que faria promessas para esse fim; atendendo também a que a obra exigia uma soma avultada, foi determinado ainda que se recorresse ao rendimento das confrarias ⁽³⁾, que dariam tudo aquilo de que pudessem dispor.

Organizaram-se as coisas de forma que nada faltasse para os trabalhos preliminares de tão arrojado empreendimento, comprando-se um cofre para guardar o dinheiro que se ia jun-tando, havendo daquele três chaves, das quais uma estava na mão do Reverendo Prior; a outra na do Juiz da Igreja;

(1) A este Prior me refiro no meu estudo *A Igreja de Recardães*, 1938.

(2) Visitas Pastorais, 1700.

Estes autos foram também compulsados pelo poeta JOSÉ MARIA VELOSO (1825-1875), que deles se serviu para escrever na *Escola Popular* uns artigos sobre Águeda. Porque o considero o percursor dos estudos monográficos da nossa terra, qualidade que me não lembro lhe fosse ainda atribuída, embora já A. Portela se lhe refira («Águeda», 1904), entendi do meu dever colocar aqui o seu nome, a ocupar o primeiro lugar na galeria dos devo-tados filhos desta terra, que ao estudo do seu Passado há muito tem dedi-cado carinhoso e perseverante esforço.

(3) Havia então bastantes: a do Senhor, já existente em 1580; N.ª Senhora das Neves, Santa Luzia, S. Sebastião e Senhora do Rosário.

e a terceira ficaria confiada à guarda do mordomo mais velho da Confraria do Senhor.

Foi nomeada também uma comissão encarregada de levar a efeito tal empresa e dela faziam parte pessoas de relevo no meio social da época, como eram Bento de Figueiredo Brandão, que, não sendo embora de Águeda, estava aqui ligado pelo seu casamento, sendo o tronco de uma família ilustre que bastante se notabilizou ⁽¹⁾; e ainda João Pinto, o Capitão António de Almeida e o Capitão João André Homem ⁽²⁾.

Não podemos acompanhar *pari passu* os trabalhos relativos à construção da igreja no período que decorre de 1701 a 1716, pois os autos das visitas não nos elucidam a tal respeito; até 1710, esteve à frente da paróquia o Prior Constantino da Silva Pinto, já de idade avançada, e quer-nos parecer que, por esse motivo, principalmente, as coisas que com o assunto da igreja se prendiam, continuaram no mesmo pé.

No auto da visita daquele último ano, novos apelos se fazem, determinando-se ao mesmo tempo que se falasse a um mestre para traçar a planta da nova igreja, e mais uma vez se roga ao Prior tome isso a seu cuidado, pedindo também ao Dr. Manuel do Souto Vidal ⁽³⁾ que intervisse neste assunto prestando a sua atenção «a negócio tanto do serviço de Deus».

Eram cada vez mais fortes as exortações dos visitantes, mas as coisas pouco ou nenhum adiantamento levavam, pelo que foi recomendado ao Juiz da Igreja que se munisse do traslado do auto da visita que à edificação da igreja se referia, afim de requerer ao Dr. Provedor da comarca, para que este por sua vez desse conta ao tribunal do Desembargo do Paço da necessidade que havia de construir a igreja, para de harmonia se mandar passar «Carta de finta», recurso este já indicado na visita Pastoral de 1700.

Por aqui se vê que não foram coroadas de êxito as recomendações que o Prior Diogo Gomes fizera havia já dezasseis anos, e assim ficam as coisas até o ano de 1719, data em que se não tinha dado princípio a quaisquer obras. Os autos da visita deste ano revelam-nos agora um pormenor novo

(1) Casou em Águeda com D. Angela da Fonseca Serra. Foram os pais de uma prole grande, de entre a qual destacamos a D. Gaspar Afonso da Costa Brandão, Bispo do Funchal. Foi baptizado em Águeda a 18 de Dezembro de 1703. Faleceu na Madeira a 14-1-1784, sendo sepultado na Sé Catedral.

(2) Famílias já por mim tratadas em «Águeda Antiga», trab. citado.

(3) Outro nome de relevo da nossa terra. Nasceu em Águeda a 18 de Maio de 1659. Filho de Manuel Domingues do Souto, da Massoide, e de Maria da Ascensão, da antiga família dos Vidais de Águeda; foi bacharel em Teologia e sacerdote do Hábito de S. Pedro.

e curioso: não havia unanimidade de opinião quanto ao assunto em causa, pois enquanto uns entendiam que a igreja devia ser feita de novo, outros achavam que não; e ainda que dos autos da visita se deixa transparecer a ideia de que a demora da resolução do caso deveria filiar-se em menos zelo da parte dos fregueses, não me parece que fosse essa a causa. Povo como o nosso, essencialmente religioso, observador de quantas práticas devotas ficaram na tradição, não se lhe deve imputar a culpa do sucedido; convenço-me, antes, que presidiu a essas delongas o desejo de conservar o templo mais ou menos como tinha vindo dos antepassados: reformá-lo?, melhorá-lo?, sim; mas apelar as suas paredes até à raiz, tirar-lhe o carácter que se tinham habituado a ver-lhe, isso é que não. Queriam decerto conservar-lhe a traça antiga, tanto mais que não havia ainda muitos anos que a igreja tinha sofrido uma reforma de certo âmbito com a fundação das capelas laterais, e seriam até os particulares que as mandaram construir e as duas Irmandades delas proprietárias os principais partidários da simples restauração da igreja; a leitura atenta dos documentos deixa-me neste convencimento. Mas vejamos o que, com tanta clareza, nos expõe o visitador nesse referido ano de 1719:

«Pelo capítulo da visita passada se ordenou se fizesse uma Igreja de novo com a direção nele declarada, mas agora me consta que houve alguns desentendimentos, por alguns freguezes quererem se não fizesse de novo a dita Igreja e porisso andavam com informações para impedirem se não fizesse no que tem mostrado pouco zelo no serviço de Deus.

E sendo esta freguesia tão populosa e pode concorrer para se reedificar de novo com a ajuda do dinheiro que ha de crescimo nas Confrarias e tributo que Sua Magestade que Deus guarde foi servido conceder, portanto ordeno que o R.^o Parocho com os Eleitos e Juiz da Igreja escolhão dois homens de cada lugar desta freguezia para que façam rol pelas portas de todos os freguezes pelo que cada um pode e deve dar para que com esse dinheiro junto com o das Confrarias e tributo se dê principio a fazer a dita Igreja *a fundamentis* visto estar tão arruinada e miseravel que já não admite concerto.»

Mandava-se que a obra fosse feita dentro de quatro meses, fazendo-se também a devida planta para ser posta a pregão a obra, e para se dar por meio de arrematação a Mestre que desse boa conta de tal serviço; determinava-se ainda que se fosse dando conta do que ia ocorrendo ao Dr. Provedor da comarca e o Pároco, por sua vez, mandaria arre cadar todo o dinheiro das Confrarias e os respectivos juros, e com o tributo concedido e o produto do rol feito pelas portas dos moradores, levando também em conta algu-

mas promessas, tudo isto somado, daria a quantia suficiente para reedificar a Igreja, segundo o juízo dos visitantes. Mas não me parece que, apesar de tão detalhadas e, sem dúvida, criteriosas sugestões, se desse inteiro cumprimento ao que há muito vinham projectando aqueles emissários do Prelado de Coimbra.

Posta a questão nestes termos, com tantas e tão minuciosas instruções, com dinheiro arrecadado, comissões nomeadas, etc., etc., parece que só restava lançar mão das picaretas, destruir a igreja velha e plantar outra, nova, em folha, no seu lugar. Mas o povo tem também os seus caprichos; e quando se convence que tem a razão do seu lado, nada há que lhe faça abalar os seus propósitos: foi o que, a meu ver, se deu. E o que se fez então?...

Depois do ano de 1719, em que se tomaram as providências atrás mencionadas, a primeira visita Pastoral teve aí lugar em 1721; procurámos ler os autos dela com atenção, na esperança de ver já as obras da Igreja, se não concluídas, ao menos em bom andamento, sendo com certa surpresa que encontrámos as coisas no mesmo estado de há anos. Deparámos antes com novas queixas, assim expressas:

«He para sentir o miserável estado em que esta Igreja se acha e seja tão pouco o zelo dos moradores desta vila, que não procurem a factura de uma nova, como se tem mandado, nem se animem com o exemplo de tantos templos visinhos como ha neste Arcediagado em freguesias mais pobres, mas com mais amor no culto divino. Recomendo ao Juiz da Igreja e Eleitos dêem principio a esta obra cobrando o que se tem para ella applicado e recorrendo por mais.»

Apelava-se ainda para os lavradores para que dessem «seus dias de carro» e para os trabalhadores a fim de concorrerem também para os serviços dos materiais.

Mas ainda desta vez as coisas não andaram; e, esgotados os meios suasórios, dos pedidos e apelos, feitos por tão diversa forma, os visitantes enveredaram por outro caminho: entrou-se agora no campo da imposição, advertindo-se o Juiz da Igreja e as pessoas nomeadas para tratarem das obras, de que, no caso de na visita próxima não se ter dado início aos trabalhos há tanto ordenados, cada um deles seria condenado em dez mil reis de multa!... Assim se mostra que tinham sido baldados todos os esforços dos anteriores visitantes, feitos no sentido de se dar princípio à igreja nova. E igualmente se vê que se mantem a ideia de que todas estas delongas tinham como origem o pouco zelo dos moradores da terra, juízo que, a meu ver, não deve ser tomado rigorosamente.

Dos eleitos faziam parte pessoas da maior consideração, bem conhecidas no meio, como eram Bento de Figueiredo

Brandão, o Capitão António de Almeida, o Capitão João André Homem, tudo gente de crenças religiosas, que decerto não descurariam assim tal assunto.

Devia haver um motivo forte para explicar esta resistência por parte da gente de Águeda, não dando andamento às obras da Igreja, em manifesta oposição a tantas e repetidas ordens, e sugestões tão diversas, feitas no mesmo sentido. Quanto a mim, só vejo uma explicação razoável para o facto: os *desentendimentos* que surgiram a respeito de fazer a obra desde os alicerces, ou de sujeitar o edifício a uma reparação, embora minuciosa e cuidada: deve estar aqui a razão deste estado de coisas que há tanto tempo se arrastava e, justamente, começou a fazer perder a serenidade de ânimo dos ilustres visitantes ⁽¹⁾.

Do ano de 1721 é também uma Memória Paroquial da freguesia de Águeda, escrita pelo Prior LUÍS DIAS CORREIA ⁽²⁾, na qual se faz referência às capelas particulares, sepulturas que havia na igreja com letreiros, etc., mas não se refere às obras de restauro, nem a descreve com particularidade, o que depois é suprido com a narrativa do *Dicionário Geográfico*, como mais adiante se verá.

Eis-nos agora no ano de 1726. Nova visita é feita à nossa Igreja. Lêem-se os respectivos autos, e vemos tudo na mesma! Repetem-se as queixas, que desta vez nada mais quis fazer o visitador; assim nos diz o auto respectivo:

«Vejo e é muito para sentir que ha tantos annos vindo os R.^{os} Visitadores a visitar esta Igreja e vendo o miseravel estado em que se acha, tendo todos eles ordenado por capitulos de visita a que se desse principio à redificação ou factura de nova igreja, obrigando com condemnações e censuras, não se satisfez até ao presente a obra nem se cotaram as condemnações; uma e outra coisa movidas do pouco zelo do R.^{do} Parocho e seus freguezes.»

Fosse como fosse, ou por que fosse, o que é certo é que as coisas continuavam na mesma, arrastando-se anos e anos este assunto da igreja; não me convenço entretanto

(1) Não tenho dados seguros para poder afirmá-lo ao certo: mas convenço-me de que estando na comissão eleita as pessoas já atrás citadas, e como alguns deles tinham família possuidora de capelas particulares, possível é que essa circunstância influísse também para o entravamento do assunto, por não quererem demoli-las, ou até, simplesmente alterá-las.

(2) ROCHA MADAHIL, *Arquivo de Aveiro*, n.º 18 — 1938 — *Memórias Paroquiais de 1721*.

de que isso se ficasse devendo ao pouco zelo do Pároco, nem à indiferença do povo pelas coisas religiosas, pois além de haver várias Confrarias e Irmandades em que ele se agrupava para melhor dar expansão ao culto divino, em muitos outros casos se demonstravam os seus sentimentos de religiosidade, como já ficou dito.

Alcançamos assim o ano de 1730.

A 17 de Junho, aí está outra vez o visitador, e nada se tinha feito ainda, apesar de mais quatro anos serem decorridos!... Agora, devemos confessar que é com justo motivo o que ele diz, ainda que em tom moderado, e invocando a protecção divina, ao povo de Águeda, a quem exorta no sentido de se dar realização a tal empreendimento, ao mesmo tempo que afirmava haver já dinheiro bastante para esta obra:

«Grande mágua me causou ver o estado em q. se acha a Igreja desta freguesia q. sem duvida se houvesse Capella decente para onde se puzesse o Sant.^o e os Santos q. nella se acham o mandaria assim; porem como me enformam ha já dinheiro bastante p.^a se reidificar m.^{ta} recomendo ao povo deste Lugar q. em havendo officiaes façam logo m.^{ta} por lhe dar principio.» (1)

Vê-se assim que o visitador deste ano foi mais comedido nas suas apreciações, usando de melhor tática: em vez de ameaça de multas e penas espirituais — o que já havia sido posto em prática, aliás sem resultado que se visse, o critério foi outro, e dele resultou decisivo efeito, pois aquando da visita posterior, que teve lugar no ano de 1736, em vez das queixas e lamentações, censuras, etc., os autos revelam-nos que as obras estão em bom andamento, e expressamente se louva a acção do Prior, que pôs todo o zelo e cuidado em as adiantar. Ali se vêem estas palavras:

«He urgente a necessidade q. ha de esta Ig.^a se pôr corrente p.^a se transferir p.^a ella o Santissimo e se selebrarem nella os Officios devinos por assim o pedir a necessidade desta freg.^a e assim espero q. o R.^{do} Prior, com aquelle zelo com que tem cuidado em adiantar a mesma obra a faça completar com a possivel brevidade, e do Juiz da Igr.^a pella parte que lhe toca pellos meios condusentes.»

Novo rumo tomaram agora as coisas, como se vê. Os trabalhos das obras da Igreja começaram então entre 1730-1736,

(1) Visitas Pastorais, 1730.

achando-se em pleno desenvolvimento em 1738, como se mostra desta parte do auto da visita desse ano, que transcrevo:

«Louvo m.^{to} ao R.^{do} P.^o o Cuid.^o com q. se tem portado no adiantamento da Igr.^a espero q. continue com bom zêlo p.^a chegar a ter a perfeição que he devida a tam S.^{ta} Lugar.»

As obras foram prosseguindo; e se não correram com a celeridade desejada, pois ainda em 1741 não estavam acabadas, iam contudo em bom caminho; e o visitador, sem dar quaisquer ordens ou fazer qualquer recomendação ou censura a este respeito, limitou-se neste ano a exteriorizar o desejo de que se desse fim à obra «p.^a Gloria da Divina Magestade q. nos templos se adora e em elles deseja a suma perfeição e pureza».

Além disso informa o auto que a tribuna e os altares colaterais estavam já arrematados.

*
*
*

Mas surge agora a pergunta: em que consistiam então as obras que acabámos de surpreender já tão adiantadas? Demoliu-se totalmente o que estava, e andavam a fazer construção nova, de raiz? Fortaleceriam as paredes velhas, ou fariam mesmo outras novas, mas apenas para o lado do Poente, na direcção dos arcos das capelas laterais construídas no primeiro terço do século XVII?

Os documentos não nos permitem destrinçar com precisão o que se fez. É tudo concorde no sentido de informar que a igreja não estava à altura de povo tão «nobre e rico», e de terra tão importante, centro de uma freguesia populosa, e nada mais; mas entendo, em face de tudo que encontrei a este respeito, e do exame feito à actual Igreja, que não será erro supor que apenas se fez neste tempo uma reforma geral do edificio, mas cuidada e criteriosa. Substituiu-se a capela-mor, que se achava em completa ruína, por uma mais ampla, e o mesmo se fez ao arco cruzado e altares colaterais, revestindo-se uma e outros da bela talha dourada que ainda hoje ostentam; o alpendre que estava à porta principal, foi apeado, e as duas paredes da igreja avançaram mais alguns metros até ao Adro, sendo também alteadas, e sobre elas se assentou forro novo, repartido em caixotões emoldurados em madeira de castanho, possivelmente com pinturas posteriormente desaparecidas, colocando-se na linha central do tecto, e a todo o comprimento, de espaço a espaço, uma fila de rosá-

ceas entalhadas, de onde se suspendem os lustres, obra que ainda hoje pode admirar-se, e que recentemente foi reposta no seu antigo aspecto.

As obras da igreja continuavam ainda em 1741, e o Visitador achava-as nessa altura com «bons acrescentamentos», sendo-lhe informado que a tribuna e os altares colaterais já haviam sido arrematados, o que nos leva a concluir que os trabalhos de restauro tinham entrado na última fase; e assim foi de facto. Até 1749, não vimos que se realizassem Visitas Pastorais, mas a suprir a falta e até talvez vantajosamente, sob certos aspectos, temos o *Dicionário Geográfico*, que foi impresso em 1747⁽¹⁾, e nos descreve com detalhe a igreja de Águeda, mencionando pormenores que nos permitem um conhecimento muito ajustado do templo; melhorou muito o seu aspecto geral com as beneficiações recebidas: rasgaram-se novas e maiores janelas; ampliou-se o arco cruzeiro, que se revestiu de boa talha doirada, com delicados motivos de estilo joanino, rematando por um aparatoso escudo das armas reais portuguesas, entre figuras de anjos e grinaldas de flores, num conjunto sóbrio, a que não falta certa nota da imponência característica da época; ajustaram-se-lhe também os dois altares colaterais, que são do mesmo estilo. Diz o citado *Dicionário Geográfico*:

«Ocupa a Igreja o lugar mais iminente da terra: a sua invocação he de Santa Eulalia e a apresentação pertence á Casa de Aveiro e não ha noticia do tempo da sua fundação: he de tres naves; na parte do Norte tem tres Altares: o do Santissimo Sacramento, fechado com duas grades de ferro, obra antiga e de notavel artefacto: tem um retabolo de pedra com as Imagens dos dôze Apostolos, vulto, sentados á meza e orna-se com dous alampadários de prata⁽²⁾; na mesma nave se segue a Capella que he propria da freguesia, da invocação do Santissimo Nome de Jesus; tem o altar huma veneranda Imagem de hum Santo Christo e debaixo dele um Passo do Senhor Morto⁽³⁾ com os Prophetas Moysés e Elias, as três Marias, S. João Evangelista e N. Senhora, obra antiga e admiravel; segue-se na mesma nave o altar de S. Francisco e capella dos Terceiros com huma Imagem do mesmo Santo Patriarcha e de uma parte Santa Rosa

(1) Vid. *Dicionário Geográfico* do P.^o Luís CARDOSO, 1747.

(2) Não encontrei qualquer outra noticia acerca destes objectos de adorno. Parece que a nossa Igreja sofreu vários roubos de pratas por ocasião das Invasões Francesas, e é possível que elles desaparecessem também nessa altura.

(3) Está hoje na Capela do Senhor dos Passos.

de Viterbo e da outra o Apostolo e Evangelista S. Matheus. Na outra nave, para a banda do Sul, fica a Capella de N. Senhora da Esperança, fundada no ano de 1624 com missa quotidiana por Ayres de Pinho e sua mulher e he hoje administrador dela Constantino da Silva Pinto, seu parente; Na mesma nave se segue logo a Capella do Menino Jesus, fundada por Antonio João da Serra e sua mulher Francisca da Fonseca, he seu administrador João Alvares de Figueiredo Brandão; tem obrigação de cento e cincoenta missas e hum aniversario e meio. Para a parte do Nascente fica o Altar-mór, com a Imagem da Padroeira Santa Eulália; outra de S. Pedro Martyr; tinha ainda as imagens de S. Francisco Xavier, Santo Antonio e Santa Apolónia» (1).

Diz ainda o mesmo Dicionário:

«Da parte do Norte fica o altar colateral dedicado a N. Senhora do Rosário e da parte Sul o de Santa Luzia com a imagem da Santa e Santa Águeda, Santa Catarina, S. Braz e S. Ana.»

Não se apontam aqui nem a Capela do Senhor dos Passos, nem a das Almas, sinal evidente de que elas não existiam nessa data, pois o autor da memória, que descreveu o templo nos seus mais pequenos detalhes, chegando a referir pormenores relativos a certos motivos de ornamentação, não se esqueceria de mencionar as capelas referidas, se lá estivessem ao tempo. Mas outra Memória Paroquial, datada de 5 de Abril de 1758 (2), ao fazer a descrição da nossa igreja já lhe inclue estas duas capelas, por onde temos de concluir que as mesmas foram edificadas entre os anos de 1747-1758.

E neste pé ficaram as coisas, até os anos de 1898-1900, em que a igreja sofreu uma grande reforma, tanto exterior, como interiormente, feita a expensas do benemérito Conde de Sucena; nosso saudoso conterrâneo (3).

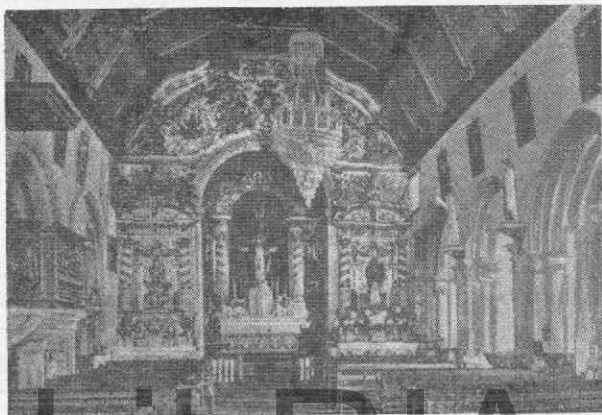
(1) Não se vêem ali hoje estas imagens, mas outras se collocaram na igreja, em diferentes pontos, assentes em misulas, o que muito prejudica o aspecto interior do templo, no harmonioso conjunto das suas sóbrias linhas. Das imagens referidas acima, a de S.^a Águeda foi collocada na capela de N.^a S.^a da Esperança.

(2) Escrita pelo Prior. Arquivada na T. do Tombo.

(3) Não devemos negar que foi benéfica a restauração feita, mas pena foi que se não tivesse seguido um critério mais respeitador da primitiva e caracteristica traça do templo. Assim, retiraram-se as belas grades de ferro forjado que vedavam as capelas laterais e lhe davam uma nota muito curiosa; substituiu-se a camada de ouro velho das talhas dos altares por tinta vulgar de côr branca, e o tecto, de caixotões emoldurados em

A IGREJA DE ÁGUEDA

O seu aspecto actual, à parte um ou outro pormenor de ornamentação ou de restauro, é o mesmo que apresentava após a reforma do século XVIII, a que já nos referimos. Vamos transcrever aqui umas pequenas passagens, extraídas duma obra publicada ha poucos anos, onde, pela pena de um erudito e distinto escritor, vem feita a descrição da igreja de Águeda, que algumas vezes visitou, sendo assim o seu



IGREJA DE ÁGUEDA — aspecto geral do interior

depoimento duplamente valioso, pelos conhecimentos que possuía em tal matéria, e pelo exame que directamente fez ao templo:

«o aspecto geral é o de um monumento do tempo de D. João v.

Houve por essa época reedificação, com acrescentamento visivelmente denunciado por uma pequena torre colada à parede E. da torre (do sec. XVIII) e que era com certeza dum templo anterior.

madeira de castanho, foi revestido de espessa camada de argamassa, estando hoje já despido dela, devido à iniciativa do Pároco Monsenhor José Bernardino dos Santos e Silva que se dedicou a essa tarefa, e, com a ajuda de pessoas da freguesia, angariou donativos para se proceder àquela reparação, o que vincou de forma muito louvável a sua passagem pela cadeira paroquial desta freguesia.

Também na mesma ocasião foram colocados na capela-mor uns quadros a óleo, de grandes dimensões, representando figuras de Evangelistas, e que ali ficaram a dar uma nota de embelezamento, oferta do nosso ilustre conterrâneo Conselheiro Afonso de Melo, que igualmente fez dádiva de uns formosos relicários em talha doirada que foram postos no altar da Capela do S. Sacramento.

A igreja tem pirâmides, cunhais e uma pesada frontaria de granito ao lado S. da qual se ergue a torre. É formada de três naves com capelas laterais de abóbadas, suportadas cada uma pelo cruzamento de dois arcos ogivais de pedra, assentes em colunas e capiteis, também de granito, em cujos vértices se vêem bocetes com lavrados. Interiormente sofreu o templo reforma nos últimos anos do século passado (1898-1900), reforma que, embora em parte necessária e feita na melhor intenção, se resente d'uma absoluta falta de competência e bom gosto. Fizeram-se barbaridades irremediáveis. Cobriram-se com estuque os caixotões de castanho do tecto; trocou-se o ouro velho da talha, discreta e preciosamente patinado pelos anos, por tinta branca e ouro novo, berrantes, espectaculosos, próprios de teatro ou café concerto; umas grades pesadas, de ferro, bem interessantes, que separavam as capelas laterais da nave, desapareceram; e até lageados cobertos de inscrições e armoriados foram substituídos por mosaico. A igreja conserva porém, ainda, duas capelas laterais do séc. XVII. São ambas particulares: uma, com a invocação de Nossa Senhora da Esperança, pertence à casa da Borralha; a outra, da invocação do menino Jesus, foi instituída por Pedro Fernandes Chucres e sua mulher Beatriz João, de Águeda e pertence à Casa das Lágrimas (Coimbra). As restantes capelas, embora não haja documentos que o atestem, parecem da mesma época.

Pode admirar-se o arco cruzeiro e a tribuna, com alguma talha de merecimento, do meado do sec. XVIII, e duas obras de pedra de Ançã, de valor artístico: um retábulo na capela do Sacramento com o sacrário em forma de castelinho com suas amuradas na parte central; aos lados, figuras de anjos esculpidas na pedra, e na parte superior um alto relevo que representa a *Ceia de Cristo*. Esta obra afigura-se inspirada nos moldes da escola do Renascimento coimbrão, atentos alguns pontos de semelhança entre este retábulo e a capela do Sacramento da Sé Velha de Coimbra. A outra obra de pedra de Ançã existente na igreja de Águeda e digna de referência é um grupo da *Deposição de Cristo no túmulo*: a imagem da Virgem e algumas das dos Apóstolos têm bordaduras a guarnecer as roupagens, bem delineadas» (1).

(1) Vide *Guia de Portugal*, vol. III, pág. 573, baseando-se, nesta parte respeitante à igreja, nas minhas crónicas publicadas na *Soberania do Povo*, de Águeda, em 1919.

* * *

Mas deixamos dito atrás que a igreja de Águeda — pelo núcleo de objectos de arte que ainda hoje contém, representativos de diferentes modalidades dos períodos artísticos que a idade da sua construção abrange — poderia considerar-se um pequeno museu da nossa terra; e assim é, de facto. Digamos então agora alguma coisa, em abono do que já por mais de uma vez tivemos ocasião de afirmar.

Além do belo espécimen que constitui a PIA BAPTISMAL, indubitavelmente filiada no ciclo gótico, talvez mixto de outras influências, ali poderemos admirar o formoso retábulo de pedra de Ançã da Capela do S.S. Sacramento — que bem merece um estudo atento e demorado, por parte dos arqueólogos especializados nesta matéria.

Pertence à Escola da Renascença coimbrã e deve considerar-se do melhor que saiu da mão dos seus experimentados e hábeis lavrantes, pela suavidade das suas linhas, delicadeza e perfeição dos ornatos e figuras de que se compõe; representa a ÚLTIMA CEIA, vendo-se a figura de Cristo, sentado à mesa, rodeado dos Apóstolos ⁽¹⁾.

Além deste trabalho, existe o belo grupo escultórico da DEPOSIÇÃO NO TÚMULO, composição muito expressiva e valiosa, de traça muito correcta, também da mesma escola, e lavrada no mesmo calcáreo. A isto devemos juntar os baixos relevos dos arcos das capelas laterais, e ainda um pequeno capitel do Cruzeiro do Calvário, que se acha no Adro da igreja. E é tudo que podemos agrupar, pelo que toca a trabalhos em pedra, pois que, adentro ainda do âmbito renascentista, está o retábulo da Capela dos Terceiros de S. Francisco, com os seus motivos decorativos e que, não sendo dos mais ricos, são de muito agradável vista na combinação dos variados baixo-relevos, vasados nos moldes da época.

Mas é o século XVIII, como da leitura do que ficou atrás escrito bem se depreende, o que ali tem mais dilatada representação artística: nos retábulos dos altares colaterais, no

(1) Já disse da convicção em que estou de que a autoria do retábulo pertence aos artífices que trabalharam na Capela dos Lemos da Trofa, e foi feito na primeira metade do século XVI, possivelmente. Segundo as mais autorizadas opiniões, esta estava construída em 1538 e o retábulo deve ter sido acabado depois. Vide *O Panteon dos Lemos*, AARÃO DE LACERDA, e *A Capela dos Lemos da Trofa*, pelo Dr. AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA, 1946.

Por meu intermédio, o *Guia de Portugal*, vol. III, traz uma reprodução fotográfica desta obra de arte, por mim remetida para este fim.

revestimento de talha doirada que a partir do cimo deles as paredes do arco cruzeiro ostentam até se rematar pelo elegante escudo das armas reais portuguezas, a que já nos referimos; nas colunas e mais ornamentação entalhada da capela-mor, e ainda nas imagens de bom recorte setecentista, das quais devemos salientar as da Padroeira Santa Eulália, S. Pedro, N.ª Senhora do Rosário e S.ª Luzia, estas duas, principalmente, de cuidado acabamento, num conjunto feliz, que dá ao templo uma nota de certa imponência, a lembrar ainda os últimos e faiscantes lampejos do reinado do rei magnânimo.

PÁROCOS DE ÁGUEDA

1575-1951

Francisco de Alcoutim	1575
Baltasar Veloso, colado em 16-4-	1575
Filipe de Souto Maior, colado com apresentação da Duquesa de Aveiro, D. Madalena Girão em 2-x-	1579
D. João d'Almada, colado em 19-v-	1600
com apresentação do Duque de Aveiro D. Álvaro de Lencastre.	
Paulo Ribeiro	1622
João Cardoso	1629
Licenciado Pedro Rodrigues Pinto	1632
L.º Bartolomeu da Fonseca	1641
Álvaro de Escobar Roubão — colado em 3 de Outubro de	1641
com apresentação da Duquesa de Aveiro D. Ana Maria, como tutora de seu filho.	
Agostinho Rodrigues de Pinho	1669
Constantino da Silva Pinto — colado a 30 de Janeiro de	1670
Apresentação do Duque de Aveiro.	
Luís Dias Correia, colado a 10 de Dezembro de	1710
Apresentação do Rei D. João v.	
João de Cristo e França, colado a 20 de Setembro de	1732
Apresentação do Duque de Aveiro.	
João Rodrigues	1736
Manuel Abranches da Costa, colado a 4 de Julho de	1744
Apresentação do Duque de Aveiro.	
João Ricardo de Araújo	1761
Dr. Manuel do Vale, colado a 5 de Julho de	1761
Apresentação do rei D. José.	

A IGREJA DE ÁGUEDA

João Francisco da Rosa	1805
José Manuel da Cunha Coelho Brandão	1807
Manuel de Sousa Ribeiro	1824
Francisco Marques Pereira	1838
José Maria Pacheco de Aguiar	1848
José da Fonseca	1862
José Ferreira Estimado	1865
Joaquim da Silva Neto	1887
António Ferreira de Alemeida Freitas	1889
João de Figueiredo Breda	1900
Eduardo de Melo	1905
Monsenhor José Bernardino dos Santos e Silva	1929
Amílcar Amaral (1)	1943

CURAS

1578-1951

António Fernandes	1578
Pedro de Paiva	1608
António Simões	1629
André Marques	1632
Manuel dos Santos	1641
Cristóvão Cardoso	1643
Bento Vaz	»
Pedro Tomé	1651
João Soares	1652
Francisco Rebelo	1659
António de Figueiredo	1662
Frutuoso de Macedo	1665
Manuel da Costa	1677
Manuel Rodrigues	1698
António da Cruz	1710
Manuel Simões Soares	1713
Manuel Loureiro da Silva	1733
Manuel de Almeida	1747
António Tavares	1765
António José de Brito	1770
Francisco da Rosa	1780
Lourenço Peres Coelho	1793

(1) Actual e distinto Pároco. Tomou posse em 26 de Setembro de 1943.

Não se trata duma lista completa, pois foi organizada à medida que os nomes dos diferentes Párcos se nos foram deparando em documentação muito diferente; e o mesmo diremos pelo que respeita aos Curas, adiante mencionados, e que, às vezes, por longo tempo substituíam os Priores, que também o eram pelos «Encomendados».

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

José de Almeida	1805
José António Vieira de Castro	1808
António da Silva Tavares.	1824
Joaquim de Almeida	1826
Francisco Simões da Conceição	1833
António Marques Pinheiro	1834
Luís António de Abrantes.	1836
Silvestre Henriques de Oliveira	1837
António Francisco Estima	1838
Domingos Tavares	1842
José Ferreira Estimado.	1848
João Alberto Álvares de Melo	1858
Manuel Vasco de Sousa	1861
António de Almeida Freitas	1874
António Rodrigues Pereira Coelho	1875
Fernando Eduardo da Silva	1884
Vicente Ferreira Sucena	1888
José Ferreira Sucena	1896
José de Jesus Capela	} . . . De 1929 a 1951
Manuel de Carvalho e Silva	
Viriato da Graça Bodas	
Manuel Vieira de Oliveira	
Virgílio Susana Dias	

bibRIA

SOARES DA GRAÇA

A ESTRADA DE ADOSFERREIROS

—PONTE DO ALFUSQUEIRO—

O SENHOR JOAQUIM DE SOUSA BAPTISTA publicou no fascículo n.º 30, págs. 93 e segs., um estudo sobre vestígios de vias romanas no Concelho de Águeda. Ocupa-se neste artigo da *via* que do Cabeço de Vouga seguiria por Espinheiro, Aldeia, Arrancada, bifurcando-se antes de Adosferreiros, levando um ramal para as Talhadas, Vouzela e outro por Cabeço de Cão e Macieira de Alcoba.

Que se trata de vias de comunicação muito antigas, é incontroverso; de uma estrada militar romana servindo a fins militares e de administração geral, construída de harmonia com os modelos conhecidos, tenho-o como pouco provável.

O grande trânsito desta vila e outras vias, como a que vinha de Almeir por Travassô e Adosferreiros, deve ter-se feito depois do século x, quando no povoamento do solo começaram a ser aproveitados os magros tratos de terra das margens do Alfusqueiro, agrestes e cortadas de vales profundos.

Também o Sr. JOAQUIM DE SOUSA BAPTISTA trata no n.º 25 do *Arquivo*, a págs. 42 e segs., da ponte do Alfusqueiro. Ele feriu, sem o pressentir, a alma dos aguedenses (refiro-me aos homens de Águeda e do seu termo), tão ciosa das coisas antigas. Ele veio trazer a público, e creio que foi o primeiro, esta dura verdade: — a velha ponte do Alfusqueiro não é velha, é moderna. A antiga, aquela que a tradição ainda hoje chama velha, essa levou-a, um dia ou uma noite, uma enchente grande do Alfusqueiro. — E assim se desfez a lenda, que o povo conta e os poetas cantam, de ter sido aquela ponte obra do diabo, em tempo em que os mouros «calcavam o terreno cristão» e as bruxas vinham, em noites escuras, fazer suas danças naquela curva apertada e funda do rio. É o caso que a pouco mais de uma centena de metros abaixo da

ponte actual, no local chamado Ponte Velha, na margem esquerda, vê-se a base de um encontro do ponto que se eleva ainda acima da rocha uns dois ou três palmos. A conformação deste encontro anuncia claramente a sua finalidade: serviu a uma ponte.

Além deste encontro há no leito do rio um grande bloco de alvenaria, de pedras ligadas por uma massa que tem resistido durante séculos à acção da água e ao ímpeto da corrente, e continuará a resistir pelos tempos fora. A disposição das pedras e o local onde ficou este bloco indicam que ele fez parte de um pilar. Houve pois ali uma ponte, anterior à actual. E era uma ponte larga, embora não tanto quanto a existente. Quem fez esta ponte, qual era a sua forma? Quem fez a actual? Perguntas que à falta de documentos e outras provas só podem achar frágeis respostas na argúcia da imaginação dos homens. Examinei o local e os materiais existentes. A minha primeira impressão foi de que aquela obra era realmente romana. A cor e dureza da massa de ligação eram bem semelhantes a outras seguramente tidas como daquela origem. Pouco porém me durou esta impressão. Procurei na margem esquerda o local onde o tabuleiro devia ligar-se à encosta. Encontrei-o e por ele concluí que a ponte devia ser de pouca altura. Ao mesmo nível procurei os vestígios do seu apoio na margem direita. Nada encontrei e a falta absoluta do trilho de caminho na encosta desta margem que conduzisse à ponte, levou-me à única conclusão possível: o caminho que hoje dá acesso à ponte actual, no lugar em que esta começa, inflectia para a direita e vinha pela várzea paralela ao rio até à ponte velha. Esta várzea foi posteriormente aproveitada e alargada para cultura, desaparecendo assim todos os vestígios do caminho.

Também na encosta da esquerda estão quase apagados os vestígios do que da ponte corria ao longo dela. E porque o terreno desta encosta é firme, não encontro maneira de explicar ali a falta de corte fundo das rodas dos carros, como se encontra no caminho que na encosta da esquerda conduz à ponte actual. Se aquela ponte velha tivesse uso intenso e duradouro, o corte era inevitável e teria subsistido como subsistiram outros através do tempo. E foi esta consideração que me levou a aceitar como quase certo que aquela ponte não foi de romanos nem de árabes, mas feita lá pelo século XII ou XIII, quando os aldeamentos do vale de Alfusqueiro começaram a desenvolver-se e por entre eles, galgando a serra que separa este rio do Águeda, se intensificaram as relações entre a orla marítima e a região rica de Besteiros, além Caramulo. Esta ponte, feita para responder às necessidades desse movimento, não deve ter durado muito tempo. Não sendo possível determinar-lhe o formato, é todavia lícito,

perante os poucos materiais que ficaram, conjecturar que seria uma ponte simples com um pilar no meio do rio e o tabuleiro de madeira. O Sr. JOAQUIM DE SOUSA BAPTISTA acredita que os materiais desta ponte velha foram aproveitados na construção da nova. Não me parece que assim fosse. A base do encontro e o bloco de alvenaria da ponte velha, que desta perduram, são constituídos por xistos laminados, explorados no local, e ligados entre si por forte argamassa. Os encontros e arco da ponte nova, são construídos de pedra granítica, esquadrada, que foi trazida de alguns quilómetros de distância. Não é natural que se empregassem na ponte velha, em arco que porventura tivesse, pedras granitosas esquadradas, quando na base dos encontros e no pilar se empregou o xisto da região, menos duras que aquelas. Depois, as pedras de que é formada a ponte nova, foram todas cortadas de acordo com a planta da mesma ponte. Para que o material da ponte velha servisse a nova, seria necessário que as duas fossem iguais.

Também não é fácil precisar a época em que foi construída a ponte nova. Entretanto, o seu arco é bem diferente dos arcos das pontes dos séculos XIII e XIV. Já não é um arco de volta rigorosamente perfeita, parecendo descobrir-se nela a ogiva nascente. Será dos fins do século XIV? Já houve quem lhe atribuisse menos antiguidade, por alguns pedaços de telha moderna que se encontram no contraforte norte da margem direita. Aqueles telhões, porém, nada significam, pois foram ali colocados em conserto de contraforte, como claramente mostra a sua posição vertical.

A travessia do rio, antes da construção da ponte velha e no período entre o desaparecimento desta e da construção nova, fazia-se por um vau, um pouco acima da ponte nova, que ainda hoje se chama o Vau. O corte fundo feito pelas rodas dos carros no caminho que de um e outro lado conduzia a este vau, significa que por ali se fez a travessia durante séculos.

Depois, é preciso não esquecer que já há 250 anos o padre CARVALHO dizia na sua corografia, referindo-se ao lugar de Adosferreiros: «junto ao rio de Alfusqueiro no qual há uma grandiosa ponte de um só olhal, muito alta de pedra de cantaria, que do rio mal se chega com uma pedra acima, assentada em lagedo muito firme e larga».

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA PRISÃO DE FRANCISCO MANUEL GRAVITO DA VEIGA E LIMA

FILHO muito ilustre da cidade de Aveiro e desembargador da Casa da Suplicação, foi um dos Mártires da Liberdade, enforcado na Praça Nova, mais tarde Praça da Liberdade, da cidade do Porto, no dia 7 de Maio de 1829.

Foi-lhe cortada a cabeça e trazida para Aveiro, pregada num poste e colocada em frente da casa onde vivia.

Os cadáveres deste e outros supliciados estiveram encerrados, até ao dia 19 de Junho de 1878, num mausoleu, no pátio da igreja da Misericórdia, sendo nessa data trasladados para o cemitério do Prado do Repouso, com um imponentíssimo acompanhamento.

A sentença que condenou Francisco Gravito e mais outras doze vítimas foi lavrada no dia 9 de Abril de 1829 e ordenava:

... «que ficavam exauctorados e privados de todas as honras, privilegios e dignidades de que gozavam e condemnados a que, com barão e pregão, fossem levados pelas ruas publicas do Porto, até ao largo da Praça Nova, e na força que na mesma se havia de levantar, morressem enforcados, sendo-lhes depois cortadas as cabeças, para se afixarem em alto póste, nos logares do delicto.»

Também lhes foram confiscados todos os bens.

Parece-me que são desconhecidas as circunstâncias em que foi feita a sua prisão e que há pouco tempo conseguimos averiguar.

Quando a causa liberal parecia perdida, ele, para fugir à perseguição, pois era um dos elementos de grande valor do

liberalismo, saiu de Aveiro, metendo-se num barco, levando duas malas ou baús, onde guardou jóias e dinheiro que à pressa pôde reunir e, navegando em direcção ao Norte, veio aportar a um esteiro de Bunheiro, chamado «Ribeira do Gago» e também conhecido pelo nome de «porto pequeno».

Este «porto pequeno» fica uns duzentos metros a Sudoeste da igreja matriz.

Desembarcando, não se dirigiu para o Norte, para a igreja, naturalmente para que a sua presença não fosse notada, mas sim para o caminho que se dirige para o Sul e, andando uns 100 metros e encontrando outro caminho que se dirigia para Nascente, por ele enveredou, pois na realidade ia dar a sítio mais recôndito e solitário.

Andando alguns passos, deparou-se-lhe, no sítio da Lagoinha, uma casa humilde que lhe pareceu propícia para o seu isolamento.

Pediu guarida aos seus locatários, que eram conhecidos pelos «Gregos».

Os «Gregos», extremamente pobres e vivendo num autêntico tugúrio, à vista de pessoa tão distincta, desculparam-se, alegando não possuírem aposentos onde Gravito se pudesse instalar, mas logo se ofereceram para lhe ir indicar onde ele poderia ser recebido e alojado convenientemente.

Aceitou e lá foram para casa de Frei Manuel Vinagre, onde (diziam os Gregos) não só encontraria melhores comodidades, mas, também, sólida e vantajosa protecção se dela viesse a necessitar.

Frei Vinagre concedeu-lhe a hospedagem solicitada e Gravito lá se instalou com a sua preciosa e valiosa bagagem.

Confiado, contou toda a sua vida e situação ao seu hospedeiro que, pelo menos aparentemente, parecia merecer-lhe toda a confiança.

E tanto que, como cautelosa prudência, propôs ao foragido que seria de boa prevenção e cautela esconder, cuidadosamente, as malas onde guardava os seus tesouros.

Foram enterradas no pátio e nesse sítio foram levantadas grandes mēdas de palha e junco para melhor ocultar a terra recentemente revolvida e para maior segurança contra qualquer cilada, roubo ou traição.

Passados alguns dias, Gravito manifestou desejos de ir, furtiva e cautelosamente e de noite, à sua casa de Aveiro.

Mas necessitava de barco e de barqueiro de absoluta confiança.

Frei Vinagre encarregou-se de obter o que Gravito desejava.

Alguns dias depois Frei Manuel anunciou ao Gravito que tudo estava preparado para em determinada noite se realizar o seu desejo.

E lá partiu o barco com o confiado viajante, singrando suavemente ao longo da ria até ao escolhido (e talvez combinado) porto de desembarque.

Apenas aí chegado, surgiram logo alguns soldados miguelistas que rodearam o barco e intimaram a entregar-se quantos nele se encontravam.

Gravito foi preso.

As circunstâncias em que esta prisão se deu levam a crer ou, pelo menos, a suspeitar, que houve prévia denúncia às autoridades miguelistas da ida do Gravito a Aveiro, dia, hora e local do desembarque, pois não é muito verosímil admitir uma simples casualidade nessa prisão.

E as malas, com o seu valioso recheio, lá ficaram enteradas.

Frei Manuel Vinagre tinha vivido vários anos em Aveiro devendo ter nesta cidade bastantes relações.

Tinha um irmão — Frei José — que a esse tempo se devia encontrar na comunidade de qualquer Ordem religiosa e cujos ascendentes eram de condição humilde e simples vendedores ambulantes de vinagre, donde lhes proveio o nome ou apelido vulgar por que eram conhecidos.

Passado algum tempo, esta família adquiria numerosas e grandes propriedades, vindo a tornar-se grande proprietária da freguesia.

Ainda hoje existem algumas pessoas que destes factos tiveram conhecimento por tradição de família e o referem com mais pormenores, que para o caso não interessam.

Murtosa, 30 de Maio de 1951.

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA

A CRIAÇÃO E A EXTINÇÃO DO CORO DA IGREJA DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

A CONFRARIA de Nossa Senhora da Misericórdia de Aveiro foi fundada no reinado de D. Manuel I, e a sua sede foi provisoriamente na capela de Santo Ildefonso da igreja paroquial de S. Miguel, demolida em 1835. A esta confraria deu este rei compromisso particular em 11 de Dezembro de 1519.

Segundo a regra geral, devia ela possuir um hospital, uma igreja e uma casa de despacho. O hospital foi criado, mas a igreja e a casa de despacho só mais tarde foram construídas.

A igreja da Misericórdia começou a construí-se em 2 de Julho de 1600; em 1622 estava concluído o corpo da igreja; em 1653 ficou concluída a capela-mor.

O hospital vivia das esmolas, rendimentos e foros das doações feitas por sucessivos benfeitores desde a sua fundação. Em 1614 fez-se o tombo dos bens da Santa Casa, mas, com o volver dos tempos, os rendimentos foram diminuindo, mandando, por isso, o rei D. João IV fazer novo tombo em 1651, a pedido do provedor e irmãos da Misericórdia.

O hospital estava nesta data instalado numa pequena casa, absolutamente imprópria para os fins a que era destinada.

D. Isabel da Luz de Figueiredo, residente em Aveiro, legou, por testamento, todos os seus bens à Santa Casa da Misericórdia desta vila, com alguns encargos, entre os quais a construção de um hospital e a criação de um coro na igreja da Misericórdia, composto de quatro capelães, e dois meninos do coro.

Tendo esta benfeitora falecido em 1685, logo a Mesa da Santa Casa da Misericórdia mandou construir o hospital na

rua da Corredoura, nas trazeiras da própria igreja. Este hospital manteve-se até 1855, existindo ainda hoje o edificio na posse da Santa Casa.

Em virtude das sucessivas desvalorizações da moeda e de outras dificuldades, os rendimentos dos legados tornaram-se insuficientes para os muitos encargos pios que oneravam a Misericórdia, e por isso, estes encargos, por força de uma bula do papa Pio VI de 1 de Abril de 1757, foram transferidos e comutados no dito coro, que ficou, portanto, com a obrigação de rezar as missas por alma dos benfeitores falecidos. Por este motivo o primitivo coro foi ampliado com mais quatro capelães, dois meninos do coro, um turfeirão e um organista.

Este novo coro funcionou até 2 de abril de 1838, data em que a Mesa da Santa Casa da Misericórdia deliberou, em virtude da demissão e velhice de alguns dos capelães, e de dificuldades financeiras desta instituição, suspender provisoriamente o coro. Não tendo a Misericórdia conseguido organizá-lo outra vez por falta de numerário e dificuldades legais, ele foi extinto definitivamente em 1872, sendo provedor o Dr. FRANCISCO TOMÉ MARQUES GOMES, que num interessante relatório justifica a sua extinção, mas propõe que se continuem a dizer as missas que faziam parte da instituição do dito coro, o que foi aprovado.

Os encargos do legado da benfeitora D. Isabel da Luz de Figueiredo estão actualmente reduzidos à distribuição de algumas peças de roupa a raparigas pobres, mas como a verba para este encargo é insignificante, pois não chega a dez escudos, é esta importância distribuída em esmolas, como se lê no *Relatório e Contas da gerência de 1950* da Santa Casa da Misericórdia.

Transcrevemos a seguir o relatório do Dr. FRANCISCO TOMÉ MARQUES GOMES, que é interessante não só por tratar do caso do coro, mas também por mencionar a legislação que no decorrer dos séculos regulou a aquisição de bens por parte das Misericórdias, e de outras corporações de mão morta.

Aveiro, Setembro de 1951.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DOCUMENTO

O primitivo Coro da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro foi criado pela mesma Santa Casa em cumprimento da disposição testamentária de sua benfeitora D. Isabel da Luz de Figueiredo, moça donzela, moradora na sua casa do Rossio, freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, a qual, instituindo-a herdeira de todos os seus bens, a onerou entre outros encargos com o da criação do referido Coro.

Devia, segundo a sobredita disposição, ser composto de quatro capelães e dois meninos de coro, tendo por dever rezar o officio divino na igreja da Santa Casa em todos os dias e às mesmas horas em que se rezava na igreja de S. Miguel e nas catedrais do reino e celebrar alternativamente cada um dos capelães em todos os dias uma missa, a qual nos domingos e dias santificados seria cantada e em todos os mais dias do ano rezada e além disto mais um quartel delas na capela da testadora denominada — da Porciúncula de S.^{to} António; vencendo de esmola pelas mesmas dez mil reis e pela assistência do Coro quinze mil reis e pela páscoa, pelo trabalho da semana santa, quinhentos reis.

Os meninos do coro venceriam cada um deles seis mil reis com quinhentos reis de folar e um vestido vermelho e uma sobrepeliz em quanto durassem.

A nomeação de uns e outros pertencia à Mesa da Santa Casa e estaria a cargo do capelão mais antigo, como presidente, apontar as multas em que por suas faltas incorressem os capelães restantes e meninos do coro, e dar parte da sua importância à mesma Mesa no fim do quartel para lhes ser abatida no ordenado.

Sucedendo, porém, achar-se a mesma Santa Casa sumamente embarcada no cumprimento dos muitos encargos de missas, com que se achava onerada, porque não podendo deixar de ser diminuta a esmola de muitos deles, atenta a exiguidade de muitos dos bens legados, não era possível encontrar no bispado sacerdotes, mesmo regulares, que se prestassem a celebrá-las, e já lhe fazia necessário e indispensável o encarregar a sua celebração a clérigos de fora do bispado com grave incómodo seu, inquietações e escrúpulos de consciência; nestas circunstâncias tomou a deliberação de recorrer ao papa Pio VI e obteve a bula *Cunctis ubique sit notum*, datada de Roma em 1 de Abril de 1797, que por sentença do executor dela, o provisor e governador, *sede vacante*, deste bispado de Aveiro, foi mandada cumprir e guardar em data de 2 de Março de 1801.

Por esta bula foram transferidos e comutados no coro os muitos encargos de missas que oneravam a Santa Casa, sendo porém aumentado o pessoal do mesmo coro com mais quatro capelães, dois meninos do coro, um turiferário e um organista, além dos já existentes, de nomeação todos eles da Mesa da Santa Casa e obrigados a servir a igreja dela à maneira de colegiada alternativamente e por turno ou por semanas de baixo de estatutos e na mesma igreja rezarem, de manhã e de tarde, em todos os dias do ano, as horas canônicas pelas almas conforme às intenções de todos e de cada um dos instituidores dos legados extintos e suprimidos, e celebrar e cantar missa cada um deles na sua semana applicando-a pelas almas dos ditos instituidores e bem assim a assistirem às funções episcopais e eclesiásticas que houvesse de se fazerem pelos prelados da diocese.

Estimada pela bula e respectiva sentença executória a importância dos encargos suprimidos e extintos, foi pela mesma bula e sentença applicada ao pagamento dos ordenados dos capelães e mais empregados do coro, estabelecendo-se que cada um dos oito capelães vencesse o ordenado de cinquenta mil reis, cada um dos quatro meninos do coro o de catorze mil

e quatrocentos reis, o turiferário o de catorze mil e quatrocentos reis, e o organista o de trinta mil reis, pagos aos trimestres, applicando-se para a fábrica do sacrário da mesma igreja o saldo que, pagos os ordenados, restava para preenchimento da quantia de quinhentos quarenta e nove mil trezentos e oitenta reis, importância anual dos encargos suprimidos e extintos.

Instalado o coro em conformidade destas prescrições, entrou e prosseguiu no exercício das suas funções sem alteração e em harmonia com o respectivo regulamento até 2 de Abril de 1838, data em que por deliberação da Mesa, sob proposta do provedor o bacharel Luis dos Santos Regala, foi interinamente suspenso até que fossem encontrados capelães que devidamente o compusessem e sustentassem, sendo despedidos os actuaes e ordenando que se celebrasse em todos os dias na igreja da Santa Casa uma missa rezada em cumprimento dos legados pelas almas dos benfeitores, cujo capelão conjuntamente se obrigaria a assistir ao hospital, quando necessário.

Os fundamentos desta deliberação foram, segundo se vê da respectiva acta, terem-se despedido no anterior dia dois dos capelães, Francisco do Rosário e José Fernandes, este de Eixo, serem sexagenários e doentes três dos quatro restantes, não sendo por isso possível sustentar-se o coro com a decência devida e com especialidade na hora da missa, porque tendo um deles de ocupar o altar e outro o órgão, não podiam os outros dois sustentar a estante; e para suprir a falta dos dois que se haviam despedido não se conhecia que na cidade houvesse clérigos que estivessem nas circunstâncias de serem admitidos, por iguaes motivos de idade avançada e moléstias; e fora da terra, ainda que fossem procurados, não seria fácil encontrar quem aceitasse por não corresponder o ordenado estipulado às suas actuaes circunstâncias e à despesa que sem dúvida teriam de fazer.

Apesar de ter sido provisória a suspensão do coro, e parecerem de fácil resolução as dificuldades que a fundamentaram, continuou o mesmo coro suspenso, classificando-se de puramente suasórias e apparentes e dizendo-se geralmente que o verdadeiro motivo daquela resolução foram a exigência de aumento de ordenados feita pelos capelães e mais empregados, o que não era possível sem grave responsabilidade por se acharem os mesmos ordenados fixados na bula e absorverem toda a importância dos encargos por ela convertidos no coro e bem assim a convicção geral de dever considerar-se este definitivamente abolido e extinto, por quanto tendo-se pela bula reduzido e convertido nele todos os encargos pios que oneravam a Santa Casa, estavam todos estes encargos abolidos e extintos pela devolução à Coroa dos padrões e de todos os bens em que haviam sido impostos, por estarem possuidos pela Santa Casa contra as disposições das leis de desamortização.

Já no ano de 1814, em sessão de 21 de Agosto, se fez presente à Mesa que o provedor da comarca no auto de tomada de contas da gerência anteriormente finda insinuara dever evitar-se a despesa do coro como supérflua, porque achando-se abolidos e extintos pelo decreto de 18 de Outubro de 1800, alvarás de 20 de Março de 1796 e 18 de Outubro de 1806, § 2.º todos os encargos impostos em bens que por serem indevidamente possuidos pelas Misericórdias, foram devolutos e encorporados na Coroa, cumpria consequentemente julgar também extinto o coro desta Santa Casa, por terem sido nele reduzidos e comutados todos os encargos pios que a oneravam e eram impostos nos referidos bens.

É verdade que a Mesa da Santa Casa, assistida de seu procurador fiscal, longe de prestar-se a dar execução ao provimento do Dr. Provedor, tomou a resolução de officiar à Mesa da Misericórdia do Porto, Coimbra, Guimarães e Braga, perguntando que execução se havia nelas dado às referidas leis, em atenção a que a bula da criação do coro, que aboliu todos os legados e por ele os substituiu, obtivera o régio beneplácito no ano de 1798 e assim em data posterior ao alvará de 20 de Maio de 1796 e a que dos §§ 4.º e 6.º do alvará de 18 de Outubro de 1806 se deduzia que existiam ainda alguns legados que deviam ser cumpridos; e recebidas as respostas das ditas Misericórdias, fez presente ao Dr. Provedor da comarca que não podia

O CORO DA MISERICÓRDIA DE AVEIRO

cumprir o seu provimento e o coro continuou sem alteração, não deixando de ser aprovada a verba das suas despesas nas contas que se seguiram.

Todavia, não pode deixar de conhecer-se a incompetência das Mesas consultadas para dirigirem e regularem a da Misericórdia de Aveiro sobre o objecto da consulta e a desigualdade de circunstâncias relativamente à proveniência dos respectivos encargos, como elas mesmas o reconheceram; e é indubitável em vista da disposição dos alvarás de 20 de Maio de 1796 e 18 de Outubro de 1806 §§ 2.º e 6.º, e do decreto de 15 de Maio de 1800, que os encargos pios impostos em padrões de juro e nos bens de raiz que as Misericórdias e mais corporações de mão morta possuíam contra as leis de desamortização ficaram *ipso facto* extintos pela incorporação desses padrões de juro e desses bens na Coroa, sem que revivessem pela subsequente doação que dos mesmos bens se fez pelas citadas leis às mesmas Misericórdias, como expressamente o declarou a portaria de 22 de Setembro de 1854. E tanto que o provedor e Mesa da Santa Casa, segundo se mostra da acta de sua sessão de 29 de Setembro de 1822, foram intimados em cumprimento de ordens do juízo das capelas da Coroa para remeterem no prazo de sessenta dias ao escrivão do mesmo juízo, Caetano Alves de Araújo, uma relação fiel e exacta de todos os bens de raiz da Misericórdia que administravam, para deles se fazer o devido registro e assentamento em livros dos próprios da Coroa, e para pedirem na Mesa do Desembargo do Paço a competente carta de administração para poderem administrá-los, visto que pelo decreto de 15 de Março de 1800 se achavam todos compreendidos em bens próprios da Coroa.

A Igreja Católica, nos seus princípios, não possuía nem podia obter prédios alguns, por ser reputada colégio ou congregação ilícita, vivendo nos primeiros três séculos somente de oblações voluntárias.

Dada, porém, a paz à Igreja pelo imperador Constantino Magno, fazendo cessar as perseguições e permitindo-lhe, assim como os imperadores que se lhe seguiram, poder aceitar todas as liberalidades que lhe fossem feitas e exigir os dizimos do Levítico já proclamados pelo concílio de Macon, em pouco tempo imensas liberalidades dos cristãos e mesmo dos imperadores e reis enriqueceram o clero em tanta demasia que alguns dos imperadores e, depois da extinção do império romano, os soberanos das diferentes nações da Europa, viram-se precisados a restringir-lhe o concedido direito para prevenir o prejuizo de suas coroas e de seus subditos.

Em Portugal foi D. Afonso II o primeiro dos nossos reis que proibiu às igrejas, mosteiros, e mais corpos de mão morta, pela sua lei feita nas cortes de Coimbra de 1211, a aquisição de bens de raiz sem expressa licença régia, disposição esta que el rei D. Diniz instaurou e esclareceu, determinando pelas suas leis de 1286 e 1304, ordenações afonsinas liv. 2.º tit. 14 §§ 1.º e 2.º, que os bens indevidamente adquiridos pelas ditas igrejas e mais corpos de mão morta, não sendo dotes, seriam vendidos pelas mesmas igrejas e mais corpos de mão morta dentro de um ano, sob pena de os perderem para a Coroa.

Sucedendo, porém, cairem estas leis em relaxação por não ser bastantes a coibir os corpos de mão morta de ilegais aquisições de bens de vivo, continuaram eles a adquirir bens imóveis por todos os modos e meios que se lhes ofereciam, o que a ordenação manuelina, liv. 2.º tit. 3.º e depois dela a ordenação filipina liv. 2.º tit. 18 § 3.º, lhes tolerou até ao ano de 1447 e ultimamente o alvará de 30 de Julho de 1611 até à data do mesmo alvará, concedendo-lhes fazer venda dos bens de raiz que ilegalmente haviam adquirido por compra, herança ou qualquer outro título, dentro de ano e dia, sob pena de perdimento deles, se efectivamente os não tivessem vendido no referido prazo, o qual todavia foi prorrogado por mais dois anos e meio pelos alvarás de 13 de Agosto e 23 de Novembro de 1612 e de 20 de Abril de 1613.

Finalmente el rei D. José I, pelos alvarás de 14 de Junho de 1768, 12 de Maio e 5 de Setembro de 1769, § 10, determinou que a proibição decretada nos alvarás de 30 de Julho de 1611 de reterem os corpos de mão morta

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

por mais de ano e dia os bens ilegalmente adquiridos por compra, herança ou qualquer outro título, compreendia as aquisições feitas por consolidações de domínios úteis com os directos, as quais declarava nulas, abusivas e de nenhum efeito, ou elas se façam ou tenham feito por devoluções, comissos, opções ou por qualquer outro modo; porém, que por puro movimento de sua real piedade mandava que os bens que tivessem consolidado desde o ano de 1611 sejam obrigados a enfiteuticá-los dentro de um ano contado da data de 4 de Julho de 1768, pelos mesmos foros e laudémios por que antecederentemente os haviam aforado, isto sob a pena declarada nas mesmas leis.

Em virtude do exposto e atendendo a que os padrões, dízimos e todos os bens de raiz cujos encargos foram comutados no coro da Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, vieram geralmente todos à mesma Santa Casa posteriormente ao ano de 1611;

atendendo a que pelo decreto de 15 de Março de 1800 foram incorporados na Coroa os padrões de juro e todos os bens de raiz livres ou vinculados que as Misericórdias possuíam contra as disposições das leis de amortização, abolidos os vínculos e mais encargos da administração dos ditos bens para que possam acudir às suas urgentes despesas;

atendendo a que suposto fossem reduzidos e comutados no coro pela bula de Pio VI do primeiro de Abril de 1797 e respectiva sentença todos os encargos pios que oneravam a Misericórdia desta cidade, foram todavia somente abolidos pelo decreto de 15 de Março de 1800, § 2.º, os vínculos e mais encargos que oneravam os padrões de juro e mais bens de raiz incorporados na Coroa;

atendendo a que por ordem do juízo das capelas da Coroa dirigida ao juiz de fora desta cidade foi intimado pelo escrivão António José das Neves, como consta da acta da sessão de 29 de Setembro de 1822, o provedor desta Santa Casa, para no termo de sessenta dias fazer remessa àquele juízo de uma relação individual, fiel e exacta dos padrões de juro e dos bens de raiz que administrava, para por virtude da mesma relação se fazer nos respectivos livros dos próprios da Coroa o devido registro e assentamento dos referidos padrões e bens, de cuja relação se deixaria cópia;

por todas estas razões:

estou convencido de que o coro da Santa Casa da Misericórdia desta cidade era sem dúvida uma demasia ou superfluidade com grave prejuízo deste estabelecimento pio e de caridade, único arrimo e amparo nesta mesma cidade e suas imediações da numerosa classe indigente e desvalida nas suas precisões e enfermidades; devendo todavia continuar-se na celebração da missa quotidiana na sua igreja pelas almas de seus bemfeitores, porquanto tendo sido reduzidos e comutados no coro, pela bula de Pio VI e respectiva sentença executória, todos os encargos pios que oneravam a dita Santa Casa, foram somente abolidos pelo decreto de 15 de Março de 1800 e alvarás de 20 de Maio de 1796 e 18 de Outubro de 1806 os encargos que oneravam os padrões de juros e os bens de raiz que incorporaram na Coroa, por terem sido adquiridos contra as disposições das leis de amortização, ficando desta sorte permanentes todos os outros encargos relativos aos fundos de capitais mutuados e mais bens da Santa Casa, cujo rendimento apesar de sumamente inferior para fazer face às despesas do suprimido coro, é sem dúvida suficiente para a despesa de missas em todos os dias do ano, que faziam parte da instituição do mesmo coro.

Aveiro, 17 de Julho de 1872.

Francisco Tomé Marques Gomes

SANTA MARIA DE UL

PREFAÇÃO

TODOS os que amam a terra onde viram a primeira luz ou comem o pão salgado com o suor do seu rosto, devem sentir e reconhecer a utilidade da história escrita dessa terra.

Tendo já escrito alguns pequenos trabalhos de investigação histórica sobre algumas freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis, que foram publicados na revista *Arquivo do Distrito de Aveiro*, resolvi também escrever, para a mesma revista, o modesto trabalho que segue, respeitante à freguesia de Santa Maria de Ul (Nossa Senhora da Assunção).

Isto posto:

Ul é terra de trabalho e de costumes sãos, que não desregrados; vive da agricultura na sua maior parte, e não julga depreciados os seus serviços com os calos da enxada com que cava e prepara a terra que lhe dá pão e a sua independência económica, devida tão somente ao fruto do trabalho activo e honesto.

O ulense já bastante educado e, ao mesmo tempo, instruído e corajoso, procura o engrandecimento da terra com a sua actividade bem dirigida, tanto na cultura do campo como no exercício de outros trabalhos.

Em Ul, como é voz corrente, as famílias **respeitam-se**, toleram-se e auxiliam-se mutuamente; os lares são modelares e, neles, predominam o amor e o conforto; os pais não se poupam a sacrifícios para os filhos não sofrerem privações, e para assim lhes deixarem uma bela lição de carinho e amor, pela qual serão compensados também quando velhos e cansados.

Vivo há meio século em Cucujães, onde tenho ouvido sempre as melhores referências ao bom povo de Ul, referências estas que já vêm de longe, como tive ocasião de apreciar em dois documentos que me confiou o reverendo Agostinho Pereira da Silva Gomes, ex-pároco da mesma freguesia, que

eu qualifico de «Páginas de Luz» para a História de Ul, e que vão reproduzidos aqui, com a epígrafe «Homens de Ul Ilustres em Letras».

Li os *Anais do município de Oliveira de Azeméis*, que não são a história do concelho, mas sim uma ligeira descrição das suas freguesias. Nos assuntos de investigação histórica de cada freguesia, os ilustres autores dos *Anais* apresentaram elementos que muito interessam às mesmas freguesias, tais como: a notícia das tradições, do carácter, do progresso e evolução do seu povo. Importante e interessante, sem dúvida, o seu serviço para a história!

Porém, nessa minha leitura, depararam-se-me bastantes deficiências históricas em algumas freguesias, e também nesta de Ul que, só com o tempo, podem ser preenchidas com novas noções elementares que forem aparecendo, mediante trabalho de devotados estudiosos.

Aos habitantes da freguesia de Ul, que amam a sua terra, dedico estas «Páginas de Luz», como contributo para a sua história, que outros estudiosos virão amplificar com o relato de mais factos que interessem à terra de Ul.

CAPÍTULO PRIMEIRO

Primórdios históricos de Ul, do concelho de Oliveira de Azeméis, distrito administrativo de Aveiro.

A terra de Ul, pela sua situação geográfica, bom clima e abundância de águas, foi habitada, desde remotíssimos tempos, pelo homem. O nome de Ur vem de Ur-río, de proveniência celta, raça humana que foi a primitiva que habitou a península ibérica, e tanto assim que foi ela que teve a hegemonia sobre as outras raças. Daí serem celtas na península os primitivos crastos. Os crastos romanos foram muito posteriores; e é nuns e outros que se conhece o grau de civilização dos povos já desaparecidos há muitos milénios.

I — Existem *monumentos veneráveis da antiguidade*, em Ul; e, dentre os mesmos, uma inscrição encontrada numa lápide da igreja com os seguintes dizeres:

.... Re . Augusto Tribuni
.... xxvii . Cos . xiii . Pater
.... Rminus . Augustalis.

II — *Outros monumentos*: a igreja. A igreja de Santa Maria (Assumpção) é muito antiga. Da sua fundação nada

SANTA MARIA DE UL

sabemos. Em 1246 (anos de Cristo) foi seu abade Martim Esteves. Pelo ano de 1770 foi demolida e, a seguir, reconstruída no mesmo local da primitiva, sendo pároco encomendado, ao tempo, o reverendo Dr. José Borges de Azevedo. As obras de reconstrução acabaram em 1790, sendo então abade Manuel José Pereira.

III — *Altar de S. Brás*. Na mesma igreja há um altar com a imagem e invocação de S. Brás, cuja festividade cos-



Fig. 1

Igreja de Santa Maria de Ul

tuma ser feita no dia 2 e 3 do mês de Fevereiro de cada ano com a igreja toda engalanada.

S. Brás foi bispo da cidade de Sebaste na Capadócia na Ásia Menor, onde foi degolado no fim do século III, no tempo do imperador Diocleciano, por não ter querido adorar e sacrificar aos ídolos (deuses do paganismo). A sua festividade é muito concorrida de devotos a depositar no altar do milagroso Santo velas e moldes de cera, e artigos de adorno por graças recebidas do céu por intercessão do mesmo Santo, a quem muitos fieis invocaram nos seus transes de aflição e de dor.

OBSERVAÇÃO. — Ainda são veneradas duas relíquias de S. Brás, uma no Convento de Arouca, que foi da rainha D. Mafalda e já tinha sido

da rainha Santa Helena, e outra no lugar do Bombarral, do termo de Obidos, concelho das Caldas da Rainha. (V. *Mapa de Portugal* pelo P.^o João BAPTISTA DE CASTRO, terceira parte, páginas 316 e 320, como regista também JAIME SEGUIER).

Mais: O marco miliário da milha XII, colocado na Câmara de Oliveira de Azemeis, que assinala a passagem da via militar romana nesta região, foi encontrado no entulho dos alicerces da Igreja de Ul, quando da sua reconstrução.

IV — *Antigas contribuições da igreja de Ul à Sé do Porto e ao Estado.*

a) A igreja de Santa Maria de Ul pagou à Sé do Porto, nos tempos medievais, direitos com o nome de censos para sustentação do Bispo e do Cabido.

Vejamos: Ecclesia Sanctae Mariae Dul.

De cera mediam libram (meia Libra peso).

De mortuarijs . xxxv . solidos (35) soldos, direitos de sepultura que os doridos eram obrigados a pagar).

De tritico tres sextarios.

De Auena . unum modium.

De milio . duos quartarios.

De vino . unum puçal⁽¹⁾.

b) Pagou também a mesma igreja de Ul, no tempo do rei D. Diniz, uma contribuição suplementar, com o nome de taxação eclesiástica, por espaço de três anos, para defesa da Pátria. Esta contribuição foi considerada como um imposto de guerra contra os mouros. Essa taxação, que foi concedida ao rei D. Diniz pelo Pontífice João XXII, por bula de 23 de de Maio de 1320, era a décima parte das rendas eclesiásticas do Reino, excepto as pertencentes à Ordem do Hospital. E assim, depois de contados os rendimentos de todas as igrejas e mosteiros, foi taxada a igreja de Santa Maria de Ul em 40 libras, moeda do tempo.

V — *Padroeiros da igreja.* A igreja de Santa Maria de Ul foi, de princípio, do padroado real e, passados bastantes anos, da Mitra (padroado eclesiástico).

Por decreto do Governo de 5 de Agosto de 1833 foram extintos todos os padroados eclesiásticos de qualquer natureza ou denominação que fossem, e passado para a Coroa (Rei) o direito do padroado eclesiástico.

E assim o Rei continuou, desde então, com o direito do

(¹) *Censual do Cabido da Sé do Porto*, pág. 547.

(¹) *História da Igreja em Portugal* — tomo 2, pág. 616.

padroado em todas as igrejas do Reino até à implantação da República em 1910; que separou o Estado da Igreja por Lei de 20 de Abril de 1911 — Capitulo 1 — artigo 2.º. E assim, a igreja de Santa Maria de Ul, depois da implantação da República, ficou independente do Estado, e sujeita, apenas, à jurisdição do bispo diocesano e, portanto, fora das determinações dos poderes seculares superiores.

VI — *Organização da paróquia.*

Devia ter sido organizada a paróquia de Santa Maria de Ul nos meados ou fins do século XII, que não antes, por não estarem ainda definidos, nesse tempo, os limites de jurisdição paroquial, como se depreende da Carta de instituição e doação do Couto de Cucujães ao Mosteiro Beneditino, situado em Cucujães, por D. Afonso Henriques, em 7 de Julho de 1139 (anos de Cristo), e, na mesma carta, apenas se mencionam as povoações contíguas de Cucujães, sem ser feita a mínima referência a paróquias ou freguesias limítrofes, o que já se não dava, na mesma época, com os bispados, como se pode julgar pela assistência do Arcebispo de Braga e Bispo de Coimbra à factura da referida carta que confirmaram com a sua assinatura, como conselheiros que eram do príncipe, ao tempo, do Condado Português.



Fig. 2

S. Brás

CAPÍTULO SEGUNDO

Párocos de S. Maria de Ul desde o século XVI.

O povo da freguesia de Ul, de hoje, como o seu antepassado, tem mostrado o sentimento de Deus e da Religião, respeitado os direitos de Deus e da Santa Igreja, e tido sempre na maior consideração os seus párocos. E assim, os filhos do bom povo de Ul, gente laboriosa e disciplinada, continuam a ser a esperança e o poder da freguesia e também da nação que devem preferir à freguesia, tanto no espiritual como no temporal.

A)

Nomes dos párocos da igreja de Ul e seu tempo de parochialidade, desde 1587 a 1774, constantes de seis livros, da mesma igreja, arquivados na Universidade de Coimbra, com a numeração anual dos baptizados celebrados na igreja da freguesia.

Segue a relação dos nomes por sua ordem cronológica:

I LIVRO

1587 1676

- De 1587 a 1599 — Francisco Álvares Pais (abade).
» 1599 a 1605 — Licenciado — Baltazar Barbosa (abade).
» 1605 a 1609 — Fernão Vaz (abade).
» 1609 a 1628 — Pascoal Francisco Pais (abade).
» 1628 a 1631 — Pedro de Oliveira (cura).
» 1631 a 1668 — André de Resende (abade).
» 1668 a 1676 — André Cardoso (abade).

II LIVRO

1676-1715

De 1676 a 1680 — Continua abade o mesmo André Cardoso.

De 1680 a 1682 — Miguel Rodrigues Fernandes (encomendado).

De 1682 a 1702 — Pedro de Figueiroa (abade).

- » 1702 a 1709 — Joseph Lopes Lobo (encomendado).
» 1709 a 1715 — Inácio Barbosa de Sousa (abade).

SANTA MARIA DE UL

III LIVRO

1715-1742

De 1715 a 1737 — Continua abade o anterior.

1737 — Manuel da Costa Silva (encomendado).

» 1737 a 1742 — Cláudio Borges Araújo (abade).

Foram curas deste abade, alternadamente:

Padre — Teodósio Tavares.

» — Manuel Rodrigues de Oliveira.

» — Manuel Borges Rios.

» — Manuel Henriques de Oliveira.

» — Luís Borges de Azevedo.

IV LIVRO

1742-1780

De 1742 a 1760 — Abade anterior.

» 1760 a 1775 — Dr. José Borges de Azevedo (encomendado).

De 1775 a 1779 — Manuel José Pereira (abade).

V LIVRO

1779-1813

De 1779 a 1797 — Continuou o abade anterior até à sua morte em 2 de Janeiro de 1797, sucedendo-lhe, por encomendação por alguns meses, o Reverendo Manuel Monteiro.

De 1797 a 1813 — João Pereira de Melo (abade).

VI LIVRO

1813-1834

De 1813 a 1826 — Continuou o abade anterior.

» 1826 a 1830 — António Leite Ribeiro Moreira (cura).

» 1830 a 1850 — Manuel Duarte Pereira Coentro (abade).

B)

Nomes dos párocos da mesma freguesia de Ul, constantes do livro das visitas pastorais, arquivado na residência paroquial.

Segue a relação:

De 1850 a 1870 — Francisco Pais de Resende.

» 1870 a 1880 — Manuel Duarte Pereira.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

De 1880 a 1900 — Modesto Coelho da Costa Pessoa.

» 1900 a 1924 — António da Silva Nunes.

» 1924 a 1937 — Manuel Pereira da Silva Gomes.

» 1937 a 1940 — António Marques Nogueira.

» 1941 a 1949 — Agostinho Pereira da Silva Gomes.

1950 — António Fonseca.

OBSERVAÇÃO. — Transcrevemos, aqui, o nome de todos os párocos de Ul pela ordem cronológica desde 1887.

Para maior clareza, harmonizamos os anos com algumas alterações sem importância.

Párocos que mais serviços prestaram à igreja de Ul no seu tempo de paroquialidade, e que a história regista a bem da igreja e da freguesia e que não mais esquecem no tempo.

1.º Reverendo Dr. José Borges de Azevedo.

I — *Demolição e reconstrução da igreja.*

a) Foi este pároco quem promoveu e dirigiu os trabalhos de demolição e reconstrução da igreja de S. Maria de Ul, no seu tempo de pároco, tendo assim, com esta sua dedicação à igreja, prestado relevante serviço à freguesia — serviço que os habitantes da mesma viram, admiraram e reconheceram com amor e gratidão.

b) Ao tempo residiam bastantes ulenses no Brasil e, tendo lá conhecimento dos muitos esforços e sacrifícios feitos a benefício da igreja de Ul pelo seu reverendo pároco — Dr. José Borges de Azevedo, deliberaram render-lhe a sua humilde homenagem de justiça e gratidão com a compra e oferecimento de um escravo preto que lhe mandaram para o servir na sua residência de Ul. Esse escravo teve o nome de Manuel Domingues Preto.

Os supraditos ulenses ausentes, com este seu gesto, só mostraram ser bons filhos de Ul, grandes patriotas e bons cristãos, isto devido à primorosa educação cívica e religiosa dos seus maiores.

2.º Reverendo P.º Manuel Pereira da Silva Gomes. Tomou posse da freguesia em 3 de Julho de 1924.

I — *Serviços prestados à freguesia e aos párocos seus sucessores:*

a) *Na residência paroquial.* Havendo tomado conta da freguesia, cuidou logo em mandar demolir uns pardieiros que já tinham servido de residência dos párocos, e levantar, no mesmo local, uma nova residência com as necessárias divisões, e bem assim fechar com um muro o quintal junto. Todo este serviço a expensas suas.

SANTA MARIA DE UL

b) *No passal.* Tendo visto no dia da posse da sua paróquia, desaproveitado o passal, interessou-lhe, sem grande demora, a preparação do terreno para cereais e horticultura, e também plantação de bacelos para vinha nova.

II — Melhoramentos materiais na igreja:

- a) Reforma das sacristias que importou em Esc. 7.000\$00.
- b) Serviço da carpintaria no tecto e cobertura da igreja com telha, tipo Marselha, cujo dispêndio foi de Esc. 6.000\$00.
- c) Pavimentação do corpo da igreja, que custou Esc. 3.000\$00.
- d) Instalação da luz eléctrica, que importou em Esc. 3.000\$00.
- e) Compra de um relógio para a torre pela quantia de Esc. 4.400\$00.
- f) Aquisição de uma imagem do Coração de Jesus, de um cálix de prata, dois missais e alguns paramentos.
- g) Oferta da imagem da padroeira Santa Maria pelo benemérito ulense — Severino Baptista da Silva Terra.

III — Criação da Escola Primária Oficial do lugar do Pinheiral:

a) Diligências do pároco. Querendo o pároco dar impulso à instrução numa localidade da sua freguesia, não se poupou a esforços e sacrifícios para conseguir o seu fim. E assim, devido à sua acção e influência pessoal e política, foi criada pelo Estado a Escola Primária Oficial no lugar do Pinheiral, depois de ofertado o necessário terreno pelo grande defensor dos interesses da sua querida freguesia de Ul — Domingos de Oliveira Fontes.

b) Comparticipação do Estado. A construção da nova escola importou em Esc. 55.000\$00; o Estado auxiliou com a verba de Esc. 30.000\$00, e ainda com uma outra verba de Esc. 4.000\$00, para abertura de um poço e canalização de água para o seu abastecimento.

Estas comparticipações do Estado foram concedidas por intermédio do ilustre loureirense — José Luciano da Silva Cravo a pedido do seu amigo e bondoso pároco de Ul — padre Manuel Pereira da Silva Gomes.

3.º) Reverendo António Marques Nogueira. Foi nomeado pároco da igreja de Ul por Decreto Episcopal de 14 de Julho de 1937.

I — Melhoramentos que promoveu e realizou na igreja:

- a) Modificação da sacristia com divisões e vidros granulados.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

b) Aquisição de duas dalmáticas vermelhas, capa da asperges, e véu de ombros da mesma cor.

c) Compra de um pavilhão de gala para o sacrário, e adaptação de duas cortinas de tela dourada para o mesmo.

d) Soalho da Capela-mor, e achegamento do altar à tribuna.

II — *Melhoramentos dentro da residência paroquial:*

a) Reforma da cozinha.

b) Conserto do escritório e de um quarto.

c) Reparação da sala de visitas e revestimento do tecto.

4.º) Reverendo Agostinho Pereira da Silva Gomes.

Tomou posse da freguesia de Ul em 16 de Dezembro de 1942, que paroquiou até 15 de Agosto de 1949.

I — *Serviços relevantes prestados à igreja:*

a) Colocação de mosaicos no pavimento da capela-mor, onde o tortulho tinha devorado alguns soalhos em poucos anos, o que importou em Esc. 5.000\$00.

b) Aquisição de cadeiraís confeccionados nas oficinas do Colégio das Missões da Vila do Couto de Cucujães, que custou a verba de Esc. 6.000\$00.

c) Divisão da pia baptismal com mármore, e cobertura da mesma pia com tampa de bronze cromado; rebocação do baptistério, e colocação de azulejos em sua volta.

d) Colocação em uma janela de um vitral com uma pintura, representando o baptismo de Cristo, e embelezadas as portas com dois vitrais, ficando cada um com sua pintura: um representando a árvore da perdição, e outro a cruz da redenção, na importância de Esc. 7.000\$00.

e) A fachada principal da igreja revestida de azulejos, e o interior, em volta, também de lambrim de azulejos, o que tudo importou em Esc. 24.000\$00.

f) Aquisição das imagens de S. António, e de S. João de Brito (Mártir), em cedro do Brasil, por . . . Esc. 5.000\$00.

II — *Sacristia da igreja, denominada Museu pelo povo da freguesia:*

a) A igreja, do lado sul, possui uma sacristia para depósito e guarda dos objectos destinados ao culto, e também das suas velharias, tais como:

Imagens antigas desafectas ao culto, missais antigos em bom uso, pedras de ara inutilizadas, galhetas em estanho e âmbulas do mesmo metal, lanternas antigas de acompanhar o Santíssimo, cruzeiros de madeira e de metal já em desuso, e outros objectos antigos que foram retirados da igreja para a sua sacristia.

O Sr. Dr. João da Conceição e Silva, distinto clínico, e amigo de Ul, onde se consorciou, mandou vedar com vidraça a parte da sacristia, onde está o pequeno Museu e, desde então, começou o mesmo a ser observado com atenção, não só pelo povo da freguesia, mas até por estranhos.

b) Livros da igreja. Do Museu fazem parte diversos livros, tais são: O rol da desobriga de 1771 que está escrito em papel selado de cinco réis, e o de 1799 em papel de dez réis. Este rol menciona, como residentes na freguesia, o abade e mais quatro clérigos, e a população de 495 almas.

c) O Livro das Visitações Pastorais, as constituições do bispado, missais editados na tipografia régia de Lisboa em 1789, e outros livros, são também dignos de menção.

III — *A freguesia muito aprecia e considera o novo Museu instalado na sacristia da igreja.*

E assim:

a) Pessoas que tinham em suas casas objectos religiosos houveram por bem dá-los ao Museu, como rosários e coroas interessantes, etc. Uma velhinha do lugar do Crasto — a Virgínia — ofereceu uma pedra com cerca de meio metro de altura com uma cruz em gesso e a imagem de Jesus Cristo, dizendo que a avó a trouxera das Almas da Moura para o quintal. Algumas pessoas cultas chegaram a afirmar que era um «dolmen»



Fig. 3

Custódia de madeira com um coração

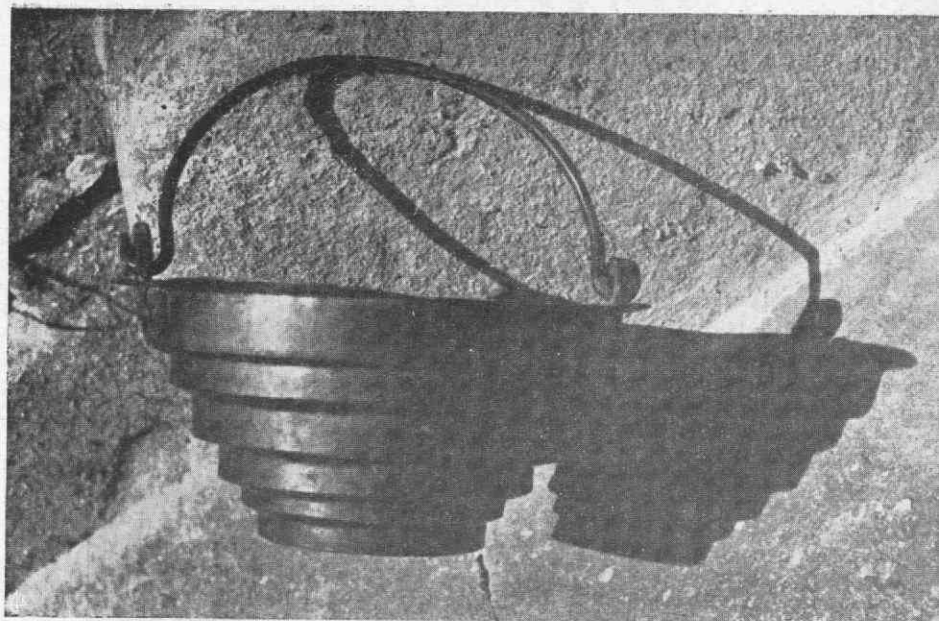


Fig. 4
Caldeirinha em bronze batido



Fig. 5
Bacia das esmolas, com Agnus Dei

(do celta daul — mesa, e maen — pedra), a que os cristãos apuseram a cruz; mas o que parece mais provável é ser uma obra de arte popular, embora muito antiga.

b) Fazem parte do Museu uma *custódia de madeira* com um coração. Este símbolo do Coração de Jesus esteve exposto na igreja de S. Francisco, da cidade do Porto, na exposição de 1946, e foi mandado fazer para lucrar as primeiras indulgências concedidas ao Altar que tivesse esse símbolo. Estas indulgências foram concedidas tão somente ao bispado do Porto, a pedido da rainha D. Maria I.

c) Objecto mais antigo deve ser uma *caldeirinha em bronze batido*, com as asas do aro cravadas, o que deve ser anterior ao século XIII. Há também uma *bacia das esmolas* interessante e de algum valor pelo Agnus Dei (Deus Misericordioso) que tem gravado em relevo.

CAPÍTULO TERCEIRO

Crasto de Ul, antigo oppidum (praça cercada de muros e baluartes que a defendiam contra o inimigo).

I — *Situação do crasto.* O crasto de Ul, situado a poucos metros de distância da igreja da freguesia, é um pequeno monte povoado que se estende, do lado Nascente, até à margem esquerda do rio Ul, e do Poente até à direita do Antuã.

a) Escavações no crasto. Com esforço e persistência conseguiu o reverendo Agostinho Pereira da Silva Gomes, já mencionado neste trabalho, em escavações que planeou e mandou fazer no dito crasto, muitos vestígios de estâncias pre-históricas, que formam a colectânea de um novo Museu, instalado na sacristia da igreja, como já advertimos.

Do reverendo Agostinho segue o relato dos objectos encontrados no crasto e recolhidos no Museu:

b) Além de grandes quantidades de fragmentos de cerâmica: figulina, aretina, micada e fuscada, foram depositados no Museu pesos ou aparelhos de teares, tijolos diversos, bicos de ânfora, pedaços de tegula intactos que atestam bem a civilização desses remotos tempos.

c) As pequenas *mós manuais* ⁽¹⁾, em pedras de qualidades diferentes, mostram que o crasto devia ter sido um

(1) As mós manuais, nesses remotos tempos, eram para reduzir a farinha as bolotas ou glandes dos carvalhos, que era o pão do povo rude desse tempo, segundo STRABÃO.

grande centro de comércio. Junto às mós via-se barro grosso de um lado e fino do outro, levando a crer que eram utilizadas para moer o barro.

d) Foram levadas também para o Museu muitas pequenas pedras curiosas, contas, vidro fabricado com mica, torresmos ou escórias da forja e carvão.

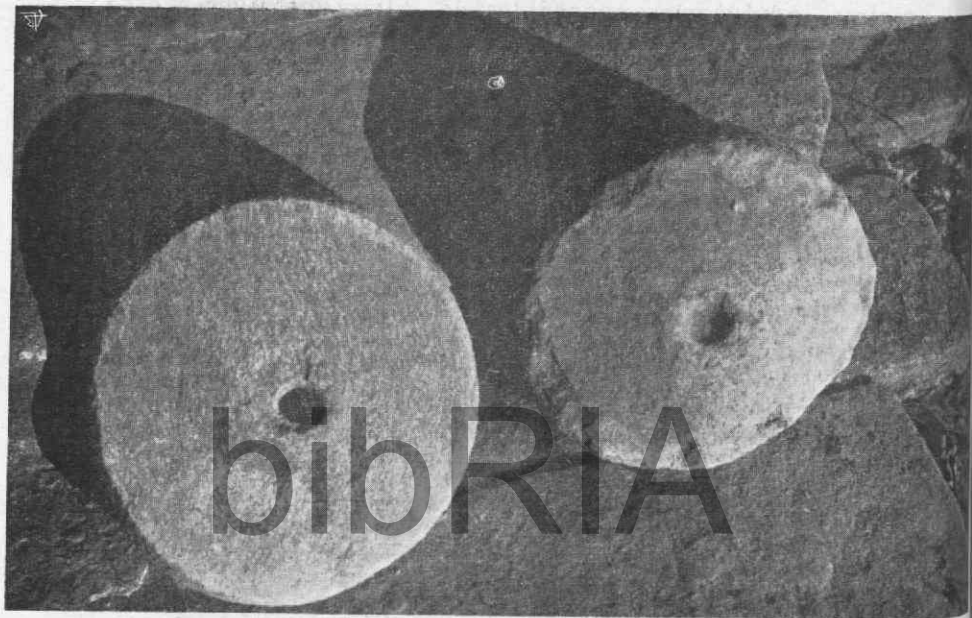


Fig. 6

Mós manuais

Faz parte do Museu uma pedra de 1 metro de comprido e 50 cm. de largo onde se lê esta inscrição ao deus Camalião:

—BEAA—CAIMO—X $\sqrt{\text{.}}$ o—

encontrada num quintal do crasto, e um cilindro de granito de 1 metro de altura e meio metro de diâmetro, com inscrição muito apagada, o qual parece ser um marco divisório da freguesia de Loureiro encontrado no lugar de Adães, onde se distingue bem o nome de —IoANES.

e) Em metal apenas estão no Museu três objectos encontrados no crasto: uma fíbula conforme o desenho, com meio metro de comprido, em bronze, com um gancho em S quase

na ponta, e um guarda-mão no pé que não pode ser classificado; um *maskarão* em bronze e uma asa de cítula.

f) Além dos supraditos objectos, que foram levados

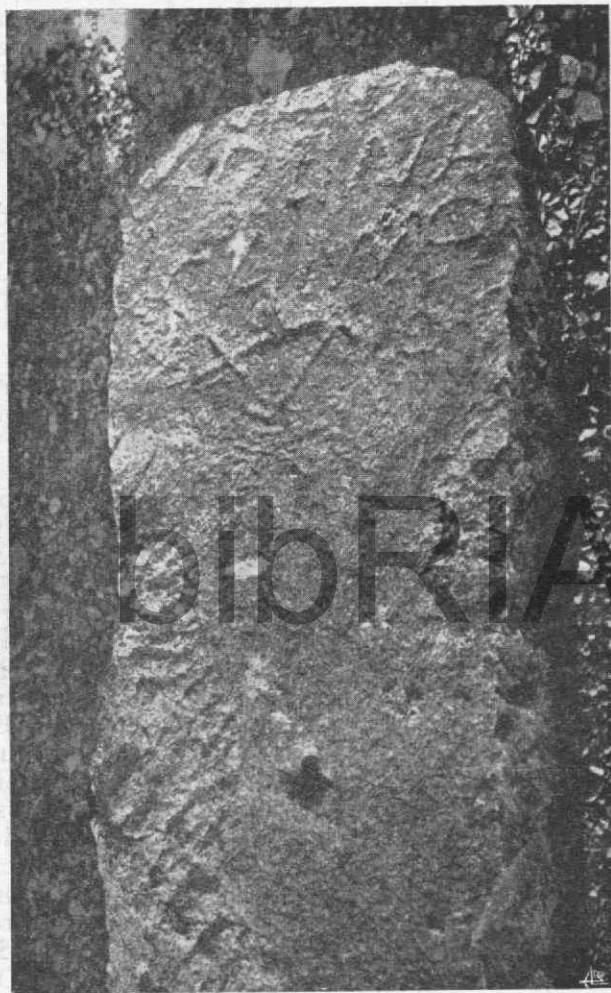


Fig. 7

Ao Deus Camalião, divindade que presidia
aos casamentos

para o Museu, descobriram-se, no crasto, casas, ou antes paredes com 1 ou 2 metros de altura, formando compartimentos de diversos tamanhos. A rua entre estes compartimentos era de cinco palmos de largo. As paredes eram feitas

com duas faces e cheias de terra ou barro no meio. A muralha tem uns dois metros de espessura e está bem visível dos lados Sul e Poente do crasto.

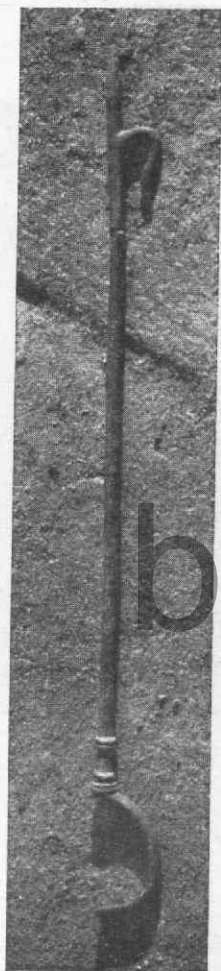


Fig. 8

Fíbula de bronze
com extremidades
que serviram
de presilhas

g) Nas pesquisas efectuadas, encontrou-se grande quantidade de covas com um palmo de diâmetro, tendo cinza, carvão e pedras queimadas pelo fogo, e achou-se também num monte do actual sacristão da igreja um pavimento revestido de pequenas lages.

Fora das muralhas, para o lado do Poente, está uma espécie de barraca de grandes pedras que se presume uma anta (monumento megalítico, formado de uma grande pedra horizontal sobre outras, mais pequenas e verticais).

O povo ainda aponta, no monte crasto, o sítio do barreiro, da fonte, e a corredoiira ou corredor que dava passagem aos transeuntes pelo Oppidum (praça fortificada), enquanto estavam abertas as portas.

Sem comentários. Quando o reverendo Agostinho Pereira da Silva Gomes e o povo de Ul começaram a tomar interesse pelas preciosidades antigas encerradas no crasto, o mesmo reverendo Agostinho entendeu por conveniente e necessário escrever a um considerado arqueólogo para vir orientar as pesquisas e ensinar o modo de as efectuar. E assim fez. Escreveu ao considerado arqueólogo que lhe prometeu por escrito vir em missão oficial para que o crasto ficasse com direito à comparticipação do Estado, pois tinha conhecimento do seu valor, não só pelo que descrevia o pároco, mas por informações de outras pessoas. Entretanto, outro arqueólogo, director de um Museu, visitou o crasto, na passagem por Oliveira de Azemeis. Pois isto foi o bastante para que o senhor considerado arqueólogo respondesse a uma carta do reverendo Agostinho, pároco de Ul, dizendo que não ia fazer a prometida visita oficial; depois da visita do director do Museu de tal, nada tinha que ir lá fazer. O reverendo Agostinho, pároco, perante tal resposta, cruzou os braços, e assim findaram os trabalhos que, a princípio, tanto o entusiasmaram!

Nota curiosa de um passado histórico, como o do crasto, que vem a propósito:

«Vestígios da antiga civilização romana em Condeixa-a-Velha». Sua descrição circunstanciada:

O passado é morte, e só o presente é vida: todavia o presente, para ser bem compreendido, precisa das lições sentidas e silenciosas da história, quer de censura quer de louvor, as quais devem ser aproveitadas pelo homem na sua vida activa do bem e do belo que nobilita e redime.

Para confirmar esta verdade histórica:

Atraído pela curiosidade do passado histórico, que é lição e luz, fui visitar as ruínas de uma citânia em Condeixa-a-Velha (antiga Conimbriga dos Romanos), e lá encontrei os vestígios de um ópido com uma fortificação ao centro também em ruínas, e construída de grandes blocos de pedra da região: do lado Norte da fortificação, e contígua à mesma, uma larga e desco-



Fig. 9

Mascarão

berta esplanada, contendo pavimentos de salas quadradas do desaparecido casario elegante (domus domini). Esses pavimentos (que não sei descrever, por extraordinários e complicados para mim), construídos de mármore da região, de cor branca, amarela, azul, avermelhada e negra, obrados artisticamente, põem à vista, em determinados pontos, figuras de motivos variados e gosto delicado.

As mesmas figuras formadas de finos mármore de cor escolhida e adaptada, reduzidos a minúsculos quadrados embutidos, com apropriada combinação, nos descobertos pavimentos, somente revelam a elevada actividade artística dos Romanos!

Oh! Como deveria ter sido deslumbrante a decoração interior de tão sumptuosos edifícios!

Entre as figuras admiradas e apreciadas nos referidos pavimentos, fazem parte as do emblema suástico, ornadas de quatro raios em forma de cruz gamada, de origem ariana (população semibárbara, saída da Sibéria que, a partir do ano 2.000 antes de Cristo, invadiu a Ásia Ocidental).

A seguir à supradita esplanada, do lado Nascente, dei de cara com aquecimentos de casas que foram de grandes senhores e tanques próximos para banhos.

A Sul da referida fortificação, deparei com outra esplanada e, na mesma, com uma ara e alguns túmulos, parecendo ter sido local reservado para enterramento dos mortos; é, a Poente desta, restos de paredes de casas agrupadas que foram habitadas por plebeus e clientes sob a protecção do patriciado romano (classe nobre).

Pouco antes de deixar a citânia, defrontei ainda com evidentes vestígios do leito da via militar romana, na direcção de Sul para o Norte. Esses vestígios, na sua mudez eloquente, mostram o seguimento da mesma via militar romana através do antigo ópido em direcção a Coimbra (antiga Eminio) para continuar até Braga (Brachara Augusta).

Portanto:

Como lição do passado histórico de Condeixa-a-Velha, e de outros quase semelhantes já encontrados, podemos exclaimar:

Como foram grandes pelo seu esforçado ânimo, em acções e feitos, os antigos Romanos que suplantaram em civilização e poderio: Egipto, Assíria, Babilónia, Medo-Persa e Grécia!

A dominação romana, que também sofreu a Espanha, terminou no princípio do século V pela invasão dos povos bárbaros, sucedendo a estes, igualmente por invasão, as hordas dos Árabes (Muçulmanos) no século VII, após porfiadas lutas com armas!

Por fim, os povos oriundos da Espanha, subjugados durante séculos sucessivamente por outros diferentes povos que foram Romanos, Bárbaros e Árabes, decidiram recuperar, com fé e a golpes de espada, a sua independência e liberdade primitivas, como sentimento nobre e contemporâneo da Humanidade.

Nesse empreendimento bélico tomaram parte rija os Lusitanos, já conhecidos pela sua valentia nunca excedida, desde a sua conquista pelos Romanos, nos anos de 149 antes de Cristo.

E assim, uns e outros desses povos invasores e despóticos, após a sua derrota pelas armas e consequente debandada da Espanha, deixaram do seu domínio vestígios importantes — verdadeiros monumentos de interesse científico, artístico, e linguístico, que continuarão a ser respeitados,

admirados, apreciados e aproveitados pelos Lusos e, sobretudo, os dos antigos Romanos, como o de Condeixa-a-Velha!

Em síntese:

O Crasto de Ul é pré-romano, porque os objectos nele encontrados em nada caracterizam a civilização romana. Só os monumentos soberbos dos romanos, como o de Condeixa-a-Velha, testemunham respeitosa e elegantemente — elegância, grandeza e sumptuosidade!

CAPÍTULO QUARTO

A freguesia de Santa Maria de Ul na sua evolução politico-administrativa até à sua entrada no concelho de Oliveira de Azemeis.

I — *Santa Maria de Ul, do concelho da Bemposta.*
A freguesia de Santa Maria de Ul já era do antigo concelho da Bemposta no ano de 1527 ⁽¹⁾. Pertenceu à comarca e ouvidoria da Feira ⁽²⁾ e, nos meados do século XVIII, à comarca de Esgueira ⁽³⁾. Esta comarca, que foi criada em 1533, passou para Aveiro em 1759.

II — *Santa Maria de Ul, do concelho de Oliveira de Azemeis.* A comarca da Feira, com o decorrer dos anos, tornou-se densa em população na vasta extensão do seu termo. E daí a necessidade de o Estado ter de desanexar da mesma algumas freguesias para benefício e comodidade dos seus habitantes.

E assim foram separadas da comarca da Feira 20 freguesias para a criação do concelho de Oliveira de Azemeis por Decreto de 5 de Janeiro de 1799, tendo sido 18 por este decreto. Para perfazer o determinado número das 20, decretadas, foram separadas mais 2 da mesma comarca — a do Burgo de Arrifana e a de S. João da Madeira por Decreto de 27 de Setembro de 1801.

O supradito concelho da Bemposta, nos meados do século XVIII, era composto de 11 freguesias, a saber: «Par-delhas, Santiaes (S. João de Cepelos?), S. Martinho de Salreu, Canelas, Fermelã, Branca, Ribeira de Fráguas, Palmaz, Travanca, S. Maria de Ul e Loureiro».

(1) *Anais do Município de Oliveira de Azemeis*, pág. 315.

(2) *Corografia Portuguesa* do P.^o ANT.^o CARV.^o DA COSTA, tomo segundo, pág. 168.

(3) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XIV, pág. 137 e vol. II, pág. 201.

(4) *Ibidem*, págs. 136 e 137.

Extinto o concelho da Bemposta por Decreto de 24 de Setembro de 1855, foram encorporadas no concelho de Oliveira de Azemeis as 5 freguesias que o mesmo ainda contava nesse tempo e que eram: Pinheiro da Bemposta, Palmaz, Travanca, Loureiro e Santa Maria de Ul.

E assim morreu o velho concelho do Pinheiro da Bemposta para dar vida ao contemporâneo concelho de Oliveira de Azemeis, elevado à categoria de comarca no ano de 1835.

Foram estas as consequências das reformas político-administrativas de então !

NOTA.— No tempo da vigência do concelho da Bemposta foram separadas algumas freguesias, já vindas da instituição do mesmo concelho, a título e conveniência de padroados, e encorporadas outras como que em compensação alternada, mas esta, de cada vez mais diminuta até que, por fim, baixou para 5 o número das mesmas.

Como relatam documentos coevos da sua municipalidade secular, deduz-se que foi oscilante o movimento político-administrativo do supradito concelho que acabou, desapiadadamente, com o desprendimento da sua pêndula municipal, também político-administrativa, tendo assim passado de superior a subordinado com a sua extinção e encorporação no de Oliveira de Azemeis, distrito administrativo de Aveiro e bispado do Porto.

CAPÍTULO QUINTO

Número de prédios descritos na matriz de Oliveira de Azemeis. Censo populacional. Melhoramentos. Padarias e descasque de arroz. Quadros elucidativos. Pontes de trânsito.

A terra de Ul é fértil e nela há boas propriedades que produzem milho, centeio, feijão, batata, legumes e vinho. Tem boas casas, sobresaíndo a casa de Manuel Ferreira Pinto, na Rua Direita.

I — *Número de prédios descritos na respectiva matriz, e seu rendimento tributável, referente ao ano de 1951:*

a) Prédios urbanos, em vigor, 640 artigos, e seu rendimento tributável — 156.948:00.

b) Prédios rústicos, em vigor, 1.788 artigos, e seu rendimento tributável — 87:822:45.

II — *Censo populacional:*

Em 1623	152 almas
» 1770	634 »
» 1788	514 »
» 1799	495 »

SANTA MARIA DE UL

Em 1864	1280	almas
» 1878	1445	»
» 1900	1798	»
» 1940	2071	»

III — Melhoramentos.

a) Escolas Primárias Oficiais. A freguesia tem três escolas primárias, mistas, a saber:

Uma no lugar de Ul, outra no de Adães, e a terceira no de Ouriçosa. Além destas, tem ainda outra, não mista, no lugar do Pinheiral.

b) Correios. Esta freguesia não possui estação telégrafo-postal. Para o seu serviço público e particular, tem caixas postais em cada um dos seguintes lugares: Ul, Ouriçosa, Areosa, Souto, Porto de Vacas e Serro.

c) Vias de comunicação. Ul é servida de boas estradas e de uma estação do caminho de ferro do Vale do Vouga, denominada Estação de Ul. Umas e outra ligam a freguesia aos principais pontos do País. O caminho de ferro do Val do Vouga foi inaugurado oficialmente, desde Espinho até Oliveira de Azemeis, em 23 de Novembro de 1908, com a presença do Rei D. Manuel II.

IV — *Padaria e descasque de arroz.* O Rio Ul, afluente do rio Antuã, que nasce no vale, sito entre a Serra do Pinheiro e o Monte de S. Marcos, de Fajões, passa pelo centro da freguesia de S. Maria de Ul, atravessando uma grande zona.

O rio Antuã, que nasce em Escariz, de Arouca, atravessa uma outra zona de terreno dentro da mesma freguesia.

Este tem a sua entrada em Ul na Ponte do Pego, onde é mais conhecido pelo nome de rio da Ínsua.

No local, denominado Dois Rios, o Antuã recebe as águas do rio Ul, como seu confluyente da margem direita, correndo depois um e outro, em leito comum, para a ria de Aveiro.

Em ambos os rios, há bastantes açudes para represar as suas águas, tanto destinadas à irrigação das terras, como à moagem do grão.

V — *Quadros elucidativos.* Ao longo das margens do Antuã e Ul vêem-se assentes bastantes casas de moinhos com rodas tocadas a água, que tanto servem para a trituração do grão, como para o descasque do arroz.

E assim, os habitantes desta linda e ubérrima terra de Ul entenderam por conveniente e necessário aproveitar a abundância de águas dos dois rios para duas indústrias caseiras, de que lhes provém bastantes rendimentos para a sua economia: *padaria e descasque de arroz*, mercadorias estas que têm grande venda nas freguesias do concelho e fora dele.

E assim, a freguesia de Ul conta 35 padarias legalizadas perante a Secção de Finanças que, em 1951, renderam 4.067\$00; e outras particulares (ambulantes), em número de 36, para vendedores de pão em feiras e mercados, sem lugar marcado que, no mesmo ano, renderam 2.975\$00.

Vão a seguir enumerados, em 2 quadros elucidativos, os lugares da freguesia por onde correm os dois rios (Antuã e Ul), e açudes, casas de moinhos nas margens dos mesmos e seu número de mós, convindo esclarecer que água sabida é água de todo o ano, e água perdida é, apenas, a água do inverno.

bibRIA

SANTA MARIA DE UL

1.º) ENUMERAÇÃO DAS CASAS DE MOINHOS EXISTENTES NAS MARGENS DO RIO UL DENTRO DA ZONA DA FREGUESIA DE UL, CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMEIS

SENTIDO NORTE-SUL — LIMITE — MADAÍL — DOIS RIOS

LUGARES	Açudes	Margens do rio		Casas de Moi- nhos (c)	Água sabida (d)	Rodas	Água perdida (e)	Rodas
		di- reita (a)	es- querda (b)					
Ouriçosa	I	2		2	2	9		
»	I		I	I			I	I
»		2		2	2	9		
Avenal	I	4		4	4	23		
Pisão	I		I	I			I	I
Cavalar	I	2		2	2	9		
Ponte Cavalar E. N. 224								
»	I	I		I	I	6		
»	I	I		I	I	6		
Salgueirinha	I	I		I	I	6		
»	I		I	I	I	7		
»	I	2		2	2	10		
»	I	I		I			I	3
»	I		2	2	2	12		
Pena	I	3		3	3	14		
Porto de Vacas	I		2	2	2	11		
» » »			2	2			2	5
Ribeiros	I	2		2	2	7		
»		I		I			I	2
»	I		I	I			I	3
»	I	I		I	I	6		
Ponte Igreja	I	2		2	2	8		
» »	I		I	I			I	4
» »	I	3		3	3	17		
» »	I		I	I			I	2
Crasto	I		I	I	I	4		
Azevinheira	I	I		I	I	4		
»	I	4		4	4	15		
Dois Rios	I	I		I	I	6		
Totais . . .	25	34	13	47	38	189	9	21

(a) e (b) — O total destas duas colunas é igual à soma da coluna (c).

(d) e (e) — O total destas duas colunas é igual à soma da coluna (c).

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

2.º) ENUMERAÇÃO DAS CASAS DE MOINHOS EXISTENTES NAS MARGENS DO RIO ANTUÃ DENTRO DA ZONA DA FREGUESIA DE UL, CONCELHO DE OLIVEIRA DE AZEMEIS

LIMITE — PONTE DO PEGO — DOIS RIOS

LUGARES	Açudes	Margens do rio		Casas de Moi- nhos (c)	Água sabida (d)	Rodas	Água perdida (e)	Rodas
		di- reita (a)	es- querda (b)					
Ponte do Pego	2		2	2	2	8		
» » »		I		I	I	5		
» » »			I	I			I	I
» » »	I	2		2	2	10		
Barreta	I		I	I	I	4		
»		2		2	2	6		
Avelão	I	4		4	4	11		
»			3	3	3	6		
»	I		3	3	3	10		
»	I	I		I	I		I	2
»			I	I	I	3		
»	I	I		I	I	3		
Insuas	I		3	3	3	10		
»		2		2	2	6		
»	I	3		3	3	10		
»			2	2	2	7		
Crasto	I		I	I	I	3		
»	I		2	2	2	6		
Dois Rios	I		2	2	2	6		
Totais . . .	13	16	21	37	35	114	2	3

(a) e (b) — O total destas duas colunas é igual à soma da coluna (c).

(d) e (e) — O total destas duas colunas é igual à soma da coluna (c).

VI — *Pontes de trânsito.* Para a passagem de pessoas, animais ou veículos, não são suficientes os caminhos ou estradas com seus aquedutos. São também necessárias pontes construídas sobre os rios ou vales, para não haver interrupção no trânsito.

Freguesia de S. Maria de Ul e suas pontes de maior trânsito para utilidade do povo.

— a) Sobre o rio Ul:

— Ponte do Cavalhar, de três arcos (para Loureiro);

— » da Salgueirinha, de um arco, de pedra (para Ul);

SANTA MARIA DE UL

- Ponte da Salgueirinha, de um arco, de pedra (para servidão de moinhos);
- » «de pé», construída em madeira, no lugar de Porto de Vacas;
- » provisória, de madeira, no lugar de Igreja, construída junto das ruínas de outra, de pedra, que a cheia fluvial derruiu em 1879, de 9 para 10 de Fevereiro.
- b) Sobre o rio Antuã, também conhecido pelo rio Insua:
 - Ponte da Barreta — em madeira;
 - » do Avelão — em pedra;
 - Idem » » — idem;
 - Idem » » — em madeira;
 - Idem do Crasto — em pedra, mas em ruínas.

NOTA. — Bastantes moradores da freguesia de Ul sofreram muitos prejuizos e arrelias, quando da enchente fluvial do Ul, e Antuã, de 9 para 10 de Fevereiro de 1879.

Essa enchente, pela corrente vertiginosa das suas águas, arrastou os açudes da beira dos dois rios que represavam as águas para as levadas dos moinhos e irrigação das terras, e ainda todo o cereal que, nos moinhos, esperava a sua vez para a laboração.

O prejuízo causado, que atingiu 110.000\$00, deixou embaraçados bastantes negociantes do artigo.

Não houve vítimas por ter sido de dia. De contrário, a enchente investiria as casas dos moinhos, pela escuridão da noite, com grande perigo de vidas!

CAPÍTULO SEXTO

Factos documentados do passado ulense.

Não deixará de ser agradável ao povo de Ul arrancar das sombras da noite para a luz clara do dia algumas velharias da sua terra, atendendo à sua raridadé.

Vejamos:

I— *Venda de um casal, no Paço (lugar do) por um cavallo.* Sobre um pequeno outeiro, da freguesia de Ul, não longe do rio Ul, existiu, nos tempos longe idos, um solar de família nobre, conhecido ainda hoje pelo nome de «Paço» e, nesse sítio, um casal que foi vendido, em 16 de Julho de 1103, por um cavallo no valor de cem soldos, moeda da época.

Assim o prova o documento a seguir transcrito:

«In Dei nomine. Ego Gumzaluo Suariz domino Deo eterna salute amen. Placui mici per bona pacis et uoluntas ut faceremus ad tiui Eremesimda kartula uenditjonis de uno kasal in Palacios que kaabi Gundisaluo cum iermano Nuno

Suariz et quantu abe Nuno in Palacios pone illo Gundisauo in karta ad dona Ermesinda in defesas (deturpação de in devesas) in plantatos in kasas per suis locis et terminis antiquis ubi illa potueritis inuenire qum qantu in se hocrine (deturpação de continet) ab ominis ad prestitum est pro que acepimus de uos precium uno kavalo in C solidos tantu ad mici bene conplacui et de precio non rema[n]sit pro dare in deuito.

Abeatis uos illa firmiter et omnes posteritas uestra iuri quieto faciatis de illa que uolueritis. Abe ipso kasal iacentja in uila Palacio subtus mo[n]tis Cotal discuremte Antula. Et si aliquis omo ueneri uel uenerimus contra hac factum nostrum ad inrumpendum et nos illa ad concilio deuidigare non potuerimus post uestra parte pariemus ad uobis illa ereditate duplata uel in tripo auc quantum ad uobis fueri meliorata et uos perpetim abitura.

Facta kartula uenditjonis et firmitatis in die quod erit xvii Kalendas Agustas et in Era MCX(L)I. Gundisaluo Suariz in hac Kartula uenditjonis manus mea rouorau — it. Qui preses fuerunt. Menendo ts., Rodoricu ts., Gundisaluo ts., Petro ts., Pelagio ts., Ramiru qui notui». (*Documentos Medievais Portugueses* — Vol. III — a pág. 110, sob o N.º 126).

Segue a sua versão em português:

«Em Nome de Deus. Eu Gonçalo Soares, em Deus Nosso Senhor, a salvação eterna. Amen.

Apraz-me por boa paz e vontade fazer a ti, Ermesinda, carta de venda de um casal que possuo no «Paço» (a poente do Ul). (Comigo) Gonçalo, Nuno Soares (meu) irmão, cede, na mesma carta de venda, à senhora Ermesinda quanto tem no Paço para plantação de castanheiros (souto) nas vivendas (dos moradores do casal) por seus terrenos em redor e marcos antigos, onde vós (senhora Ermesinda) puderdes encontrá-los, com (tudo) quanto neles (bens alienados) se contem e é de utilidade para o homem, porque recebemos o preço de um cavalo (no valor) de cem soldos, para mim (Gonçalo Soares) muito do meu agrado por causa do pagamento não ficar em débito. Conservai vós aquela propriedade por firmeza (do contrato) e toda a vossa posteridade; e, com direito pacífico, fazei dela o que quiserdes. O mesmo casal é situado na vila «Paço» sob o monte Codal, ladeado pelo rio Ul (não confundir com o rio Antuã). E, se algum homem (estranho) ou nós (pessoas da minha geração) vier, ou viermos contra esta nossa carta de venda para anular, e nós não pudermos reclamar a vosso interesse (i. é. defendermos o vosso direito), pagare-

SANTA MARIA DE UL

mos a vós essa herdade duplicada ou triplicada, e ainda os melhoramentos que nela continuadamente tiverdes feito: Feita (esta) carta de venda e firmeza, em 16 de Julho de 1103. Gonçalo Soares corroborou com sua mão esta carta de venda.

Ao que foram presentes:

Menendo — testemunha.

Rodrigo — testemunha.

Gonçalo — testemunha.

Pedro — testemunha.

Pelágio — testemunha.

Ramiro a redigiu.»

NOTA. — O nome de «Paço» (casa do), situado na freguesia de Santa Maria de Ul, a que alude o documento transcrito neste capítulo com a sua tradução em português, é bastante conhecido em toda a freguesia e terras vizinhas, não só pela sua antiga designação fidalga, mas também pela tradição regional — de ter sido o mesmo Paço (casa do) solar nobre de um Senhor da freguesia de Ul. Esse «Paço» fica a Poente do rio Ul (e não Antuã) numa extensão de trezentos metros. O supradito documento situa o Paço (casa do) no monte Codal, devendo este monte assinalar-se como ponto de referência que não pelo seu topónimo, pois não existe (nem consta) povoação, ou casa, na freguesia do Codal, com a denominação de Paço. Caso semelhante se deu com o monte Castro Recarei, da freguesia de S. Martinho da Gandra, também do concelho de Oliveira de Azemeis, o qual foi tomado, nos tempos medievais, como ponto de referência para algumas localidades a Oeste do dito Castro Recarei.

Essas localidades, além de outras, têm os nomes seguintes: S. Donato, Ovar, Azevedo, Insua e Maçada. Vide «Documentos Medievais Portugueses» — vol. III — e respectivos números — 15, 56 e 261.

Pelas observações aqui apresentadas, depreende-se que o «Paço» supra-mencionado foi e continua a ser da freguesia de Santa Maria de Ul.

Outro facto:

II — *Uma ordem do reverendíssimo Bispo do Porto, de 1807* (extraída do Livro das Visitações Pastorais, de Ul).

«Dom António de S. José de Castro, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo do Porto, do Conselho do Príncipe Regente Nosso Senhor, etc. A todos os nossos diocesanos — saúde e paz em Deus Nosso Senhor.

Fazemos saber que, tendo S. Alteza Real ordenado no seu real Decreto de 26 de Novembro próximo passado, que as tropas do imperador dos franceses sejam bem aquarteladas e assistidas de tudo o que lhes for preciso, evitando todo e qualquer insulto que se possa perpetrar, conservando-se sempre a boa harmonia que se deve praticar com os exércitos das nações aliadas; e sendo conveniente que estas reais Ordens se propaguem e difundam por todas as freguesias e aldeias deste bispado.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Havemos por bem ordenar que todos os rev. párocos da Nossa Jurisdição, não só intimem aos povos na cadeira paroquial, mas ainda promovam a execução delas por insinuações particulares, fazendo-lhes conhecer a obrigação que têm de as observar, e quanto assim convém aos seus interesses e pessoas e à tranquilidade pública. E recomendamos muito aos rev. párocos que sejam os primeiros em dar exemplo nos bons officios de hospitalidade e caridade com que devem ser recebidas e tratadas as sobreditas tropas aliadas e amigas, todas as vezes que suceda transitarem pelas suas respectivas freguesias.

E para que esta nossa ordem mais facilmente possa constar e chegar à notícia de todos os nossos diocesanos, os Rev. párocos farão remeter ao que se seguir com toda a brevidade, deixando a copiada no Livro dos Capítulos, e extraindo uma cópia que farão afixar no lugar público de sua igreja para que a todos seja patente, além da publicação por nós recomendada. Cada um dos rev. párocos assinarão, nas costas desta, de a terem recebido e remetido ao que se seguir, e o último fará remeter ao nosso escrivão da Câmara, Manuel Lopes Loureiro.

E eu, António José de Oliveira, a subscrevi.»

OBSERVAÇÃO. — A supradita ordem, escrita com o coração enternecido, foi uma medida de prudência do Bispo para conveniência e calma dos seus diocesanos, e suster a perpetração de morticínios e de muitas outras calamidades, porque em tempo de guerra não há caridade com os pobres, nem misericórdia com os enfermos.

Dissuadido o Bispo da «*pax bonae voluntatis*», e presentindo a aproximação da entrada do inimigo no Porto, tomou o caminho de Lisboa, levando consigo o cofre militar. Bem sabia o Bispo que, no Porto, não era isento do tribunal revolucionário e nem da guilhotina!

III — *Familiares da Santa Inquisição em S. Maria de Ul.*

A Santa Inquisição teve os seus familiares na freguesia de S. Maria de Ul. Esses familiares eram funcionários menores dos Tribunais do Santo Officio.

Para serem investidos na posse de familiar da Santa Inquisição, em dia, mês e ano determinados, era preciso Carta do Tribunal do Santo Officio e, quando para o seu casamento, investigar oficialmente a pureza de sangue da mulher que lhe convinha aceitar.

O cargo de familiar, para S. Maria de Ul, foi conferido aos individuos seguintes:

— Em 31 de Janeiro de 1695 — João Pinheiro de Mauris, casado, mercador, natural de Santiago de Riba-Ul, e morador em S. Miguel de Oliveira de Azemeis, terra da Feira, bispado do Porto; filho de Manuel Pinheiro e de Domingas André; neto paterno de Domingos Pinheiro e de Maria Fer-

nandes; neto materno de Domingos André e de Isabel Antunes. Inquisição de Coimbra. Maço 24, N.º 563.

— Em 31-5-1745 — Domingos da Rosa Varela, solteiro, negociante, natural de Carcavelos, freguesia de Santiago de Riba-Ul, morador em Vila Real de N. Senhora da Conceição de Sabara das Minas de Ouro, bispado do Rio de Janeiro; filho de Pascoal Manuel e de Isabel Jorge; neto paterno de Gonçalo Manuel e de Domingas Antónia; neto materno de Domingos Jorge e de Domingas Fernandes. Inquisição de Lisboa. Maço 34, N.º 620.

Observação. Tem juntas as diligências (investigações oficiais) de Rosa Felizarda, natural do Porto, para o efeito de casar com este familiar, concluídas em 9-8-1749.

— Em 31 de Janeiro de 1746 — Francisco da Silva, mercador de panos de linho, natural de Santa Maria de Ul, concelho da Bemposta, bispado do Porto, comarca de Esgueira, e morador na vila de Redondo, bispado de Évora; filho de Domingos da Silva e de Domingas Fernandes; neto paterno de Pedro Fernandes e de Maria Fernandes; neto materno de Manuel Jorge e de Maria Fernandes; irmão inteiro de Manuel da Silva, familiar do Santo Ofício na Inquisição de Évora, Inquisição de Évora. Maço 67, N.º 1253.

Observação. Tem juntas as diligências (investigações oficiais) de Eufrásia Maria, natural da freguesia de Santa Susana, concelho de Moura, para o efeito de casar com este familiar, as quais foram reprovadas em 18-3-1760, por cristã nova e mulatise, em grau proibido.

— Em 22 de Junho de 1753 — Domingos de Oliveira, solteiro, boticário, natural da freguesia de Santa Maria de Ul, comarca de Esgueira, bispado do Porto, assistente na botica da Casa professa de S. Roque de Lisboa; filho de Anselmo dos Anjos e de Adriana de Oliveira; neto paterno de Pascoal dos Anjos e de Clemência do Couto; neto materno de Manuel de Oliveira e de Isabel de Andrade. Inquisição de Lisboa. Maço 39, N.º 685.

— Em 13 de Agosto de 1801 — Domingos Fernandes Alves, negociante, natural e morador de Santiago de Riba-Ul, comarca da Feira, bispado do Porto; filho de Manuel Fernandes e de Ana Maria; neto paterno de António Fernandes e de Maria Dias; neto materno de António do Couto e de Maria «que por sobrenome não perca», todos da mesma freguesia. Inquisição de Coimbra. Maço 57, N.º 892 (1).

NOTA. — Foi um grande serviço prestado à Pátria a extinção da inquisição ou tribunal do santo ofício, em 5 de Abril de 1821!

Enquanto ela vigorou (285 anos), muitas sevícias e crueldades foram praticadas, à sombra da religião, por hipócritas beatarrões!

(1) *Arquivo do Distrito de Aveiro*, Vols. xiv e xv.

IV — *Homens de Ul ilustres em Letras.*

Acadêmicos ilustres, de Santa Maria de Ul, do concelho de Oliveira de Azemeis, que apresentaram e defenderam suas teses em escolas superiores de Coimbra, nos meados do século XVIII.

O sentimento religioso tem exercido grande influência em todos os povos, através dos séculos.

E Santa Maria de Ul, na sua existência já secular, tem mostrado também a influência desse sentimento, não tendo esquecido o seu passado sempre presente, para continuar cristã no presente e no futuro.

Senão, vejamos:

Dois ulenses, um, de nome José Borges de Araújo e Azevedo, e outro, chamado João de Oliveira Soares, cursaram escolas superiores em Coimbra, nos meados do século XVIII, tendo ambos preferido os estudos teológicos e, portanto, os que mais se conformaram com a lei moral e com a justiça, e ainda com o ambiente religioso da sua carinhosa terra de Ul.

Frequentou o primeiro o Colégio das Artes — Escola dos Jesuítas — de 1739 a 1744, em Direito Pontifício. Deste colégio, ao tempo o mais importante de Coimbra e até do Reino, alguns académicos foram professores públicos da Universidade. Apresentou o mesmo a sua tese na língua latina, impressa e publicada em um véu de gorgorão de seda de cor vermelha muito viva, franjado com filigrana de prata, oferecendo-a em homenagem à Santíssima Virgem Maria com ânimo reverente e coração humilde, suplicando assim a sua protecção, conforme a disciplina do tempo.

E o segundo académico cursou a Universidade de Coimbra, de 1763 a 1768, em Cânones e Direito Civil. Bacharelou-se ⁽¹⁾ em 13 de Julho de 1769, e formou-se em 15 de Junho de 1770, sempre *nemine discrepante* (aprovado por unanimidade), tendo também apresentado a sua tese, na língua latina, em um véu de gorgorão de seda de cor amarela, franjado com filigrana de prata, oferecendo-a, consagrando-a, e dedicando-a à Santíssima Virgem Maria com outros venerandos e singulares títulos gloriosos; e a São João Baptista sob o patrocínio de Santo António.

Cada uma das supraditas dedicatórias ocupa a parte superior de seu véu, e o assunto da respectiva tese a parte infe-

(1) Bacharel — 1.º grau académico que se confere no fim do 4.º ano.

Bacharel formado — o académico que frequentou mais um ano sem receber novo grau, mas sim as informações de todo o seu curso.

Licenciado (grau de) é o título universitário anterior ao de doutor.

rior do mesmo véu. Estes véus, que continuam na residência paroquial, não mencionam o ano da apresentação e defesa da tese, mas é de crer que esse ano fosse o da impressão dos véus, como estão escritos nas orlas dos mesmos, entre a terminação do assunto da tese e a filigrana cercante.

As referidas teses foram formuladas, cada uma pelo seu académico com tema diferente, para serem defendidas pelos mesmos, em público, perante os examinadores, que foram seus mestres.

Nas páginas, a seguir, vai transcrita a 1.^a das duas teses, na língua latina, com a sua versão em português, para mais fácil intelligência da maioria dos seus leitores; da 2.^a damos apenas a tradução, para maior brevidade.

1)

*Tese
do*

Académico — José Borges de Araújo e Azevedo

*«Purissimo Sapientiae Fonti
Intaminato Sanctitatis Speculo
Immenso Gratiarum Mari
Serenissimae Angelorum Reginae
Id est
Mariae Virgini
Sanctissimae*

*Sub nitidissimis titulis
Conceptionis Immaculatae
Et*

*Rosarii Sanctissimi. (1)
Ex reverenti animo, et humili corde
D. V. C. et O.*

*Pontificias Conclusiones
De Promptas*

*Ex subtilissimè notatis ad per difficilem text. in Cap. 2
de Postulatione Praelatorum
Patrocinate*

*Praeclarissimo, Ac Sapientissimo Domino
D. Christophoro de Almeida Soares*

*Quem maxima sapientia ad Clementinarum Cathedrae
Moderatorem dignissimum, Juris Pontificii Professore exi-*

(1) Foi D. João IV quem, no ano de 1646, declarou Nossa Senhora da Conceição — Padroeira e Defensora do Reino e Senhorio de Portugal.

mium, ac Interpretem literatissimum; nobilitas, ac caeterae dotes ad Regalis Divi Pauli Collegii Collegam ornamentissimum, et olim Rectorem emeritissimum evenere, et innumerae virtutes Judicem fiscalem acquissimum constituere, ad supremosque bonorum apices adhuc sublimabunt.

Propugnat

Josephus Borges de Araujo e Azevedo

Suo 5. Pontificii Juris anno decurrentis mensis, hora.

Quaestio Principalis:

Utrum Episcopus possit eligi in Archiepiscopum? Negative.

Conclusio unica

- 1 *Postulationis Praelatorum imprimis definitionem accipe, quae inter alias à D. D. adductas, nec brevitate obscura, nec longitudine, redundans nobis arridet:
Postulatio est. Petitio gratiae canonicè per Capitulum superiori facta de promovendo aliquem ad praelaturam, et dignitatem Ecclesiasticam ad quam propter impedimentum, vel defectum, in quo soleat dispensari, de jure eligi non potest.*
- 2 *Nec nos avertit ab hac definitione amplectenda, omitti in illa caetera beneficia ultra Praelaturas, vel dignitates Ecclesiasticas, quae per electionem solent provideri, quia de postulatione, quae in subsidium verae et propriae electionis fuit introducta agimus, et per veram, et propriam electionem tantummodo Praelaturas, vel dignitates provideri, non vero caetera beneficia, defendimus.*
- 3 *Postulationis nostrae divisionem nullam admittimus; unicam tantum esse Postulationem Praelatorum solemnem, et non simplicem, contra commune defendimus.*
- 4 *Episcopus electus, et confirmatus in Archiepiscopum, vel alterius Diocesis Episcopum debet postulari, minimè elegi.*
- 5 *Non negamus tamen vinculo matrimonii spiritualis esse suae Ecclesiae alligatum.*
- 6 *Hujusmodi tamen vinculum non esse de jure Divino indissolubile enixè afferimus.*
- 7 *Unde consequenter dicimus, posse à Summo Pontificè dissolvi.*
- 8 *Neque hanc facultatem pro aliquo tempore in Conciliis Provincialibus residere, negamus.*
- 9 *Imo totis viribus Conciliis Provincialibus defendimus potestatem Episcopos de una ad aliam Ecclesiam transferendi.*
- 10 *Etiam facultatem admittendi cessiones Episcopatuum habere, contendimus.*
- 11 *In difficili articulo depositionis Episcoporum pro eorumdem conciliorum auctoritate pugnamus.*
- 12 *Hanc tamen ultra nonum seculum porrigere disciplinae Ecclesiasticae monumenta non finunt.*

- 13 *Isto tamen seculo usum postulationis Praelatorum in Ecclesia, nec praxis admisit, nec necessitas postulabat.*
- 14 *Idem seculis sequentibus, dum à Clero, et populo electio Episcoporum celebrabatur, defendimus, simul afferendo, Cleri et populi electionem nullum jus electo praestare.*
- 15 *Seculi 12, fine, initioque 13, firmatum jus eligendi Episcopos penes Capitula Cathedralium Ecclesiarum repetitur, ex quo tempore conjicimus, et praxi, et necessitate usum postulationis Praelatorum fuisse introductum in Ecclesia.*
- 16 *Parochi, et caeteri Beneficiati Episcopo inferiores non contrahunt cum suis Ecclesiis matrimonium spirituale: unde dicimus, esse in Episcopo eligendos, et non postulandos.*
- 17 *Contrarium de Cardinalibus placet defendere contra commune, postulandos nimirum esse, non eligendos.*
- 18 *Laicus non potest eligi in Episcopum, valet tamen postulari, si utilem fore Ecclesiae speretur.*
- 19 *Aliter in Clerico alterius Diocesis discurremus, in Episcopum eligendum, non verò postulandum, firmiter tenemus.*
- 20 *Non professus non potest eligi in Praelatum religionis, in qua professionem non emisit, potest tamen postulari.*
- 21 *Idem placet de simpliciter illegitimis, qui in jure Canonico, et nostro Regio naturales vocantur asserere.*
- 22 *Non discurremus similiter de incestuosis aliò ve damnato coitu, procreatis, quibus adjunge Bigamos, Illiteratos, Homidas, Perjuros, Infames, Ecclesiastici Interdicti violatores, quos omnes nec eligi, nec postulari posse, defende.*
- 23 *His adnumerare Infideles, Hereticos, Schismaticos vi, non dubites.*
- 24 *De Infideli ad fidem converto si quaeras? In certamine cum distinctione respondebimus.*
- 25 *Hereticum vero, haeresi publice abjurata, Ecclesiae reconciliatum impostulabilem indistincte reputamus.*
- 26 *Nec non irregularem quam vis laicus sit, cum communi sententia haeticum reconciliatum judicamus.*
- 27 *De Schismatico Ecclesiae unitati reddito majus est dubium secundum veriore tamen sententiam, Schismaticum dicimus ineligibilem et impostulabilem.»*

Segue a sua tradução em português:

À

Fonte puríssima da Sabedoria:
Espelho sem mancha da Santidade:

Mar imenso das Graças:

Ou seja:

À Santíssima Virgem Maria

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

*Sob os mais resplandecentes títulos
da
Imaculada Conceição e do Santíssimo Rosário,
Com ânimo reverente e coração humilde
Dedica. Vota. Consagra. Oferece (¹).*

Estas conclusões pontificias apresentadas, e coligidas, despretenciosamente e sem ornato de linguagem, do texto in Cap. 2. «De Postulação dos Prelados».

Sob o patrocínio

Do preclarissimo e sapientissimo Senhor

D. Cristóvão de Almeida Soares — a quem a sua grande sabedoria elevou a mestre dignissimo da Cátedra Clementina (²), a professor exímio de Direito Pontificio e presidente letrado; e a nobreza, e outros dotes a professor do Real Colégio de São Paulo e, outrora, reitor insigne do mesmo; e inúmeras virtudes elegeram a justissimo juiz fiscal, e ainda ao maior grau das supremas honras.

Defende:

*José Borges de Araújo e Azevedo
do seu 5.º ano de Direito Pontificio, no corrente mês e dia.*

Questão principal:

Se o bispo pode ser eleito para arcebispo? Não.

Conclusão única:

- 1 Antes de mais nada, recebe a definição da postulação dos Prelados que, entre outras apresentadas pelos Doutores, nos parece mais de aceitar por não ser menos clara na sua brevidade, nem demasiado longa. Postulato est — Petição da graça feita canonicamente pelo Capítulo ao Superior para promover alguém à prelatura e dignidade eclesiástica, para a qual em razão de impedimento ou defeito, em que costuma haver dispensa, de direito não pode ser eleito.
- 2 Não nos afasta de abraçarmos esta definição o omitirmos nela outros benefícios, além das prelaturas ou dignidades eclesiásticas, que costumam ser providas por eleição, porque tratamos da postulação que foi introduzida em benefício de uma eleição propriamente dita, e defendemos que somente as prelaturas e dignidades são provi-

(¹) As teses eram dedicadas à Virgem Santa Mãe de Deus, conforme a disciplina do tempo.

Os Estatutos das Escolas Superiores, bem como da Universidade, determinavam que os estudantes, quando recebessem os seus graus académicos, fizessem a sua profissão de fé definida na bula «In Sacrosancta Beati Petri, do Pontífice Paulo IV, de 15 de Novembro de 1561».

(²) Decretal do Pontífice Clemente V, publicada em 1317.

- das por uma eleição propriamente, mas não os restantes benefícios.
- 3 Não admitimos divisão da nossa postulação; defendemos somente, contra a opinião comum, que há uma só postulação dos prelados solene e não simples.
- 4 O bispo eleito e confirmado deve ser postulado e não eleito para arcebispo ou bispo de outra diocese.
- 5 Não negamos, contudo, que ele fique ligado pelos laços do matrimónio espiritual à sua igreja.
- 6 Este vínculo, contudo, defendemos fortemente — que ele não é indissolúvel por direito divino.
- 7 E, por conseguinte, dizemos que o Sumo Pontífice o pode anular.
- 8 Não negamos que este poder, por algum tempo, pode competir aos Concílios Provinciais.
- 9 Mesmo, com toda a força, defendemos que os Concílios Provinciais têm o poder de transferir os bispos de uma para outra igreja.
- 10 Defendemos também que eles têm a faculdade de aceitar as resignações dos bispados.
- 11 Na difícil questão da deposição dos bispos defendemos também a autoridade dos mesmos concílios.
- 12 Mas, esta autoridade, os documentos da disciplina eclesiástica não nos permitem remontá-la além do século ix.
- 13 Neste século, porém, nem a disciplina admitia, nem a necessidade exigia o uso da postulação dos prelados na Igreja.
- 14 Além disso, nos séculos seguintes, quando a eleição dos bispos era feita pelo Clero e pelo povo, defendemos e provamos que a eleição pelo Clero e pelo povo não conferia direito algum ao eleito.
- 15 No fim do século xii e princípios do século xiii, foi estabelecido que era o capítulo das igrejas catedrais que tinha o direito de eleger os bispos e, desde esse tempo, concluímos que na Igreja foi introduzido, na prática e por necessidade, o uso da postulação dos prelados.
- 16 Os párocos e mais beneficiados inferiores ao bispo não contraem com suas igrejas matrimónio espiritual; e, por isso, dizemos que os bispos os elegem e não postulam.
- 17 Contra a opinião comum, quanto aos cardiais defendemos que devem ser postulados e não eleitos.
- 18 O leigo não pode ser eleito bispo, mas pode ser postulado, se se espera que isso venha a ser útil à Igreja.
- 19 Quanto a um clérigo de outra diocese, defendemos, e firmemente dizemos que pode ser eleito para bispo, mas não postulado.
- 20 O não professo não pode ser eleito prelado da religião em que não fez profissão; pode, contudo, ser postulado.

- 21 O mesmo nos apraz afirmar quanto aos simplesmente ilegítimos, que, no Direito Canónico e no nosso Direito Régio, se chamam filhos naturais.
- 22 O mesmo não dizemos dos incestuosos, ou nascidos de outro coito danado, aos quais se ajunte os bigamos analfabetos, homicidas, perjuros, infames, violadores do interdito eclesiástico, os quais todos nós defendemos não podem ser eleitos, nem postulados.
- 23 Não se duvide ajuntar a estes os infieis, hereges ou cismáticos.
- 24 Quanto ao infiel, que se converteu à fé, na dúvida, responderemos com uma distinção.
- 25 Mas quanto ao hereje que, abjurando publicamente a heresia, se reconciliou com a Igreja, julgamos indistintamente que não pode ser postulado.
- 26 Também o irregular, ainda que leigo, julgamos com a opinião comum que o hereje reconciliado é irregular.
- 27 Quanto ao cismático, que voltou à unidade da Igreja, duvida-se mais, mas, segundo a opinião mais verdadeira, julgamos que ele não pode ser eleito nem postulado».

2)
Tese do Académico — João de Oliveira Soares

*Mariae
Dei Genetrici
Regina Coeli
Et
Sanctissimae Trinitatis
Templo;
Sub suis singularissimis, venerabilissimis titulis
Scilicet
A'
Puritate
Consolatione
Et
Monte Carmelo;
Nec non
S. Joanni Baptistae
Per manus
Divi Antonii
O. C. D.*

*Conclusiones
Canonico-Civiles
Deductas*

SANTA MARIA DE UL

Ex elegantissimè conscriptis ad tit. ff. de Exceptione rei venditae, et traditae, sub tit. de Emptione, et Venditione in Decretalibus

Patrocinante

*Praeclarissimo ac Sapientissimo Domino
D. Custodio Emmanuele da Silva e Rocha,*

Nostrea Regalis Academiae, Sacrorum Canonum, Interprete praeacutissimo in Regali Militarium Collegio⁽¹⁾ Collega ornatissimo, ac saepe saepius Rectore vigilantissimo, in causis fidei Judice integerrimo ob innumera merita ad supremos dignitatum apices posterum sublimando;

Propugnaturus

*Joannes de Oliveira Soares
Suo 5. Juris Canonici anno, die hora*

Segue a sua tradução completa em português, suprimindo-se, para maior simplificação, o texto latino:

A Maria
Mãe de Deus
Rainha do Céu
E
Templo da Santíssima Trindade
Sob os tão venerandos e singulares títulos
Da
Pureza, da Consolação e do Monte Carmelo;
Bem como
A S. João Baptista, sob o patrocínio de Santo António,
O. C. D.

Estas conclusões canónico-civis, que, tiradas do que tão belamente vem escrito, nos títulos «da Excepção da coisa vendida e entregue» e «da Compra e venda» das Decretais,

Sob os auspícios

Do preclaríssimo e Sapientíssimo Senhor
D. Custódio Manuel da Silva e Rocha — muito atilado explicador dos Sagrados Cânones na nossa Academia Real; leitor ilustrado no Real Colégio Militar, e já neste várias vezes reitor vigilantíssimo; integerrimo juiz nas causas da fé; por seus inúmeros méritos digno de, ainda de futuro, ser elevado ao fastígio das mais altas dignidades.

Se propõe defender

João de Oliveira Soares

No dia e hora... do seu quinto ano de Direito Canónico.

(1) O Real Colégio Militar foi instituído por D. João v para o estudo das ciências matemáticas.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Questão principal Pergunta-se:

Aquele que vendeu e entregou a alguém uma coisa alheia, se depois se assenhoreou da mesma e a quer reivindicar como sua, deverá ser repellido pelo comprador, por «excepção» de coisa vendida e entregue? Responde-se afirmativamente.

D. C. de Ulpiano, no L. I, no princípio das ff. Da «excepção» de coisa vendida e entregue.

Tudo o que se empreende tratar racionalmente de um assunto, deve começar pela definição do mesmo, para bem se compreender o de que se discute, como bem ensina Cicero, de Off. II.

Comecemos, portanto, pela definição.

«Excepção» de uma coisa vendida entregue é uma espécie de «excepção», de má fé, que se opõe ao vendedor e seu sucessor, quando este pretende reaver a coisa que vendeu. Para ela se dar, é mister que haja uma venda verdadeira e propriamente dita; o que sucede quando a coisa se troca pelo seu valor entre ambos os contratantes; e essa troca deve ser entre presentes, a consentimento de ambos. Daqui, óptimamente se infere que a promessa de vender não é própria e verdadeiramente uma venda; e isto, quer se faça a promessa antes da venda, quer não.

De uma simples promessa de aceitar mutuamente dinheiro, defendemos que não há verdadeiro mútuo propriamente dito; assim como afirmamos que a promessa de doar não é verdadeira doação.

Mais ainda: para que a nossa «excepção» tenha lugar, requere-se que a coisa comprada tenha sido entregue pelo vendedor. A «excepção» da coisa vendida e entregue serve para conservar a posse da coisa comprada e para repellar o vendedor que reivindique para si a coisa vendida.

Se, porém, esta «excepção» competirá eficazmente ao comprador antes de ter pago o valor a quem lhe vendeu a coisa, é difícil defini-lo; contudo, nós estamos com a opinião dos que negam; não é suficiente que o comprador pague só particularmente.

O domínio da coisa vendida não se transfere para o comprador, antes de ele pagar o seu preço ao vendedor.

Mas, se por esta «excepção» deve ser repellido aquele que, vendendo a coisa alheia, depois se assenhoreia dela com intenção de a reivindicar, é o que precisa de examinar-se.

Parece-nos, a nós, que devemos estar pela opinião dos que afirmam. Daí vem a discutir-se a questão seguinte: Assim como ao comprador compete a «excepção» da coisa vendida e entregue para repellar o vendedor, assenhoreando-se da coisa vendida, sem que essa «excepção» perca do seu

valor pela reduplicação do justo domínio, porventura, da mesma maneira, competirá ao espoliado o interdito contra o que espolia, sem que por tal «excepção» fundada em justo domínio se quebre tal interdito? É nosso o parecer dos que afirmam.

Surge, porém, outra dúvida:

Deverá restituir-se, por inteiro, a um possuidor injusto, por exemplo, um ladrão, se lhe foi tirado o que roubou violentamente, ou disse perdeu a posse?

Concordamos com os que afirmam; e o mesmo se diga, ainda quando se proponha a restituição contra o senhor espoliador da coisa da qual por ele foi espoliado o ladrão.

O mesmo interdito compete à mulher espoliada daquilo de que o seu marido lhe fez doação.

Ao mesmo Ulpiano no § Sed etsi etc. ...

Aquele que tiver uma coisa alheia, e depois haja um herdeiro senhor da mesma coisa para o vendedor, se quiser reivindicar como sua essa coisa, deve, pela nossa «excepção», ser repellido.

Portanto, a venda de uma coisa alheia é válida? É boa a ilação. Mas pensamos o contrário, se se trata da venda de uma coisa enfiteutica, sem consulta do senhorio.

Da mesma forma discorremos quanto à estipulação e permuta de uma coisa alheia. A penhora de uma coisa asseveramos que é inválida. Se alguém dá em penhor uma coisa alheia e depois vem a ser herdeiro do senhor dessa coisa, concede-se ao credor acção de penhora útil contra o devedor já de posse da coisa penhorada, também aqui há que discutir.

Quando o senhor da coisa penhorada sucede ao devedor que tinha penhorado essa coisa, continua a valer a penhora? Julgamos que sim, e o mesmo afirmamos, dado o caso de ao que fez a penhora suceder o dono da coisa penhorada. Mas se o que concedeu alforria a um escravo alheio suceder ao senhor do escravo, nem por isso fica válida a liberdade.

O contrário, porém, sustentamos, quando o senhor do escravo for o sucessor daquele que concedeu a alforria.

Ao mesmo Ulp. no § Si quis, e § Celsus 3. do mesmo L. 1, deste título.

A «excepção» da coisa vendida e entregue é prejudicial ao senhor, se pretender reivindicar a coisa que o seu procurador vendeu e entregou por ordem do seu senhor.

Mas se o dono manda ao procurador que não entregue a coisa antes de ser pago o seu valor, e apesar disso, o procurador entrega a coisa antes do pagamento, o dono não pode ser repellido pela sobredita «excepção».

O procurador estabelecido por um menor ou pelo fisco, quer em especial, quer na generalidade, não pode afiançar o

preço, mas deve vender por dinheiro presente, e transferir para o comprador o domínio.

Quando o procurador vendeu por preço inferior ao que lhe foi ordenado pelo dono, esta nossa «excepção» não obsta contra o dono mandante; mas obstará se o mandatário completar, de seus próprios haveres, a soma do valor, expressa no mandato, ou, então, faltando ela, a quizer entregar.

Ao mesmo Ulp. no §. Si servus, do mesmo L. I., nas ff. deste título.

O escravo que sob pecúlio compra mercadorias, e antes de as entregar, é, por testamento do seu senhor, restituído à liberdade, prelegado a ele o pecúlio, no caso de o vendedor querer depois reclamar as sobreditas mercadorias, não pode, por esta «excepção», impedir o devedor da sua petição. Todavia, para que não fique sem defesa, conceda-se-lhe a «excepção» in factum, para evitar aquela petição.

Ao mesmo Ulp. no §. fin. no princ. e vers. Nisi ejusd. do L. I., neste título.

O comprador tem «excepção» de coisa vendida e entregue, para repelir o vendedor que reclama, ainda que não entrasse na posse da coisa por entrega que o vendedor lhe fizesse, mas sim de outra parte. Esta «excepção» não compete eficazmente ao comprador, se, aliás, o vendedor tem causa justa para reclamar.

Ora pode ser causa justa: o não pagamento do valor, ou a venda ter-se effectuado com pacto de lei comissória, ou pacto comissório; e ainda, se a venda foi feita com pacto de dia determinado.

Ao Pomp. D. C. no L. é. ff. deste título

Aquele que comprou uma coisa a quem é dono deve ser preferido ao que a comprou, em segundo lugar, ao mesmo vendedor, já dono dela. Se, porém, no caso proposto, o primeiro comprador se ha-de preferir, em razão da equidade, ou então, no rigor do direito, é a questão a discutir.

Quanto a nós, julgamos que é em razão da equidade. Então deve preferir-se a equidade ao rigor do direito?

De bom grado o concedemos. Quando um vendedor, dono da coisa vendida, a vende a dois, em separado e em diverso tempo, mas a nenhum dos compradores foi entregue, deve também, nesse caso, ser preferido o primeiro. Se a dois compradores um vendedor, verdadeiro dono, vender uma mesma coisa separadamente e em tempo diferente, e lha entregar, também neste caso dizemos que, tanto no conservar aquela coisa, como no exigir e reivindicar o domínio dela, prevalece o comprador a quem em primeiro lugar foi entregue a coisa vendida, ainda que a comprasse em último lugar. Isto se entende e deduz também, se o mesmo segundo comprador tiver pago o preço ao vendedor, ou ao menos

entre o mesmo segundo comprador e o vendedor se estipulasse o preço, ao tempo que era entregue a coisa vendida.

E, bem que a opinião comum sustente que não subsiste a solução quando se fez a segunda venda defraudando o primeiro comprador, quer dizer, para ele não ser primeiro a possuir a coisa vendida, e o segundo comprador participou da fraude; contudo, a nós agrada-nos mais a contrária, de forma que dizemos que o segundo comprador, mesmo que fizesse e participasse da fraude, deve ser preferido ao primeiro, como afirmamos.

Confessamos, entretanto, que isto corre segundo as regras: porquanto se o interesse do primeiro comprador consiste principalmente em ter a coisa que se lhe vendeu, então julgamos que deve ser preferido ao segundo comprador que participou da fraude do vendedor.

Se o dono de uma coisa a vendeu à Igreja, e depois a uma pessoa particular, ainda que a tenha já entregado a essa pessoa, dizemos que, neste caso, deve a Igreja ser preferida, apesar de a coisa ter sido entregue posteriormente à pessoa particular, no contrato da venda. Porém, se à Igreja apenas se fez promessa de venda, então não é preferida ao vendedor, a quem depois foi a coisa vendida. Se a mesma coisa foi tomada de aluguer por duas pessoas, em separado, deve preferir-se indistintamente pelo alugador aquele a quem em primeiro lugar foi entregue a coisa.

Quando um e mesmo dono, mas de boa fé, possuindo a mesma coisa, a tenha vendido a mais dois e a tenha entregado, também deve ser preferido aquele a quem primeiro tiver sido entregue a coisa, ainda que posterior na compra. Mas se a coisa for vendida e, ao mesmo tempo, entregue a diversas pessoas não donas, em separado, e in solidum a duas que comprem de boa fé, e entregue, não há que preferir distintamente o comprador, a quem primeiro a coisa for entregue, mas então estiver de posse dela.

Finalmente, se a mesma coisa for vendida em separado por diversos vendedores, e entregue a dois compradores, a um, contudo, dono, e a outro, não dono, neste caso, deve ser preferido o comprador que tiver comprado e recebido do dono a coisa.

À Pomp. de D. C. no L. 2, vers. ao fim. ff. neste título.

Ainda que regularmente contra o dono duma coisa não se admita acção publiciana, dão-se, todavia, alguns casos, em que contra ele se possa intentar; e, assim, em primeiro lugar, se aquele a quem foi dado um escravo por um possuidor não dono, em razão de prejuízos, perder talvez a posse do escravo, e por sua vez o escravo se torne dono, tem acção publiciana para recuperar a posse mesmo contra o dono.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Quando alguém por um decreto for investido em posse, porque o dono não quis prestar caução pelo dano não feito (?), ainda que depois volte ao dono o prédio — contra esse há acção publiciana.

Se se compra a um, que não é dono, uma coisa, e depois, presente o dono, o comprador for absolvido por sentença do juiz, da petição do mesmo dono, pode pôr contra ele acção publiciana, se depois o comprador perder a posse, e o dono mesmo possuir a coisa.

Se o senhor é defendido pela «excepção» do domínio, deve-se repelir por reduplicação de causa julgada.

O que compra uma coisa a um procurador, sem mandado do seu dono, e ao qual, antes de a entregar, fora proibido entregá-la, pode intentar acção publiciana contra o dono, se, não obstante a proibição, o procurador faz a entrega, e depois o comprador perde a posse da coisa, e esta volta ao poder do dono.

Deixando outros casos, dizemos que também compete a acção publiciana contra o dono da coisa, nos termos do texto da nossa lei segunda.

Ao Direito Canónico de Hermog., ult. L. § Pariratione

A «excepção» de que até agora falámos não só compete ao comprador, mas também aos seus sucessores, tanto universais como particulares. E não só contra o vendedor, mas contra os seus sucessores, quer universais, quer particulares.

Para terminar, achamos bem perguntar: Se aquele que comprou, cientemente, uma coisa alheia pode reclamar do vendedor o valor dela, se depois ela já estiver vendida pelo próprio comprador?

Resolvemos afirmativamente.

ADVERTÊNCIA. — O académico, apresentante e defensor da 1) tese, concluiu o seu curso de Direito Pontifício, no Colégio das Artes — Escola dos Jesuitas, de Coimbra, em 1744, data da impressão da mesma tese na tipografia do próprio Colégio, como se deduz do seguinte: «Conimbricæ: Ex Typ. in Regio Artium Collegio-Societ. Jesu. Anno Domini 1744. Superiorum pace».

E o outro académico, da 2) tese, acabou o seu curso de Direito Canónico-Civil, na Universidade de Coimbra, em 1768, ano da impressão da sua tese na tipografia da própria Universidade, como se deduz da indicação constante da mesma tese: «Conimbricæ: Ex Architypographia Academico-Regia. Anno Domini 1768. Sup. facultate».

P.^o JOÃO DOMINGUES AREDE

ABSOLUTISTAS E CONSTITUCIONAIS NO PRÉSTIMO

É INTERESSANTE conhecer o espirito politico que animava os rurais aquando das lutas travadas pelo constitucionalismo para apoderar-se das cadeiras do poder. Ora, em algumas das actas da Câmara do Préstimo, ressalta bem como toda, ou quase toda, a população do concelho tinha arraigado o sentimento do governo pelo rei com audição dos três estados — clero, nobreza e povo, que a Nação Portuguesa serviu por largo período. São de notar o calor e as palavras festivas dos autos da Câmara, quando se tratava de apoiar situação absolutista, e o número de assinaturas que os ultimavam, em contraste com a frieza daquelas e pobreza destas, quando referiam apoio ou confirmação constitucional.

Pela transcrição dos referidos autos o leitor se dará conta da verdade que adiantamos.

I.º

Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e três anos. Aos dezasseis dias do mês de Junho do dito ano, nesta vila do Préstimo e Casa da Câmara, aí sendo presentes o juiz ordinário actual, João José dos Santos e todos os officiaes da Câmara, João António de Arede, e António Simões e Manuel Nogueira, e o procurador do Concelho, Manuel de Arede e o Clero, Nobreza e Povo do distrito da mesma Vila, que para o presente auto foram convocados, logo, penetrados todos do maior regozijo e satisfação, aclamaram a Sua Majestade o Senhor D. João VI rei absoluto e independente de todo este Reino e Domínios de Portugal, jurando todos, e cada um de per si, de defenderem e fazer defender os direitos de El-Rei absoluto e os da rainha Nossa Senhora e de toda a dinastia da Real Casa de Bragança, e mandaram outrossim os ditos officiaes que

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

imediatamente se passasse ordem para que todos os habitantes deste Distrito manifestassem publicamente nos três dias successivos o júbilo e alegria de que igualmente se achavam penetrados, pondo luminárias em suas habitações, feito e assinado em Câmara aos dezasseis dias do mês de Junho de mil oitocentos vinte e três anos, e de tudo mandaram fazer este auto que assinaram = Eu, José Joaquim Tomás escrivão da Câmara que o escrevi e assinei.

José Joaquim Tomás, o Juiz, Santos, Manuel Nogueira, João António de Arede, Manuel Simões, Manuel de Arede.

2.º

AUTO DE JURAMENTO DA CARTA CONSTITUCIONAL

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte seis anos. Aos trinta e um dias do mês de Julho do dito ano, nesta vila do Préstimo e casas da Câmara dela, sendo presentes o juiz presidente e os actuais officiais dela, os vereadores, almotacé, procurador, escrivães e alcaide, logo pelo juiz foi dito, pondo as mãos nos santos evangelhos ou um livro deles: «Juro cumprir e fazer cumprir e guardar a Carta Constitucional decretada por El-Rei o Senhor D. Pedro IV em vinte e nove de Abril de mil oitocentos vinte seis, para os reinos de Portugal e Algarves e seus Domínios, tão inteira e fielmente como nela se contém. E logo deferiu nos santos evangelhos aos vereadores, almotacé, procurador, escrivães e alcaide em o mesmo livro em que eles, e cada um de per si, *in solidum*, puseram suas mãos, e recebido na forma devida disseram: Juramos cumprir e fazer cumprir e guardar a Carta Constitucional decretada por El-Rei o Senhor D. Pedro IV, em vinte e nove de Abril de mil e oitocentos e vinte seis, para os reinos de Portugal e Algarves e seus Domínios, tão inteira e fielmente como nela se contém. De tudo mandaram fazer este auto que assinaram, aqui copiado no livro da Câmara, e se remete o original à Secretaria dos Negócios do Reino. Eu, José Joaquim Tomás, escrivão da Câmara, o escrevi, e assinei.

O juiz-presidente, João António de Arede

O vereador, Manuel Nogueira

» Dionísio Duarte Pereira

Almotacé, António Simões

Procurador do Concelho, José Tavares

Escrivão do Público, Francisco José Ferreira

» das Sisas, António Ferreira Pereira

Alcaide, José Manuel

3.º

AUTO CAMARÁRIO

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte oito anos, e vinte e três dias do mês de Junho do dito ano, nesta vila do Préstimo e na casa do Concelho dela, onde eu, escrivão, vim com o juiz actual, José Tavares, e vereadores actuais, José Fernandes e Manuel Francisco, procurador actual, João Antunes, e aí, em cumprimento e observância do aviso da Junta Provisória encarregada de manter a legítima autoridade de El-Rei o Senhor D. Pedro IV, — prometiam positivamente submissão e manter a legítima autoridade da Junta Provisória, encarregada pelo mesmo Augusto Senhor D. Pedro IV —. E logo mandaram fazer este auto, que assinaram. Eu, José Joaquim Tomás, escrivão da Câmara, que o escrevi e assinei.

José Joaquim Tomás, José Tavares, José Fernandes, ver., Manuel Francisco, ver., João Antunes, proc.

(Em consequência do seguinte, foi este auto mandado riscar).

4.º

AUTO CAMARÁRIO

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e oitocentos e vinte e oito anos, e aos vinte e três dias do mês de Julho do dito ano, nesta vila do Préstimo e casas da Câmara, aonde aí se achavam o juiz-presidente e mais officiais que o presente ano servem na dita Câmara, no fim deste auto assinados, e aí por ele juiz e officiais foi dito que a sua notícia que Sua Majestade El-Rei, o Senhor D. Miguel I havia subido ao trono, o qual aclamavam e recebiam por rei absoluto, com toda a autoridade e regalias de que gozaram os mais reis, seus antecessores, de Portugal e mais Reinos e domínios, a quem já há muito tempo reconheciam e aclamavam no centro do seu coração por seu soberano, e prometiam e estavam prontos, como fiéis vassallos, prestar-lhe a mais firme fiel obediência, como for do seu agrado, digo, do seu real agrado, e que se riscasse o auto retro, que haviam por reclamado, e de tudo este auto que assinaram com alguma parte do povo.

O juiz, José Tavares, José Fernandes, ver., Manuel dos Santos, almotacé, João Antunes, proc., José Joaquim Tomás, José Joaquim da Costa Amado, Manuel José, João Francisco,

José Henriques (?), Manuel Marques da Costa Brandão, vigário, João José dos Santos, Manuel Domingues, Francisco *solteiro*, António *solteiro*, José António de Faria, Joaquim José Tomás, Francisco José Ferreira, escrivão do público, Manuel Ferreira, vigário, José António de Melo, alferes.

5.º

AUTO

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1831. Aos 23 dias do mês de Setembro do dito ano, em esta vila do Préstimo e Casas da Câmara dela, onde eu, escrivão, vim, e aí se achava presente a Câmara, Clero, Nobreza e Povo abaixo assinados, por eles todos unânimemente foi dito que visto que constava a abdicação do Senhor D. Pedro do Império do Brasil, de onde havia saído para o Continente, digo, Continente da Europa, podendo alguns mal intencionados, inimigos do Altar e da estabilidade e legitimidade do Trono de Sua Majestade El-Rei Nosso Senhor, o Senhor D. Miguel I, tomar isto por causal para baldada inútilmente quererem inquietar a legítima ordem de coisas do Governo e Sucessão que existe tão felizmente nestes Reinos, segundo as suas leis fundamentais, e sendo bem sabidos os planos da geral revolução tramada pelos sócios de uma nefanda seita em que eles bebem as doutrinas subversivas dos tronos e da religião católica, única verdadeira, querendo produzir a anarquia em todos os estados, especialmente neste Reino, a Câmara, pois, Clero, Nobreza e Povo não satisfaria ao seu dever se não reunisse extraordinariamente, para assim fazer constar seus fieis e leais sentimentos à face de Sua Majestade, da Nação, de todo o Mundo, protestar outra vez por este acto, como decidida, eficaz e solenemente protestam contra quaisquer pretensões que intente ou use alguém de sustentar ou dirigir contra os sagrados direitos do mesmo Augusto Senhor e legais decisões desta Nação, em seu favor contidos e abrangidos na letra e espírito do Assento dos três Estados juntos em cortes, tomado no dia 11 de Julho de 1828, para cuja sustentação e defesa a mesma Câmara, Clero, Nobreza e Povo, por si e em nome dos mais habitantes deste Distrito, que representam as suas pessoas e todos os seus teres, meios e faculdades, que põem à disposição do sábio, providente Governo, sem fazerem alguma reserva no que julgam estar conformes com os sentires de todos os verdadeiros portugueses, pelo que pede a Câmara a graça de Sua Majestade de fazer publicar na gazeta esta tão sincera, espontânea expressão de sentimentos dos

povos deste Distrito, e de tudo mandaram fazer este auto, que assinaram, e eu, José Joaquim Tomás, o escrevi e assinei.

O juiz, Dionísio Duarte Pereira; o ver., Manuel Duarte; o ver., José Gomes da Silva; o proc., José Manuel, Francisco José Ferreira, escrivão do público.

Seguem-se 54 assinaturas, que se não transcrevem por ilegíveis que são, algumas.

Visto em correição de 1832.

(Assinatura ilegível).

Pelo exposto se verifica facilmente que o povo do Préstimo era conservador, e não se incorrerá em erro admitindo que o era também a maior parte da população portuguesa. Assim, com fundo ancestral que procura a ordem, não será ainda hoje difícil, com moralidade na Administração, fazer progredir a Nacionalidade no sentido de onde transitou.

Vão os autos transcritos em ortografia corrente e dotados com a pontuação necessária, porque assim se lhes facilita a leitura e compreensão.

JOAQUIM SOARES DE SOUSA BAPTISTA

BIBLIOGRAFIA

O *ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO* dará sempre notícia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congêneres, fará também algum comentário crítico aos livros de que receba dois exemplares.

Açoreana, vol. iv, n.º 4. Angra do Heroísmo.

Boletim da Associação da Filosofia Natural, n.ºs 19 a 21. Porto.

Douro Litoral, iv série, v-vi. Porto.

Mensário das Casas do Povo, n.ºs 61 a 63. Lisboa.

O Tripeiro, v série, ano vii, n.ºs 3 a 5. Porto.

Prometeu, vol. iv, n.º 1. Porto.

Revista de Ensino, n.º 3. Luanda.

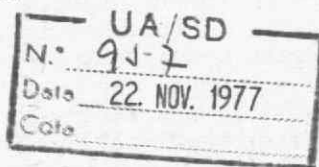
Revista de Guimarães, vol. lxi, n.ºs 1-2. Guimarães.

Revista de História, n.ºs 6 e 7. São Paulo, Brasil.

*

Dr. G. SOARES DE CARVALHO — *Considerações sobre a estratigrafia das formações mais antigas da orla meso-cenozoica ocidental de Portugal*. Coimbra, 1950.

— *Sur la morphoscopie de quelques grès des dépôts les plus anciens de la bordure méso-cénozoïque occidentale du Portugal*. Coimbra, 1950.
(Separatas da *Revista da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra*, vol. xix.)



1.º CENTENÁRIO DO LICEU NACIONAL DE AVEIRO

I

DE há muito que andava no pensamento do Reitor do Liceu de Aveiro o promover a celebração do 1.º centenário do mais importante estabelecimento de ensino do distrito, cuja história sumária já por ele fora publicada, primeiro na revista *Labor* (Ano IX, 1936, págs. 504-516); mais tarde, com mais desenvolvimento, no *Arquivo do Distrito de Aveiro* (vol. III, 1937); e ainda nos *Liceus de Portugal* (vol. de 1941-1942).

Chegado, pois, o ano de 1951, em que se completavam cem anos sobre a redacção da acta de instalação dos respectivos serviços (14 de Julho de 1851), logo começaram as canseiras e logo se deram os primeiros passos para que as comemorações viessem a atingir o brilhantismo que o Liceu merecia.

No dia 31 de Janeiro de 1951, reuniram-se no Liceu, por convite do Reitor, os seguintes alunos, em cuja enumeração se segue a ordem por que apuseram a sua assinatura num papel que para tal fim lhes foi apresentado: Francisco Augusto da Silva Rocha, Dr. Francisco de Assis Ferreira da Maia, Gaspar Inácio Ferreira (coronel), Dr. Jaime Dagoberto de Melo Freitas (desembargador), Dr. Alexandre Augusto Ferreira do Amaral, Dr. José Vieira Gamelas, Artur dos Reis, Alexandre dos Prazeres Rodrigues, Luís Firmino Regala de Vilhena, João Pereira Tavares (coronel), Tiago Ribeiro, Zeferrino Augusto Soares, Dr. António Cristo, Manuel de Oliveira Santana, Dr. José Augusto Góis, Dr. Jorge Fernandes de Andrade Monteiro, Dr. Domingos Vicente Ferreira, Jacinto Leopoldo Monteiro Rebocho (tenente de Marinha), Álvaro Pinto Fernandes Jorge, João Luís Flamengo, Dr. Joaquim da Silva Portugal, António da Costa Ferreira, Carlos

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Tavares, Amílcar de Mourão Gamelas (coronel), João Maria Ferreira da Mota, António Pereira Osório, D. Berta Vidal de Quadros Corte-Real Pereira Tadeu, D. Justina Domingues Vital, Dr. Manuel Amador da Cruz, Elias Gamelas de Oliveira Pinto, Dr. Manuel dos Santos Oliveiros, D. Hersília Pinto, Eduardo Ala Cerqueira, Dr. Francisco Lourenço da Costa, Dr. Pedro Augusto Marques Rodrigues Ferreira, Dr. Francisco Romão Machado, D. Maria Luísa Florência de Jesus Pereira, Dr. Augusto Marques da Cunha, Amadeu Ala dos Reis, Manuel Maria Rodrigues Valente, Arnaldo Ribeiro, Amadeu Ferreira Estimado, Artur Quina Ferreira (engenheiro), Alberto Carlos de Mendonça e Silva, Dr. Francisco Ferreira Neves, João da Cruz Novo (alferes), Dr. Bernardino Correia Teles de Araújo e Albuquerque, Francisco Miranda da Silva, Dr. Alberto Souto e João António de Moraes Sarmiento.

A mesa desta assembleia foi constituída pelo Sr. Francisco Augusto da Silva Rocha, antigo aluno e professor provisório, que presidiu; pelos Srs. Coronel Gaspar Inácio Ferreira, Dr. António Cristo e pelas Sr.^{as} D. Berta Corte-Real Tadeu e D. Justina Domingues Vital.

O Reitor apresentou o esboço do programa, que foi aprovado por unanimidade, e logo se constituíram as seguintes comissões: *Comissão de honra*: Francisco Silva Rocha, Dr. Melo Freitas, Coronel Gaspar Ferreira, Dr. Bernardino de Albuquerque e Francisco Miranda da Silva; *Comissão executiva*: Drs. José Tavares, Fr. Ferreira Neves, Fr. de Assis Ferreira da Maia, José Gamelas, Alberto Souto e António Cristo, e José Duarte Simão (prof. primário) e Alexandre dos Prazeres Rodrigues; *Comissão de propaganda*: Arnaldo Ribeiro, Eduardo Cerqueira e Amadeu Reis.

Feita a propaganda nos jornais da cidade e do Distrito, nos principais diários de Lisboa e Porto e na Emissora Nacional; e elaborado e publicado o programa, logo começou a inscrição, que, mediante a contribuição de 100\$00, dava aos interessados o direito de assistirem ao sêrau, sós ou acompanhados de pessoas de família; de tomarem parte no banquete e de receberem o «Livro Comemorativo».

Até o primeiro dia das comemorações, 5 de Outubro, inscreveram-se 441 antigos alunos, muitos dos quais com mais 20\$00, 50\$00, 100\$00 e 400\$00, além do preço da inscrição. De antigos alunos residentes em Angola recebeu a Comissão Executiva 1.492\$50; de Moçambique 4.000\$00, e do Brasil 1.500\$00; e algumas entidades estranhas ao Liceu contribuíram com donativos em dinheiro, desde 100\$00 a 1.200\$00.



Eis como se cumpriu o programa, fundamentalmente o primitivo, apenas modificado num ou noutro ponto, segundo as circunstâncias aconselharam:

Dia 5 de Outubro (6.ª feira):

A partir das 9 horas, começaram a concentrar-se no Largo da Estação muitos antigos alunos, inscritos e não inscritos; a Câmara, clubes e demais agremiações, banda de música «Amizade», academia liceal, Mocidade Portuguesa e Mocidade Portuguesa Feminina, todos com os seus estandartes — para a organização do cortejo, que seguiria pela Avenida do Dr. Lourenço Peixinho, ponte e Costeira, em direcção ao Liceu. Abraços, exclamações, lágrimas, comunicativa alegria, ao encontrarem-se condiscípulos que há muito se não viam! Velhos e novos, alguns de capa e batina, outros com simples capa pelos ombros, como que se sentiam transportados aos despreocupados tempos de escolares do Liceu de Aveiro.

Ali se encontraram, ligados pela amizade e solidariedade académica, sacerdotes, advogados, médicos, veterinários, oficiais do exército, da marinha de guerra e da marinha mercante, e da aviação; engenheiros, agrónomos, farmacêuticos; professores universitários, liceais e primários; comerciantes, industriais, funcionários públicos, — como se ainda cursassem o Liceu por onde haviam passado, alguns há mais de 60 anos! Dos inscritos, os mais velhos que compareceram foram: Francisco Augusto da Silva Rocha, Dr. Bernardino de Albuquerque, Dr. Joaquim da Silveira, Dr. Manuel Rodrigues da Cruz, Dinis Gomes, Dr. António de Abreu Freire, Dr. Alberto Nogueira Lemos, Dr. Agostinho Fontes (médico), Dr. Arnaldo Nogueira Lemos, Dr. Alberto Ferreira Vidal, Dr. Manuel Vieira de Carvalho, Coronel Gaspar Inácio Ferreira, Dr. Jaime Dagoberto de Melo Freitas, Arnaldo Ribeiro, P.º Manuel Miler Simões, José Miler Simões, Domingos dos Reis, P.º Manuel Rodrigues de Almeida, Dr. Manuel Joaquim Pires, Dr. Cristiano Borges, Dr. Abílio Justiça, Dr. Inocêncio Rangel, Dr. Alberto Tavares F. e Castro, Dr. Querubim do Vale Guimarães, Dr. Augusto Campos de Melo, Dr. António Lebre, Dr. Jaime Ferreira, Dr. Dinis Severo Correia de Carvalho, Dr. José Tavares, Dr. José Gamelas, Coronel João Tavares, etc.

Seguiu o cortejo pelo itinerário indicado, à frente a banda, representantes das diferentes agremiações e por último os antigos alunos, imediatamente precedidos pelos estandartes

da Academia, o de 1901 empunhado pelo antigo aluno João António de Moraes Sarmiento, e o de 1930 pelo antigo aluno Patrício Bismarque Ferreira do Agro, que em 1950-1951 terminara o seu curso do 7.º ano e fora Presidente da Academia. Chegado o cortejo à Praça da República, fronteiro ao Liceu, todos quantos nele participaram se dispuseram voltados para o edifício liceal, festivamente engalanado, — a fim de ouvirem a saudação do Reitor. Este, rodeado na sacada central por alguns dos mais velhos antigos alunos e pela Reitora do Liceu de Carolina Michaëlis, D. Maria Eulália Balacó, proferiu uma breve alocução, que, apesar de singela, foi ouvida com a comoção com que sempre se ouve a evocação de um passado saudoso.

Após rápida entrada no velho edifício, dirigiram-se os antigos alunos ao salão nobre da Câmara Municipal, onde o Presidente, Dr. Álvaro Sampaio, lhes dirigiu cumprimentos em nome da cidade, os quais foram agradecidos pelo antigo aluno Dr. António Cristo.

As 11 horas, conforme o estabelecido, o antigo aluno P.º Manuel Rodrigues de Almeida rezou missa na igreja da Misericórdia por alma dos professores e alunos falecidos.

De tarde, às 15 horas, realizou-se na sala da biblioteca do Liceu uma sessão solene, presidida pelo antigo aluno Coronel António Dias Leite, Governador Civil, secretariado pelo Vice-Reitor do Seminário (mons. Raul Mira), pelo Reitor do Liceu, pelo antigo aluno Francisco Augusto da Silva Rocha e pelo representante de S. Ex.ª Rev.ª o Arcebispo-Bispo de Aveiro (P.º Manuel Fidalgo). Falou em primeiro lugar o Reitor, que, depois de se referir a cada um dos Reitores cujos retratos se iam inaugurar, fez a apresentação dos oradores da sessão, Drs. Alberto Souto e Fernando Magano, ambos antigos alunos. Descerrados os retratos dos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 6.º e 10.º Reitores, respectivamente Dr. João de Moura Coutinho de Almeida de Eça, Dr. Francisco José de Oliveira Queirós, Dr. Manuel Gonçalves de Figueiredo, Dr. Clemente Pereira Gomes de Carvalho, Cônego José Cândido de Oliveira Vidal, oficial de Marinha Francisco Augusto da Fonseca Regala e Dr. Euclides Simões de Araújo, actual professor do Liceu, pronunciaram os citados oradores os discursos que, com todos os demais, vieram a ser reproduzidos no «Livro Comemorativo do 1.º Centenário do Liceu de Aveiro».

As 17 horas, dirigiram-se os antigos alunos, em cortejo, ao jazigo de José Estevão, no cemitério central, onde a filha do Reitor, D. Hermeliana Augusta Tavares Barreto, depôs um ramo de cravos, na presença de duas netas do grande orador e cidadão aveirense.

A noite, no Teatro Aveirense, literalmente cheio de antigos alunos, pessoas de suas famílias, entidades oficiais e

mais convidados, realizou-se o anunciado sarau evocativo. Aberta a cena, apresentou-se uma tuna constituída por antigos alunos, que, sob a regência de Dinis Gomes, executou, no meio de grande entusiasmo da assistência, o hino académico, o hino de José Estêvão, uma marcha composta para o acto pelo antigo aluno Orlando Peixinho, e o hino nacional. Seguiram-se imediatamente discursos evocativos dos antigos alunos Dinis Gomes, D. Maria Filomena Marques da Cruz (quintanista de Direito) e Dr. Francisco de Assis Ferreira da Maia, professor do Liceu, durante os quais reinaram sempre entusiasmo e alegria indescritíveis, e o espectáculo foi completado por mais duas partes: a representação do acto evocativo de antigas récitas escolares — *Romagem ao Passado* —, escrito pelo Reitor, e a representação da peça do professor do Liceu Dr. José Augusto Teixeira — *Após a Ceia dos Professores* (1).

Como *surpresas*, números não constantes do programa, guitarradas pelo antigo aluno Dr. Miguel Peres de Vasconcelos, acompanhado à viola pelos Drs. José Vieira Gamelas e João Rigueira, e recitações pelo Dr. Eduardo Vaz Craveiro, António José Osório Flamengo, prof. José Duarte Simão e Dr. Luís Regala.

(1) *Componentes da Tuna*: Alberto Casimiro Ferreira da Silva (*violoncelo*), Alexandre dos Prazeres Rodrigues (*viola*), Dr. António Augusto Miranda, desembargador (*violino*), major António Ernesto de Almeida (*bandolim*), Dr. António Joaquim Soares (*violino*), Dr. António Pires Vicente (*bandolim*), António Ramires Ferreira (*violino*), António Simões Cruz (*viola*), Dr. Apolinário Portugal (*flauta*), Carlos Aleluia (*violino*), Dr. Francisco Alves Ferreira (*violino*), Francisco Simões Cruz (*viola*), prof. Guilhermino Ramalheira (*rabecão*), Dr. Jaime Portugal (*violino*), João António de Morais Sarmiento (*viola*), João Pedro Ferreira Júnior (*viola*), prof. Joaquim Calado (*violoncelo*), Dr. Joaquim Portugal (*violino*), prof. José Duarte Simão (*viola*), José Laranjeira Marques (*viola*), José Marques Baeta (*violino*), Dr. José Pereira Tavares (*viola*), Dr. José Vieira Gamelas (*viola*), D. Maria José Cardoso Gamelas (*violino*), Dr. Miguel Peres de Vasconcelos (*viola*), Orlando Peixinho (*bandurra*), e Rui Ferreira Dias Coimbra (*violino*).

Actores das duas peças: Francisco Simões Cruz, Carlos Martins, António de Carvalho Simão, Coronel João Pereira Tavares, Dr. Francisco Ferreira Neves, Luís Firmino Regala de Vilhena, João António de Morais Sarmiento, Rodolfo de Albuquerque, Dr. Francisco da Silva Mendes, Dr. Eduardo Vaz Craveiro, Dr. Manuel Bernardo Balseiro, D. Luisa Corujo Balseiro, Alferes Carlos Elmano Rocha, Dr. Manuel Nunes da Fonseca, D. Eduarda Senos da Fonseca, Dr. Dorindo de Miranda, D. Isolate Senos de Miranda, Dr. João Rigueira, D. Maria Dagmar Rocha Rigueira, D. Joana Vitorina Corujo Ramalheira, Dr. Paulo Ramalheira, Dr. Alcino Couto, Dr. José Santos, Dr. Augusto Bilelo, Dr. Amílcar de Castro, Dr. João André Senos, D. Maria Cândida da Cruz Senos, Eng. Manuel Matias, Júpiter da Silva Peixe, Sílvio Ramalheira, Dr. Orlando Gomes da Costa, D. Maria Fernandes Pereira da Silva Castro, António José Osório Flamengo; e prof. José Duarte Simão, Eduardo Ala Cerqueira e Eng. António Gaioso Henriques.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Dia 6 de Outubro (Sábado):

O programa foi cumprido com a mesma pontualidade do dia anterior.

As 9 horas e meia, abriu-se, na sala de Desenho, a exposição bibliográfica, fotográfica e artística, que também esteve patente ao público no dia seguinte, domingo, desde manhã à noite. Da secção bibliográfica, que ocupava, em vitrinas e mesas, toda a sala, damos pormenorizada conta a seguir a esta resenha.

Além de trabalhos impressos de antigos alunos, a exposição continha muitos elementos ligados à vida académica do Liceu: fotografias de cursos, as mais antigas de 1887; grupos de excursionistas; grupos de desportistas; jornais académicos, a partir de 1883; programas de récitas escolares; caricaturas de professores e alunos, da autoria de António Cerveira Pinto, Cunha Barros, Amílcar Torres, Gervásio Aleluia e João Maria Ferreira da Mota; desenhos e obras de pintura de Francisco Augusto da Silva Rocha, Dr. Arlindo Vicente, Dr. David Cristo e Cap. Patoilo Teles; desenhos artísticos do Dr. João Carlos Celestino Gomes; fotografias de obras arquitecturais dos engenheiros José Pereira Zagalo e Ângelo Ramalheira; etc. No centro de duas das mesas da exposição, viam-se as duas jarras artísticas oferecidas ao Liceu pelas fábricas *Aleluia* e *Artibus*, a da primeira com o retrato do 1.º Reitor, Dr. João de Moura, e a da segunda com o retrato de José Estêvão.

A partir das 11 horas, realizaram-se as seguintes aulas simbólicas, todas muito concorridas, que constituíram, sem dúvida, um dos mais felizes números do programa: a de Francisco Augusto da Silva Rocha, professor provisório de Desenho desde 1900 a 1903, que teve então a seu lado, acarinhando-o, bastantes alunos desse tempo, como o Reitor, Drs. Francisco Ferreira Neves, Rocha Madahil e José Vieira Gamelas, Coronel João Pereira Tavares, João António de Morais Sarmiento, etc.; e as do Dr. Álvaro Sampaio, professor em comissão na presidência da Câmara Municipal de Aveiro; do Dr. Fernando Zamith, actualmente em serviço no Liceu de D. João III; do Reitor; e dos Drs. Francisco Ferreira Neves e Francisco de Assis Ferreira da Maia.

As 15 horas, seguiram os antigos alunos em cortejo, de visita ao novo edifício do Liceu, onde foram recebidos pelo adjudicatário das obras, engenheiro José Pereira Zagalo, também antigo aluno, que teve a feliz ideia de apor na lapela ou ao peito de cada visitante uma fita verde em que se lia: «1.º Centenário do Liceu de Aveiro (1851-1951). O Liceu novo saúda o velho Liceu».

Percorridas todas as dependências do vasto edifício, foi tirada uma fotografia defronte da principal porta de entrada.

Às 21 horas, finalmente, reuniram-se a quase totalidade dos alunos inscritos, cerca de 400, em banquete que se realizou no amplo salão da fábrica Alaluia. Presidiu o Coronel António Dias Leite, Governador Civil. À direita dele, sentava-se o Dr. Álvaro Sampaio; à esquerda o Vice-Reitor do Liceu, Dr. António Rocha; e na mesma mesa de honra, muitos dos antigos alunos mais idosos.

Terminou o banquete depois da meia noite, com o entusiasmo com que decorrera. E muitos dos velhos estudantes, esquecendo-se dos cabelos brancos e dos achaques da velhice, ainda quiseram levar aos cafés da cidade, àquela hora adiantada da noite, a exuberância da sua alegria e a manifestação do seu amor ao Liceu que frequentaram.

JOSÉ TAVARES

II

Damos, a seguir, por ordem alfabética, a lista dos nomes dos antigos alunos do Liceu que figuraram, com obras impressas, na exposição bibliográfica, patente ao público, na sala de Desenho, nos dias 6 e 7 de Outubro. Nem todos os antigos alunos, publicistas, vivos ou mortos, ali foram recordados, nem de alguns se expuseram todos os trabalhos, pela impossibilidade de os reunir; mas o que se viu foi mais do que suficiente para se poder considerar muito honroso o labor literário, científico ou artístico de bastante avultado número de indivíduos que passaram pelo Liceu de Aveiro. Eis o catálogo da parte bibliográfica da exposição:

AFREIXO (Élio Pires)

Macau — Projecção de Portugal no Extremo Oriente. 1951.

ALMEIDA (Jessé de)

O Eterno Adão. 1937.

A vida pelo amor. 1939.

ALMEIDA (José António de)

Estudos sobre águas públicas e seus aproveitamentos por meio de licenças passadas pelas Direcções Hidráulicas. 1951.

Tempos antigos e tempos medievais da Vila de Soza. 1949.

AMARAL (Alexandre do)

Sources du Lexique Portugais: Les éléments français de Carolina Michaëlis de Vasconcelos. (Notes et traduction). Coimbra, 1934.

Notas Michaëlinas — Série A: Histórias de Palavras. Setembro, 1943.

Dois dedos de «Conversação» sobre «Palavras Reiterantes» e alguns «Hapax Legomena» (Estudo Semântico). Coimbra, 1949.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

ARAÚJO (Libório Simões de)

O Registo Civil no Brasil. 1937.

ASSIS (Francisco de... Ferreira da Maia)

Como se aprende a ser portugueses.

AYRES (Manuel)

Rosa Maria — Poema. 1935.

Eterna Comédia — Poemeto. 1935.

Iluminuras — Poemas. 1936.

Incensário. 1936.

Teresa — Poemeto. 1936.

Quatro Páginas — Prosa. 1936.

Ralham Comadres... 1936.

Momento Lirico — Prosa e Verso. 1936.

Uma Lágrima. 1936.

AZEVEDO (António Emílio d'Almeida)

As comunidades de Goa. 1890.

A legitimidade da propriedade particular em terrenos alagados pela Ria d'Aveiro. 1897.

O Conselheiro Pinto Osório. 1921.

A propriedade na Ria de Aveiro. 1895.

Reforma Judiciária. 1908.

BARBOSA DE MAGALHÃES (José Maria)

Legislação eleitoral anotada. 1901.

Das obrigações solidárias em Direito Civil Portuguez. 1882.

Código de Processo Commercial anotado, 3.^a ed. 1912.

Código de Fallencias anotado. 1901.

BARBOSA DE MAGALHÃES (José Maria Vilhena)

Rui Barbosa Internacionalista. 1949.

Prazos de caducidade, de prescrição e de propositura de acções. 1950.

La Doctrine du Domicile en Droit International Privé. 1929.

Algumas palavras proferidas em nome do Senado Universitário na sessão inaugural da Universidade de Lisboa no ano lectivo de 1915-1916. 1915.

L'assicurazione contro l'avaria comune ed il regolamento d'avaria. 1926.

A obra do espanhol Fray Francisco de Vitória, a fundação do direito das gentes e o actual direito internacional. 1928.

Quando é que uma sociedade commercial é irregular. 1948.

Seguro contra accidentes de trabalho. 1913.

La nationalité des sociétés de commerce d'après la législation portugaise. 1933.

A revisão geral do Código Civil, a autonomia do Direito Commercial e o problema da codificação. 1950.

As sociedades unipessoais à face da legislação portuguesa. 1951.

Algumas palavras sobre a vida e obras do P.^e Francisco Suárez (Doctor eximius) no 4.^o centenário do seu nascimento. 1950.

Estudos sobre o novo Código de Processo Civil. 2 vols. 1940 e 1947.

O Padre Francisco Suárez (Doctor Eximius) e o Direito das Gentes. 1948.

Elogio histórico de D. António Mendes Belo. 1931.

Observations by the Delegates of the C. P. D. M. I. (Portugal). 1926.

Com colaboração de...

Gazeta da Relação de Lisboa. Direcção de...

Mémoire justificatif des réclamations portugaises. 1923.

1.º CENTENARIO DO LICEU DE AVEIRO

Réplique du Gouvernement Portugais au Mémoire du Gouvernement Allemand. 1924.
Plaidoiries du Délégué du Gouvernement de la République Portugaise. 1928.

CARVALHO (Jovita de)
Cuidemos das Crianças. 1934.

CASIMIRO (Alexandre das Dóres)
Breve Resumo da História de Portugal. 1893.
História do Mundo ou Breve Resumo da História Universal de Victor Duruy — Trad. de...

CASTRO (Amílcar Ferreira de)
A Gíria dos Estudantes de Coimbra. 1947.

CERQUEIRA (Eduardo)
Curiosidades do Passado Aveirense — A propósito do Centenário da Iluminação Pública da Cidade. Aveiro, 1946.
Curiosidades do Passado Aveirense — Aspectos e Modificações do Rossio. Aveiro, 1949.

CÉRTIMA (António de) Vid. também CRUZEIRO (António Augusto)
Epopeia Maldita. 1924.
Bodas de Vinho. 1919.
Vida Voluptuosa — Contos. 1945?
Sortilégio Senegalês — Pelos Caminhos do Sol. 1947.

CHAVES (Pedro).
Rifoneiro Português, 2.ª ed.

CHRISTO (António)
Renascimento cristão do alto pensamento contemporâneo in Estudos. 1928.
Teresinha in Estudos. 1929.
As profissões — em particular a Advocacia e a Santidade. Coimbra, 1929.
De como a Câmara Municipal de Aveiro pretende expropriar (Minuta do agravante Alfredo Pereira da Luz). Aveiro, 1934.
Como a Câmara Municipal de Aveiro pretende expropriar: Contra a lei! Contra o bom senso! Contra a Moral (Contra-minuta do recorrido Alfredo Pereira da Luz). Aveiro, 1937.
Um Caso de Servidão (Contra-minuta dos apelados José Rodrigues da Maia e Mulher, de Esgueira). Aveiro, 1941.
Discurso (proferido na sessão solene de homenagem a sua Ex.^{ma} Rev.^{ma} o Sr. D. João Evangelista de Lima Vidal e ao Sr. Dr. Oscar Frágoso Carmona e Costa). Aveiro, 1941.
Assambarangor e especulador... Sem Assambarangor nem Especular! Aveiro, 1943.
A Indústria e o Comércio do Sal (Discurso proferido em 8 de Abril de 1943 na Assembleia Nacional). Aveiro, 1943.
Pede-se Justiça! (Alegações Jurídicas do 1.º tenente Jacinto Rebocho, no recurso interposto para o Venerando T. M. E. do Porto). Lisboa, 1944.
Antónia Rodrigues (A Heroína de Mazagão). Aveiro, 1948.
João Afonso de Aveiro. Aveiro, 1951.
Os Governos da Nação e as obras do Porto e da Barra de Aveiro Aveiro, 1949.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Investigação de Paternidade ilegítima (Minuta do recorrente Jeremias Ventura Pereira para o Tribunal da Relação de Coimbra). Aveiro, 1950.

Sedução com abuso de autoridade. Aveiro, 1951.

COELHO MARQUES (Dulílio João)

Manual de Enxertia, 6.^a ed.

Abelhas e Mel. 1950.

Pólen, as Abelhas e a Fecundação entomófila in Agros (ano XXIV, n.^{os} 4 e 5) Julho-Outubro, 1941.

O nível de produção e o comércio de cera de abelhas na nossa colónia de Angola in Agros (ano XXIV, n.^o 6) Novembro-Dezembro, 1941.

Breves considerações acerca do ensino elementar agrícola in Agros (ano XXVI, n.^o 5) Setembro-Outubro, 1943.

Métodos analíticos para o estudo das falsificações da cera de abelhas. 1941.

Falsificações na cera de abelhas. Subsídios para o seu conhecimento e estudo. 1941.

COSTA (Alberto)

Frei Gil. 1920.

COSTA GOMES (Firmo Gambini da)

Levantamentos Geométricos. 1930.

CRUZ (Manuel R. da)

Ligeiro Escorço sobre permeabilidade renal. 1903.

CRUZEIRO (António Augusto)

Marília. Quadro Dramático. 1914. Vide Cértima (António de)

DUARTE (Francisco)

O Decathlon, ed. da «Acção Nacional».

DUARTE (Mário)

Factores políticos e económicos que regulam o Mundo contemporâneo — As questões económicas depois da Grande Guerra.

Eça de Queiroz, cônsul ao serviço da Pátria e da Humanidade. 1948.

FARIA (Carlos) — Barão de Cadore

Um conto de reis. Porto, (sem data).

Diniz. Coimbra, 1898.

O Piano. Lisboa, 1893.

Portugueses Cosmopolitas. Lisboa, 1896.

A Locomotiva (jornal). 1883.

FERREIRA (António Magina Gomes)

O Ensino do Português no 6.^o ano dos Liceus. 1946.

O Estilo de Eurico, o Presbítero. 1945.

FERREIRA NEVES (Francisco)

A Matemática no Ensino Secundário (Considerações didácticas). Coimbra, 1918.

O III Congresso Regional das Beiras (Congresso de Aveiro). Vila-Nova de Famalicão, 1928.

Elementos de Álgebra (Para as III, IV e V classes dos Liceus), 3.^a edição. Coimbra, 1934.

Aritmética Prática (Para as I e II classes dos Liceus), 4.^a edição. Lousã, 1935.

Origem e Etimologia de Aveiro. Figueira da Foz, 1936.

1.º CENTENÁRIO DO LICEU DE AVEIRO

- Elementos de Aritmética Racional* (Para o VII ano dos Liceus). Lisboa, 1946. (2.^a edição).
- Aritmética e Algebra* (aprovado oficialmente para os 1.º, 2.º e 3.º anos dos Liceus). Lisboa, 1947. (13.^a edição).
- Geometria* (aprovada oficialmente para os 1.º, 2.º e 3.º anos dos Liceus). Lisboa, 1947. (8.^a edição).
- Algebra e Trigonometria* (aprovado oficialmente para os 4.º, 5.º e 6.º anos dos Liceus). Lisboa, 1947. (9.^a edição).
- Algebra* (aprovada oficialmente para os 4.º e 5.º anos dos Liceus). 10.^a edição. Lisboa, 1950.
- Aritmética* (aprovada oficialmente para o 1.º ciclo Liceal), 1.^a edição. Lisboa, 1948.
- Memória Descritiva por Luis Gomes de Carvalho* — prefácio. Aveiro, 1947.
- Elementos de Geometria* (aprovada oficialmente para os 4.º, 5.º e 6.º anos dos Liceus), 6.^a edição. Lisboa, 1947.
- Vida e Testamento do Humanista Aires Barbosa*. Aveiro, 1948.
- FRANCO (Renato)
Beira Mar. 1914.
Cavando a ruína. 1913.
- GAMELLAS (José Vieira)
Tabelas de Classificação dos Hemipteros, Dipteros e Acarinos parasitas (de colaboração com Manuel Rodrigues Simões Júnior). 1912.
- GOMES (Diniz)
Costumes e Gente de Ilhavo. 2 vols. 1941.
- GOMES (Fernão Marques)
Da adaptação dos adultos ao estudo. 1937.
- GOMES (João Carlos Celestino)
Signo de Toiro (romance). Porto, 1939.
- GRAVE (João)
Os Sacrificados, ed. ilustrada.
Almas Inquietas.
- GUIMARÃES (Francisco do Vale)
A Propaganda dos CTT, poderoso factor de aglutinação do Império. 1946.
A política marroquina de D. Sebastião. 1932.
- GUIMARÃES (Querubim do Vale)
Viriato na Visão Longínqua da Pátria. 1945.
Herculano — juriconsulto. 1910.
Alegação dos RR. na acção de Turbação de posse requerida por António Maria de Rezende contra Luíza da Cunha e marido. 1913.
Minuta de agravo. 1915.
A investigação de Paternidade no campo da Moral e das Leis. 1911.
Agravo Cível. 1913.
Allegações dos RR. num processo de expropriação para servidão de aqueducto. 1912.
Um «Tombo» aos tombos. 1938.
A remoção d'um Forno. 1910.
No limiar dos Centenários. 1940.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

HOMEM CHRISTO (Francisco Manuel)

- Portugal na Guerra.* 1917.
O bolchevismo na Rússia. 1919.
Notas da minha vida e do meu tempo. 7 vols.
Cartas de Longe. A instrução secundária em Portugal e em França. 1915.
Cartas de Longe. Em defesa da instrução do povo. 1922.
Pro Patria. 1905.
Monarchicos e Republicanos. 1928.
Os acontecimentos de 31 de Janeiro e a minha prisão. 1891.
Banditismo politico. A anarchia em Portugal. 1912.

LEBRE (Major Antonio)

- Planos e realizações do Estado.*
Exposição fotográfica de propaganda da Provincia de Angola. 1933.
Estação Zoológica da Ganda. 1917.
Le Diagnostic du Charbon bactéridien par la réaction d'Ascoli. 1912.
Die Diagnose des Milsbrandes mittels der Ascolischen Reaktion. 1912.
Facetas Argentinas (Separata da «Revista Cavalaria»). 1940.
Eça de Queiroz em Verdemilho.
Africa desconhecida (cadernos coloniais).
Homenagens de Verdemilho ao Escritor Eça de Queiroz.
Peripneumonia Contagiosa. 1920.
Bosquejo de Geografia humana de Oliveira do Bairro.
Diagnóstico do Carbunculo Bacteridico pela reacção d'Ascoli (Separata da Revista de Medicina Veterinária).
Serviços de Remonta. 1937.
Diagnóstico do Carbunculo Bacteridico pela reacção d'Ascoli. 1911.
Costumes gentílicos dos povos de além Cunene. 1934.
Casa do Poço de Aradas. Inaugurações solenes.
Memoria Descritiva das Homenagens de Verdemilho ao escritor Eça de Queiroz, a realizar em 27 de Novembro, Dia Santificado, de 1949.
Santa Luzia da Serra.
A Raça Transtagana em Angola.
Tripanosomia bovina em Sangano.
Zoonoses. Estudo e Combate.
Cabras de Leite. Angola.
Ovinos de Carne. Angola.
Comissão Técnica de Remonta. Trabalho d'uma Delegação.
Missão académica. Angola.

LEITÃO (António do Nascimento)

- A Bacia Hydrográfica de Aveiro e a Salubridade Pública. (Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto).* 1906.
A Sanidade de Macau. Macau, 1909.
Anuário de 1921. Macau, 1921.
Tellurologie et Climatologie Médicales de Macao. Macao, 1921.
Tellurologie et Climatologie Médicale de Macao (Extrait du Compte Rendu du 4^{ème} Congrès de la Far Eastern Association of Tropical Medicine).
Desatinos dum adventicio (A propósito dumas Confissões feitas sem prévio exame de consciência). Macau, 1931.
Congresso de Medicina de Bangkok (Relatório do Delegado do Governo). Macau, 1932.
I De Lisboa ao Extremo-Oriente, II Do Extremo-Oriente. 1948.
A Capela do Senhor das Barrocas (Aveiro) e os Baptisterios de Pisa e Florença (Separata do fascículo n.º 42 do Arquivo do Distrito de Aveiro). 1948.
Aveiro e sua Laguna (Vistos através do mundo). 1949.

1.º CENTENÁRIO DO LICEU DE AVEIRO

MADAHIL (António Gomes da Rocha)

Algumas considerações acerca de uma Estátua de tipo arcaico existente no Museu de Aveiro. Aveiro, 1951.

Desenhos de Mestre António Augusto Gonçalves, para um projectado roteiro do Porto. Porto, 1947.

Festas realizadas em Coimbra no ano de 1625 por motivo da canonização da Rainha Santa Isabel (...). Figueira da Foz, 1936.

Tentativa de Bibliografia de Mestre António Augusto Gonçalves (...). Coimbra, 1947.

Relação Alfabética dos Académicos referida a 1942. (Instituto de Coimbra). Coimbra, 1942.

Inventário do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, à data da sua extinção. 1. Coimbra, 1943.

Lembrança duma Exposição. O Museu Académico de Coimbra. Coimbra, 1951.

Para a história dos processos do povoamento português do Brasil. Coimbra, 1943.

Novos documentos para a história de Mem de Sá, governador-geral do Brasil. Coimbra, 1951.

Tombo das Águas de Ílhavo (...). Figueira da Foz, 1935.

Notas Bibliográficas acerca do Palito Métrico e correlativa Macarrónia Latino-Portuguesa, para a edição de 1942. Coimbra, 1942.

O Rol das «Cavalarías» do Vouga. Coimbra, 1942.

Ílhavo no Século XVIII. Figueira da Foz, 1937.

Illiabum — Um projecto de brasão de armas concelhio. 1922.

A Insignia da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1937.

Novos Documentos para a História da Insignia e do Selo da Universidade de Coimbra. Coimbra, 1949.

A Instituição da Capela de D. Filipa no Convento de Odiveias. Lisboa, 1934.

Estação Luso-Romana do Cabeço do Vouga. 1. Coimbra, 1941.

Constituições que no século XV regeram o Mosteiro de Jesus, de Aveiro, da Ordem de São Domingos. Aveiro, 1951.

A Política de D. Afonso V apreciada em 1460. Coimbra, MCMXXXI.

D. Pedro da Encarnação e a Livraria de Santa Cruz. Coimbra, 1937.

A Figueira da Foz e as freguesias do seu actual concelho descritas em 1721. Figueira da Foz, 1934.

Relação e Notícia de vários sucessos acontecidos no Brasil em 1754 (...). Coimbra, 1943.

Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana (...). Aveiro, 1939.

Documentação Artística do Pintor Lisbonense Joaquim Marques (1755-1822). Lisboa, 1951.

Para a História da Evangelização Portuguesa no Congo no século XVI. Coimbra, 1941.

Um Conceito Medieval de Terras do Mondego. Coimbra, 1949.

Livro Verde da Universidade de Coimbra (Cartulário do século XV). Leitura, Revisão e Prefácio. Coimbra, 1940.

Documentos Medievais do Convento de Seica. Porto, 1940.

Correspondência da Restauração. Coimbra, 1929.

A mais rara marca bibliográfica portuguesa. Lisboa, 1929.

Documentos do Arquivo da Universidade de Coimbra para a história do Brasil. Coimbra, 1942.

O Museu Municipal de Ílhavo e a Escultura — O Homem do Leme. Coimbra, 1939.

O Foral manuelino de Ílhavo. Coimbra, 1939.

Uma certidão de Fernão Lopes passada ao Mosteiro de Roriz em 1451. Guimarães, 1939.

Terras do Brasil na Literatura Popular Portuguesa do Século XVIII. Coimbra, 1951.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Alguns Aspectos do Trajo Popular na Beira Litoral.* Coimbra, 1941.
A propósito de liureiros e impressores de Coimbra no séc. XVI. 1941.
Primicias da arte tipográfica em Coimbra. 1942.
Novas fontes de história local portuguesa — as informações paroquiais da Diocese de Coimbra de 1721. 1934.
Tratado da vida e martirio dos cinco mártires de Marrocos. 1928.
Em reforço da interpretação dada a um verso de Gil Vicente. 1930.
Subsídios para uma edição crítica da crónica de D. Afonso V, de Rui de Pina. 1935.
Os incunábulos da Biblioteca do Liceu de Coimbra. 1927.
Os incunábulos da Biblioteca da Faculdade de Medicina. 1935.
O Privilégio do Isento de Santa Cruz de Coimbra. Coimbra, 1940.
Arquivo do Distrito de Aveiro. Índice... 1935-1949. Aveiro, 1949.
Livro da Fazenda e Rendas da Universidade de Coimbra em 1570. Coimbra, 1940.
Livro das vidas dos Bispos de Coimbra, de Pedr'Alvares Nogueira. 1942.
Armand Godoy (poeta católico contemporâneo). Tradução do francês. 1940.

MAGALHÃES (Alfredo Coelho de)

- Litteratura Nacional* (programa para o Curso Complementar). Porto, 1914.
Tentativas Pedagógicas. Porto, 1920.
Iniciação no Culto de Gil Vicente (Subsídio para a leitura dos autos vicentinos nos Liceus). (Conferência). Porto, 1937.
Relatório. (Instituto Comercial do Porto). Porto, 1945.

MAGALHÃES LIMA (Jaime de)

- Transviado.* Lisboa, 1889.
Reino da Saudade. Coimbra, 1904.
S. Francisco de Assis. Coimbra, 1908.
José Estêvão. Coimbra, 1909.
Alexandre Herculano. Coimbra, 1910.
Salmos do Prisioneiro. Coimbra, 1915.
Os que o Fogo não queima. Porto, 1918.
Rasto de Sonhos. Porto, 1920.
Coro dos Coveiros. Porto, 1923.
A Língua Portuguesa e os seus Mistérios. Lisboa, 1923.
Camilo e a Renovação do Sentimento Nacional na sua Época. Aveiro 1925.
Alberto Sampaio. Guimarães, 1924.
Os Povos do Baixo Vouga — In «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», vol. II, fasc. IV. Porto, 1926.
A Arte de Repousar. Aveiro, 1926.
Princípios e Deveres Elementares. Aveiro.
José Estêvão (conferência). Aveiro, 1928.
Dificuldades Étnicas e Históricas, etc. Coimbra, 1931.
O Amor das Nossas Coisas e Alguns que o bem serviram. Coimbra, 1933.
Dr. Alberto Souto. Aveiro, 1934.

MAGANO (Fernando)

- Apontamentos sobre a prova de Meltzes-Lyon* (Trabalho da Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Porto). Porto, 1929.
Curriculum vitae. Porto, 1936.
A «Lição do Senhor João Semana». Porto, 1939.
Retalhos. Porto, 1944.
Discurso Académico (na sessão inaugural dos trabalhos do Ano Escolar de 1948-1949). Porto, 1950.
Alocações. Porto, 1951.

1.º CENTENÁRIO DO LICEU DE AVEIRO

MARIANO (Maria Manuela S. Cura)

A hispanofilia de Simões Dias. 1948.

MARQUES (Abílio Gonçalves)

Heresias. 1899.

MARQUES GOMES (João Augusto)

D. Manuel Corrêa de Bastos Pina, Bispo de Coimbra, Conde d'Arganil. 1897.

José Estevão — Apontamentos para a sua biographia. 1889.

D. Manoel Corrêa de Bastos Pina, Bispo de Coimbra, Conde d'Arganil. 2.ª ed. 1898.

Annaes do Santuario de Nossa Senhora de Lourdes em Carregosa. 1906.

Centenario da Guerra Peninsular — Contribuição da Camara Municipal de Aveiro para a sua historia. 1908.

Aveiro, Berço da Liberdade — O coronel Jeronymo de Moraes Sarmento. 1899.

Cincoenta annos de vida publica — O conselheiro Manuel Firmino d'A. Maia. 1899.

Historia de Portugal popular e illustrada: XII vol. 1907.

Arte. I ano, n.º II. 1905 — com colaboração de...

Ao conselheiro Castro Mattoso — Homenagem. 1906.

Na Livração — Casa de Quintã. 1909.

Archivo Photographico. 1889 — com colaboração de...

Exposição districtal de Aveiro em 1882-1883 — com colaboração de...

D. Duarte de Meneses — Esboço biographico. 1875.

Feixe de saudades. 1903.

O Conimbricense e a Historia Contemporanea. 1897.

Conselheiro António José da Rocha — Perfil biographico. 1904.

Memoria historico-genealogica da Casa e Solar da Oliveirinha. 1897.

D. Joanna de Portugal (A Princesa Santa) — Esboço biographico. 1879.

O espinho da corôa de Christo da Casa da Oliveirinha. 1909.

A revolução da Maria da Fonte 1889.

Centenario da Revolução de 1820 — Integração de Aveiro nesse glorioso movimento (Contribuição da Camara Municipal), 1920.

Casa da Magdalena. 1903.

Manoel José Mendes Leite — Esboço biographico. 1881.

Aveirenses que morreram, soffreram e combateram pela Liberdade — Monumento levantado à sua memória pelo Club dos Gallitos. 1909.

Conselheiro Antonio Ferreira de Araujo e Silva — Esboço biographico. 1906.

Catálogo da Exposição de Arte Religiosa no Collegio de Santa Joanna Princesa. 1895.

O edificio do Convento das Carmelitas — Necessidade de o conservar como recordação historica da cidade d'Aveiro. 1905.

Migalhas bibliographicas — Indicação de algumas obras com referencias á Guerra Peninsular existentes na livreria de...

Santuário de Lourdes de Carregosa. 1902.

A Vista Alegre — Apontamentos para a sua historia. 1883.

I Centenário do nascimento de José Estevão. 1909.

O Prior do Crato em Aveiro. 1580. Notas e documentos. 1894 — com colaboração de...

Madre Maria Ignez Champalimaud Duff — Homenagem da Imprensa Periodica de Aveiro á sua memoria. 1910.

Catalogo da Exposição Districtal de Aveiro promovida pelo Grémio Moderno em 1882. 1883.

O Districto de Aveiro — Noticia Geographica, Estatistica, Chorographica, Heraldica, Archeologica, Historica e Biographica da cidade de Aveiro e de todas as villas e freguezias do seu districto. 1877.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Memorias de Aveiro. 1875.
Subsidios para a historia de Aveiro. 1899.
Lucas Caseiras — Portugal de 1834 a 1851. 1894.

MELO (Crysanto de)

Brasil, Terra de Amor e de Beleza de Henry Vallotton — Trad. de...
Os Estranhos Costumes do Continente Negro de Fred Blanchod
— trad. de...
História de um Caso do Dia de Jean-Jacques Gautier — trad. de...
Educação do Amor de René Biot — trad. de...
Reflexões sobre a Psicanálise de Jean Lhermitte, Juliette Bontonier,
Maurice Nèdoncelle e Vérine — trad. de...

MELO FREITAS (Joaquim de)

Casus belli. 1876.
Ironias Transparentes. 1876.
Violetas. 1878.
Homenagem a Serpa Pinto. 1879.
Manuel Firmino de Almeida Maia.
Garatujas. 1883.
Arquivo Fotográfico (8 números). 1884.
O Nosso Ultimatum. 1890.
A Granel. 1890.
O Desastre Militar de 25 de Setembro de 1904 1904.
O Distrito de Aveiro. 1910.
Centenário de José Estevão (conferência). 1909.
A Família de José Estevão (conf.). 1909.
Feixe de Motivos por que na parte nobre do Convento de Jesus de Aveiro se deve instalar um museu distrital ou municipal. 1911.
O desenlace previsto da actual Conflagração Europeia. 1916.
O Turismo no Distrito de Aveiro. 1921.
Autógrafo com a reconstituição de um discurso de improviso no Teatro Aveirense (Dia do Brasil). 1922.
Discurso proferido no Teatro Aveirense em 15 de Novembro de 1923.
A Época (jornal). Anos 1.º e 2.º. 1835-1887.

MENDES (Platão)

Não fotografe ao acaso (editora Educação Nacional).

MIRANDA (A. Augusto de)

Scenas da Aldeia. 1909.
Os meus idolos. 1914.
Manual Teórico e Prático dos Juizes Municipais, Instrutores e Populares. 1928 — 1.º vol. 1931 — 2.º vol.
Aos marinheiros de Portugal. 1925.
Colónia Penal de Macau.
A acção católica e a crise religiosa contemporânea. 1945.
Manual Teórico e Prático dos juizes municipais não especiais, instrutores e populares e chefes de posto. 2.ª ed.
Posse e tutela possessória. 1945.
Guia Judicial dos Juizes instrutores e chefes de posto. 1925.

MOURA (Frederico de)

Alguns passos da vida de Camilo. 1950.

NUNES (Aníbal Catarino)

O Homem Clássico, o Homem Medieval, o Homem Moderno. 1925.

1.º CENTENÁRIO DO LICEU DE AVEIRO

OLIVEIRA (Henrique de)

- Sobre um caso de tumor retroperitoneal.* 1935.
Notes sur la structure du tissu osseux. 1932.
Contribuição para o estudo da dispersão das aglutininas antibrucélicas humanas em Portugal. 1950.
Contribution à la connaissance de la mécano-structure du tibia humain. 1932.
Reacção de Wright e Tuberculose Pulmonar. 1940.
O meio de Klodnizky modificado na bacteriostase selectiva no Género Brucella. 1950.
Uma helmintíase ignorada — A Strongyloidose. 1951.
Tinea Capitis (Contribuição para o seu estudo etiológico no Centro de Portugal). 1950.
Dois anos de funcionamento do Centro de Transusão de Sangue dos Hospitais da Universidade de Coimbra — s. d.
Novos Aspectos da Serologia da Febre Tifoide. 1945.
O primeiro caso de leptospirose ictero-hemorrágica identificado no Centro de Portugal. 1951 — com colaboração de...
Ensaio de Bacteriostase no Género Brucella. 1951 — com colaboração de...
Sobre Enterococos e Enterococcias. 1939.

OLIVEIRA E SILVA (João Beló de)

- A concentração hidrogeniônica na prática biológica.* Coimbra, 1932.
Funções do Sistema Diencefalo-Hipofisário. Coimbra, 1935.
Estado Actual da Fisiologia da Hipófise (Conferência). Coimbra, 1935.
Curriculum Vitae de João de Oliveira e Silva (apresentado ao curso para o lugar de professor extraordinário de Fisiologia e Química Fisiológica da Faculdade de Medicina de Coimbra). Coimbra, 1944.
Novos aspectos Funcionais e Clínicos da Sexualidade. Coimbra, 1944.
Córtex supra-renal (Alguns aspectos e problemas de fisiologia e fisiopatologia). Lisboa, 1947.
Sumário das Lições Teóricas do Curso de Química Fisiológica. Coimbra, 1948.
Dois Conceitos de Nemendocrinologia na Fisiologia do Sistema Diencefalo-Hipofisário. Lisboa, 1948.
Lições de Química Fisiológica, 1 vol. (A Matéria viva). Coimbra, 1951.

PATO (Jaime S.)

- Problemas da Região de Aveiro.* 1948.

PEIXINHO (Lourenço Simões)

- Tratamento da Hypertrophia das Amygdalas palatinas.* 1905.

PIEDADE MORAIS (António Hortêncio da)

- Apostamentos para Lições de Filosofia.* 1930.
Cadernos de História. 1944 e 1945.
Manual de Filosofia. 2 vols., s. d.

PINTO (António Arala)

- Fogos — Comunicação [...] ao I Congresso Nacional de Ciências Agrárias.* Alcobaça, 1943.
As Árvores. 2.ª edição. Carta-prefácio de Luís de Magalhães. Alcobaça, 1935.
Contos para Miúdos e Graúdos. Alcobaça, 1941.
Maria do Rosário. Peça em 3 actos. Leiria, 1945.
O Pinhal do Rei. Subsídios. I — 1938. II — 1939. Alcobaça.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

PINTO (Ercília)

- Coimbra e os Estudantes.* 1943.
- Rosas a abrir.* 1940.
- Crónicas do meu tempo.* 1950.
- A poesia da Guerra.* 1945.
- Uma lição de Música, Poesia e Dança.* 1941.

PINTO (Manuel)

- Valor dos Raios X nas doenças dos ouvidos, nariz e garganta.* 1948.
- Curriculum vitae.* 1948.

PINTO LOUREIRO (José)

- O Concelho de Nelas, antiga Terra de Senhorim.* 1940.
- O Jurisconsulto Manuel de Almeida e Sousa.* 1942.
- Como reformar as Bibliotecas portuguesas.* 1938.
- Administração Coimbrã no século XVI.* 1942.
- Forais de Coimbra.* 1940.
- Temas Jurídicos.* 1948.
- Tratado da Locação.* Vol. I. 1946.
- Tratado da Locação.* Vol. II. 1947.
- Tratado da Locação.* Vol. III. 1947.

PORTUGAL (Joaquim da Silva)

- A carne na alimentação e na economia agrária.* (Biblioteca Cosmos).
- Ensaio biométrico na vaca marinhoa.* 1944.
- Esboço Monográfico do Bovino Marinhoa.* 1945.
- A alimentação na exploração dos gados.* 1946.
- O bovino leiteiro do Baixo Vouga. Seu estado presente e possibilidades futuras in I Congresso Veterinário de Zootecnia.* Tomo terceiro.

PÓVOA DOS REIS (Manuel)

- O Evolucionismo perante a Religião (Esclarecimento).* Coimbra, 1950.
- O Ensino das Ciências-Naturais nos Seminários.* Coimbra, 1949.

REGALLA (Francisco Augusto da Fonseca)

- A Ria de Aveiro e as suas indústrias.* 1888.

REIS (André dos)

- Ação ordinária por foros.* 1915.
- Alegações finais dos RR numa acção de águas.* 1915.
- O Descanso Semanal.* 1927.
- Uma questão acerca dos chamados foros do Prazo da Oliveirinha.* 1917.
- Interpretação duma estância dos Lusíadas. Problema Literário.* 1933.
- Versilia, a Onda (Tradução),* 1929.
- Por quem choras? (Poesia).*
- A Ocasião (poesia).*
- Saudade (poesia).*
- Salve, Calpe! (poesia).*

REIS (Mannel dos)

- Sobre os Principios Fundamentais do Cálculo das Probabilidades.* 1929.
- O Problema da Gravitação Universal.* 1933.
- Galileu e a Astronomia.* 1943.

ROCHA E CUNHA (Silvério da)

- O Porto de Aveiro (Conferência realizada em 5 de Maio de 1923, na sede da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses).* Aveiro, 1933.

1.º CENTENÁRIO DO LICEU DE AVEIRO

Relance da História Económica de Aveiro (Soluções para o problema marítimo, a partir do século XVII). Conferência realizada em 14 de Junho de 1930.

A Marinha de guerra e a Educação Nacional (Estudo crítico da actual organização do ensino e educação naval). Conferência de 12 de Abril de 1907.

Notícia sobre as indústrias marítimas na área da jurisdição da Capitania do porto de Aveiro. Aveiro, 1939.

ROSA (Acácio)

A nossa independência e o Iberismo.

Pescando uma Pérola. 1915.

O Apóstolo São Tomé. 1939.

Impressões. Avuela pluma. 1893.

Tentando a Crítica (prefácio em livro de Mello de Mattos). 1897.

RUELLA (Augusto)

Subsídios para o estudo das possibilidades forrageiras de Entre Douro e Minho. Porto 1936.

A Chicoria para Café (Nas proximidades de Aveiro). Lisboa, 1915.

SACRAMENTO (Mário).

A Criança nas Relações com o adulto. Porto, 1943.

Retrato de Eça de Queirós. (Lido na Escola de Belas-Artes do Porto em 13 de Junho de 1944).

Eça de Queirós — Uma Estética da Ironia. Coimbra, 1945.

SEABRA DINIS (J.)

Psicanálise. 1945.

Sobre o Esquema Corporal. 1942.

Anais Portugueses de Psiquiatria. 3 vols. 1949-1951; secretário de redacção...

Occupational Therapy and Rehabilitation. 1951.

Occupational Therapy in Psychiatry — Historical Introduction. 1951.

Évolution et tendances actuelles de la psychanalyse. 1951.

Sur l'étude de la psychopathologie de la dépersonnalisation. 1951.

Psychiatrie sociale. 1951.

Terapêutica ocupacional em psiquiatria — Introdução histórica. 1950.

Reabilitação em Psiquiatria. 1948.

Alguns aspectos da personalidade de Egas Moniz. 1950.

SILVA (José Marques)

Radiodiagnóstico da Tuberculose Pulmonar. 1918.

SILVEIRA (António da)

Raman Effect of Concentrated Electrolytic Solutions. 1939.

Teoria da Electricidade — Segunda Parte: Campo Electromagnético. 1948.

Relatividade, Ondas e Corpúsculos. 1939.

Estrutura da Luz — Hipótese dos Quanta = Métodos de Estatística. 1938.

On the fundamental vector of the magnetic field and the magnetostatic pressure. 1948.

Sobre as Forças de Laplace em Teoria de Maxwell. 1946.

Generalização do Teorema de Mínimo da Electrocinética — s. d.

Sur l'effet de Raman dans les solutions salines. 1932 — com colaboração de

Sur l'effet de Raman dans les solutions de sels cuivriques. 1932.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

On Helmholtz's Electrodynamical Potential and the Induction Coefficients of Unclosed Currents in Quasi-stationary Processes. 1944.
On the Fundamental Vector of the Magnetic Field and the Magnetostatic Pressure. 1948.

SILVEIRA (Joaquim Albino da)

O Latim «Fabrica» na Língua e na Toponímia Portuguesa. 1935.
Erros nos Dicionários da Língua. 1951.
Gândavo, não Gandavo. 1947.
O latim 'laudemium'. 1949.
Vocalismo brasileiro — Dois apelidos. 1942.
Sobre o nome 'Câmões'. 1927.
Estudos sobre o vocabulário português (Formas, sentidos, prosódia, origens). 1948.
Estudos sobre o vocabulário português (Zevro, Zebra). 1949.
Erros de Prosódia — O prestígio dos esdrúxulos. 1944.
Toponímia Portuguesa (Esboços) — s. d.

SOARES (Feliciano)

Uma hora d'Anto. 1941.
Crucificadas. 1915.

SOARES (José Maria)

A Higiene d'Aveiro. 1904.

SOARES DA GRACA (Serafim)

A Igreja de Recardões. 1939.
Pessoas & Coisas da Minha Região — Vária.
A Jornada da Rainha Santa à Galiza no Ano de 1325 — Sua passagem por terras do Distrito de Aveiro. 1950.

SOUTO (Alberto)

Cartas de Fusilados. Introdução de... Porto, s. d.
Em prol do Distrito. I — A questão distrital e a questão provincial. Aveiro, 1940.
A Estação Arqueológica de Cacia — I. Aveiro, 1930.
Arte Rupestre. Arqueologia Prehistórica do Distrito de Aveiro. Figueira da Foz, 1938.
Os Afloramentos Ante-Mesozoicos do Rebordo da Meseta Ibérica no Distrito de Aveiro. Figueira da Foz, 1936.
Origem da Ria de Aveiro. Aveiro, 1923.
Aveiro na Obra de Camilo. Aveiro, 1943.
Marmitas Eolianas na Serra da Estrela. Aveiro, 1922.
Joaquim de Melo Freitas. Aveiro, 1924.
Waterloo!... Porto, 1935.
A «Pelagia Insular» de Festus Avienus. Guimarães, 1933.
Sobre a Festa da Paz e da Vitória em Aveiro. Carta por... Aveiro, 1918.
Elogio fúnebre de Firmino Costa. Aveiro, 1943.
Da Instrução Contraditória nos Feitos Crimes. Aveiro, 1919.
O Museu Oceanográfico e a obra de Naturalista do sr. Luiz Gonzaga do Nascimento. Aveiro, 1940.
Alguns problemas da urbanização de Aveiro. Aveiro, 1948.
Evolução histórica do Seguro. Coimbra, 1919.
A História, o Drama e a Graça da Água. Aveiro, 1930.
Arte Rupestre em Portugal (Entre Douro e Vouga). Porto, 1932.
A Educação de Sparta. Aveiro, 1921.
Uma lagrima (sobre o feretro de Alvaro de Mello). 1908.
O Tumulto de D. Catarina de Ataíde. Aveiro, 1951.
Escudelas das Fragas. Aveiro, 1923.

1.º CENTENÁRIO DO LICEU DE AVEIRO

- As pescarias da Terra Nova na Economia Portuguesa.* Aveiro, 1914.
Etnografia da Região do Vouga. Coimbra, 1929.
O Banco Regional de Aveiro ... Lisboa, 1920.
Romanização no Baixo-Vouga. Porto, 1942.
Museu de Aveiro. Aveiro, 1926.
Blocos erráticos na mesopotâmia da Beira-Mar. Aveiro, 1950.
Aveiro e a sua Arte ... Aveiro, 1949.
Almanaque d'A Liberdade. 1913. Aveiro. Colaboração de ...
A Caixa Económica de Aveiro. Aveiro, 1919.
Estatutos do Banco Regional de Aveiro. Aveiro, 1950.
Junta Autónoma da Ria e Barra de Aveiro. Lisboa, 1924.
Banco Regional de Aveiro, L.da. Aveiro, 1920.
Trabalhos da Comissão organizadora do Grémio dos Importadores (Algodão em Rama). Porto, 1935.

SOUTO (Ricardo Nogueira)

Angeja e a região do Baixo Vouga. 1937.

TAVARES (José Pereira)

- O Posta Melodino* (D. Francisco M. de Melo) — Rimas Portuguesas e Orações Académicas. Prefácio e notas, Porto, 1921.
Filinto Elisio — Poesias. Selecção, prefácio e notas. 1941.
Como se devem ler os clássicos. Livraria Sá da Costa. Lisboa, 1941.
As Viagens na minha terra. (Separata do Tomo x, 2.ª série, da Revista da Faculdade de Letras de Lisboa. Lisboa, 1943.
As Metamorfoses de António Dinis da Cruz e Silva. Coimbra, 1944.
Humanitas. Vol. II. (Epifânio Dias e Júlio Moreira, editores e comentadores de textos latinos). Coimbra, 1949.
O Hissope (poema herói-cómico em 8 cantos de António Dinis da Cruz e Silva), Reprodução de um Manuscrito inédito do Século XVIII, com prefácio e anotações. Edição da «Revista de Portugal». Lisboa, 1950.
O Ensino da Língua Portuguesa nos Liceus. 1913-1914. Lisboa, 1914.
História da Língua Portuguesa (Conferência). Lisboa, 1923.
Ortografia Portuguesa. (Manual do estudioso da Língua). Coimbra, 1928.
História do Liceu de Aveiro. Figueira da Foz, 1937.
Alguns Aspectos da Linguagem de Machado de Assis. Coimbra, 1942.
Selecta de textos Arcaicos e Medievais. (VI e VII cl. dos Liceus). Porto, 1923. Aprovada oficialmente.
Selecta de Textos Arcaicos. (VII ano). Lisboa, 1939.
Selecta de Textos Arcaicos. (Ensino Liceal — Português VII ano). Livro único. Lisboa, 1951.
Livro de Leitura (1.º ciclo — 1.ª e 2.ª classes dos Liceus). Lisboa, 1932.
Selecta Literária (2.º ciclo — 3.ª, 4.ª e 5.ª classes dos Liceus). Lisboa, 1934.
Gramática Elementar de Português (aprovada oficialmente para os 4.º, 5.º e 6.º anos dos Liceus). Lisboa, 1937.
Livro de Leitura (aprovado oficialmente para os 1.º, 2.º e 3.º anos dos Liceus). Lisboa, 1937.
Epítome de Gramática Portuguesa. (Aprovado oficialmente para os 1.º, 2.º e 3.º anos dos Liceus). Lisboa, 1938.
Livro de Leitura (Aprovado oficialmente para o 1.º ciclo Liceal). Lisboa, 1948.
Livro de Leitura (Parte 1-1.º Ano) — Livro único. Lisboa, 1950.
Livro de Leitura (Parte II-2.º Ano) — Livro único. Lisboa, 1950.
Método Elementar de Latim (3.ª classe dos Liceus). Lisboa, 1934.
Método Elementar de Latim (4.ª e 5.ª classes dos Liceus). Lisboa, 1934.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

- Método Elementar de Latim* (Aprovado oficialmente para os 4.º, 5.º e 6.º anos dos Liceus). Lisboa, 1937.
A Eneida de Vergílio (Aprovado oficialmente para o 7.º ano dos Liceus). Lisboa, 1937.
De Bello Gallico de César (Aprovado oficialmente para o 6.º ano dos Liceus). Lisboa, 1937.
Fábulas de Fedro (V ano). Lisboa, 1937.
Cinquenta Fábulas de Fedro (para as crianças lerem, estudarem e meditarem). Aveiro, 1929.
O Crime do Padre Amaro — Análise das duas primeiras redacções Aveiro, 1943.

TOMÁS VIEIRA (António)

Lições de Ciências Geográfico-Naturais. 2.ª ed. 1950 (2 vols.).

TRINDADE SALGUEIRO (D. Manuel-Arcebispo de Mitilene).

Um bispo (Elogio fúnebre, pronunciado nas exéquias solenes, por alma de D. Manuel Coelho da Silva). Coimbra, 1936.

O papel da vontade na educação, 4.ª edição. Coimbra, 1942.

Mensagem Cristã — Jesus. Coimbra, 1945.

Pureza e Sensualismo, 4.ª edição. Coimbra, 1950.

VALE (Carlos Vilas-Boas do)

Noites brancas. 1930.

VAZ (João Abel Rebocho)

Ossadas da Guerra. 1921.

VAZ CRAVEIRO (Eduardo)

Edro. Versos de... Ílhavo, 1924.

A Neta do Moleiro. Conto de Outono. Ílhavo, 1925.

Romaria. Ílhavo, 1925.

Queima das Fitas. IV Ano Médico de 1926-1927. Com versos de... Coimbra, 1927.

O Veneno das Seringas. Colaboração de Matos Braz. Coimbra, 1928.

Fuso de sonhos. Poemas. Coimbra, 1933.

Simbolos. Poemas. Coimbra, 1933.

Os Loucos. Versos de... Coimbra, 1939.

De Mim, da Terra e do Mar. Versos. 1941.

Princípio e Intermédio. Poemas. Braga, 1944.

O Filho de Deusa. Poema de... Coimbra, 1949.

A Escola Primária Fábrica de Arte Moral. Aveiro, 1951.

VILHENA (Firmino de)

Estio Festivo. 1922.

Creanças. 1885.

Amores no Campo. 1916.

No Farol. Temporada de 1915.

No Farol. Temporada de 1916.

Noivos. 1894.

Hespanholas. 1885.

Em Terras de Lafões. 1919.

Mulheres da Cruz Vermelha.

A Fabia em Aveiro. 1901.

Renova do Catimbau. 1904.

Período de Sombras. 1902.

Perdão! 1886.

O Beijo. 1886.

ZAMITH (Fernando)

Como resolver problemas de Física. 2.ª edição. Braga, 1932.

Curso Elementar de Física, de colaboração com N. Prudente (para o 2.º ciclo Liceal). Porto, 1944.

Curso Elementar de Física. (De acordo com o programa do VII ano dos Liceus), de colaboração com J. Teixeira. Porto, 1948.

Problemas de Física e Química (Para o 2.º ciclo dos liceus), de colaboração com J. Teixeira. Braga, 1950.

Problemas de Química (Para o Curso Complementar de Ciências dos Liceus), de colaboração com J. Teixeira. Braga, 1950.

Problemas de Física (Para o Curso Complementar de Ciências dos Liceus). 3.ª edição, 1949.

bibRIA

A RAINHA D. MARIA I

(ECOS DA SUA MORTE)

Abertura:

TENHO aqui, na minha colecção de *folhetos*, um, no qual consta a notícia do quebramento dos escudos — na cidade de AVEIRO pela morte da Rainha D. Maria I.

Como o assunto não seja sufficiente para encher quatro páginas do *Arquivo do Distrito de Aveiro*, peço licença aos meus bons Leitores para apresentar-lhes também, embora em resumo, a descrição das cerimónias fúnebres, cívicas ou religiosas, que, pelo mesmo motivo, foram realizadas no Rio de Janeiro, no Porto, em Braga e em Viseu... ⁽¹⁾

Na cidade do RIO DE JANEIRO

Faleceu a Rainha D. Maria I a 20 de Março de 1816 na cidade do Rio de Janeiro, aonde, com felicidade relativa e prudência patriótica, a Corte Portuguesa se havia acolhido para se livrar das garras furiosas de Napoleão Bonaparte.

A cerimónia da quebra dos escudos, com todo o rigor da pragmática, effectuou-se no dia 27, oitavário do óbito.

Foram quebrados não 3 mas 4 escudos nas praças de Santa Rita, do Capim, do Rossio e da Lapa do Desterro.

No tomo II das suas *Memórias... do Reino do Brasil*, o cônego LUÍS GONÇALVES DOS SANTOS (o padre Perereca) dá notícia da morte e do funeral da Rainha D. Maria I, com abundantes minudências ou particularidades rigorosas.

⁽¹⁾ *Relação Do modo como se quebrarão os Escudos na Cidade de Aveiro pelo fallecimento da Augustissima Senhora D. Maria I.*

Na Impressão Régia, s. a. n. d., 4 págs. inums., que incluem também a *Relação das Exequias celebradas em Viseu e em Braga*. São um apenso à *Gazeta de Lisboa* n.º 216, de 11 de Setembro de 1816.

Na cidade do PORTO ⁽¹⁾

A triste notícia da morte da Rainha D. Maria I chegou à cidade do Porto no dia 15 de Julho e, no mesmo dia, o tenente-general Governador, Excelentíssimo Filipe de Sousa Canavarro, deu as ordens para que se fizessem as cerimónias militares do estilo.

Mandou postar, na praça de *Santo Ovidio*, uma bateria de três peças, para dar uma Salva Real de vinte e um tiros, medeando o espaço de um quarto de hora.

A primeira salva, que ressoou pela Cidade, causou geral tristeza em toda a população, sem distinguir classes...

O ilustríssimo Senado da Câmara também recebeu a devida comunicação oficial; e, no dia 16, fez as participações ao Cabido, Comunidades Religiosas, Paróquias e Igrejas para que os sinos, nas torres, tocassem a finados, de manhã, ao meio dia e ao sol posto.

No dia 17, pelas 10 horas da manhã, saiu da Real Casa Pia, aonde a Câmara fazia interinamente as suas *vereações*, o BANDO PÚBLICO para dar a saber aos moradores da Cidade e do Termo o luto que deviam tomar pela morte da Rainha.

Nas Praças e Terreiros, conforme o uso e costume, foi lido o Prêgão em alta voz...

A quebra dos escudos efectuou-se na tarde do dia 19: o 1.º, na Praça Nova, defronte da nova Casa que, havia pouco tempo, o Senado tinha comprado para fixar a sua residência; o 11.º, no Largo de S. João; e o 111.º, no Largo da Feira.

Nos dias 4 e 5 de Agosto, celebraram-se na Sé Catedral as exéquias religiosas.

Prêgou Frei José de Lima, eremita calçado de Santo Agostinho.

Na cidade de AVEIRO

A 19 de Julho, chegou à cidade de AVEIRO a notícia da morte da Rainha D. Maria I...

— «No dia 20, o Senado da Câmara anunciou ao Publico esta infausta noticia por um BANDO...

No dia 30 de Agosto, à tarde, se celebrou o quebra-mento dos escudos, na forma seguinte:

Juntaram-se, na Casa da Câmara, o Senado e Cidadãos,

(1) *Narração do que se passou na cidade do Porto por ocasião da morte da Senhora D. Maria Primeira, Rainha de Portugal, Brazil, E Algarves. &c. &c.*

Lisboa: Na Impressão Regia. Anno 1816. — Com Licença. S. a. 16 págs.

vestidos de rigoroso luto, capas compridas, chapéus desabados e só com a aba da frente levantada, fumos caídos, e varas pretas...

Na frente, ia um piquete do Batalhão de Caçadores número 10...

Servia de Alferes da Bandeira João Agostinho Barbosa de Novais, pessoa da Nobreza, que montou em um bem ajaezado cavalo todo coberto de preto, com a Bandeira também preta na mão direita, indo uma grande parte dela de rastos pelo chão, guiada e conduzida pelo Porteiro da Câmara; e, dos lados do cavalo, dois homens de Vara, todos vestidos de luto...

Iam também o Alcaide da Cidade com Vara branca; dois Almotacés; Vereadores; e os três Cidadãos da Nobreza, escolhidos pela Câmara, Pedro de Sousa Brandão de Albuquerque Ribeiro Bacelar, Bernardo Barreto Feo e João Crisóstomo Gravito de Veiga e Lima, levando os escudos, cobertos de fumo...

Em último lugar: — O Senado com o seu Presidente, o Doutor Juiz de Fora Pedro José Bruno Biscaia da Silva; o Governador Militar da Cidade, Francisco Xavier da Silva Pereira; o Regimento de Milícias...

No Largo do Espírito Santo, achava-se um tablado alto com escabelo no meio, todo coberto de preto...

A banda de música do Batalhão ia tocando uma marcha com propriedade alusiva aqúelle triste acto...

Subiu ao tablado Pedro de Sousa Brandão de Albuquerque Ribeiro Bacelar, com o Meirinho dos Órfãos, a quem aqúelle entregou o chapéu; e, descobrindo-se todos, disse:

Chorai, Nobres: chorai, Povo! que é morta a Nossa Rainha Dona Maria Primeira...

Bateu com o 1.º escudo e o quebrou, e o Meirinho pegou nos fragmentos e recolheu-os em uma bolsa preta, que para isso levava o Porteiro...

Cobriram-se todos e seguiu o Cortejo, na mesma ordem, para a Praça, onde estava outro tablado; e quebrou o 11.º escudo Bernardo Barreto Feo...

No Largo da Vera Cruz, quebrou o 111.º escudo João Crisóstomo Gravito da Veiga e Lima...

Recolheram-se à Casa da Câmara na mesma ordem em que dela saíram; e cessaram os sinais que nos sinos da Câmara e Igrejas continuamente se fizeram...

Era bem divisado nos semblantes de todos os fiéis vassallos o sentimento da morte de tão benigna soberana...» —

A quebra dos escudos em VISEU

Realizou-se no dia 31 de Julho em Viseu a cerimónia da quebra dos escudos pela morte da Rainha D. Maria I...

Foi quebrado o 1.º no Largo de *Cimo de Vila*, diante das Casas do reverendo Cônego João Alexandre, pelo cidadão Bernardo da Silva Cardoso e Melo, pessoa da primeira nobreza e distinção.

No Rossio de Santo António, quebrou o 11.º escudo Miguel de Almeida Tovar de Meneses...

No Terreiro das Freiras, quebrou o 111.º escudo o cidadão António de Lemos e Sousa Monis Caldeira...

Foi esta Procissão em todo o giro acompanhada por uma Guarda de Capitão do Regimento de Infantaria n.º 11.

Exéquias na cidade de BRAGA

As exéquias Religiosas, em sufrágio da alma da Senhora Rainha Dona Maria I, realizaram-se em Braga na tarde de 26 de Agosto de 1816, com *Vésperas* e *Matinas* cantadas; e, na manhã de 27, com *Laudes* e *Missa*.

Assistência: — Irmãos da Mesa da Santa e Real Casa da Misericórdia; a Câmara Municipal; a Relação Metropolitana; a Oficialidade de Infantaria número 15; a principal Nobreza; concurso de muito Clero, tanto secular como regular...

Honrou todos os actos o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor D. Frei Miguel da Madre de Deus, Arcebispo e Senhor de Braga, Primaz das Espanhas.

Recitou a Oração fúnebre — eloquente, erudita e patética — o muito reverendo Padre Frei António de Santa Catarina, Religioso dos Menores Observantes da Província da Piedade.

P.º RUELA POMBO

PADRE MANUEL DE PAIVA, DE AGUADA

EU não sei se já por aí alguém ouviu falar no Padre Manuel de Paiva, natural de Aguada, e ali cura de almas. Não tenho elementos para saber se era de Aguada de Cima ou de Aguada de Baixo, mas inclino-me a que fosse desta por os documentos só dizerem *Aguada*, quando na menção da outra sempre acrescentam *de Cima*. Também não encontrei aqui nada escrito nem pessoas amigas e sabedoras puderam dar-me alguma notícia daquele sacerdote. Isto fez-me supor que está entre nós inteiramente esquecido este conterrâneo ilustre. Eis a razão porque me atrevo a trazer estas notas a público. Se me engano, que me perdoem os que já conhecem a vida de Manuel de Paiva, pois me dou por contente em fazê-lo conhecer aos que a ignoram, como eu ainda há pouco ignorava. E estou certo de que alguma satisfação encontrarão nesta leitura os que ainda guardam no coração, acarinhado pelos bafos quentes da terra natal, o sentimento de amor a ela, como eu acalento também ao sopro suave da saudade.

D. João III resolvera fazer a colonização do Brasil e criou para tal fim o regime das Capitanias independentes entre si. Este regime vigorou praticamente de 1534 a 1549, sendo substituído, em face dos pequenos resultados obtidos, pelo regime do governo geral. Foi Tomé de Sousa o primeiro governador geral do Brasil, o qual chegou à Baía de S. Salvador em 1549. Com ele vieram também os Padres Jesuítas Manuel da Nóbrega, João Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes, António Pires. Eram estes Padres acompanhados de dois irmãos leigos. Diogo Jacom e Vicente Rodrigues.

No ano seguinte, 1550, chegaram mais os Padres Salvador Rodrigues, falecido 3 anos depois, Manuel de Paiva, que viveu 34 anos, Afonso Braz e Francisco Pires.

Logo depois vieram outros e entre eles Anchieta. Andam pouco lidas e pouco lembradas as páginas da nossa história

PADRE MANUEL DE PAIVA, DE AGUADA

relativas a este período dos primeiros esforços de colonização do Brasil. E também os nossos historiadores não têm concedido aos heróis dela a glória bem merecida dos seus altos feitos. Cada um destes padres foi um herói. Lembrá-los é um dever. Eis o que diz o Padre ANCHIETA do nosso Manuel de Paiva.

PADRE MANUEL DE PAIVA

(Cartas do Padre JOSEPH DE ANCHIETA, pág. 484,
publicadas pela Ac. Brasileira de Letras)

O Padre Manuel de Paiva entrou já sacerdote de boa idade em Coimbra. Foi homem muito chão e cándido em sua conversação, guardando sempre uma perpétua paz. Estando nos exercícios logo entrando (como então era costume), o Irmão que neles servia esqueceu-se dois ou três dias de o prover, e o Padre não curou de lho lembrar, cuidando que ou assim era regra da Companhia, ou que não o havia no Colégio por ser pobre. Finalmente, com este último pensamento o lembrou ao Irmão, dando-lhe umas luvas que comprasse alguma coisa de comer, já que o Colégio não o tinha. O Irmão dissimulou e teve melhor cuidado dali por diante.

Em chegando à Baía, como a pobreza era muita, o Padre Nóbrega, com este pretexto, como era muito fervente no espírito da mortificação, tão exercitado dos Irmãos em Portugal, mandou vender o Padre Paiva, entregando-o a um porteiro que o prêgoasse pela cidade, se havia quem o quisesse comprar, e foi a coisa tão de siso que se persuadiam todos ser verdade, e que por falta do necessário o vendiam, e não faltava quem desse cem e mais cruzados por ele, para o ter por seu capelão. Espantados da obediência e humildade do Padre Paiva, o qual também se persuadia que de verdade o mandavam vender, e dizia aos homens que o comprassem, que os serviria muito bem. Até que daí a alguns dias que o porteiro andou nisto, dando recado ao Padre Nóbrega do que se passava e quando subia o preço que davam por ele, entenderam o negócio, ficando todos muito edificados da maneira da Companhia.

Foi cura de almas antes que entrasse na Companhia; não sabia muito latim, coisa de que naquele tempo se fazia pouco caso e exame com os clérigos; mas depois que veio ao Brasil e trabalhou muito nisso, especialmente ao princípio, que se começou o estudo de Piratininga, onde ele era Superior dos Irmãos, e com acudir a todas as necessidades dos próximos e às mais obrigações de seus officios, estudava com

eles, deixando de dormir muita parte da noite, depois de todos dormirem; e às vezes alta noite acordava o mestre para lhe declarar o que não entendia, e assim saiu com seu intento de tal maneira que depois, estando na residência do Espírito Santo, ensinou muitos moços com grandíssimo zelo e diligência, alguns dos quais continuaram depois os estudos no Colégio da Baía, até ouvirem o curso e teologia. Com a muita caridade que tinha era nisto incansável, por dar algum lume aos moços nascidos no Brasil, de que eles pouco curaram, e com isso desafeiçoá-los dos costumes dos Brasis, a que são tão afeiçoados.

Posto que não era letrado, contudo estava muito bem nos casos de consciência, que com a mesma diligência estudava por si e perguntando. Tinha grande púlpito, não tanto de letras como de fervor e desejo de aproveitar às almas, e assim a gente comum do povo lhe era muito afeiçoada, e se aproveitava muito de suas pregações, as quais ele fazia acudindo a pé a umas e outras povoações, oito e dez léguas. Era tal sua devoção, que uma vez prégou a Paixão não sei quantas horas de joelhos. Trabalhou por saber a língua dos Índios mas não chegou a mais que saber ensinar a doutrina por escrito, ajudando aos naturais por intérprete com práticas e confissões com muito zelo.

Com este zelo das almas trabalhava muito de as ajudar e tirar do pecado, ainda que alguns Portuguezes que viviam mal se ofendessem disso, por ser ele causa de se lhe tirarem os cúmplices do pecado, não faltando ameaças e injúrias, nas quais ele guardava sua costumada paz e quietação, como que se lhe não fizessem nada. Um homem casado, a quem ele com suas admoestações tinha tirado uma manceba, por respeito da qual dava má vida à sua mulher, e posta em bom estado de matrimónio, e por esta causa andava inchado contra ele, o encontrou só em um caminho e o começou a afrontar e a empunhar da espada todo enfiado; mas o Padre, sem se mover, lhe disse com muita paz: «A mim, fulano? a mim? Isto bastou para o outro, atado, deixa-lo ir em paz seu caminho. Depois entrou em si e folgou de lhe ser tirada a ocasião do mal e pecado em que estava.

Outro que tinha cargo de justiça principal na Capitania, injuriou um dia ao Padre no meio da rua, diante de pessoas, e com palavras feias e mui irado, ao qual ele nada respondeu, antes se foi muito quietamente passeando e ouvindo o que o vinha injuriando até se recolher na igreja. Chegou a desordem do outro a tanto que fez um auto do Padre com testemunhas, dizendo que lhe queria mal, mas com a paciência do Padre se curou tudo. Da mesma maneira curou outra pessoa principal que o maltratava de palavras publicamente diante de muitos, dizendo-lhe que se não fora Padre lhe

houvera de fazer e acontecer. A isto o Padre respondeu: «Dai graças a Deus porque o sou». Com o qual o outro ficou não sômente confuso, mas também cheio de temor e não sem causa, porque o Padre (posto que disse nenhum caso fazia) era homem de grande esforço de ânimo e forças e conhecido de todos por tal, mas sua paciência e paz interior com que isto curava era maior.

Era intrépido para todo o perigo corporal, especialmente se intervinha obediência, na qual era prontíssimo; tanto que um dia, indo por um monte abaixo muito íngreme com o Padre Nóbrega, lhe mandou o Padre que se deitasse por ele a rolar, o qual ele fez logo sem nenhuma dilação, indo a tombos pelo monte abaixo, até que lhe disseram que bastava.

Ordenaram os capitães de S. Vicente duas guerras contra os Tampios; foi necessário mandar o Padre Nóbrega em sua companhia ao Padre Paiva, o qual todo o caminho, que foi largo, lhes disse missa e prégo sempre, esforçando os Portugueses e confessando-os e acudindo juntamenté aos Índios cristãos com o Irmão Gregório Serrão, que era o língua que levava. Em uma guerra e em outra foi sempre o Padre Paiva sem medo com uma cruz diante até à cerca das aldeias, uma das quais foi rendida de todo, e com o esforço do Padre se salvaram muitos dos nossos, que estavam a ponto de fugir com perigo certo das vidas; os quais o Padre fez esperar até que de todo se rendessem os inimigos, de que havia ainda boa cópia, recolhidos em uma casa forte, e se sentiram covardia nos nossos, houveram de sair e matar muitos nas canôas, em que se queriam ir com pouca ordem e com muitos já frechados. Pelo grande perigo em que estavam, se pôs o Padre Paiva sem medo algum defronte daquela casa, donde se tiravam muitas frechadas, até que se tomaram os inimigos às mãos e os nossos ficaram salvos.

A outra aldeia não foi rendida, antes muitos dos nossos feridos, os quais o Padre Paiva ajudava a tirar do perigo presente de os acabarem de matar, e recolhendo-se todos para as canôas, ele foi o último que ficou no mato; porque, além dele ser homem velho e pesado, quis que todos fossem diante; achando-o menos no porto, um Índio cristão o veio buscar, e encontrando-o no mato já perto, o acompanhou até o embarcar com toda a gente.

Neste combate nunca o Padre Paiva se apartou da cerca com a cruz em a mão animando a todos, e depois os Tamoios nos perguntavam: «Quem era aquele de uma roupa longa, que estava com uma cruz perto da cerca, porque lhe tirávamos muitas frechadas e nunca o pudemos acertar?» Desta maneira guardou Nosso Senhor por sua misericórdia por meio do Padre Paiva os nossos; e não quis que se destruísse

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

aquela aldeia, porque depois esteve nela o Padre Nóbrega fazendo pazes com os Tamoios, muitos dos quais são agora cristãos.

Finalmente o Padre Paiva, que era na idade o mais velho da Companhia do Brasil, depois de muitos anos de serviço de Nosso Senhor, estando na Capitania do Espírito Santo, enfermou de uma doença prolongada, sem dar com ela trabalho a ninguém, e mandando-o a Obediência que se fosse à casa de um homem muito nosso devoto a outra vila, para ver se se achava melhor, ele com a saudade da conversação dos Irmãos e desejo de outro recolhimento maior e mais necessário para tal tempo, não pôde lá aturar dois dias e se veio para casa, e carregando a enfermidade em que teve grandíssimo trabalho e paciência, se foi para o Senhor dia de S. Tomé, Apóstolo, no ano de 1584, e jaz sepultado na nossa igreja.

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA

bibRIA

REGIÃO DE VOUGA

CENAS DE ALDEIA

(do livro a publicar, *Nossa Terra e Nossa Gente*)

O CASAMENTO ENTRE A GENTE DO POVO

UM olhar, uma carícia desajeitada, algum beijo às furtadelas, umas conversas maneiras à porta da casa da cachopa, aos domingos, de tarde... Ele, encostado à bicicleta, ou de vergastinha na mão, e ela, como passarito tímido à beira do ninho, no receio do voo e no anseio do imprevisto, torce a ponta do avental.

Quando calha, lá vão os dois de passeio até às romarias próximas, e se há bailarico no adro, com harmónica e viola, principia o saracoteio, e alguém canta:

'Stás-t'a rir... Queres cá vir...
Sabes o qu'eu quero, não me faças consumir.

Ora agora viras tu,
Ora agora viro eu,
Ora agora viras tu, viras tu mais eu.

No regresso, sempre juntinhos, muitas ternuras e muitas promessas com juramentos solenes, *de antes quebrar que torcer*. E chegou finalmente o dia do entendimento com os pais da cachopa. Depois, o dia do casamento, na igreja, com roupas novas mandadas fazer a propósito para a cerimónia (roupas que hão-de servir para muitos domingos no decorrer de alguns anos), os sinos repicam, e segue-se a boda com os padrinhos, não faltando o prior e o sr. compadre... E nos dias a seguir logo o trabalho da lavoura.

Raio de Vida!... e, «pró môr da lida», palavras! e berreiro *p'ráqui*, e praguedo *p'rácolá*. Raio de Vida!...

*

Meses depois ela fica grávida. — «Está p'ra ter cria», diz o seu homem, simploriamente, sem maldade.

Nascida a criança, durante uns dias, a mãe fica na cama, a caldinhos de galinha. E quando se levanta, carrega o recém-nascido junto aos seios, com fraldinhas de flanela, embrulhado e muito agasalhado no xaile grosso e felpudo, cantando-lhe ao ouvido:

— han... han... han...

Nana, nana, meu menino,
que a Senhora já lá vem,
foi lavar as fraldinhas
à fontinha de Belém...

O petiz assim agasalhadinho no xaile grosso, a mãe dá algumas voltas caseiras com ele ao colo, mas pouco pode fazer. Nesses primeiros dias ela calça meias e tamancos, e um lenço a embrulhar a cabeça, até ver... que, «assim é qu'elas s'armam».

De noite, enquanto o «crianço» não é baptizado e «pró môr das bruxas», que podem vir chupar o sangue ao «inocentinho», sempre uma luz acesa (lâmparina ou coisa que o valha) no quarto onde dorme o «crianço», ao lado da mãe. E com um mês, às vezes menos (porque o azeite da lâmparina custa dinheiro) igreja com ele, «pois então!...» E mesmo, porque pode acontecer não vingar, e, sem baptismo, «Deus Nosso Senhor nos livre de tal» — já não ia p'ró Céu, não era anjinho, coitadinho!

— Pois não querem saber?! Uma vez aconteceu uma grande desgraça ao filhito, de três semanas, da ti' Rosa Gaga. Nem é bom lembrar, credo! Foi um porco que comeu a criança, enquanto a ti Rosa Gaga tinha ido à fonte. Só ficou um bracinho. Baptizaram o bracinho! «Ao menos o bracinho foi baptizado» — soluçava a pobre mãe, resignada e convencida, na sua boa fé.

.....

O BAPTIZADO

De regresso da igreja, onde *soltou* berros tremendos quando lhe despejaram água fria na moleirinha, os olhos da criança vão agora a sorrir para o Sol, caminho além, até à casa dos pais. E principia a boda, com os padrinhos, o sr. prior, os familiares e o sr. compadre... o homem que é, na locali-

CENAS DE ALDEIA

dade, uma espécie de soba e, às vezes, faz o jeito de emprestar umas *notas* a bom juro, já se vê... a pagar pelo S. Miguel.

E no dia seguinte ao baptizado, logo e sempre, o trabalho da lavoura, e o berreiro, e os palavões, de manhãzinha até à noite, «pró môr da lida». Raio de Vida!

A criança lá anda, ora ao colo da mãe, a mamar e a dormir, a

— Nana, nana, meu menino...

Ora pelo chão em cima de xales estendidos ou dentro de cestós de vime (a servirem de resguardo) a berrar... Vai-se criando, entre fraldas e trapos, «como Deus é servido».

Mama bem, coitadinho, «louvado seja o Senhor!» — Mas chora muito, «é um cabrito!»

Alarga a pele, está gordinho, engatinha, já galreia, quer falar, teve coqueluche, teve sarampo (não teve o garrotilho), nasceram-lhe os primeiros dentes, já come do caldo caseiro e já come broa com sardinha, o pai dá-lhe um golito de vinho «p'ra se ir acostumando», e no dia de Ano Novo, com cinco anos feitos, a mãe veste-lhe as primeiras calças compridas. Está um homem!

UM HOMEM

— Traz cá esse podão, ó António... — berra o pai.

— Leva a escudela *p'rácolá*, anda, mexe-te...

Aos sete anos, porque a lei manda, lá o enviam à escola, que bem lhes custa, «porque já lhes fazia jeito...»

Mas «tamãe» é só para aprender qualquer coisita de letras e de contas, que mais não é preciso para quem tem de lidar na terra... que eles, pais, nem isso, e bem falta lhes têm feito porque, quando precisam (alguma carta do Brasil ou da América, ou preencher os papéis dos Grémios) lá vão ao favor do compadre. — «Que agora tudo são pape-ladas, fiscais, assinaturas, trapalhadas, um rôr de coisas... e bota p'ra cá dinheiro!»

— «Um homem, pois atão! Mexe-te, António...»

Depois de feito o exame primário da segunda ou terceira classe, que mais não faz conta aos pais e a mais as leis não obrigam (infelizmente), o rapazinho tem agora dez ou onze anos, feitos pelo S. Martinho, e quase sem ter sabido o que é brincar com os garotos da sua idade, porque na folga da escola andava a ajudar os pais...

— «Toca, António, já fizeste exame, não sejas mandrião... põe as vacas ao carro, António... leva a enxada grande,

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

não esqueças a forquilha, carrega o estrume, junta as agulhas, traz uma gabela de lenha, apanha uma paveia de milhã p'ró gado, que, depois, é preciso ir cortar o arroz e cavar a terra para as couves navinhas. Toca, António... Não resmungues, senão chego-te...»

E lá vai ele, *um homem de onze anos!* à frente do carro das vacas, com uma enxada ao ombro maior do que o seu tamanho, e as mãos enregeladas de frio. Toca, António... Mexe-te.

Raio de Vida!... E, «pró môr da lida», pragueado *p'rá-qui* e berreiro *p'rácolá*. Mas a aldeia é simpática, a região é linda, e a terra, trabalhada, tudo dá: — carros de milho, rasas de arroz, alqueires de feijão, batatas, ervilhas, azeite, pipas de vinho... e as festas durante o ano aos santinhos, com bom prêgador no púlpito e a igreja toda enfeitada, música no coro e festa no arraial: — Cachopas morenas, azougadas, lenços garridos sobre os ombros, arrecadas nas orelhas, procissões vistosas com homens barbeados e de opas vermelhas, bons petiscos, com aletria e arroz doce, botas novas e roupas domingueiras, roletas da sorte, foguetes no ar e sinos a repicar. Que linda, a festa do arraial!

ora agora viras tu,
ora agora viro eu,
ora agora viras tu, viras tu mais eu.

Isto, sim, é alegria! Com mil demónios!... A aldeia, apesar de tudo, tem encanto, tem poesia. Viva Portugal!

Aveiro. Dezembro, 1951.

LAUDELINO DE MIRANDA MELO

UM EXAME ÀS CADEIAS DA COMARCA DE AVEIRO, EM 1822

A O contrário do que a maior densidade de população actual e o consecutivo progresso económico naturalmente nos conduziriam a supor, o número de cadeias, ou pseudo-cadeias, existentes há século e meio na comarca de Aveiro — e, decerto, nas demais — era muito superior ao dos dias de hoje. Eram muitas mais as cadeias, muito mais disseminadas, como se tornava conveniente num tempo em que eram difficilissimas as communicações, mas eram muito peores.

Os próceres do liberalismo haviam experimentado e duramente sofrido, algumas vezes, os horrores dessas cadeias insalubres, despidas de toda a espécie de comodidades, masmorras infectas, sem ar nem luz. Uma vez alcançado o poder, movidos pelo humanitarismo ideológico que os impelira à luta e aos sacrificios, e aconselhados pela experiência própria, logo se lhes impôs a necessidade de melhorar as condições dos encarcerados. Viria, assim, a Carta Constitucional a estabelecer (art. 145.º, § 2.º) que as cadeias deveriam ser, não apenas seguras — pois cadeias eram — mas limpas e bem arejadas — uma vez que se destinavam a seres humanos.

Entretanto as Cortes haviam votado que se procedesse ao «exame do estado e melhoramentos das cadeias». A Secretaria de Estado dos Negócios de Justiça, em 7 de Novembro de 1821, publicou a portaria designando as pessoas propostas para as diversas comissões encarregadas de efectuar o inquérito às condições em que, nessa data, aquelas se encontravam. Note-se que elas, na generalidade das vilas, occupavam, com a sala de audiências e outros compartimentos adstritos aos serviços judiciais, dependências dos Paços do

Concelho. A vistoria tinha, porém, como objectivo os lugares de reclusão, e quando muito, acidentalmente, poderia olhar às deficiências de instalação dos demais serviços.

Para a comarca de Aveiro recaiu a nomeação em João Nepomuceno da Silva, Manuel Rangel Varela de Quadros, Ricardo José da Maia Vieira, António Maria de Abranches Lobo e José António de Amorim, uns residentes na cidade, outros fora.

Temos presentes os documentos que sobre esta comissão conservou o último. Servir-nos-ão para lançar um relance — muito breve, pois o assunto não dá grande aprazimento — ao estado em que se apresentavam nessa época as trinta e nove cadeias que pertenciam à comarca aveirense, então de



Ruínas da cadeia do Sardão, em 1950

extensão muito diferente, claro está, da que hoje abrange. Em relação ao maior número, só por eufemismo ou hipérbole se poderia chamar cadeias a esses lúgubres e sórdidos tugúrios, sem requisitos, ainda os mais comezinhos, para alojar, com algum vislumbre de dignidade e decência, seres da nossa espécie. Uma grande parcela não representava já mais do que simples lugares de passagem dos detidos para cadeias de outras localidades, com melhores condições de segurança e, vamos lá, de higiene e conforto. Algumas, de todo desprezadas, reduziam-se a lastimosas ruínas, sem préstimo nem utilização, inaproveitáveis sequer ao menos para eventuais reconstruções. Eram já hipóteses de cadeias, cadeias simbólicas ou apenas restos a recordar a função passada, como hoje sucede mencionadamente com a cadeia do Sardão, nos arrabaldes de Águeda, reduzida a escombros e que mal suscita ao observador a probabilidade de haver sido uma das

prisões mais importantes e mais bem apetrechadas da área em que superentendiam os magistrados aveirenses. Havia povoações onde mal se lorigavam os alicerces a assinalar a antiga edificação, e frequentes vezes, a ruína dos velhos prédios empregados como cárceres chegava a ponto de a armação ser sustida com um forte esteio ao qual, por via da regra, se encontrava ligado um cadeame de ferro, destinado a manter com segurança algum preso, até ulterior remoção para cadeia de maior confiança.

As cadeias existentes na comarca, teórica ou efectivamente, e visitadas pelos membros da comissão, eram as seguintes: Brunhido, Agueira, Assequins, Sardão, Aguada



Outro aspecto das ruínas da cadeia do Sardão, em 1950

de Cima, Avelãs de Cima, Ferreiros, Anadia, Couto de Mogofores, Couto de Paredes, S. Lourenço do Bairro, Sangalhos, Couto de Ois do Bairro, Oliveira do Bairro, Avelãs do Caminho, Couto de Barrô, Vouga, Trofa, Segadães, Serém, Pinheiro, Frossos, Angeja, Estarreja, Bemposta, Albergaria-a-Velha, Couto de Esteves, Fermedo, Sever do Vouga, Préstimo, Vagos, Sorães, Ermida, Ílhavo, Sôza, Arada, Mira, Esgueira e Aveiro.

Vamos, em resumo, apreciar os resultados do inquérito — demorado e um tanto dificultoso, como verificaremos — a que procederam os comissionados, socorrendo-nos, especialmente, de uma cópia fiel do relatório que elaboraram em 27 de Março de 1822, ou seja quatro meses e meio após a nomeação.

Entretanto, notemos, de passagem, o tom em que são redigidas as considerações preambulares da exposição sobre as diligências efectuadas. Poderá achar-se uma de três coisas: adúladora subserviência, exagero de formalismo ou desmesu-

rado entusiasmo. A comissão, na realidade, ao iniciar as suas considerações, deseja em «tão feliz ocasião render a V. Mag.^o Fidelíssima a devoção, respeito e fidelid.^o que lhe consagra, e à Sua adheção ao Systema constitucional e ao Sobrano congresso a q.^{ta} de mãos dadas V. Mag.^o ancioso S'unio, e de cuja união e adherencia tantos e tão asignalados benef.^{os} tem rezultado ao todo desta Nação, talves com inveja dos outros Povos, e cada dia os Portuguezes são testemunhas de tantas beneficencias quantas conduzem para a felicit.^o da Nação inteira». Estavam abertas, parece, as portas largas do Paraíso... Agora, era só entrar! Ou não fosse uma dessas inestimáveis beneficências, «e que se pode considerar de grande monta, a do bom regimen dos encarcerados para cujo fim e devido exame foi V. Mag.^o servida crear comissoens em todo o Reino». Não estranhemos, todavia, estas ditirâmbicas louvaminhas, pois o pendor nacional para os superlativos encomiásticos continuou a medrar pelos tempos adiante.

As cadeias consideradas em melhor estado na área da comarca foram as de Mira e Esgueira, que dispensavam qualquer melhoramento, e a de Aveiro, que apenas precisaria de «gradame nas janelas da sacada, porque se o tivesse mais formosiava este edificio».

Esta última, como é bem conhecido, era de construção recente, pois, instalada no magnífico edificio dos Paços do Concelho onde se conservou até aos fins do primeiro quartel deste século, datava de 1797⁽¹⁾. A elegante construção, sobre ser nova e, porventura, a de melhor traça architectónica da cidade, não permitia desmazelos de tomo, uma vez que não só alojava as repartições municipais, mas até dispunha de dependências especiais para a aposentadoria, e nesta se hospedaram visitantes da qualidade de Beresford.

Se Vagos, Oliveira do Bairro, Sardão, Avelãs de Cima, Anadia, Angeja, Estarreja, Bemposta, Couto de Esteves e Sever, por exemplo, possuíam cadeias susceptíveis de melhoramentos capazes de as tornarem satisfatórias, e mesmo Ilhavo e Sangalhos, apesar de as suas apresentarem estragos consideráveis, na maioria das outras terras encontravam-se num estado de desprezo e ruína que já não admitia reparos possíveis. Em Avelãs do Caminho e no Brunhido, a comissão, como já tivemos ocasião de referir, apenas encontrou os sinais dos alicerces, e em Segadães nem mesmo esses derradeiros vestígios, mas «só hua pedra levantada q̃ dizem serve de Pelourinho».

(1) Segundo a tradição, a cadeia de Aveiro foi estreada pelo próprio construtor do edificio, o mestre Manuel de Pinho, natural de Ovar, que se estabeleceu na cidade e deixou numerosa prole.

Para aquelas que se encontravam em sofríveis condições ou consentiam reparos mais ou menos prontos e eficientes, os comissionados recomendavam, quase sem excepção, a abertura de frestas para renovação do ar nas enxovias; a instalação de tarimbais; a colocação de portais de madeira nas janelas, por fora do gradame — para as protegerem das intempéries e evitar comunicações perigosas, durante a noite, dos encarcerados com o exterior — e ainda as convenientes providências para dotar as prisões de necessárias ou privadas. Este problema, que hoje colocaríamos na rubrica das instalações sanitárias, parece que merecia, na época, particular atenção. Por aí se avaliará como teria andado esquecido e a que extremos havia chegado a infecta imundície desses calabouços soturnos, muitas vezes térreos e até subterrâneos, abafados e sombrios, com os reclusos a dormir no chão, sobre palha, poucas vezes renovada.

Na cadeia de Aveiro — nova como já vimos, e magnífica, pode dizer-se, em relação às demais — havia latrinas. Mas nem sempre, apesar disso, se trataria da respectiva limpeza convenientemente, pois o caso foi objecto de uma deliberação camarária, em 15 de Novembro de 1817, determinando a edilidade que se «limpassem os lixos das cloacas da casa da cadeia de quinze em quinze dias, sem que nellas se conservem mattos, ficando a limpeza ao cuidado do Procurador do Concelho, em poder do qual estaria a chave do embudo da porta exterior do corredor das mesmas cloacas, e em poder do carcereiro a chave do ferrolho da mesma porta». Dava-se tamanha importância ao assunto, que se nomeavam dois claviculários e se confiava a limpeza ao cuidado — entenda-se na aceção de vigilância e não na de obrigação efectiva de limpar, evidentemente — ao próprio procurador. Que, aliás, em boa verdade, este zelo higiénico podia não significar apenas uma generosa intenção a favor da comodidade e saúde dos encarcerados, mas uma providência destinada principalmente a preservar a *Domus Municipalis* de indesejáveis pestilências. Por uma ou outra razão, a medida aproveitaria a ambas as partes e esse facto é que importa agora assinalar.

Um pormenor que mereceu franca condenação foi a existência de alçapões para a entrada dos presos nas enxovias. Em algumas cadeias, como as de Oliveira do Bairro, Anadia e Angeja entravam nos cárceres, descendo por esses alçapões. No relatório propõe-se, como mais prática e humana, a sua substituição por pequenas portas, de acesso directo às clausuras.

Nas localidades onde os edificios das cadeias se mostravam em estado de mais acentuada ruína recorria-se à solução de levar os presos para casas particulares e conservá-los aí «athé serem transportados para cadeias seguras, agrilhoados

com hum cadeame de ferro chumbado a hua grande pedra, ou seguro a hum g.^{de} tronco de matr.^a firmado no meio da caza, que também serve de sustentar a m.^{ma} caza». Para o transporte dos presos, por seu turno, adoptava-se também uma prática reprovável, pois «observou mais a Comissão que na maior parte dos Districtos indicados se conserva o cruel systema de serem os presos conduzidos às cadêas amaneatados com cordas por falta de algemas».

A propósito de correntes e cadeames, vejamos por transcrição, o que era a cadeia de Sorães e qual era ali o regime prisional: «A Cadeia desta villa he hua caza terrea sem forro, de 20 a 25 palmos de vão, e hua fresta de meio palmo, com hua pedra de mó, com hua corrente xumbada, à q.¹ se prendem hum e dois presos pelo pé, q̃ pelo seu comprimento vão para o Sol fora da porta: está em sitio despovoado, aonde não têm mais q̃ dois vesinhos»... Boa índole seria a desses presos que, por um lado, não se evadiam e, por outro, aceitavam, humildemente, essa estranha condição que suscita a lembrança de algum cão preso à casota!

Da cadeia do Préstimo há notícia não só de um grilhão «imbutido em huma pedra semelhante a de hum moinho, e servio de lavar ao pedo desgraçado q̃ alli he prezo», o que é comum, mas de outros instrumentos mais antipáticos, que enchiam «huma boa canastra de vindima» e entre os quais «ferros de lançar ao pescoço, e outros m.^{io} antigos», felizmente e, por bom sinal, inutilizados, «por estarem a hum canto da caza sobre a terra, e chover nella».

O número de cadeias foi considerado excessivo para as necessidades e inútil a manutenção e reconstrução da maioria delas. De entre as mais arruinadas preconizou-se, em especial, a reconstrução da de Albergaria-a-Velha, por se encontrar situada na estrada Lisboa ao Porto, a meio caminho entre o Sardão e Bemposta. As povoações viviam, aliás, «em penúria» e sem possibilidades financeiras para obras daquela natureza, ainda mesmo de pequena monta. Apenas se afigurava viável um único meio: serem satisfeitos os encargos pelos senhorios ou donatários dos respectivos districtos. Nem este, porém, seria praticável, pois, como se verifica a respeito de Vagos, a donatária, na altura a marquesa de Vagos, quando a Câmara, que havia custeado sempre os pequenos reparos, quatro anos antes, comunicara áquella titular que a cadeia se encontrava em mau estado, ella respondeu «q̃ como se lhe tinha tirado a posse de confirmar as justiças; em esta lhe sendo restituída, cuidaria em compor a cadeia».

Os restantes senhorios que encontramos mencionados são os seguintes: Asseguins, conde da Ponte; Aguada de Cima, Oliveira do Bairro, Vouga e Sôza, duquesa de Lafões, D. Ana de Bragança; Avelãs do Caminho, Ferreiros e Ílhavo,

D. José Lobo da Silveira; Couto de Mogofores e Couto de Paredes, bispo e cabido de Coimbra; Sangalhos, freiras de Santa Clara, de Coimbra; Trofa, Pedro de Melo Brinco, embaixador em Roma; Serém, herdeiros do desembargador do Paço Alexandre José Ferreira Castela; Pinheiro, Angeja e Bemposta, marquês de Angeja; Frossos, comendador de Malta; Estarreja, freiras de Arouca; Albergaria-a-Velha, freiras de Jesus, de Aveiro; Couto de Esteves, bispo de Viseu e marquês de Marialva; Fervedo. Francisco Peixoto Coelho, do Porto; Préstimo, barão de Quintela; e Anadia, ao que parece, a duquesa de Alverca.

No que respeita «à limpeza e perfumes (sic) nas enxovias, alias de importancia para melhor comodid.^o e subsistencia dos presos, por via da regra se acha em tatal abandono e esquecimento pelos carcereiros». A comissão verberou esse desmazelo, aliás sem apreciável resultado, pois parte deles continuou «no tatal esquecimento do seu dever». No que se referia «ao tratamento dos presos, estes se não mostravão escandalizados à Commisão».

Para encerrar esta resenha vejamos como organizou os seus trabalhos a comissão, e qual as causas alegadas para justificar as demoras na conclusão da sua tarefa.

O serviço foi dividido, encarregando-se os comissionados que residiam mais próximo uns dos outros de visitar as cadeias das respectivas redondezas. Além da comodidade que daí advinha, evitavam, assim, na medida do possível, «o incommodo das Camaras e Povos no arranjo para os aquartelamentos principalm.^o das noutes para esta commissão quando toda andasse reunida, por faltas de estalagens aonde se recolhe se, e mais ainda para improvizadam.^o serem visitadas as cadeias e se não dar lugar a ser acautelada qualquer omisão q̃ houvesse da parte dos Carcereiros e Justiças».

A demora, oficialmente, teria sido devida sobretudo «à tenebrosa tempestade do mês de dezbr.^o proximo pafado com a qual ficarão os caminhos invadiaveis já pelos grd.^o fossos, e ribanças q̃ às estradas acudirão, já pelas faltas de Pontes com q̃ ficarão os rios». Claro que esta razão e a das distâncias, também apresentada, embora ambas fossem verdadeiras, não representavam as causas principais da delonga. Efectivamente o que succedeu foi alguns dos membros da comissão pertencerem ao género, que mestre AQUILINO RIBEIRO haveria de crismar, mais tarde, de «estassemarimbandistas». E foi o cabo dos trabalhos para que estes se desempenhassem das vistorias que lhes haviam sido cometidas. Aqueles tempos também já não iam muito para maçadas...

EDUARDO CERQUEIRA

«O ÚLTIMO ALENTO», ESCULTURA DE ARTUR PRAT

N^O cemitério central de Aveiro, feito em 1835, existe um mausoleu de forma invulgar, tendo sobre o tecto de pedra uma interessante alegoria da morte, feita de bronze e medindo cerca de dois metros e meio de altura. Uma lápide colocada na fachada deste mausoleu diz-nos que ele é de Artur Prat e sua família.

O autor desta escultura é o falecido artista Artur Prat, que a denominou «O último alento». Esta obra de arte compreende duas figuras: uma simbolizando a vida; outra simbolizando a morte. A vida é representada por uma mulher nova, formosa e robusta, em pé, segurando na mão esquerda uma tocha acesa voltada para a terra — o *último alento*; a seus pés estão esparsas flores: rosas, martírios e saudades, representando os componentes da vida, e sobre elas uma foice.

A morte é representada por um esqueleto envolto em ampla túnica, situado atrás da mulher e curvado para ela, segurando na mão esquerda uma ampulheta alada e erguendo o braço direito para o céu.

A *maquette* da escultura foi feita em Lisboa, no ano de 1914, por Artur Prat, e a escultura foi fundida em bronze também em Lisboa.

Na base do monumento encontra-se a assinatura A. C. Prat com a data 1914; por baixo da assinatura a inscrição: Venâncio & C.^ª, fundidores, 1923.

Artur Prat foi um pintor e escultor já quase desconhecido na actualidade; por isso, dele vamos dar algumas breves notas biográficas para ilucidação dos vivos e vindouros.

Artur Prat era brasileiro por nascimento, mas português por naturalização e educação. Nasceu na cidade de Pelotas, em 7 de Setembro de 1861, e faleceu em Lisboa em 15 de Agosto de 1918. Era filho de D. Emília da Fonseca, brasileira, e de José Prat, espanhol da Catalunha. Com dez anos de idade veio do Brasil para Portugal com seus pais e seu único irmão José da Fonseca Prat, e estabeleceram residência em Aveiro.

ESCULTURA DE ARTUR PRAT

Aqui fez Artur Prat exame de instrução primária, continuando em seguida em Lisboa os preparatórios para a matrícula na Escola Politécnica, que frequentou durante um ano. Matriculou-se depois na Academia das Belas Artes, de Lisboa, onde fez o curso com distinção.

Logo a seguir, e mediante concurso público, foi nomeado professor e director da Escola Industrial de Portalegre, onde



exerceu acção tão notável que foi louvado e premiado. Mais tarde foi transferido a seu pedido para a Escola Industrial Marquês de Pombal, de Lisboa, e posteriormente para a Escola Industrial de Coimbra, onde esteve até o ano de 1904.

Até esta data já Artur Prat se tinha distinguido como pintor, pois concorrera com alguns quadros a diversas exposições no Grémio Artístico, de Lisboa, e à Exposição

Universal de Paris, em 1900. Animado, porém, de imenso desejo de se aperfeiçoar e aprender com os grandes mestres da Arte, Artur Prat partiu para Paris em 1904 e lá fixou residência durante oito anos.

Nesta cidade fez extraordinários progressos na pintura, e o número dos seus quadros foi aumentando. É de notar que não procurou especializar-se num só género; pelo contrário, era ao mesmo tempo retratista, paisagista e animalista.



Artur Prat estava-se preparando para uma demonstração pública do seu valor artístico. Com efeito, no dia 2 de Março de 1906, inaugurou-se em Paris a primeira exposição portuguesa de pintura, feita por ele, na *Galerie des Artistes Modernes*.

Nela figuraram mais de sessenta quadros, compreendendo retratos de pessoas notáveis, paisagens francesas, e algumas paisagens dos rios Vouga e Mondego.

Esta exposição chamou a atenção do mundo artístico parisiense, da Imprensa, e de grande número de pessoas de elevada categoria social e intelectual.

Em virtude do êxito desta exposição, o rei D. Carlos concedeu a Artur Prat o oficialato da Ordem de Avis.

Em Dezembro deste mesmo ano foi inaugurada em Paris, no Palais Royal, a exposição do Museu Colonial Português, tendo sido a parte decorativa em pintura totalmente executada por Artur Prat.

No mês de Junho de 1907 fez este a primeira exposição portuguesa de pintura em Londres, nas *Bruton Galleries*, Bond Street.

A estas exposições referiram-se largamente as seguintes publicações:

- A Ilustração Portuguesa*, de 19-3-1906;
- O Mundo Elegante* (publicado em Paris), de 10-3-1906;
- La Vie Illustrée*, de 2-3-1906;
- La Revista de Paris*, de 3-3-1906;
- La Revue Diplomatique*, de 23-12-1906;

ESCULTURA DE ARTUR PRAT

The Queen e The Crown, respectivamente de 13 e 20 de Julho de 1907.

A partir de 1908, Artur Prat dedicou-se também com muito entusiasmo à escultura; alguns dos trabalhos que fez neste género ficaram em França.

Tendo-se-lhe abalado muito a saúde, regressou então a Portugal em meados de 1912, e instalou o seu *atelier* em Lisboa, na Avenida de António Augusto de Aguiar.

Aqui fez ainda várias esculturas, entre as quais diversos bustos, as três estátuas monumentais representando a Pintura, a Escultura e a Architectura, que sobrepõem o palacete da Ordem dos Engenheiros, em Lisboa, e, para o terraço do mesmo, o vaso monumental de granito, com lindos e inspirados grupos finamente cinzelados, representando as quatro estações do ano.

Como seu irmão José viveu sempre em Aveiro e aqui constituiu família, Artur Prat vinha com frequência a esta cidade, e por aqui se demorava por vezes.

Logo que regressou de Paris a Lisboa, mandou construir em Aveiro, que ele considerava sua terra natal, um mausoleu para nele serem guardados os seus restos mortais e os de sua família.

Foi para encimar este mausoleu que ele fez em 1914 o grupo alegórico «*O último alento*» a que atrás nos referimos.

Em 1917 Artur Prat adoeceu gravemente, e passado próximamente um ano, faleceu em Lisboa, aos 15 dias de Agosto de 1918. No dia seguinte, o seu cadáver foi trazido para Aveiro, e sepultado no jazigo que havia mandado construir.

A alegoria da Morte foi aqui colocada depois de 1923, mas esteve ainda coberta durante muito tempo até 1927. Na acta da sessão da Câmara Municipal de Aveiro, de 22 de Dezembro de 1927 lê-se o seguinte passo:

«Foi presente um officio de José da Fonseca Prat, participando que já se acha exposto ao público o grupo simbólico em bronze que encima o mausoleu de seu falecido irmão Artur da Fonseca Prat.»

As referências que fazemos aqui a Artur Prat, são também homenagem à memória deste, que, não sendo natural de Aveiro, sempre por esta cidade mostrou entranhado affecto, a dotou com uma obra de arte notável e valiosa, e nela quis dormir o sono eterno.

Aveiro, Outubro de 1951.

FRANCISCO FERREIRA NEVES

DOUTOR MANUEL PEREIRA DA GRAÇA

NASCEU em Macinhata-do-Vouga, cerca do ano de 1770. Era filho de José Pereira da Graça, um humilde carpinteiro.

Ainda criança foi para Coimbra, para casa de seu tio Francisco Pereira da Graça, acreditado e abastado negociante naquela cidade, com intenção de se dedicar ao comércio e, até, possivelmente, preparar-se para suceder ao tio na direcção e posse da sua casa comercial.

O tio, porém, reconhecendo-lhe vocação para as letras e grande vontade para estudar, não só o deixou satisfazer esse desejo e essa vocação, mas também o auxiliou e protegeu e ambos viram os seus esforços coroados do melhor êxito, visto que o jovem Graça tirava sempre os primeiros prêmios na faculdade de Filosofia, em que tomou o grau de bacharel e na de Medicina em que se doutorou em 1798.

Quando defendeu tese para tomar capelo e que era sobre diabetis, o fez com tanto brilho que causou admiração e mereceu o louvor de toda a faculdade de Medicina, à excepção dos dois lentes, os irmãos Navarros, que, sempre o haviam perseguido e lhe lançaram duas favas pretas, no exame privado.

Francisco Pereira da Graça, seu tio e protector e homem de importância, levou ao conhecimento do, então, Príncipe Regente e, mais tarde, D. João VI, a perseguição e a injustiça de que havia sido vítima o Doutor Manuel Pereira da Graça.

Não se fez esperar a desafronta condigna e a consagração do seu mérito.

O monarca não só ordenou que pudesse doutorar-se, mas, ainda, que lhe fosse dado o capelo gratuito e o condecorou com o hábito de Cristo.

O *Conimbricense*, jornal em que MARTINS DE CARVALHO deixou registo de quanto com a vida académica de Coimbra se passava e era do seu conhecimento, publicou esta provi-

são do Príncipe-Regente (N.º 1248, de 13 de Janeiro de 1866), acrescentando-lhe o relato saboroso do que na tradição local ficou a respeito do caso, e que de lá transcrevemos:

«A propósito deste doutoramento gratuito, conta-se por aí uma anedota curiosa, que não será desagradável repetir agora. É costume no dia do capelo irem os archeiros a casa do novo graduado dar-lhe os parabens; o que lhes rende a gorgeta de 2\$400 reis, ou mais ainda conforme a generosidade do doutor. A Manuel Pereira da Graça também eles se não esqueceram de cumprimentar; e de casacas verdes e chapéus armados (da côr do uniforme lhes vinha o nome de — verdeais — que tinham nessa época), derretiam-se nas genuflexões do estilo, com a mira posta na costumada espórtula, quando o doutor, agradecendo-lhes com o mais gracioso sorriso, acrescentou logo: «meus amigos, o meu nome é — Graça; deitaram-me RR por graça; fizeram-me doutor de graça, e tudo assim fica em graça. Muito obrigado pelas suas atenções, meus senhores».

É escusado dizer que os pobres *verdiais* não acharam graça a esta *desgraça*, que em suas esperanças não ante-viam.»

Foi médico muito considerado e distinto, tendo exercido clínica em Coimbra com grande brilhantismo e de tal modo se distinguiu que foi chamado a tratar D. João VI, quando gravemente doente, possivelmente, de diabetis.

Conseguiu aliviá-lo dos seus padecimentos e perguntado, pelo rei, o que queria receber em paga dos seus serviços, limitou-se a pedir, apenas, os insignificantes rendimentos da escrivaninha de Sever-do-Vouga — uma miséria — o que mostra o seu desinteresse no exercício da sua humanitária e nobre profissão.

Esteve a exercer, em seu nome, esse humilde cargo, Manuel da Silva Santiago, natural da Sernada, hoje entroncamento da linha do Vale do Vouga.

Passados anos retirou-se, de Coimbra, para a sua terra natal, onde igualmente se notabilizou, como médico, e deixou tradição que ainda perdura, mas, cheio de desgostos a que não foram estranhas as suas ideias racionalistas, opostas aos dogmas, ideias muito avançadas para aquela época, e a sua índole irrequieta, começou a não ser bem visto e respeitado, a receber desfeitas e pirraças.

Sendo extremamente pobre e já não tendo família, vivia com uma criada velha e uma égua estropiada e mal alimentada. Como não possuía propriedades e portanto pastagens para o sustento desta, soltava-a, de noite, para que fosse pastar para os campos. De madrugada regressava ao curral, contentando-se, todo o dia, com o que havia comido durante a noite.

ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Certa noite, os pescadores do candeio do rio Vouga, ao regressarem da pesca, de madrugada, encontraram a pobre égua a pastar no campo.

Reconheceram-a e como, por vezes, a erva das suas terras era ceifada pelos dentes famintos do já odiado quadrúpede, agarraram-a e colocaram-lhe um pequeno pau de salgueiro na boca, afiado nas extremidades de modo a não lhe permitir que a fechasse e que, portanto, continuasse a comer no campo.

Quando, de manhã, a velha criada se dirigiu ao curral para a aparelhar, como era costume, para o Doutor Graça ir visitar os seus doentes, o animal, talvez porque se sentia aflito e magoado, correu para ela de boca aberta.

A criada, aterrorizada, apressou-se a chamar o amo, gritando que a égua estava danada.

E como esta, muitas outras partidas desrespeitosas e ultrajantes.

As suas ideias avançadas e os seus desrespeitos dogmáticos ocasionaram-lhe o dissabor de ter sido chamado à inquisição, em Coimbra.

Este facto atribuía-o ele ao Deão do convento dos frades de S. António de Serém.

E deste frade, por certo, se vingaria, quando um dia foi chamado a tratá-lo de doença, se, a tempo, não tivesse intervindo um amigo dos dois.

Quando pessoas da sua intimidade procuravam interrogá-lo sobre o que havia passado na inquisição, ou porque não desejava dar a conhecer os factos, ou porque receava transgredir o que lá lhe tinha sido imposto, respondia sempre: «Se queres saber vai para lá».

Este conjunto de desgostos fez com que ele abandonasse o continente e se fosse estabelecer na ilha da Madeira, onde casou com uma senhora de quem teve um filho de nome Adriano Pereira da Graça que, entre os anos de 1823 e 1828, enviou para Coimbra e para casa do seu tio e protector, com um dote de 12 contos de reis, e a quem recomendou a sua educação.

Contava uma velhinha chamada Ana Freira (por ter sido criada do convento das Carmelitas, em Aveiro) que o doutor deixou dois filhos.

Mas não encontrámos notícia senão do Adriano que ainda era vivo em 1875 e de que, talvez, ainda existam descendentes.

INOCÊNCIO DA SILVA trancreve, no vol. VI do seu *Dicionário Bibliográfico*, o que o Dr. PEREIRA CALDAS diz acerca do Doutor Graça:

«Na sua carreira médica sacrificou sempre que pôde a autoridade à razão. Só nos bancos das escolas é que curvou a inteligência ao dogmatismo. Em 1803 começou a combater,

por escrito, os erros da patologia mais prejudiciais e mais arreigados nas escolas públicas. E continuando nestas suas locubrações, não só descobre erros na patologia, apoiado na autoridade de insignes escritores, senão que em todos os ramos de medicina acha muito que combater e indagar.

A diabetis deveu-lhe escrito curioso que deve ser lido e comparado com as obras da época publicadas sobre o assunto.»

Deixou públicas as seguintes obras:

«Supplementum in Brunonis Theoriam, Lisboa, 1803».

«Tratado da diabetis, a que se juntam observações do beneficio das aguas enxofradas naturais nesta doença; e dois processos facéis, um para obter estas águas artificialmente e outro para fabricar as férreas, com a vantagem de se poder guardar a energia, de sorte que se proporcionem às diversas circunstâncias dos enfermos». Lisboa, 1806.

Faleceu na ilha da Madeira em 1830.

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA

bibRIA

MOSTEIRO DE AROUCA

A DONA ABADESSA DONATÁRIA DO COUTO DE FRÁGUAS

O ACTUAL concelho de Vila Nova do Paiva foi formado à custa da reunião de vários antigos concelhos, cuja história está feita pelo Cónego Dr. FONSECA DA GAMA em *TERRAS DO ALTO PAIVA — Memória Histórico-geográfica e etnográfica do Concelho de Vila Nova do Paiva* ⁽¹⁾, um trabalho de valor e que demonstra o bairrismo do seu autor.

Entre os antigos concelhos, conta-se o de Fráguas, não tendo ficado bem definido quem teria sido o seu donatário, visto o seu autor ter dúvidas entre os Mosteiros de Tarouca e de Arouca, pois no título do foral se declara ser do Mosteiro de Tarouca e no corpo se diz que «paga ao dito mosteiro darouca»; o foral transcrito naquela monografia é um pouco diferente do que existiu na posse do donatário, a abadesa do Mosteiro de Arouca ⁽²⁾.

A história de Fráguas inicia-se pela doação de D. Teresa a Garcia Garces:

In Dei nomine. Ego Regina Tarasia Toletani Imperatoris filia in Domino salutē Amen. Placuit mihi vt facerem tibi Garsea Garseas, & vxori tuae Leloira Menendiz cartam donationis de hæreditate mea propria que habeo inter Tarauca, & Ferraria in loco qui dicūt Frauecas, dono vobis ista hereditate quanta quæ ibi habeo tota ab integro quomodo diuidit cū Tarauca per ribulo de Coneleira vsque intrat in Paia, & de alia parte quomodo diuidit cum rotia provenario de valle de Cauillos, & de alia parte per muro mes-

⁽¹⁾ Lamego, 1940.

⁽²⁾ Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 2, Maç. 6, N.º II.

sado, & inde in ponte de Pauia, & inde per funtano de Trauanca de loco vnde leuasse iste fontano vsque feret in Pauia, & inde per cima de Trauanca vsque feret in directo per Cauleira quantum concludent istos terminos in omni genere. Habeas illum firmiter, & omnis posteritas vestra iugiter eam, & quicquid de ea facere volueris liberam habeas potestatem. Et si aliquis homo venerit, & hunc factum nostrum vel frangere voluerit, sedeat excommunicatus, & a corpore & sanguine Christi separatus, & lepra á vertice capitis vsque ad plantam pedis, & postea habeat penas cum Iuda traditore in eterno baratro. Facta carta donationis & firmitatis sub Era MCLXVI.

Ego Tarasia Regina hanc cartam iussi fieri, & manu mea roborauí. Infans Adefonsus Reginae Tarasiae filius propria manu confirmo. Comite Fernandus continentis Colimbria eos vi, & propria manu conf. In Sede Bracara Archiepiscopo. Sede Portugale Epis. Vgo. Colimbriae Archidiacono Tello. In Viseo Odorio Prio. In Sede Lameco Archidiacono Monio. Veremundo Petris continentis Viseo. Pelagius Suarij conf. Amala conf. Gunsaluo Rodrique conf. Veremundi conf. Egas Gosendiz conf. Balam conf. Petrus cognomento Episcopus pinxit. Pro testibus, Petrus testis. Pelagius test. Gundisaluus test. Nuno Osoris quos vidi. Garcia Rodri-guiz quos vidi. Garcia Suariz quos vidi.

Frei ANTÓNIO BRANDÃO⁽¹⁾ cita esta doação para provar que ainda na era 1166 (A. C. 1128), D. Teresa fazia doações, transcrevendo-a na Escritura XII do Apendice e dando-a como pertencente ao Cartório do Mosteiro de Arouca; de facto esta escritura existiu neste Cartório como se vê do «Livro do Indes Geral de todos os Pergaminhos, Snn.^{cas} e outros papeis particulares do Cartorio do real Mosteiro de Arouca feito no anno de 1743»⁽²⁾ que lhe dá a marcação Gav. 2, Maç. 6, N.º 1, mas tendo á margem: «A propria foi p.^a as Confirmações G.^{as} no anno de 1773 e neste Lugar se acha o Treslado».

Dá ainda Frei ANTÓNIO BRANDÃO a informação de que o lugar de Fráguas veio para o Mosteiro de Arouca por doação de Dona Aldonça Durandi, religiosa no mesmo Mosteiro. Quem seria esta Dona Aldonça? Pelos documentos do Mosteiro de Arouca sabe-se que este teve por abadessa D. Aldonça na era 1357 a 1361 (A. C. 1319 a 1323) de quem GAMA BAR-

(1) *Crónica do Conde D. Henrique, D. Teresa e Infante D. Afonso*, 1944.

(2) A. G. DA ROCHA MADAHIL, *O Cartório do Mosteiro de Arouca* «Arquivo do Distrito de Aveiro», n.ºs 37 e 54.

ROS ⁽¹⁾ diz: «E Martim Afonso... não foi casado mas dormiu com a abadessa de Arouca que houve nome D. Aldonça... e... fez em esta D. Aldonça um filho que houve nome Vasco Martins e outros filhos».

Nas Memórias de Pombeiro quando se trata de D. Paio I aparece: «Vasco Martins filho de Martim Afonso, é neto de outro Martim Afonso, chefe dos Sousas Chichorros: foi havido em Dona Aldonça, abadessa de Arouca, porem teve, alem dele, outros filhos mais daquela virgem, á qual não valeram, pela fragilidade do sexo, os ensaios de virtude contra os formidaveis ataques do sentimento».

Ultimamente ALFREDO PIMENTA escreveu ⁽²⁾: «E Martim Afonso de Sousa que prometeo que se Deos da batalha tirasse em salvo, que fosse teer huuma quorentena com dona Abadessa de Ryo Tinto que entonce tinha por amiga».

Será esta Dona Aldonça a donatária do lugar de Fráguas? Seria abadessa de Rio Tinto, como afirma ALFREDO PIMENTA ou pelo contrário só abadessa do Mosteiro de Arouca?

Documentos que provam ser a abadessa do Mosteiro de Arouca donatária do Couto de Fraguas:

Na era 1364 (A. C. 1326) D. Rodrigo, bispo de Lamego, confirmou em abade de Fráguas a Domingos Mendes, por apresentação do Mosteiro de Arouca ⁽³⁾; não deve, Domingos Mendes, ter vivido muito tempo, pois na era 1375 (A. C. 1337) o bispo de Lamego, D. Salvado, declara ter colado nesta igreja a Afonso Monis, por apresentação do Mosteiro ⁽⁴⁾.

D. Afonso IV, na era 1373 (A. C. 1335) deu uma sentença ⁽⁵⁾ declarando a jurisdição do couto de Fráguas pertencente ao Mosteiro de Arouca, que em 1773 foi remetida para as confirmações gerais, ficando uma cópia, mas nem esta hoje se encontra. Por queixas do povo ou por iniciativa própria, D. Pedro mandou citar a abadessa do Mosteiro de Arouca para apresentar essa sentença e depois de examinada deu a seguinte:

DOM PEDRO pela graça de deos Rey de Portugal e do algarve a quantos esta carta virem faço ssaber que Eu mandej cytar per minha carta a Abadessa E o convento do moesteiro dArouca que a çerto dja veessem perante os ouvj-

(1) *História da Administração Pública*, vol. II, pág. 392.

(2) *Fontes Medievais de Portugal*, vol I.

(3) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 2, Maç. 6, N.º 2.

(4) Idem — Gav. 2, Maç. 6, N.º 3.

(5) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 1, Maç. 3, N.º 44.

Idem — Gav. 2, Maç. 6, N.º 7.

dores dos meus ffectos pera hyrem per seus ffectos adeante que avjam com o meu procurador por mjm e em meu nome per rrazom das jurdições dos coutos do dicto moesteiro e ao dja a que as dictas partes sobrelo ouverem de parecer perante os dictos ouvjdores Pareçerom Gonçalo pirez meu procurador por mjm e em meu nome e vaassque stevez procurador das dictas abadessa e convento. / e o dicto vaassque stevez mostrou duas cartas de sentenças d El Rey Dom affonso meu padre a que deos perdoe en nas quaeas cartas Era contehudo antre as outras coussas que os ouvjdores dos seus ffectos assolverom e derom por quites e por ljures a dicta abadessa e convento e o dicto sseu moesteiro das demandas que lhes os sseus procuradores ffazjam per rrazom das jurdições dos coutos do dicto moesteiro e convento a ssaber do couto que chamam dArouca E do couito que chamam dantôã e dauanca E do Couto que chamam de ffravegas e do Couto que chamam de padroydo ssegundo majs compridamente Era contehudo nas dictas cartas das dictas sentenças. / e os dictos ouvjdores ffezerom pergunta ao dicto meu procurador sse queria dyzer algũa coussa contra aas dictas cartas e el djsse que nom queria ora contra elas djzer nenhũa coussa e que os dictos ouvjdores ffezessem o que fosse direyto E os dictos ouvjdores visto o dicto ffecto e as dictas cartas e aquelo que o dicto meu procurador dezza assolverom as dictas abadessa e conuento da dicta cytaçom que lhes ssy ffora ffecta pela dicta rrazom e da estância de juizo . en testimonho desto mandej ende dar esta minha carta aas dictas abadessa e conuento dante en no Porto vjnte e sseys djas dagosto. El Rey o mandou per ffernã martjns e vjçcente dominguez sseus -vassalos e ouujdores dos sseus ffectos . visto o dicto ffecto com os do seu consselho joham martjnz de Guimarães a ffez Era mjll e quatrocentos e hũ annos . — fernandus martinj-
-vicentius dominicj (1).

Fernão Velho, companheiro de armas de D. Afonso v, na batalha do Toro, pediu-lhe a jurisdição do crime no couto de Fráguas, que lha deu, mas D. Leonor Coutinho, abadessa do Mosteiro de Arouca, pelo menos, de 1469 a 1487, filha do Conde de Marialva e de sua mulher D. Beatriz de Melo, reclamou perante D. Afonso v, que deu o seguinte Alvará:

Eu el Rey faço saber a quantos este alvara vjrem que fernão velho escudejro de mjnha casa me pedjo em a çidade de touro que lhe fise merçe da jurdição do crime do lugar de fragoas terra do mosteiro darouqua dizendo que pertencia

(1) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 1, Maç. 2, N.º 23.

a myn e o sivel ao dito mosteiro E eu pensando que podia assi dar a dita Jurdição lyuremente lhe fys dela mercê segundo lhe dey mjnha carta he ora dona leonor coutjnha abbadessa do dito mosteiro se me veo em pessoa agravar e disendo e alegando per escrituras dalguns Reis passaados que destes Reinos em outros tempos forão que a dita Jurdição assi crime como siuel pertença ao dito seu mosteiro da qual ate ora sempre esteuera dela em passifiqua posse sem nenhũa contradição pello qual ella e seu mosteiro fora grande agravo pedindo me por merce que a desagruasse mandando uer as ditas escrituras que assi delo tinha e lhas comprisse e eu uendo que me pedia direito e Rezão as mandej ver e se achou per ellas a dita jurdição asi crime como syuel pertencer ao dito mosteiro / pelo qual eu per este mando a todos los corregedores Juizes e justiça offiçiajs e pessoas a que este aluara for mostrado E esto pertencer que daqui en diante mantenhão a dita abbadessa he seu mosteiro em posse passifiqua de toda ha jurdição assi crime como siuel do dito seu lugar de fragoas como ate ora esteve e em seus pryvillegjos se contem sem embargo da dita carta de merce que assi dey e não consentindo que ha dita abbadessa e seu mosteiro sobre a dita posse sejam mais inquietados nem opressos e se per uentura algũa pessoa depois de novo quiser demandar a dita abbadessa que ha demande per honde e como deue porem ela seja manteuda e conservada em sua posse este alvara me pras que lhe ualha como carta aselada sem embargo de minha ordenação feito em a çidade do porto em quatro dias de julho martim lopes a fes anno do naçimento de nosso senhor Jesu christo de mil he quatrocentos setenta e seis — el Rey — Pras nos uisto como ha abbadessa darouqua mostrou priuilegios e escrituras dos Reis passados que forão uistos per o doutor pero teixeira como a jurdição do crime de fragoas que destes a fernão velho vosso escudeiro sempre foy do seu mosteiro e mandaes que assi seja manteuda em posse e se alguem quiser demandar que seya per honde deue. . . . ho quoall priuillejo eu martim vaz do amaras taballiam publicuo publicuo (sic) do dicto judicial he notas nesta villa darouqua he seus termos por ellRey noso senhor ho vi escripto em purguamjnho he este tresllado concertej com ho proprio bem he fjellmente he com elle concertej he assinej de meu publicuo sinall que tall he ao proprio me Reporto. — sinal publicuo — pagou nada (1).

Em 16 de Janeiro de 1487, sendo ainda abadessa D. Leonor Coutinho, tomou posse da igreja de Fráguas o padre

(1) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 2, Maç. 6, N.º 13.

MOSTEIRO DE AROUCA

Fernão Martins, colado por D. Gomes de Miranda, Bispo de Lamego e Prior de S. Marcos em Leão, que o apresentou, por lhe pertencer o padroado in solidum ⁽¹⁾.

Em 1607 era colado o padre Domingos Alvares ⁽²⁾ e em 21 de abril de 1640, o Bispo de Lamego julgava, por sentença, que o padroado pertencia ao Mosteiro de Arouca ⁽³⁾.

Parece que o último padre colado reitor da Igreja de S. Paio de Fráguas, por apresentação da abadessa do Mosteiro de Arouca, foi António Teixeira Rebelo, em 9 de abril de 1811 ⁽⁴⁾.

TOMBO

O tombo das propriedades, pertencentes ao Mosteiro de Arouca, situadas em Castro Daire, Fráguas, Alhais e Freixo de Numão, consta de um livro encadernado em tábuas, com aplicações metálicas nos 8 cantos e partes centrais, medindo trinta e seis centímetros de altura por vinte e cinco centímetros de largura, apertado por duas tiras de couro, com five-las; tem 126 folhas todas numeradas e rubricadas, com termos de abertura e encerramento, mandados fazer pelo Juiz do Tombo, Dr. Faustino de Bastos Monteiro e por ele assinados em 11 de dezembro de 1722.

Este precioso livro foi-nos gentilmente oferecido pelo nosso amigo Ex.^{ma} Sr. António Martins, da Casa de Friães e pertenceu a seu avô, a quem também foi oferecido e que era natural de Castro Daire; aqui lhe significamos o nosso agradecimento pela luz que veio fazer na questão de Fráguas.

Deste Tombo constam os seguintes documentos:

«Senhor: Dizem a Abbadessa e Religiozas do Mosteiro de Arouca Comarca de Lamego, que a seu requerimento, foi vossa Magestade Servido mandar que o Doutor Matheus Affonso Soares, fizece demarcação e tombo, de todos os bens foros e propriedades pertencentes as Supplicantes e seu Mosteiro, pero o que se lhe passou alvará e regimento na forma do qual procedeo na facção do dito tombo com o escrivão que nomeou mas porque o dito Doutor Matheus Affonso Soares esta hoie servindo o lugar de Juis de fora da Covilhã, e pella distancia e occupações de seu cargo, não pode continuar o dito tombo, e o Doutor Faustino de Bastos Monteiro se acha desocupado pera o proseguir. Pedem a vossa

(1) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 2, Maç. 6, N.º 5.

(2) Idem — Gav. 2, Maç. 6, N.º 11.

(3) Idem — Gav. 2, Maç. 6, N.º 11.

(4) Idem — Gav. 2, Maç. 6, N.º 16.

Magestade lhes fassa merce mandar passar provizão pera o dito Doutor Faustino de Bastos Monteiro possa continuar e acabar o dito tombo, pello mesmo regimento e receberão mercê: Despacho — Passe Provizão na forma ordenada. Lisboa des de setembro de mil sete centos e oito. Com quatro rubricas.»

PROVISÃO

«Dom João por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Mar em Africa Senhor da Guiné etc. Fasso saber a vos Faustino de Bastos Monteiro que avendo respeito, ao que pella sua petição atras escripta me representarão a Abbadessa e Relligiosas do Mosteiro de Arouca hei por bem e vos mando continueis com o tombo de que se faz menção, e o findareis e acabareis assim como a avia de fazer e acabar Matheus Affonso Soares pello Alvará que pera esse efeito se lhe passou, que em tudo cumprireis como nelle se conthem e nesta provisão se declara, e pagou de novos direitos trinta reis que se carragarão ao Thezoureiro delles a folhas setenta e sete do livro terceiro de sua receyta como se vio de seu conhecimento, registado no Livro terceiro do registo geral a folhas trezentas e noventa e hũa verso. ElRey Nosso Senhor o mandou pellos Doutores Sebastião da Costa, e Affonso Botelho Souto Mayor ambos do seu concelho, e seus Dezembargadores do Paço. Thomaz da Silva a fes em Lixboa aos doze de setembro de mil e sete centos e oito — Pagou de feitio sessenta reis. Francisco Galvão a fes escrever — Sebastião da Costa — Affonso Botelho Souto Mayor — Gonçallo da Cunha Villas Boas. Pagou quarenta reis. Lisboa a vinte e sinco de Setembro de mil e setecentos e oito — Innocencio Correa de Moura.»

PROCURAÇÃO

«Dona Antonia Luiza de Magalhães Dona Abbadessa do Real Mosteiro de Santa Maria da Villa de Arouca Senhora Donataria da mesma villa e de Villa meam do Burgo, Estarreja e seus coutos e outras etc. com as discretas Deputadas abaixo asinadas pello prezente nosso Alvará fazemos e constituimos nosso bastante procurador ao Irmão Frey Pascoal de Sam Bernardo Relligioso da nossa Ordem de Cister pera que por nos em nosso nome e de nosso Mosteiro possa procurar requerer e defender todo o nosso direito e Justissa em todas as nossas Causas. Espacialmente no tombo que a nosso requerimento se fás dos Bens foros e propriedades que a nós e nosso Mosteiro pertencem Louvandoce pera todo

o necessario, applar e agravar, e tudo seguir ou renunciar, fazer apegaçoens das terras e prazos que nos pertencem, e jurar, em nossas almas, todo o juramento de Callunia, ou desizorio, e dar as licenças e authoridades que lhe parecer a todas as vendas, Doaçoins e contratos, testamentos ou nomeaçoins e cobrar os foros Dominios, e Lutuozas e quesquer outras dividas que se nos deverem, e de tudo dar pagas ou prestaçoins em publico ou razo, e fazer concertos, e transaçoins com os nossos Cazeiros, ou com os confrontantes das terras, sobre quais quer duvidas que Ocorrerem, e sobstabellecer outros Procuradores com estes ou lemitados poderes e revogallos se lhe parecer, que pera tudo lhe damos todo o poder com livre e geral administração, e tudo o por elle feito averemos por firme e valliozo sob obrigação de nossas rendas, rezervando nova citação. Dada neste nosso Mosteiro sob nossos signais e sello delle aos vinte e quatro dias do mes de Janeiro de mil e sete centos e vinte e hum annos e eu Dona Marta Luiza de Robles escrivã do Mosteiro a fiz por mandado de Sua Senhoria. Dona Antonia Luiza de Magalhães Dona Abbadessa — Dona Fellipa de Almeida Prioreza — Dona Bernarda Pimentel SubPrioreza — Dona Caterina Thereza de Vasconcellos Deputada — Joana Marcella Barzem Deputada — Dona Monica de Souza Deputada — Dona Antonia Maria de Carvalho Deputada. Lugar do Sello.»

«RECONHECIMENTO DOS OFFICIAIS DA CAMERA
DO CONCELHO DE FRAGOAS
COMARCA DE LAMEGO»

«Anno do nascimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil e sete centos e vinte e dous annos, aos seis dias do mes de setembro do dito anno, neste Lugar de Barrellas Concelho de Fragoas Comarca de Lamego e cazas em que está pouzado o Doutor Faustino de Bastos Monteiro Juiz deste tomo comigo escrivão na facção delle ahi a requerimento do Padre frey Pascoal de Sam Bernardo procurador das Relligiozas do Real Mosteiro da Villa de Arouca apparecerão notificados Manoel Francisco deste lugar de Barrellas, e Domingos Fernandes do Cadouço de Fragoas, Juizes Ordinários o presente anno neste concelho de Fragoas, e Manuel Fernandes Ratto vereador deste dito lugar, e Miguel Lopes tambem deste lugar procurador deste concelho, pera reconhecerem neste tomo debaixo do juramento dos seus cargos o que deste concelho pertencia ao dito Real Mosteiro de Arouca segundo forma do formal do mesmo concelho, asim sobre a jurisdeção como sobre os mais direitos reais, e por elles foi apresentado

o foral que tem dado ao mesmo concelho pello Senhor Rey Dom Manoel declarando q a jurisdição do dito concelho hoie estava por ElRey Nosso Senhor; e com effeito elles Juizes e officiais erão comfirmados pello Corregedor desta Comarca de Lamego, e os mais officios de taballião, e juiz e escrivão dos orphãos erão tambem do dito Senhor, e por elle estavam os officiais que ora servião, e suposto no dito foral se declara que os moradores deste concelho pagavão ao dito Mosteiro certas medidas de pão meado centeyo e milho pella medida antiga que chamão Cayras do que não avera nos moradores do dito concelho nenhũa duvida porque antigamente erão repartidas pellos herdeiros e antigos possuidores da terra foreira que as pagavão, e que pagavão mais cada hum dos foreiros da ditas Cayras, de cada hũa dellas hũa estriga de linho, massado e espadellado denchemão, e mais por todo o concelho pella dita repartição em cada anno quatro carneiros, e mais cem reis, e o gado do vento, asim mesmo era do Mosteiro: Com tudo elles ditos officiais declaravão pello juramento de seus cargos que ao dito Mosteiro, ora senão pagava nem sabião que se pagace nunca em tempo algum pão, Estrigas Carneiros, ou outra algũa couza, de reconhecimento que a Camara ou moradores em geral fassão ao dito Mosteiro mais que nove centos reis em dinheiro em cada anno, que os officiais da Camara repartem por finta pellos moradores de todo este Concelho e sim pellos que são cazeiros do Mosteiro, como pellos que o não são, e alem disto tem o dito Mosteiro prazos e outras fazendas de que he direito senhorio asim em Fragoas como neste Lugar de Barrellas, e em Alhães, de que os cazeiros lhe pagão foros de pão Carneiros, e outras foragenz e de pagarem os ditos nove centos reis na forma que sempre foi uzo e costume não duvidavão, porem os mais foros os não reconhecião vista a posse em que estavam, por si e seus antepassados na qual requerião a elle juiz que fossem conservados, e pello Padre Procurador do Mosteiro foi dito, que o foral lhe dava mais direitos que os que os officiais da Camera avião reconhecido, e que o dito foral se devia aqui tresladar pera melhor clareza da verdade, e protestava pello direito do Mosteiro em tudo o que o tivece e pella restituição in integrum sendo necessario, e que o dito direito lhe ficace rezervado, pera tratar delle pellos meyoys delle de que fiz este auto, e de todo forão testemunhas. Mathias Rodrigues da Silva escrivão dos prazos do dito Mosteiro e Thome Lopes Machado da dita villa de Fragoas, e Sebastião de Figueiredo e Albuquerque deste lugar de Barrellas e Manoel Saraiva de Carvalho, e Domingos Fernandes Borratem da dita villa de Fragoas, e Antonio de Moraes de Barrellas que todos asinarão com o Juiz e os ditos officiais da Camera, e foi tambem testemunha Manoel Machado dos

Alhães, e eu Francisco Fernandes de Carvalho escrivão do toambo o escrevi: Faustino de Bastos Monteiro — Frey Pascoal de Sam Bernardo — Manoel Francisco — Domingos Fernandes — Thome Lopes Machado — Miguel Lopes — Manoel Saraiva de Carvalho — Sebastião de Figueiredo e Albuquerque — Domingos Fernandes — Antonio de Moraes — Antonio de Figueiredo e Albuquerque — Manoel Machado — Mathias Rodrigues da Silva — Manoel Fernandez.

«TRESLLADO DO FORAL»

«Dom Manoel por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarves daquem e dalem Már em Affrica Senhor de Guine e da conquista Navegação, Comercio de Ethiopia Arabia Percia e da India. a quantos esta carta de foral dado ao concelho de Fragoas do Mosteiro de Arouca pera sempre virem fazemos saber que por bem das Sentenças, detreminaçoins gerais, e especiais que forão dadas e feitas por nos e com os do nosso Concelho, e Letrados a serca dos forais de nossos Reinos, e dos direitos reais e tributos, que por elles se devião de recadar, e pagar e asim pellas Inquiriçoins, que principalmente mandamos tirar e fazer em todollos Lugares, de nosso Reino, e senhorios justificadas primeiro com as pessoas, que os ditos direitos reais tinhão, achamos que as ditas rendas e direitos reais se devem hi de recadar, e pagar na forma seguinte: Posto que no dito Lugar nom ouvece ora memoria do foral, nem escriptura por onde se ouvecem de pagar os direitos reais delle porem por costume e posse immemorial se levarão sempre e levão no dito Lugar estes direitos, e couzas seguintes: Pagão ce no dito Concelho ao dito Mosteiro de Arouca em cada hum anno, certas medidas de pão meado Centeyo e milho, por hua medida antiga que chamão Cayras da qual fas hũa dellas tres quartas dalqueire desta medida ora corrente nas quais medidas não ha entre elles nenhũa duvida porque antigamente são repartidas pellos herdeiros, e antigos possuidores da terra foreira que os pagão, e portanto ouvemos por escuzado declarallas aqui. Somente mandamos que na dita paga não se fassa ao diante nenhũa mudança nem innovação de como se athe qui fês, asim naquello que pagão como na repartição que della he feita. E paga mais cada um dos foreiros das ditas Cayras com cada hũa dellas hũa estriga massada e espadellada de enchemão, e paga ce mais por todo o concelho pella dita repartição em cada hum anno quatro carneiros e mais cem reis, não ha hi montados porque estão em vezinhanca com seus vezinhos, e comarcaos, e uzão huns com os outros por suas posturas dos Concelhos; Os Maninhos são asi do concelho, e toma os

quem quer segundo lhe cabe pella repartição da terra que paga; O gado do vento quando se perder segundo nossa ordennação será do Mosteiro, com sua decraração, e da ley da comarca; O taballião não paga a pensão, nem portajem nunca se levou, nem levará; Da penna darma se levará duzentos reis e as Armas perdidas, as quais serão dos Juizes do crime da terra se as tomarem no Aruido, ou do meirinho da Comarca, o qual as não demandará nem levará sendo passados tres dias depois do Aruido ou Malleficio, e qualquer pessoa que for contra este nosso foral levando mais direitos dos aqui nomeados, ou levando destes mayores contias dos aqui declarados, o avemos por degradado por hum anno fora da Villa e termo, e mais pague da cadea trinta reis por hum de todo o que asim mais levar pera a parte aque os levou, e se o nom quiser levar seja ametade pera quem o acuzar, e a outra ametade pera os Cativos, e damos poder aqual quer Justissa aonde acontecer asim Juizes como vintaneiros ou coadrilheiros que sem mais processo nem ordem de juizo e sumariamente sabida a verdade condenem os culpados no dito cazo de degredo e a sim no dinheiro athe quantia de dous mil reis sem appellação nem agravo, e sem disso poder conhecer Almoxarife, nem contador, nem outro official nosso, nem de nossa fazenda em cazo que o hi haja e se o Senhorio dos ditos direitos o dito foral quebrantar per si ou per outrem seja logo suspensão delles e da Jurisdicção do dito lugar se a tiver, enquanto nossa mercê for, e mais as pessoas que em seu nome ou por elle o fizerem incorrerão nas penas ditas, e os Almoxarifes escrivais officiais dos ditos direitos que o asim não comprirem perderão logo os ditos officios e nom averão mais outros. E portanto mandamos que totalas couzas contheudas neste foral que nos poemos por Ley se cumprão pera sempre. Do theor do qual mandamos fazer tres hum delles pera a Camera do dito Concelho, e outro pera o Senhorio e outro pera a Torre do tombo pera em todo o tempo se poder tirar qualquer duvida que sobre isso possa sobrevir. Dada em nossa muy Nobre e sempre Leal cidade de Lixboa aos dezaseis dias do mes de Julho do anno do nascimento de nosso Senhor Jezus Christo de mil e quinhentos e quatorze annos, e vay escrito e concertado em tres folhas atras por mim Fernão de Pina por mandado de Sua Alteza Rey» ⁽¹⁾.

(1) Este foral foi trasladado do existente na Câmara do concelho de Fráguas.

No Cartório do Mosteiro de Arouca existiu o original e um traslado como se declara nos papéis da Gav. 2, Maç. 6, N.º 11.

MOSTEIRO DE AROUCA

Prazos constantes do TOMBO:

Barrelas, concelho de Fráguas, Comarca de Lamego.

Casal da Palmeira com as seguintes propriedades: um campo tapado em redondo e uma leira no Cabecinho, outra no Chão da Casa, Ameiro tapado em redondo, fonte da Palmeira, uma leira junto do Lameiro e uma leira na Vavalva.

Fôro: três alqueires e três quartas de centeio limpo, pela medida velha, posto no celeiro de Fráguas em dia de S. Miguel de setembro.

Lutuosa: por falecimento de cada vida pagará duzentos reis para a sacristia do Mosteiro.

Laudémio: de dez, um.

Foi terceira vida Ana Gomes casada com Manuel Rodrigues, filha de João Gomes e mulher Isabel Fernandes e renovado o praso em 2 de Setembro de 1721.

Casal da Palmeira com as seguintes propriedades: um lameiro no Adube e uma terra pegada.

Fôro: quatro alqueires de centeio pela raza velha.

Lutuosa: por falecimento de cada vida cinquenta reis para o Mosteiro.

Laudémio: de dez, um.

Foi terceira vida Maria, solteira, maior, filha de João Gomes e mulher Ana Francisca e renovado o praso em 2 de Setembro de 1721.

Casal da Palmeira com as seguintes propriedades: uma terra no Cabecinho, no chão da casa, outra na adega Joanes, um lameiro no Açude bem como mais dois no mesmo lugar, uma leira na várzea de Bustêlo e outra na Lameira Galega.

Fôro: onze alqueires de centeio, pela medida velha, um carneiro e um cordeiro mamão.

Lutuosa: cinquenta reis para o Mosteiro.

Laudémio: de dez, um.

Foram segundas vidas, neste prazo, Ana de Paiva viúva de Nicolau de Sousa, Mateus João e mulher Catarina de Paiva e Ambrósio da Fonseca e mulher Domingas Fernandes, todos do lugar de Barrelas.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Casal da Palmeira com as seguintes propriedades: o Chão da Casa e a leira do Cabecinho, outra aí e um cerrado e o Cerradinho da Palmeira e um lameiro, outro lameiro na Levada, um cerrado à Fonte da Palmeira, uma leira mais acima, outra ao Raposeiro, outra na Gondinela e outra ao fundo do Botelho.

Fôro: onze alqueires e quarta de centeio, pela medida do concelho, um carneiro ou seiscentos reis.

Lutuosa: cincoenta reis.

Laudémio: de dez, um.

Foram segundas vidas Manuel Fernandes «o Mudo» de apelido e mulher Ana Rodrigues e outros, renovado o praso em 3 de Setembro de 1722.

Fráguas com as seguintes propriedades: dois pardieiros e uma quintã, pegada, o campo do Alvarinho, um campo tapado sobre si e um linhar nos linhares da Amoreira, um campo abaixo da fonte da Carca e um linhar na Fontainha.

Fôro: onze alqueires de centeio, pela medida velha do celeiro.

Lutuosa: por falecimento de cada vida, cem reis ao Mosteiro.

Laudémio: de dez, um.

Foram terceiras vidas Domingos Fernandes Borratem e mulher Natália Francisca e outros, renovado em 4 de Setembro de 1722.

ALHAIS comarca de Lamego:

Casal do Cotão com a metade da terra de Paiva.

Fôro: oito alqueires de centeio, pela medida costumada e meio carneiro bom e de receber.

Lutuosa: por falecimento de cada vida, cem reis ao Mosteiro.

Laudémio: de dez, um.

Foram terceiras vidas António Martins e mulher Maria Gomes e outros, todos de Alhais, renovado em 3 de Setembro de 1722.

Casal do Cotão com uma Leira chamada Carvalhal e por baixo dela um campo, tapado e uma terra onde chamam Cotão.

MOSTEIRO DE AROUCA

Fôro: oito alqueires de centeio, meio carneiro ou duzentos reis; o centeio seria medido pela medida velha.

Lutuosa: cem reis.

Laudémio: de dez, um.

Foram terceiras vidas Domingos Fernandes «O Morgado» e mulher Maria Luiz de Alhais e outros, renovado em 3 de Setembro de 1722.

Casal dos Covais com uma terra chamada Alagoa e Covais, uma terra que se não semeava e um pedaço de lameiro pegado, uma terra no Corgo, o tapado da Regueira e outro tapado pegado e uma terra na Regueira.

Fôro: catorze alqueires de centeio, pela medida nova, uma galinha boa.

Lutuosa: cento e vinte reis.

Laudémio: de dez, um.

Foram primeiras vidas Manuel Machado e outros residentes em Vila Garcia e Praça do concelho de Alhais.

Casal dos Covais com a Regueira, os Tapados Cimeiros, a Tapadinha do Portinho, a Lagea, as Regadas, a sorte da Regada, o giestal de Riba da Estrada, o Chão do Castanheiro, o Chão dos Covais, o Chão dos Covais e do Castanheiro, outro giestal de Riba da Estrada, outro lameiro no Fundo das Regadas, os lameiros da Regada de Paiva, a tapada do Corgo ou Lage Ruiva, a tapada Cimeira e uma terra por cima da tapada Cimeira.

Fôro: catorze alqueires de centeio e uma galinha.

Lutuosa: cem reis.

Laudémio: de dez, um.

Foi terceira vida Catarina Lopes viuva de João Gonçalves Fragôso, de Alhais, por compra feita a António Lopes, renovado em 5 de Setembro de 1722.

Os documentos mais antigos que conhecemos, sobre prazos de Fráguas, são os seguintes:

Prazo feito a João Migueis e mulher, de Fráguas, do Campo que chamam da Rigueira no ano de 1402 ⁽¹⁾.

(1) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 2, Maç. 6, N.º 10.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Prazo feito a João Anes e mulher, em Fráguas, de uma leira que chamam das Fontainhas, no ano de 1430 ⁽¹⁾.

Prazo do meio casal de Barrelas que chamam da Palmeira, feito no ano de 1532 ⁽²⁾.

As jugadas que se pagavam, no concelho de Fráguas, ao Mosteiro de Arouca, foram extintas, por prescrição, por sentença de 9 de Março de 1743 ⁽³⁾.

Ficam assim as coisas postas nos seus devidos termos: a abadessa do Real Mosteiro de Santa Maria de Arouca era donatária do Couto de Fráguas.

MANUEL RODRIGUES SIMÕES JÚNIOR

bibRIA

(1) Cartório do Mosteiro de Arouca — Gav. 2, Maç. 6, N.º 8.

(2) Idem — Gav. 2, Maç. 6, N.º 11.

(3) Idem — Gav. 2, Maç. 6, N.º 11.

SUBSÍDIOS PARA A HISTÓRIA DA CRIAÇÃO DO ASILO DE AVEIRO

A MAIS antiga notícia que conhecemos acerca do Asilo Aveirense encontra-se nas *Memórias de Aveiro*, de MARQUES GOMES (1875), págs. 167 a 169. Afirma aí o ilustre antiquário aveirense que «o haver em Aveiro um asylo para a infancia desvalida» se «deve ao grande tribuno José Estevam»; que este «não chegou a ver realizados os seus projectos com relação ao asylo porque só dez anos depois do seu falecimento é que pôde ter logar a inauguração d'este estabelecimento humanitário». Fala dos «grandes obstáculos que se encontraram» para criar essa instituição e diz que «o asylo se abriu a 6 de Agosto de 1870, contendo apenas 12 asyladas».

Ora a Ex.^{ma} Senhora D. Conceição Faria, neta do Dr. Bento de Magalhães, que foi grande amigo de José Estêvão, possui, entre bastantes cartas deste, a seu avô dirigidas, duas outras cujo destinatário se desconhece, em que o grande orador se refere ao problema da criação do Asilo, pela qual muito se interessava. Para aqui se transcrevem, pois alguma luz derramam sobre o assunto. Nem numa nem noutra figura o ano em que foram escritas; mas o seu teor leva-nos a concluir que pertencem a 1860, ano em que o Liceu passou de dependências do Convento de Santo António para o edifício onde tem funcionado desde 15 de Fevereiro do referido ano. Ei-las (¹):

1.^a — Il.^{mo} Am.^o e Sr.

Escrevi ao Bento Magalhães acerca do asylo, escrevi sobre o mesmo assumpto ao João de Mello, e escrevo

(1) As cartas de José Estêvão dirigidas ao Dr. Bento de Magalhães começam sempre pelas palavras *Amigo* ou *Bento*, e o tratamento é de *tu*.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

agora a V. S.^a. E fico a escrever a todos os membros da commissão até que tenham a bondade de se reunir e de levar a cabo a empresa que encetámos.

No asylo não posso tirar proveito, e renuncio á gloria de ter concorrido para a sua formação; mas vejo que nos sobram facilidades para aquella obra, que, sendo pia, não pode deixar de ter o seu auxilio e ajuda.

V. S.^a não tem que fazer. O tempo, portanto, é do serviço publico e dos pobres. Tenha a bondade de reunir a commissão, de agradecerem á senhora Baronesa d'Almeidinha a offerta da casa, de fazerem o competente titulo dessa offerta com as resalvas que ella pretende, de me enviarem os papeis que sollicitei do Bento Magalhães, e creiam que hão de ter mais auxilios do que eu mesmo esperava.

De V. S.^a

Att.^o amigo obrig.^{do}

Lisboa 23
de Janeiro

José Estevam

2.^a — Il.^{mo} Amigo

3 de Março

Tenha paciencia. Eu não sei se é ou não Presidente da commissão do Asylo. Se não é faça-me o favor de se reputar como tal para o fim de tomar posse do convento na parte, em que estava o Liceu.

Tenciono ir a Aveiro breve, acompanhado de pessoa sabedora de contas d'Asylos.

Tenho a certeza de que me hão de alargar a concessão, entregando a varanda que é indispensável para os rapases.

.

amigo

José Estevam

CRIAÇÃO DO ASILO DE AVEIRO

Pertencia também ao espólio epistolográfico do Dr. Bento de Magalhães a seguinte carta, dirigida a José Estêvão:

Ex.^{mo} Sñr. José Estevão

A portaria dirigida ao Commandante da 3.^a Divisão Militar para a entrega, ao Presidente da Commisão do Azylo, Francisco Thomé Marques Gomes (1), da parte do Edificio do extincto Convento de Santo Antonio, que estava occupada pelo Lyceu da mesma cidade, tem a data de hontem, 2 de Março, e foi expedida hoje 3.

É d'este modo que sempre costumo satisfazer ás exigencias de todas as pessoas que tem negocios n'esta Repartição, porque a ley me impõe esse dever: já vê V. Ex.^a portanto, que nenhum favor me fica devendo. Disponha de quem é

*Com estima e cond.^{são}
V.^{or} e Cr.^{do}*

18 $\frac{3}{3}$ 60

F. X.^o Lopes.

Dois anos antes da inauguração do Asilo, e passados seis sobre a morte de José Estêvão, trabalhava-se com ardor para a realização do seu humanitário projecto. A empresa foi patrocinada pelo Governador Civil de então, D. José Manuel Meneses de Alarcão, como se depreende da pastoral que seguidamente se transcreve, dirigida aos párocos da Diocese de Aveiro:

*O Conego Jose Joaquim de Carvalho e Goes,
Vigario Geral e Governador do Bispado de Aveiro.*

*Aos reverendos parochos d'esta Diocese saude e paz
em Jesus Christo, que de todos é remedio e salvação.*

Com vivo prazer vos annuncio hoje um pensamento elevado, que o Ex.^{mo} Governador Civil d'este Districto projecta realizar dentro em pouco com gloria para a Religião, e com reconhecida vantagem para as classes, sobre quem peza o infortunio da pobreza. É a criação do Azylo d'infancia desvalida.

E se a caridade é a virtude mais sublime do Christianismo; e se a moralidade publica depende princi-

(1) Francisco Thomé Marques Gomes deve ser o destinatário das duas cartas de José Estêvão, aqui transcritas.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

palmente da educação saã, que se inacula nos corações infantis; e se é o Clero, a quem mais rigorosamente incumbe o ser instrumento da caridade e o auxiliador da boa educação, não duvido dirigir-vos um apello para que secundeis o pensamento da primeira auctoridade do districto, recommendando aos vossos parochianos aquelle instituto de beneficencia, sollicitando d'elles o obolo da esmolla para esse fim, e prestando-vos a fazer parte das commissões filiaes, que vão ser organizadas em todos os concelhos, e para as quaes haveis de ser convidados.

Encarecer-vos a utilidade d'um tal Estabelecimento seria desconhecer o alcance da vossa intelligencia. Interessar n'essa obra sancta o vosso zêlo seria esquecer o disvelo, que vos anima em promover tudo o que pôssa contribuir para a exaltação da religião, de que somos ministros, e para o adiantamento da sociedade de que somos membros.

Limito-me a ponderar-vos que, creado o Azilo conforme o projecto do digno magistrado, que se acha á testa da governação d'esta circunscripção administrativa, e conforme a índole das instituições de tal natureza, terá a educação moral e religioza da infancia indigente de todo o Districto uma solida garantia d'aperfeiçoamento, terá a sociedade um abrigo seguro para os seus membros necessitados, e n'esta terra dar-se-ha um grande passo para a civilização verdadeira.

E para que esta chegue ao conhecimento de todos, a quem diz respeito, será enviada aos muito Reverendos Arciprestes, para d'ella darem noticia aos reverendos Parochos dos seus Districtos, devendo estes transcrevel'a no Livro das Pastoraes, e declarar que a leram e registraram.

Dada em Aveiro, sob o meu signal de V. S. S. ex C. — aos 10 de Novembro de 1868. — E eu, José Pereira de Carvalho, Secretário da Camara a subscrevi.

José Joaquim de Carvalho e Goes.

V. S. S. ex C.
C. de Souza

Roteiro

Sosa — Vagos — Mira, Covão do Lobo — Troviscal; Mamarrosa, Palhaça, Nariç, donde deve remetter-se para Sosa, cujo parochio Arcipreste dará conta ao Rev.^{mo} Prelado respectivo.

CRIAÇÃO DO ASILO DE AVEIRO

Li, e registrei. Resid.^a de Sosa 22 de Novembro de 1868.

Reitor José Luís Rangel Pimentel de Quadros.

Li, e registrei Residencia de Vagos 23 de Novembro de 1868.

O Prior José de Miranda Ascenso.

Li, mas não copiei, por que esta freguesia não pertence ao Districto d'Aveiro. Mira 23 de Novembro de 1868.

O Vigario João Ferraz d'Abreu.

Li, e transcrevi. Covão do Lobo 24 de Novembro de 1868.

O Vigario António da Costa Pedrosa.

Li, e copiei. Mamarrósa 30 de Novembro de 1868.

O Reitor — Joaquim Pedro Nolasco.

Li e copiei. Palhaça 7 de Dezembro de 1868 — O encommendado José Tavares Pinheiro —

Li, copiei, e cumprírei. Rezidencia de Nariç em 12 de Dezembro de 1868. O Prior — Jozé Duarte d'Almeida Martins.

Criou-se, pois, o Asilo; seguiu seu longo fadário por várias casas; teve épocas de pujança e de decadência.

Um nome, porém, ficou a aureolar-lhe a fronte — o do Homem que o concebeu e lhe quis dar vida — *José Estêvão*. Que nova era de esplendor o venha a basejar!

JOSÉ TAVARES

PARA A HISTÓRIA DA EVOLUÇÃO URBANÍSTICA E RESIDENCIAL AVEIRENSE

A VEIRO, muito diminuída hoje em palácios e edificações vultuosas, consequência das inevitáveis adaptações urbanísticas que o próprio desenvolvimento citadino lhe tem imposto e, ainda, pela transformação social que por toda a parte se operou, principalmente a partir do último quartel do século XIX, conserva nas memórias do seu passado histórico títulos suficientes para de pleno direito se lhe reconhecer posição de acentuado relevo entre os antigos agregados urbanísticos portugueses.

Os seus memorialistas mais circunstanciados, como CRISTÓVÃO DE PINHO QUEIMADO, P.^o CARVALHO DA COSTA, e o Conselheiro FERREIRA DA CUNHA E SOUSA, assinalaram com pormenor as numerosas famílias nobres aqui residentes e referiram-se à excelência de algumas das habitações locais; o pouco de antigos palácios e solares que ainda resta dentro do perímetro da velha cidade, permite, até certo ponto, visionar o que terá sido Aveiro nos faustosos tempos de esplendor social, que indubitavelmente conheceu e que ficam a perder de vista dos prosaicos dias de hoje.

Entre as referências a residências notáveis é sempre muito citado o célebre palácio dos Tavares, sobre a porta da Ribeira, «pois igualando com abobadas, muros, e ladeiras sobre a rua», diz o primeiro daqueles historiadores, «se entra em coche até à primeira sala».

Outra casa, porém, lhe não era inferior, ao que parece, e dela ficou preciosa descrição pormenorizada que pela primeira vez agora se publica. Situava-se no terreiro das Carmelitas, hoje inteiramente transformado, e outras edificações

EVOLUÇÃO URBANÍSTICA E RESIDENCIAL

importantes a avizinhavam, como até certo ponto os edificios actuais permitem reconstituir.

Pela sua subsequente integração na *fazenda* do Convento de Jesus veio a ser minuciosamente descrita no «*Livro do Index Geral do Cartorio, e da Fazenda deste Real Cõvento, Conforme ao Tombo que mandou fazer A M.^{te} Illustre, e R.^{ma} Senhora Dona Archangela Maria do Baptista sendo Prioreça Anno de 1749*», donde nós exumámos quanto à notável edificação se refere e a seguir se transcreve, como valioso elemento que é para a história da evolução urbanística e residencial aveirense.

AVEYRO

CASAS NO CAMPO DAS CAMELLITAS .QUE PESUE NO CONVENTO

Tem o Convento humas Grandes, e nobres Casas ao terreiro das Carmellitas que lhes Vieram ao Convento por Erança da Madre Soror Catherina de Jesus Soares a Tanagerina Cujos tt^{os} estam de folhas 142 The 220 do L.^o Vndesimo dos prazos aforados Reconhecidas a fl 244 do Crescento do tresllado 4.^o Tombo Nouo e a fl. 472 do L.^o dos autos do Tombo de Avr.^o

Por morte de Soror Catherina de Jesus Sendo Prioresa Soror Archangella Maria do Baptista estaua de pose destas Cazas a veuva de Martim Callado de Avellar, E mouendo-lhe a dita Prioresa pleyto á Sobredita veuva teue o Convento Sentença nesta villa, e na de Montemor, e Porto em que lhe Julgaraõ lhe pertenciaõ as Casas Com Seus aLugueres e Se lhe annullou a Reconvenção Com que ella vinha e Se Julgaraõ em toto a Snn^{ca} procurem pellos alfebetos dos Livros de prazos q̃ Lá Se a ham-de aChar Emcadernada, Ou avulça no Cartorio que Sertamente Lá Está.

Sam estas Cazas humas das mais Nobres e grandes de toda esta Villa aSim pello arteficio, Como pella grandeza dos, portais de EsCoadria do Citio e repartimento dellas que Se não fizeraõ Com quatro mil cruzados e So o Citio em q̃ ellas Se fizeram Custou 220 mil rs Como Consta da escripturas da Compra delle Como Se ue citados os tt^{os} na folha atras.

Estas Cazas applicou a Madre Soror Archangella Maria do Baptista Sendo Prioresa p^a hospedarias do Conv^{to} q̃ Ainda q̃ fiquem Lonje Sam as melhores q̃ tem a Villa de Avr.^o e tem as Segtes. Cazas:

Tem hum a portada de Cantaria grande p^a a Rua noua Capas de emtrar Carro Ou Carruagem por ella Se emtra p^a hum pateo Coadrado no qual a mao esquerda ficaõ duas Cazas grandes Terrias Com Luz p^a Criados, e o mais q̃ for necessario, e a mao esquerda do Pateo fica hum a porta para hum a Loge que Serue de estrebaria Com suas mangedouras q̃ pode aComodar Vinte bestas destas Loges Conthenua Outra porta que da e hum a Casa grande que Serue de cocheyra p^a meter Carruagen^s. Com hum grande portal de Cantaria p^a ellas emtrarem desta Loge Se continua

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

hum a porta para Outra. Com mangedouras q̄ pode aComodar 30 bestas desta Loge Se Continua Com portas de hum a p^a Outra e Sam dous Arma-Zens muy grandes espasozos.

Ao Outro Lado esquerdo do Pateo está hum a porta em Comrespon-dencia das do llado direyto esta outra Loge Coadrada Com suas mangedouras q̄ pode acomodar 8 bestas e fica ainda Seruentia Larga p^a hum a porta por honde Se emtra p^a o quintal ao pe desta porta p^a honde Se emtra p^a o quintal pega hum a escada de pedra que vay dar a hum a baranda q̄ tem hum a porta donde Se emtra a Casa dazinha

Ao Outro Lado da porta q̄ emtra p^a o quintal Se continua hum a Rua Larga; e Comprida Com pillares de Pedra que Cobre hum a grande par-reyra, q̄ Se dillata da parede do quintal the a esCada da Cosinha e pode ainda pela Citação Cobrir todo o Pateo p^a frescura delle.

Ao Lado direyto desta rua p^a a banda do quintal está hum Largo e profundo poso Com seus bordos de Pedra, e com abundancia de Agoa e ao pe do poso está hum a pia de pedra grande de Cantaria p^a beberem bestas Lavarem e Regarem o quizerem por Leuar m^{ta} agoa = Ao Lado direyto do Poso ao pe da Pia esta hum aLegrete Coadrado p^a toda a casta de flores q̄ quizerem.

He o quintal Coadrado e bastantemente grande asim pella estenção da terra Como pella qualidade della tem Citio p^a toda a Casta de ortalice p^a hum a Casa he grarnesido de altos muros q̄ todos estam bordados de frondozas Videyras e ao Redor de todos os muros Conthinha hum a Rua p^a Se andar, e peguado aos Muros tem Sette figueyras todas de boa Casta e dous lasmineyros que bordão os muros e no fim desta Rua está hum a porta p^a a Rua das Carmellitas q̄ Comfronta retamente. Com a porta da igreja das Carmellitas; E não medeya entre hum a, e outra Mais q̄ a Lar-gura da Rua.

E no Corpo do Quintal tem hum Limoeyro azedo grande hum a Larangeira azeda grande hum a palmeyra, e varios emxertos pequininos de Laranjeyra doze Limoeyros, Pr^a mixieyras Outras, Arvores mais; ao pe da Baranda da Cozinha está hum a Casa terria grande. Com Seu forno dentro e ao pe Citio honde hauia Casa de Ceuados de gallinhas.

E tornando a Sahir p^a o patio ao Lado esquerdo entre a porta que vay p^a o quintal e a outra q̄ vay para as estrebarias Sobe hum a fremoz a esCada toda de Cantaria, e vay dar em hum a espasoa baranda q̄ toma e oCupa hum a frente do patio fazendo galaria de Arcos p^a a Rua Com vista para o patio grades. Com Emcosto, e a baranda he toda Ladrilhada no fim da baranda para a parte do Norte tem hum a porta grande de EsCoa-dria Labrada, e Com hum a boa porta por honde Se emtra para hum sal-lam grande a que chamaõ a Casa do EsCriterio a qual tem hum a lanella rasguada e grande de EsCoadria Com Sua baçia p^a fora e Suas grades e janolizias altas p^a o Norte e Cahe Sobre o terreyro das Carmellitas p^a honde tem toda a vista, e p^a a banda do Poente tem outra Janella rasgada de EsCoadria. Com Suas grades e Cahe Com a Vista p^a a Rua Nova e he este Sallaõ. forrado de pinho de frãdes Com ponto outauado no Simo deste Sallaõ tem huã grande alCousa. Com hum a portada bem feyta e Sobre Ella hum nicho p^a hum Santo e dentro nesta alCousa Cabem Com grandeza e Serventia tres Camas tem duas barras e dous banquinhos p^a Camas, e aSentos, e hum a Cayxa Com Seu Seruiso e na parede da banda do poente tem um armario metido na parede Com gallantaria e grandeza; cortada esta Casa Com duas mezas e tres bancos grandes de emcosto q̄ toma das paredes.

EVOLUÇÃO URBANÍSTICA E RESIDENCIAL

Sahindo desta Caza p^a a baranda Caminhando p^a a banda do Sul no fim da baranda e tope da Escada está huma porta grande toda de esCoa-dria bem Labrada, e por Sima humas Armas em pedra Labrada e por bayxo hũ Letereyro q̃ mostra a Era das Cazas q̃ Sam modernas.

Por esta porta Se emtra p^a o prim^o Sallaõ o qual tem huma grande lanella de EsCoa-dria Com sua baCia E grades desta lanella Recebe a vista e a lanella Cahe p^a a Rua Noua ao Emtrar deste Sallaõ p^a a maõ Esquerda no andar da porta tem hum quarto grande . Com duas lanellas de peytoril grandes huma q̃ Cahe p^a o Patio outra para o quintal; Com porta p^a o Segundo quarto e Sahindo p^a a primeyra Salla tem na testa della huma porta que vay p^a o Segundo salaõ

He Este Segundo Salão humã Casa grande em demazia tera Coaze duas da Cappella da Santa Prínzeza; tem huma lanella Resgada e grande toda de EsCoa-dria Labrada . Com Suas grades e lanollezias q̃ Cabe para a Rua nova e na mesma parede adiante da lanella tem huma grande goarda roupa embebida na parede, e ao emtrar deste Sallaõ A maõ Esquerda tem huma porta que vay p^a hum quarto o qual tem huma grande lanella de peytoril q̃ Cabe p^a o quintal, e este Coarto Se Commo-nica p^a o primeyro Com porta interior e Com outra que vay p^a a Caza da Cozinha.

Tem este Sallaõ Segunda porta á Maõ esquerda por honde se Emtra p^a a Caza da Cozinha q̃ he huma Caza Sufficiente com huma grande cho-miné e huma porta p^a a baranda q̃ Cabe p^a o Quintal e Seruentia p^a a baranda

A baranda e Seruintia do Quintal e tornando a Emtrar p^a a Segunda Salla grande esta esta forrada de pinho de fraldes de meyo Rellego muyto bom . tem no meyo huma grande meza Redonda de pao do Brazil em q̃ podem Comer 25 peSoas e emcostado as paredes tudo guarnisido de ban-cos de EmCosto m^{to} obrados.

Na frente deste Sallaõ a maõ esquerda tem huma porta q̃ Emtra p^a o treCeyro Sallaõ q̃ he da mesma grandeza e arquitetura tem huma grande lanella resgada q̃ Cahe p^a a Rua noua toda de escoadria Labrada, e tem esta Caza hum almario embebido na parede p^a despejos e por bayxo outro almario Sem portas honde Se poem Cantaros e Agoa está esta Caza ornada Com duas mezas e tres bancos grandes de emcosto que tomaõ as paredes e a maõ Esquerda depois de emtrar nesta Sallaõ está huma porta que vay p^a hum quarto grande o qual tem Sua porta de Communicação p^a a Cozinha e nelle estam duas Barras e dous banquinhos piquenos Com Sua Cayxa de Seruentia, e tornando p^a a Salla tem Outra porta p^a Outro quarto grande ahonde estão duas Barraç Com dous banquinhos e Sua Cayxa de despejo alem destes trastes tem as Cazas mais duas barras Com dous banquinhos p^a honde forem neCessarias E na Cazas dos Mossos tem huma grande tarima honde pode dormir huma duzia de peSoas . Com huma meza grande p^a Comerem e hum banco grande p^a Se Sentarem e Sua Caza de SeCreta e Seus Cabides p^a dependurarem Seus fatos, e todos os mais Coartos estão prouidos de Cabides, e Lanceyros ahonde podem pendurar Com abundancia todos Os Vestidos de quem a ellas Vier.

Estas Cazas não Custaraõ nada ao Conv^{to} porq̃ ainda Cobrou mais de aLugueres do que Custou a demanda dellas, e So Custarao os Preparos, e Concertos que nellas tem mandado fazer Soror D Paula de Iezus Sendo Priorisa.

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Muytas peSoas e algumas relligiosas Com menos disCurso E intelligencia Votauão em que Se uendeSem as Cazas as quais pondo se em boca de uenda não dauão por ellas o q Custou o Citio do aSento Em q Ellas Se fizerao . ficando tudo O mais de graca p^a quem as Comprava E que fizesem humas Cabanas ao pe do Convento que lhe Custasem mais de des partes do q as Outras tinhao dado e Vinhaõ a troCar huns pallaçios por humas Cabannas.

Isto ou Era fazer EsCarnio do ConVento Ou por bom modo chamar lhe Cabaneyras ou figuras da pratica do Natal que troCaraõ os Pallaçios pellos prezepios.

A. G. DA ROCHA MADAHIL

bibRIA

BIBLIOGRAFIA

O ARQUIVO DO DISTRITO DE AVEIRO dará sempre noticia das obras à sua Redacção enviadas quer por autores quer por editores.

De harmonia com a prática seguida pelas publicações suas congêneres, fará também algum comentário critico aos livros de que receba dois exemplares.

Arquivos de Angola, 2.^a série, vol. VII, n.º 30. Luanda.

Arquivo de Beja, vol. VII, n.ºs 3-4. Beja.

Das artes e da história da Madeira, n.º 8. Funchal, Madeira.

Mensário das Casas do Povo, n.ºs 64 a 66. Lisboa.

O Tripeiro, v série, ano VII, n.ºs 6 a 8. Porto.

Revista de História, n.º 8. São Paulo, Brasil.

Dr. G. SOARES DE CARVALHO — *A geologia do baixo Mondego nos arredores Coimbra* (estado actual do seu conhecimento).
Separata das *Memórias e Notícias*, n.º 29. Coimbra, 1951.

— *L'usure des galets et la granulométrie de quelques dépôts pliocènes du Portugal* (Région entre Vouga et Mondego). — Proceedings of the third international Congress of Sedimentology. Groning — Wageningen. Netherlands 5-12 July 1951.

Visão da Serra-Salmos — por J. QUELHAS BIGOTTE. Coimbra, 1951.

Voltada a última página deste volumezinho, encontra o leitor confirmada a conclusão a que muito antes porventura chegou, graças à expressão, umas vezes sem reticências, outras, um pouco velada, sem, todavia, parecer difficil a respectiva apreensão. E ela é que *Visão da Serra* constituiu um todo orgânico religiosamente cantado ao jeito bíblico, com finalidade catequística, digamos assim, fundamentada em passos bem escolhidos dos Salmos da Escritura aos quais J. QUELHAS BIGOTTE vai fazendo glosa adequada.

Para tanto recorre ao coração — vaso de comoções contraditórias —, ao espirito de movimentos ascéticos, mas só depois de ver a sua e minha

Serra da Estrela com as alturas e abismos, com as neves e águas, com as tempestades medonhas e a solidão eloquente e, até, com o seu tipo turístico.

Há, portanto, nesta obra uma dupla visão ou, se quisermos, a translação de uma, acto e objecto dos sentidos, para outra de natureza espiritual. A princípio o autor vê a natureza morta e geográfica e nela a imagem reflectida do que o faz vibrar depois: o clima social, apocalipticamente semelhante ao observado, com olhos de lince, nas entranhas da Serra. Desta forma J. QUELHAS BIGOTTE vem alistar-se na poesia contemporânea altruista, mas no arraial dos ansiosos por melhores dias a que nos levarão trilhos difíceis, de cascalho e silvedos serranos, percorridos, aliás, com amor divino.

O apelo para as alturas, que o poeta nos dirige, tem forçosamente de ser, como é, retórico, por via do grandioso temático, do entusiasmo subjectivo e do desejo de vitória humana; por isso o impulso se encontra repetido aqui e ali nos mesmos nomes e frases idênticas que bem podem considerar-se, também, senões da formosura... emparelhados com outros da alçada dos revisores.

Visão da Serra parece um baptismo poético, pois que o valor das composições é desigual no conteúdo e na forma. Assim, «O Poço do Inferno», «A Cabeça da Velha» e a segunda parte de «O Cântaro» — para não citar «A Tempestade» — lêem-se com prazer; outro tanto já não digo de «As Penhas» que é francamente destituída de poesia e farta de banalidades. Por sua vez «Altar da Pátria», que cerra o livro e assume categoria de proclamação nacional, merecia outro cuidadoso trato, menos discursivo e terra-a-terra; para isso J. QUELHAS BIGOTTE revela aptidões que deverá cultivar com estudo e arte, porquanto não carece de sensibilidade.

Seja como for, *Visão da Serra* não deslustra quem lhe deu o ser para nosso gozo espiritual.

A. SARAIVA DE CARVALHO

ÍNDICE ALFABÉTICO DOS AUTORES

	Págs.
AMORIM (Aires)	
— <i>Notas sobre Esmoriz — Orações populares rimadas</i> . . .	136
AREDE (João Domingues)	
— <i>Santa Maria de Ul</i>	193
BAPTISTA (Augusto Soares de Sousa)	
— <i>A estrada de Adosferreiros — Ponte do Alfusqueiro</i> . . .	181
— <i>Duas inscrições antigas</i>	81
— <i>Padre Manuel de Paiva, de Aguada</i>	268
— <i>Terras do concelho de Águeda</i>	23
BAPTISTA (Joaquim José Ferreira)	
— <i>Doutor Manuel Pereira da Graça</i>	288
— <i>Subsídios para a história da prisão de Francisco Manuel</i> — <i>Gravito da Veiga e Lima</i>	184
BAPTISTA (Joaquim Soares de Sousa)	
— <i>Absolutistas e constitucionais no Préstimo</i>	235
CERQUEIRA (Eduardo)	
— <i>Um exame às cadeias da comarca de Aveiro, em 1822</i> . . .	277
CHRISTO (António)	
— <i>João Afonso de Aveiro — Introdução a um estudo sobre o</i> <i>famoso navegador aveirense</i>	3
FERREIRA NEVES (Francisco)	
— <i>A criação e a extinção do coro da igreja da Misericórdia</i> <i>de Aveiro</i>	187
— <i>O fazigo da Casa dos Maias, de Aveiro</i>	30
— <i>«O último alento», Escultura de Artur Prat</i>	284
MELO (Laudelino de Miranda)	
— <i>Crendices e maus olhados — bruxas e lobisomens — supersti-</i> <i>ções e mezinhas... que andam nas vidas das gentes simples</i> <i>da região de Vouga, como já andaram nas dos seus avós</i> . .	86
— <i>Região de Vouga — Cenas de aldeia</i>	273
ROCHA MADAHIL (António Gomes da)	
— <i>Algumas considerações acerca de uma estátua de tipo arcaico</i> <i>existente no Museu de Aveiro</i>	97
— <i>Constituições que no século XV regeram o Mosteiro de Jesus,</i> <i>de Aveiro, da Ordem de São Domingos</i>	67

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

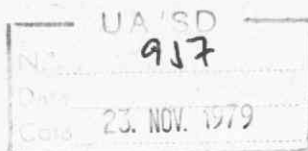
	Págs.
— <i>Para a história da evolução urbanística e residencial aveirense</i>	312
RUELA POMBO	
— <i>A Rainha D. Maria I.</i>	264
SIMÕES JÚNIOR (Manuel Rodrigues)	
— <i>Mosteiro de Arouca — A dona abadessa donatária do couto de Fráguas</i>	292
SOARES DA GRAÇA (Serafim Gabriel)	
— <i>A Igreja de Águeda</i>	161
TAVARES (José Pereira)	
— <i>1.º Centenário do Liceu Nacional de Aveiro</i>	241
— <i>Subsídios para a história da criação do Asilo de Aveiro</i> . . .	307
VAZ FERREIRA	
— <i>O Convento da Feira, pelo Padre Jorge de São Paulo</i> . . .	36

NOTAS, ARTIGOS DA REDACÇÃO, E OUTROS NÃO ASSINADOS

— <i>Bibliografia</i>	80, 158, 240 e	317
---------------------------------	----------------	-----

bibRIA

FIM DO VOLUME XVII



*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARÁVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa.*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livraria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100

LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

AVEIRO

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas

.....

Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$00

Transferências e cobranças — saques sobre o país.
Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

Rua de Coimbra

Praça de Luís Cipriano

AVEIRO

Oficina de reparações de automóveis
de

Manuel dos Santos Gamelas

Rua da Corredoura

AVEIRO

Telefone 111

Serviço de Pronto-Socorro (carro-guindaste), etc.

Reparações mecânicas e em carrosseries

Soldadura eléctrica e Oxi-acetilénica

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELLOS
AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa.*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livreria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100
LISBOA.

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

*Visitai a linda cidade
de Aveiro*

R i a

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISA-
GEM SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— P A T I N A G E M —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— A Z U L E J O S

E outros monumentos

2/180

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

Alfred M. Smith
bibRIA

N.º 66/69

Abril, Maio e Junho

AVEIRO

1951

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO FREIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA, *Duas inscrições antigas.*

LAUDIELINO DE MIRANDA MELO, *Crendices e maus olhados — bruxas e lobisomens — superstições e mizinhas. . . que andam nas vidas das gentes simples da região de Vouga, como já andaram nas dos seus avós.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL, *Algumas considerações acerca de uma estátua de tipo arcaico existente no museu de Aveiro.*

P.º AIRES AMORIM, *Notas sobre Esmoris. — Orações populares rimadas.*

Bibliografia.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00

NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

A V E I R O

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia
mecânica, civil e forjas



Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$00

Transferências e cobranças — saques sobre o país.
Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda
portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

Rua de Coimbra

Praça de Luís Cipriano

AVEIRO

Oficina de reparações de automóveis
de

Manuel dos Santos Gamelas

Rua da Corredoura

AVEIRO

Telefone 111

Serviço de Pronto-Socorro (carro-guindaste), etc.
Reparações mecânicas e em carroseries
Soldadura eléctrica e Oxi-acetilénica

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELLOS AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa.*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catálogo
ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livreria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100
LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Visitai a linda cidade de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRACÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

M. AVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO bibRIA

N.º 67

Julho, Agosto e Setembro

AVEIRO

1951

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

SOARES DA GRAÇA, *A igreja de Agueda.*

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA, *A estrada de Adosferreiros. — Ponte do Alfusqueiro.*

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA, *Subsídios para a história da prisão de Francisco Manuel Gravito da Veiga e Lima.*

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *A criação e extinção do coro da igreja da Misericórdia de Aveiro.*

P.º JOÃO DOMINGUES AREDE, *Santa Maria de Ul.*

JOAQUIM SOARES DE SOUSA BAPTISTA, *Abso- lutistas e constitucionais no Préstimo. Bibliografia.*

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00

NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas

A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

FÁBRICAS ALELUIA

A ZULEJOS,
LOUÇAS
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA

FÁBRICA GERCAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22

DR. MANUEL SOARES

MÉDICO

CONSULTAS
das 14 às 18 horas

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO

AVEIRO

*Testa &
Amadores*

*Comissões, consignações. Cereais,
ferragens e mercearia. Vidraça.*

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL.

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAINEIRAS { *Pascoal Velho*
Pascoal Novo
Mira

LUGRES { *Rainha Santa Isabel*
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telef. { *Seca — 243*
Escritório — 52
Filial em Matozinhos — 519

Filial em MATOZINHOS

Seca na GAFANHA

bibRIA

LUZOSTELA

FÁBRICA DE LIXAS
E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — Prefiram a nossa excelente qualidade «Luzostela».

PÓ LUZOSTELA — Produto de 1.^a qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de tolheres.

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefone 37

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

A V E I R O

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha, Progresso e Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha

Fábrica de telhas e telhados.
Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas



Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$00

Transferências e cobranças — saques sobre o país.
Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

Rua de Coimbra

Praça de Luís Cipriano

AVEIRO

Oficina de reparações de automóveis
de

Manuel dos Santos Gamelas

Rua da Corredoura

AVEIRO

Telefone 111

Serviço de Pronto-Socorro (carro-guindaste), etc.
Reparações mecânicas e em carroseries
Soldadura eléctrica e Oxi-acetilénica

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELLOS
ATE AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

L I V R O S

*nacionais e estrangeiros para todas as escolas
do país, encontrá-los-ão sempre na nossa casa.*

Mobiliário e material escolar

*o melhor e o mais económico; peçam o catá-
logo ilustrado.*

Literatura antiga e moderna

*nacional e estrangeira; peçam os catálogos
respectivos.*

Livros científicos e técnicos

*nacionais e estrangeiros; peçam os catálogos
respectivos.*

*A LIVRARIA SÁ DA COSTA é a única
que reúne todas as secções de livraria.*

Encomendas para o estrangeiro

*mantemos um serviço diário de encomendas, para
todos os países, da maior rapidez e economia.*

LIVRARIA SÁ DA COSTA, EDITORA

Rua Garrett, 100
LISBOA

Telefs. 2 2015 — 2 2016 — Teleg. «Livrosacosta»

LISBOA

Visitai a linda cidade de Aveiro

Ria

BARRA — SALINAS — CANAIS
— BAIXO VOUGA — PAISAGEM
SURPREENDENTE
E ÚNICA EM PORTUGAL

Parque Municipal

LAGO — COURT DE TENNIS
— PATINAGEM —
ENCANTO E DISTRAÇÃO

Museu

PINTURA — ESCULTURA
— ARTE SACRA —
TÚMULO DA PRINCESA
SANTA JOANA
(Notável obra-prima de mosaico do séc. XVIII)

Igreja de Jesus

MARAVILHAS DE TALHA
— AZULEJOS

E outros monumentos

937/90

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO bibRIA

N.º 68

Outubro, Novembro e Dezembro

AVEIRO

1951

ARQVIVO DO DISTRITO DE AVEIRO

REVISTA TRIMESTRAL PARA PUBLICAÇÃO DE DOCUMENTOS
E ESTUDOS RELATIVOS AO DISTRITO

DIRECTORES E PROPRIETÁRIOS

ANTÓNIO GOMES DA ROCHA MADAHIL

CONSERVADOR DO ARQUIVO E MUSEU DE ARTE DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

FRANCISCO FERREIRA NEVES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

JOSÉ PEREIRA TAVARES

PROFESSOR EFFECTIVO DO LICEU DE AVEIRO

EDITOR E ADMINISTRADOR

FRANCISCO FERREIRA NEVES

ADMINISTRAÇÃO: — AVENIDA DR. LOURENÇO PEIXINHO, 133, 1.º — AVEIRO

SUMÁRIO DO PRESENTE NÚMERO

JOSÉ TAVARES, *1.º Centenário do Liceu Nacional de Aveiro.*

P.º RUIA POMBO, *A Rainha D. Maria I — Ecos da sua morte.*

AUGUSTO SOARES DE SOUSA BAPTISTA, *Padre Manuel de Paiva, de Aguada.*

LAUDELINO DE MIRADA MELO, *Região de Vonga — Cenas de aldeia.*

EDUARDO CERQUEIRA, *Um exame às cadeias da comarca de Aveiro, em 1822.*

FRANCISCO FERREIRA NEVES, *«O último alento», escultura de Artur Prat.*

JOAQUIM JOSÉ FERREIRA BAPTISTA, *Doutor Manuel Pereira da Graça.*

MANUEL RODRIGUES SIMÕES JÚNIOR, *Mos-teiro de Arouca.*

JOSÉ TAVARES, *Subsídios para a história da criação do Asilo de Aveiro.*

A. G. DA ROCHA MADAHIL, *Para a história da evolução urbanística e residencial aveirense.*

Bibliografia.
Índice alfabético dos autores do vol. XVII.

PREÇOS:

ASSINATURA ANUAL 40\$00

NÚMERO AVULSO 15\$00

Cada número tem normalmente 64 páginas
A doutrina dos artigos assinados é de exclusiva responsabilidade dos autores

Empresa Cerâmica Vouga, L.^{da}

AVEIRO

Telefone 19

Cerâmica — Telhas da melhor qualidade. Tipos: *Marselha*, *Progresso* e *Vouga*. Todos os acessórios para telhados. A telha *Vouga* imita a antiga portuguesa e tem encaixes como a de Marselha.

Fábrica de telhas e tejos.
Fundição e serralharia mecânica, civil e forjas

.....

Máquinas agrícolas
- - e industriais - -

EXECUTAM-SE TODOS OS TRABALHOS
COM A MAIOR PERFEIÇÃO E POR PREÇOS MÓDICOS

Pedir informes ao Director-Gerente da Empresa

bibRIA

Banco Regional de Aveiro

S. A. R. L.

Capital autorizado: Esc. 4.000.000\$00 ♦ Capital emitido: Esc. 2.000.000\$00

Transferências e cobranças — saques sobre o país.
Cobrança e pagamentos. — C/ corrente em moeda portuguesa. — Depósitos à ordem e a prazo.

Telegramas: REGIONAL

Telefone 31

Rua de Coimbra

Praça de Luís Cipriano

AVEIRO

Oficina de reparações de automóveis
de

Manuel dos Santos Gamelas

Rua da Corredoura

AVEIRO

Telefone 111

Serviço de Pronto-Socorro (carro-guindaste), etc.
Reparações mecânicas e em carroseries
Soldadura eléctrica e Oxi-acetilénica

M Á R M O R E S

: : : : : D E : : : : :

Sousa Baptista, L.^{da}

29, PRAÇA DO MUNICÍPIO, 30

: : : : : E : : : : :

13, LARGO DE S. JULIÃO, 13

— L I S B O A —

Sòmente nos depósitos e oficinas desta grande organização industrial e comercial, com possibilidade de uma boa e bela escolha, se encontram cantarias para majestosas, medianas e modestas construções, mármore polidos para ornamento de entradas, escadarias, casas de banho, cozinhas, etc., de luxo e simples.

Também nos mesmos estabelecimentos podem ser adquiridas as melhores louças sanitárias, sempre em exposição, e bem assim banheiras esmaltadas com todos os seus acessórios, como sejam: cabides, esponjeiras, saboneteiras, torneiras, esquentadores, etc., etc.

Tudo a preços sem competência

NAS SUAS OFICINAS DE CANTEIRO EXECUTAM-SE
TODOS OS TRABALHOS, DESDE OS MAIS SINGELOS
AOS DE ARTE ELEVADA

Dão-se orçamentos quando solicitados

FÁBRICAS ALELUIA

A ZULEJOS,
L O U Ç A S
SANITÁRIAS,
DECORATIVAS
E DOMÉSTICAS

FÁBRICA ALELUIA -- RUA DO CANAL DA FONTE NOVA
FÁBRICA GERCAR -- RUA DAS OLARIAS

AVEIRO

TELEF. 22

DR. MANUEL SOARES
MÉDICO

CONSULTAS
das 14 às 18 horas

AV. DR. LOURENÇO PEIXINHO

AVEIRO

*Testa &
Amadores*

*Comissões, consignações. Cerenis,
ferragens e mercearia. Vidraça.*

Depositários de petróleo
e gasolina SHELL.

RUA DE EÇA DE QUEIROZ
AVEIRO

Pascoal & Filhos, L.^{da}

PESCA DO BACALHAU E SARDINHA

TRAINEIRAS { *Pascoal Velho*
Pascoal Novo
Mira

LUGRES { *Rainha Santa Isabel*
D. Dinis

AVEIRO

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Telef. { *Seca — 243*
Escritório — 52
Filial em Matozinhos — 519

Filial em MATOZINHOS

Seca na GAFANHA

bibRIA

LUZOSTELA FÁBRICA DE LIXAS E OUTROS PRODUTOS

Premiada com a medalha de Ouro na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922-1923 — Grande Prémio de honra e Medalha de Ouro na Exposição Industrial Portuguesa de 1932

LIXAS de todas as qualidades para todas as indústrias, em papel e vidro — *Papel e esmeril — Pano branco e esmeril — Pano branco e vidro — Pano azul trançado extra e carborundum — Pano azul trançado e electrokorundum — Papel e garnet — Lixa impermeável «Hermes», para polissagem de carroseries de autos para pintura a Duco.*

FORMATOS DE FOLHAS NORMAIS, DISCOS E OUTROS
FORMATOS ESPECIAIS PARA MÁQUINAS LIXADORAS

LIMAS PARA MANUCURE — *Preferam a nossa excelente qualidade «Luzostela».*

PÓ LUZOSTELA — *Produto de 1.^a qualidade em latas de 500 e 250 grs. para limpeza de talheres.*

COLAS de alta resistência para as indústrias de carpintaria e marcenaria. Especial «Transparente», para pintura e decorações.

ESMERIL em todos os grãos e para todas as indústrias — *Granulações especiais para a construção de pedras para descasque de arroz. Fornecemos o verdadeiro e puro esmeril de NAXOS.*

Ferreira & Irmão, Sucrs. — AVEIRO — Telefone 37